REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 28 • Número 28 • pp. 09-306 • 2021

Rio de Janeiro
2021

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Ano 28 • Número 28 – p. 09-306 • 2021

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2020-2021

Presidente: *Lená Medeiros de Menezes*
Vice-Presidente: *Neusa Fernandes*
1º Secretário: *Olínio Gomes Paschoal Coelho*
2ª Secretária: *Vera Cabana de Andrade*
1º Tesoureira: *Lucia Helena da Silva*
2º Tesoureira: *Fânia Fridman*

Conselho Fiscal

Efetivos:
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Fernando Tasso Fragoso Pires
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Suplentes:
Jaime Antunes da Silva
Manoel José Miranda Neto
Roselene de Cassia Coelho Martins

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios:
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia:
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História:
Margareth da Silva Pereira
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Vera Lucia Botrel Tostes

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 28 • Número 28 – p. 09-306 • 2021

Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
2021

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 28, número 28, 2021.

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Responsáveis pelo número:
Lená Medeiros de Menezes
Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Olínio Coelho (*in memoriam*)

Conselho Editorial:
Fânia Fridman
João Eurípides Franklin Leal
Marco Aurélio Martins Santos
Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça
Rogéria de Ipanema

Avaliadores pareceristas que autorizaram ter seus nomes citados:

Ana Maria Rebello
Arlete Assunção Monteiro
Érica Sarmiento
Luciene Pereira Carris Cardoso
Luiz Reznik
Marco Aurélio Martins Santos
Marcos Cotrim de Barcellos
Nelson de Castro Senra
Paulo Knauss de Mendonça
Syrléa Marques Pereira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 6 de dezembro de 1957

ano 28, número 28, 2021.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Lená Medeiros de Menezes
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Olinio Coelho (in memoriam)

DOSSIÊ - CRONISTAS DO RIO

JOÃO DO RIO EM PERSPECTIVA:
UM FLÂNEUR-PEDESTRE E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO 15
Antonio Edmilson M. Rodrigues

LIMA BARRETO:
UM CRONISTA MULTIFACETADO E REBELDE DO RIO DE JANEIRO 37
Luiz Ricardo Leitão

O MUNDO TRÁGICO SUBURBANO CARIOCA DE NELSON RODRIGUES 49
Marco Santos

ARTIGO

"AS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL" (NO CENSO DE 1950), UM ESTUDO DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES 63
Nelson de Castro Senra

AS MORADAS DO REI 77
Vera Lúcia C. de Queiroz Andrade

A SOCIEDADE DOS ARTISTAS NACIONAIS 105
Maria de Fátima Castro Neves

HERANÇAS JUDAICAS 117
Neusa Fernandes

LUIZ PALMIER (1893-1955) E A CONFORMAÇÃO DA SÃO GONÇALO MODERNA 131
Luís Reznik
Rui Aniceto Fernandes

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM VASSOURAS-RJ 155
Roselene de Cássia Coelho Martins

O MONUMENTO-ALTAR DE SÃO SEBASTIÃO: A SAGA CÍVICO-RELIGIOSA DE UMA DEVOÇÃO 171
Carlos Augusto Nobre

SANTO ANTONIO DO RELENTO 217
Magaly Oberlaender

ESBOÇO TEMÁTICO

CARLOS CHAGAS NÃO RECEBEU O PRÊMIO NOBEL 265
Naftale Katz

RIO SÃO JOÃO E O LINDO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU 271
Miridan Britto Falci

RESENHAS DE LIVROS

MARIA GRAHAM:
UMA INGLESA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 283
Miridan Britto Falci

O BRASIL RESILIENTE:
ESTÍMULOS CRIATIVOS PARA SUA RECONSTRUÇÃO 287
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade

PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO:
NEGÓCIOS, TRAJETÓRIAS E CENOGRAFIAS URBANAS 291
Paulo Knauss

DISCURSOS E SAUDAÇÕES

SAUDAÇÃO À SÓCIA EFETIVA
ELISABETH SORIANO PLETSCH 297
Olínio Gomes Paschoal Coelho

DISCURSO DE POSSE DA SÓCIA EFETIVA
ELISABETH SORIANO PLETSCH 301
Elizabeth Soriano Pletchs

DISCURSO DE RECEPÇÃO À SÓCIA CORRESPONDENTE
MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS 305
Paulo Knauss

PALAVRAS DE MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS
POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO SÓCIA-CORRESPONDENTE 311
Maria Izilda Santos de Matos

O INSTITUTO MÊS A MÊS

O INSTITUTO MÊS A MÊS NO ANO DE 2021 315

QUADRO SOCIAL

QUADRO SOCIAL 323

APRESENTAÇÃO

Na opinião de Machado de Assis, o cronista seria uma espécie de historiador do cotidiano, que transita entre as fronteiras imprecisas da literatura com a história, a registrar acontecimentos corriqueiros que dificilmente renderiam manchetes nos jornais, mas que permitem ao historiador contemporâneo compreender as ideias que circulavam na sociedade durante uma determinada época, além de conhecer suas práticas e costumes[1]. Pois bem, este número da Revista é aberto pelo dossiê "Cronistas do Rio", que contempla a obra de três escritores, que perscrutaram, cada qual a seu modo, a "vida ao rés-do-chão"[2] da urbe carioca: o *flâneur* João do Rio (1881-1921), o rebelde Lima Barreto (1881-1922) e o "anjo pornográfico" Nelson Rodrigues (1913-1980), estudados respectivamente por Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Luiz Ricardo Leitão e Marco Santos.

Como de costume, além do dossiê, a Revista se organiza em dois segmentos. O primeiro está voltado para contribuições acadêmicas, enquanto o segundo apresenta uma síntese da vida social do IHGRJ, eventos e informações de natureza institucional.

No primeiro, a seção ARTIGOS publica oito inéditos, a começar pelo resultado das pesquisas de Nelson de Castro Senra, que propõe um recorte no Censo de 1950, quando se examinou pela primeira vez, sob o ponto de vista estatístico, a questão das favelas no Rio de Janeiro, então Capital Federal, privilegiando as ideias defendidas por Alberto Passos Guimarães. Já Vera Lucia C. de Queiroz de Andrade, em ensaio intitulado "As moradas do rei", analisa essas residências enquanto elementos históricos de legitimação do poder do monarca e sede do governo, inicialmente na configuração política do Reino Unido e depois na do Império brasileiro. Segue-se o trabalho de Maria de Fátima de Castro Neves, que, apresentando comentários de contemporâneos, recolhidos por meio de entrevistas, recupera a história da Sociedade dos Artistas Nacionais. Na sequência, Neusa Fernandes, no ensaio "Heranças Judaicas", toma como objeto de investigação o legado dos cristãos-novos, tanto através de palavras, costumes e expressões, quanto do repertório das tradições dos judeus que se incorporaram à vida do povo e à cultura brasileira. Ainda no mesmo segmento, destaca-se a discussão levantada pelos historiadores Luís Reznik e Rui Aniceto Fernandes, a respeito dos processos de modernização pelos quais passou a cidade de São

1 Ver, MACHADO DE ASSIS, J. M. Conversas Hebdomadárias. *A Constituinte perante a história*, pelo sr. Homem de Melo. Sombras e Luz, do sr. B. Pinheiro. *Obra completa em quatro volumes*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, vol. 3, pp. 1058-1059.

2 CANDIDO, Antonio. "A vida ao rés-do-chão". *In*: *Para gostar de ler*: crônicas. Volume 5. São Paulo: Ed. Ática, p.89-99.

Gonçalo na primeira metade do século XX, fruto das ações desenvolvidas pelo médico, intelectual e político Luíz Palmier (1893-1955). Por seu turno, Roselene de Cássia Coelho Martins, no texto "Memória e patrimônio em Vassouras", apresenta os resultados de pesquisa empreendida sobre os vestígios materiais da riqueza proporcionada pela produção cafeeira na região, na segunda metade do Oitocentos. Aliás, a problemática do patrimônio material também vem a ser tangenciada por Carlos Augusto Nobre, em "O Monumento-altar de São Sebastião: a saga cívico-religiosa de uma devoção", que joga luz sobre a história quase desconhecida da maior estátua da capital fluminense, homenagem ao seu santo padroeiro, erguida e oferecida à municipalidade pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em 1965, na passagem do IV centenário da cidade. Por último, Magaly Oberlaender, no artigo intitulado "Santo Antonio do Relento", penetra no campo do patrimônio imaterial, descrevendo e analisando a "invenção" do santo casamenteiro, desvelando as crenças sobre seus poderes e as relações travadas entre o divino e o profano.

A seção denominada ESBOÇO TEMÁTICO traz contributos de dois autores, que se ocupam de temas e questões pouco exploradas, mas que vale a pena aprofundar em futuros estudos. Naftale Katz levanta a discussão sobre as causas que teriam impedido a concessão do Prêmio Nobel ao cientista brasileiro Carlos Chagas. Por sua vez, Miridam Britto Falci oferece um exercício de geohistória, ao relacionar a importância do rio São João para o município de Casemiro de Abreu.

Completam a parte do conteúdo disciplinar deste número três resenhas críticas de obras recentemente lançadas. O livro *Maria Graham: uma inglesa na Independência do Brasil* (Rio de Janeiro: Editora CRV, 2020), escrito por Denise Porto, é alvo da apreciação de Miridan Brtto Falci, enquanto Vera Lucia C. Queiroz Andrade analisa a obra de Manuel José de Miranda Neto, por sinal, atualíssima, intitulada *O Brasil resiliente: estímulos criativos para sua reconstrução* (Rio de Janeiro: PoD Editora, 2021). Arrematando a seção dedicada à crítica historiográfica, Paulo Knauss de Mendonça oferece a recensão do livro *Portugueses no Brasil: negócios, trajetórias e cenografias urbanas* (Rio de Janeiro; Ayran, 2021), fruto de pesquisa alentada, empreendida por Lená Medeiros de Menezes (Rio de Janeiro)

O segundo segmento da Revista apresenta um inventário das atividades do Instituto no ano de 2021. Essa parte burocrática está composta por três títulos: "Discursos e saudações", com a transcrição de discursos de posse e de recepção a novos sócios, seguindo-se "O Instituto mês a mês", que contempla a memória das sessões ordinárias, dos ciclos de palestras e as entrevistas realizadas com confrades e confreiras, no âmbito do projeto "Encontro com os sócios do IHGRJ). Por último é apresentado o "Quadro Social", com a relação atualizada dos

sócios que ocupam as cinquenta cadeiras estatutárias.

Boa leitura!

Os responsáveis pelo número

Lená Medeiros de Menezes

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Olinio Coelho (*in memoriam*)

DOSSIÊ - CRONISTAS DO RIO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 28 • Número 28 • 2021

JOÃO DO RIO EM PERSPECTIVA: UM FLÂNEUR-PEDESTRE E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Antonio Edmilson M. Rodrigues[1]

Resumo

O presente artigo estabelece a relação entre o flâneur João do Rio e a cidade do Rio de Janeiro através de sua vida e obras, tentando descobrir o peculiar caminho do olhar do cronista-poeta sobre a "urbe carioca". Nessa perspectiva, o texto aborda a *Belle Epoque* carioca e os caminhos da modernidade, dando destaque aos atores urbanos e ao cotidiano boêmio da cidade.

Palavras-chave: João do Rio; *Belle Epoque* Carioca; História e Literatura.

Abstract

This article establishes the relatonship between flâneur João do Rio and the city of Rio de Janeiro through his life and Works, seeking to discover the peculiar way the cronista-poet develops his look at the "urbe carioca". From this perspective, the text adresses the Belle Epoque of Rio de Janeiro and the paths of modernity, highlighting urban actors and the city's bohemian daily life.

Keywords: João do Rio; *Belle Epoque* Carioca; History and Literature.

À Leila, um João do Rio de saias.

APRESENTAÇÃO

Este texto surgiu um pouco antes da comemoração dos 100 anos de falecimento do poeta-pedestre João do Rio. Ele derivou das várias oportunidades que tive de apresentar a vida e a obra de João. A ideia apareceu do nada, procurava um modo de entrar na obra, buscava uma chave interpretativa que estivesse longe das análises que tenho feito e aí então fui bafejado com a inspiração motivada também pela ausência de propostas de comemoração da data na Academia Brasileira de Letras e nas universidades, pesaroso porque continuava vendo os comentários envolverem João na rede dos dândis cariocas.

Com isso, resolvi me arriscar tecendo, ruminando situações, afirmações, frases, crônicas que pudessem auxiliar nessa cruzada de repensar João do Rio. Duas situações risíveis aconteceram no tempo em que imaginava o modo de narrar e descobrir o método crítico de João. Uma, foi a insistência crescente,

1 Livre-docente em História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor agregado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

constante das indagações feitas pelos entrevistadores em torno da recepção da obra, os silêncios, as ausências, os esquecimentos e principalmente os apagamentos que envolviam o tempo entre sua morte e o ano de 2021. E minha resposta sempre foi a mesma, o apagamento e o esquecimento continuam; ele só aparece por espasmos, soluços, quando alguém por acaso lembra do lado negro da *Belle Epoque*. A outra, mais radical. Uma emissora de notícias de canal de TV a cabo, de prestígio internacional, solicitou-me uma entrevista sobre João do Rio. Como estava na cruzada de chamar atenção para o esquecimento de João, aceitei e qual não foi minha surpresa e tristeza ao ouvir a repórter dizer as seguintes palavras que reproduzo na íntegra: "O senhor poderia me dizer, por áudio ou escrito, já de antemão, um pouco sobre quem era o João do Rio e a relação dele com a cidade?". Felizmente, a entrevista não aconteceu. A repórter me passou na véspera do dia da entrevista uma mensagem na qual pedia desculpas e que infelizmente a entrevista tinha caído por conta da CPI do covid-19. "Difícil, né?"

Mas vamos lá. A vida é assim. E com isso fiquei com mais vontade de ir em frente e buscar entender o método do poeta. Nessa cruzada me ajudaram algumas situações que decorreram das perguntas feitas a partir da live que fiz para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, a partir do convite de Lená Menezes e das leituras que recordei e fiz nessa preparação para enfrentar os convites para falar de João do Rio. Julia O'Donnel e seu *De olho na rua* (O'DONNEL, 2008) que apresenta um João etnógrafo, Virginia Camillotti no *João do Rio, ideias sem lugar* (CAMILLOTTI, 2008) foram as releituras que abriram caminho para esse processo de descoberta do método e, mais recente, um artigo de Ana Cláudia Aymoré intitulado "Um grito lancinante" que me colocou em uma profunda curiosidade: a de pensar um flâneur, como João, percorrendo uma cidade do Rio de Janeiro vazia por conta da epidemia de varíola no início do século XX. Essas três leituras produziram-me a sensação de que realmente João do Rio desenvolveu um método particular de olhar e viver a cidade.

Somei a essas leituras, outras que encheram meu caderno de campo, forçando-me a exercer o triplo olhar de historiador, etnógrafo, combinando a observação de campo com a descrição densa e, por fim, a de arqueólogo, na busca de pistas, no palimpsesto urbano, levantando camadas de informações. E, prezados leitores, o que lerão a seguir, é a tentativa, quase dolorosa, de chamar atenção para aquele que cantou a cidade em prosa e verso.

João do Rio: tentativa de perfil

Estávamos no final do período imperial brasileiro. A inquietude marcava um bando de ideias novas derivadas da produção intelectual da Geração de 1870. Numa casa de classe média, na antiga rua do Hospício, 284, atual Buenos Aires,

nas proximidades do Campo de Santana, da Igreja de São Jorge e da Estação Terminal da Central do Brasil, vinha ao mundo João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto. Era uma sexta-feira, cinco de agosto de 1881, e as palavras do poema de Carlos Drummond de Andrade, cairiam muito bem para esse momento: "Quando nasci, um anjo torto, disse: Vai, João, ser gauche na vida".

A cidade capital do Brasil ganhava forma, expandia-se em todas as direções a partir do seu centro histórico. A rua do Ouvidor pontificava como a grande artéria carioca, mesmo que fosse apenas um grande beco. Problemas de saúde faziam da cidade uma urbe febril. Pelas ruas, sentíamos o cheiro forte do óleo que servia para fritar petiscos nos quiosques, que iniciavam a comida de rua no Rio de Janeiro e atendiam à população que inundava a capital de todos os cantos do mundo. Os bondes circulavam puxados por tração animal e emporcalhavam a cidade e, curiosamente, usavam em dias de festa fraldas para melhorar o ambiente. Cortiços, hospedarias e a massa escrava eram os culpados das doenças e da confusão social, repercutindo a recepção das ideias evolucionistas e racistas, mas os sinais de mudanças começavam a aparecer junto com a discussão de um novo porto para a cidade que abrisse caminho para a expansão da economia do café. O debate das ideias abolicionistas e republicanas também indicavam novidades junto com os cafés e confeitarias que ganhavam terrenos no fim do século XIX, junto com a luz elétrica e com ela os novos e modernos bondes.

A atmosfera moderna ganhava terreno com as decisões anunciadas pela Comissão de Melhoramentos tendo à frente Pereira Passos que se materializaram na Reforma Urbana de 1903 que coroou a *Belle Epoque* Tropical. O pai de João era um professor de matemática do Ginásio Nacional que se dedicava como outros moços da sociedade carioca à caridade e, nas horas vagas, ensinavam moças pobres a ler e escrever. E foi em uma dessas ocasiões que ele conheceu Dona Florência, mãe de João, a segunda de uma família de quatro moças de mãe mulata e pai branco médico. Dona Gabriela, avó de João, assim como seu pai, eram atuantes no movimento pró abolição e ela, junto com José do Patrocínio, arrecadava recursos para a compra de alforria de moças negras. José do Patrocínio havia chegado recentemente de Campos e seu primeiro emprego como farmacêutico foi intermediado pelo pai de João no Instituto Vital Brasil.

João estudou no colégio do Mosteiro de São Bento e foi lá que tomou o primeiro contato com o jornalismo, escrevendo no jornal dos alunos chamado *O Ensaio* ele nos conta:

> O mais idiota dos rapazolas colegas fizera-se redator-chefe. Um outro ... tesoureiro. E esse bando de pirralhos, apesar de não ter aprendido português, dou-

> trinava, soneteava, cantava. Eu, grande jogador de pelota basca, imaginando frontões a cada parede, ria daquele dogmatismo, e, de uma feita, também quis escrever, por despeito. Escrevi. (Jornal das crianças, *Gazeta de Notícias*, 28 fev. 1915).

João tinha doze anos e o Brasil já não possuía escravos, agora era uma república e intensificava o seu caminho em direção ao progresso e à ordem. João continuou seus estudos após passar no concurso para o Ginásio Nacional e, cada vez mais, tomava gosto pelas letras, embora seu pai tivesse na cabeça a ideia dele e do irmão Bernardo Gutemberg irem para a Marinha. O perfil de João e a fragilidade de seu corpo, entretanto, mostravam a inadequação do desejo.

Em casa, a relação de João com seu pai era tensa, porque, embora batizado na Igreja positivista, as ideias por ele apresentadas não agradavam a João, desde cedo aberto para experiências novas e de liberdade, acompanhadas de uma enorme curiosidade. Essa curiosidade o levou a se envolver, desde cedo, com o mundo intelectual carioca: "Eu era um menino das primeiras letras e já conhecia Bilac". (RAMO DE LOIRO, 1921)

Cedo também descobre as emoções do teatro e vai se dedicar de corpo e alma a essa arte, criando no final de sua vida a SBAT, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Admirava Arthur Azevedo e era quem ele queria ser quando crescesse e de quem sabia de cor pedaços de suas comédias. João tornou-se, mais tarde, grande amigo de Arthur Azevedo e viveu, com ele, uma situação complicada às vésperas de sua morte, quando discutiram, de forma séria, com relação ao pano de boca do Theatro Municipal, pintado por Eliseu Visconti e fortemente criticado por Arthur Azevedo, que morreu em 1908, antes de ver o teatro acabado e seu sono realizado.

Com dezessete anos, envolveu-se com o jornalismo e não saiu mais. Pela mão do seu tio Ernesto Sena, redator do *Jornal do Commercio* e do seu parente-afim, José do Patrocínio, inicia sua trajetória jornalística, cheia de altos e baixos. Seu primeiro texto jornalístico foi uma crítica intitulada "Lucinda Simões" e tinha como foco a peça encenada no Teatro Santana, futuro Carlos Gomes, na Praça Tiradentes, chamada "Casa de Bonecas", de Ibsen.

Entre 1900 e 1903, colaborou em vários jornais, entre eles *O Paiz*. Teve também uma passagem pelo jornal *A Cidade do Rio,* de José do Patrocínio, órgão relevante no debate da Abolição. Foi nesse jornal que João descobriu o submundo da cidade, envolvendo-se com a boemia de seu tempo, já que o jornal, segundo Luís Edmundo, "nada mais do que uma simples gazeta que se faz entre copos de cerveja e cálices de conhaque". (EDMUNDO, 2003, p. 1009)

Ainda em *A Cidade do Rio de Janeiro* ensaia seus escritos sobre literatura, dedicando-se às principais correntes da época e criticando abertamente os escritores românticos, abrindo sua atenção para os simbolistas e decadentistas. Com isso muitos comentavam que João realizou a sua primeira inovação importante na história do jornalismo brasileiro: o enfoque do que se chamou de jornalismo literário, que levou ao auge das crônicas e dos folhetins.

No rastro dessa primeira contribuição aparece outra, mais contundente e significativa, que se desenvolveu a partir do contato que passou a ter com Adolfo Caminha, autor do *O bom crioulo*, abrindo caminho para a entrada da questão da homossexualidade na imprensa e na literatura brasileira. João escreve no *A Cidade do Rio de Janeiro* o conto "Impotência", em 1899, momento em que se aproxima mais fortemente de Oscar Wilde. Em seguida, escreve outro conto nessa linha, intitulado "Ódio", em 1900, agora na *Gazeta de Notícias*.

Suas amizades vão levá-lo para a *Gazeta de Notícias* em 1903, indicado pelo então político e futuro presidente da República Nilo Peçanha, mulato como ele. Na *Gazeta de Notícias*, João permaneceu durante treze anos e é nesse jornal que nasce João do Rio, deixando de lado o pseudônimo anterior Claude, usado por João em homenagem a Zola, que também usava o mesmo pseudônimo, e aderindo à moda da época de usar esse expediente em suas publicações.

As preferências literárias de João vão levá-lo a Nietzche e Baudelaire. Com eles entra mais fortemente na temática da cidade nas suas duas pontas, o alto e o baixo mundo, criando em torno de sua figura a polêmica de ser um dândi ou um flâneur. Para mim, é claro que João sempre foi um flâneur, em especial pela sua atitude crítica e por sua linguagem. O engano de associá-lo a um dândi vem da capacidade de João se apresentar na narrativa de todas as formas possíveis, tomando todos os disfarces e máscaras, demonstrando sua ironia e sutileza e de certo modo caminhando na direção de Baudelaire.

Essas atitudes entre dândi e flâneur são mencionadas por João algumas vezes em seus textos, mostrando sua ironia com uma crônica, escrita em 1907, chamada *Os cafés*:

> Como não havia dinheiro e mesmo na boemia passou a moda da embriaguez, as rodas sentavam-se, pediam café, um copo de água gelada e ficavam ocupando a mesa, às vezes cinco ou seis horas. Éramos talvez uns 10 traquinas, com ideias e elegância, estudando a maneira fashion de andar, o tom up to date de cumprimentar, com o interesse com que atacávamos às capas amarelas das brochuras francesas. A nossa opinião sobre o Brasil fizera-se definitiva: tínhamos decretado que não existia. Nós éramos todos estrangeiros (JOÃO DO RIO, 1907).

Os ares franceses enchiam a cidade com a Reforma Passos e a moda dos cafés e das confeitarias; somando-se à vida noturna, ganhava expressão o cabaret *Chateau Noir*, que indicava que Paris era aqui.

Nietzche por outro lado o assombrava. Parte da busca por situações inusitadas se deve à leitura de textos do grande pensador crítico da modernidade. Nesse tempo, surgiu outra inovação atribuída a João do Rio: a reportagem de rua, que também é um marco na história do jornalismo brasileiro. Com ela João, entre fevereiro e março de 1904, publicou uma série de reportagens que ele chamou de "As religiões do Rio", inspirada em reportagens saídas no *Le Fígaro* em 1898. Já havia anteriormente testado essa forma de jornalismo quando entrevistou figuras públicas a respeito dos problemas dos imigrantes e do abuso dos proprietários de terras que os exploravam de todas as formas possíveis.

Essas reportagens criam uma grande celeuma na cidade e entre os próprios jornalistas. Primeiro, pela desconfiança de que elas acabassem por chamar a atenção da repressão, em um momento de caça a tudo o que era considerado fora da civilização e, ainda, por terem achado que João denunciava os endereços dos terreiros. Segundo, porque parte dos jornalistas, inimigos de João achavam que várias das reportagens eram pura invenção como a que identificou na cidade, no bairro de São Cristóvão, a prática da Missa Negra, impossível de existir numa cidade que se civilizava. Nesses após essa reportagem um delegado fazendo investigações em São Cristóvão descobre a casa onde era praticada a Missa Negra, calando os detratores de João.

A literatura e o jornalismo andavam cada vez mais juntas e os debates em torno dessa aproximação fervilhavam na cidade. Nessa atmosfera João resolveu fazer uma enquete entre os intelectuais que habitavam a cidade e publica as 28 entrevistas feitas e que giravam em torno de cinco perguntas que João fazia aos entrevistados, todas envolvendo o tema da literatura e do jornalismo, sobre influências literárias, autores preferidos, as condições da literatura no Brasil e especialmente uma, decisiva para o momento e letal: "o jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?". Os entrevistados se dividiram na resposta, mas Silvio Romero respondeu que era um bom fator e Machado de Assis não respondeu e suscitou a ideia de que ela era contra o jornalismo na literatura, mas há controvérsias.

Mas nem tudo eram sorrisos na vida do flâneur, parecia que ele atraia as polêmicas e a cada uma surgiam novas decepções no seu cotidiano. Duas situações o afetaram seriamente e fizeram com que cada vez mais definisse caminhos e comportamentos radicais que o tornaram mais crítico e duro. Uma dessas situações foi a frustração de não ter seguido a carreira diplomática e, mais do que isso, ter sido o momento em que cai a ficha e João tem consci-

ência clara dos preconceitos contra os que eram pretendentes brancos. Isso é ouvido por João diretamente da boca de Rio Branco. Esta decepção estimulou sua meta de ser alguém importante e fazer a diferença. A outra foi a luta para entrar na Academia Brasileira de Letras, que fez com que João abrisse mão de certos princípios, o que o torturou grandemente. Ambas as situações fizeram com que definisse seu futuro: um dia seria dono de um jornal.

A situação que envolveu sua entrada na ABL teve momentos curiosos, como a ida de sua mãe à Livraria Garnier para falar com Machado de Assis. O desenrolar da situação acabou virando chacota, a partir da descrição da cena feita por Luís Edmundo. Em suas palavras a resposta de Machado de Assis à abordagem: "Oh! Minha senhora, mas, seu filho é meu mestre!". Eu acho que jamais Machado de Assis daria uma resposta dessa qualidade.

Nesse período manifestou-se mais fortemente o seu hipotireoidismo. Seu rosto estava inchado, os lábios mais grossos e o peso havia aumentado, muito. Só em 1910, João entra na ABL na cadeira que foi de Guimarães Passos, que curiosamente era um dos maiores mundanistas da cidade. Quando João entrou na Academia, Emílio de Menezes, com sua língua ferina, alardeava que a instituição não precisava mais abrir as janelas no verão porque João havia entrado e refrescado o ambiente.

Cada vez mais João estabelecia, como hábito, andar pela cidade atrás de coisas novas e curiosas nos salões, cafés, confeitarias, ruas e em lugares soturnos, e reuniu essas crônicas em um livro que recebeu o nome de *A alma encantadora da cidade*, na qual começava descrevendo o seu método de conhecer a cidade:

> Flanar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flanar? Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque3 e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da populaça, admirar o menino da gaitinha ali na esquina. Ou seja, flanar é vagabundear com inteligência. (JOÃO DO RIO, 2007, p. 17)

A contundência de suas crônicas colocou em xeque a própria definição do gênero, mostrando que elas podiam ter um sentido crítico e social forte e não expressavam apenas o sorriso da sociedade, como afirmava Afrânio Coutinho.

A alma encantadora das ruas foi uma combinação de texto autobiográfico, reportagem e crônica. Os temas envolviam marcas peculiares da cidade do Rio de Janeiro. O livro é aberto com a crônica que apresenta em uma visão histórico-sociológico a rua e conclui que a rua universal, aquela para a qual todas as ruas se dirigem, é a rua da amargura.

Daí em diante, as andanças se fizeram com a flânerie nas ruas, onde as personagens que se destacam são aquelas que João vê nas ruas, como os tatuadores, os biscateiros, as profissões da academia da miséria, os vendedores de santinhos, os mendigos, as prostitutas, os pintores de rua, os urubus, as prisioneiras que tatuam o nome do cafetão no calcanhar, os cocheiros, os músicos ambulantes e os caçadores de gatos: "a mais rara e a mais parisiense é a dos caçadores, que formam o sindicato das goteiras e dos jardins. São os apanhadores de gatos para matar e levar aos restaurantes, já sem pele, onde passam por coelho. Cada gato vale 10 tostões no máximo". (JOÃO DO RIO, 2007, p. 57)

"Os trabalhadores da Ponta da Areia" e "Os acampamentos da miséria" também estão presentes nas ruas. A última crônica do livro "A musa das ruas" foi publicada primeiramente na *Revista Kosmos*, em agosto de 1905, com o título de "A musa urbana" e abre a nossa imaginação para a importância das ruas na cidade.

As produções ficcionais também deram a João uma posição de destaque e abriram caminho para outras experimentações que originaram romances, contos e peças teatrais. Destacou-se nos contos o livro *Dentro da Noite*, que produziu um relato tenebroso da dimensão *noir* da cidade. As taras e os vícios protagonizam seus contos. Nos romances "A correspondência de uma estação de cura" deu o tom de um romance epistolar de mão única, outra inovação do poeta, que montou o romance apenas com cartas de ida, sem as respostas.

Suas viagens e sua relação com os portugueses abriram caminho para a realização do projeto da *Revista Atlântica*, em coautoria com o português João de Barros, e estabeleceu uma relação forte entre os imigrantes portugueses da cidade, que terminaram pela doação de sua biblioteca para o Gabinete de Português de Leitura.

O caso de Isadora Duncan mexeu com a cidade e colocou, em todos, muitas dúvidas. A famosa bailarina americana veio ao Brasil em 1916 e foi recebida pelo público de forma calorosa, pois na sua chegada foi acompanhada por uma multidão, do terminal de passageiros na Praça Mauá até o Teatro Municipal. A multidão gritava o nome de Isadora Duncan e de João do Rio que a acompanhava. A partir daí a intimidade entre os dois se fez presente e compartilharam momentos especiais quando, na Cascatinha, na Floresta da Tijuca, ela dançou nua tendo como fundo musical o murmúrio das águas, apavorando as famílias tijucanos lá presentes. Além disso, Isadora Duncan foi quem incentivou o poeta a se tornar um dos primeiros moradores de Ipanema. Logo que a bailarina chegou ao Rio de Janeiro colocaram a sua disposição um automóvel com motorista. O motorista era um italiano jovem e forte que cativou Isadora e com ele visitou vários recantos da cidade, com a praia de Copacabana e do

Arpoador fazendo com que ela descobrisse o que chamou de "praia da Lua". O lugar a impactou de tal maneira que no dia seguinte ela levou João do Rio para ver o lugar. Daí para a compra de dois terrenos foi um pulo, e eles saíram bem baratos, porque parte dos custos foram pagos pelo uso da imagem de João na venda dos lotes.

João do Rio acumulou, durante sua vida, muitos amigos e inimigos, que lhe trouxeram alegrias e tristezas profundas, como Antonio Torres, um ex-padre de Diamantina, que se tornou adido brasileiro em Hamburgo, e Humberto de Campos, que perturbou permanentemente o poeta parodiando sua coluna "Pall Mall Rio", assinada por José Antônio José, no jornal *O Paiz*, por meio de coluna intitulada "Pele Mole Rio". A última contribuição de João foi a criação do jornal *A Pátria*, pouco tempo antes de sua morte em 1921. Seu enterro mostrou a importância de sua presença carioca, pois 100 mil pessoas acompanharam seu corpo do Largo da Carioca até o Cemitério São João Batista em Botafogo. Com sua morte, veio o esquecimento e o apagamento que o tornou uma figura maldita, conforme se pode ler no livro de Neves-Manta *A arte e a neurose em João do Rio*, publicado no fim da década de 1920.

As homenagens póstumas não ajudaram a lembrar o poeta. Há uma pequena rua em Botafogo que nem se chama João do Rio e sim Paulo Barreto, e Graciliano Ramos dizia que era uma homenagem modesta por ser uma rua curta. Ao contrário, em Portugal, as homenagens se sucederam com a Praça João do Rio em Lisboa, onde há um monumento com um bronze com o rosto de João do Rio. e em Póvoa do Varzim, onde há uma rua chamada João do Rio.

A cidade que João do Rio viu e narrou

Devemos terminar marcando o ritmo do passeio; é bom que se diga logo que

> *A alma encantadora das ruas* é antes de tudo uma perambulação pela cidade. A velocidade dos passos empregada por aquele que passeia fica por conta das surpresas que a cidade oferece. Aquele que perambula não tem nenhum alvo específico, nenhum lugar previamente demarcado como destino. Não sabe de onde vem, nem para onde vai. Vaga simplesmente pelas ruas, dispondo-se ao prazer ou ao horror do inesperado que a cidade promete (CAMILOTTI, 2008, p. 124).

Quem se aventura pela cidade do Rio de Janeiro nota, de pronto, os contrastes de uma grande metrópole. Se essa aventura for dedicada a descobertas perceberá que esses contrastes se ampliam como closes, de modo tal que se transformam em diferenças, pequenos fragmentos que compõem a cidade e que não são vistos por aquele que a toma unicamente como mais uma cidade. Esses fragmentos se combinam e descombinam em um movimento tão rápido

como o dia e a noite, em um lusco-fusco, fazendo-se monumentais ou frágeis freneticamente, mostrando que cada um dos "cantos" da cidade possui uma alma que se dá a ver através de marcas distintas, humores próprios.

A percepção dessas almas nós temos, chegamos mesmo a identificá-las quando nosso olhar repousa sobre um pedaço de muro, uma ruína velha ou uma praça secular ou sobre os rastros da cidade moderna, de luz e luxo, de avenidas largas e longas, de modas e manias. Descrevemos esses efeitos em uma narrativa ansiosa, que mais descreve do que compreende, porque a compreensão requer recursos especiais que misturam chaves antropológicas e históricas, arquitetônicas e culturais. Entretanto, quase sempre, os resultados não nos convencem, ficam aquém do que gostaríamos de passar, de dizer para nossos interlocutores.

Quem foi capaz de fazer essa completa etnografia da cidade, juntando carne e pedra? Quem procurou identificar essas almas, entendendo-as na sua expressão mais radical? Esse é o diferencial do autor da obra que lerão, prezados leitores, nas páginas seguintes. Quem é ele? Múltiplo, negro, homossexual, jornalista, cronista, literato e, acima de tudo, poeta que perambula com inteligência pela cidade, buscando os elementos que expressam suas radicais diferenças e, também, aquilo que pode ser observado como comum, para que a cidade se apresente como personagem. Paulo Barreto, João do Rio, Joe, Godofredo de Alencar, entre outros são alguns dos nomes usados pelo poeta. Mas quem é, no fundo, esse estranho ser urbano que representa de forma primorosa o carioca? João do Rio, denominação literária pela qual ficou conhecido Paulo Barreto, filho de uma mulata rebolativa e sedutora com um professor de matemática de credo positivista, onde o poeta foi batizado.

Esse feliz consórcio deu-lhe manha e inteligência, malemolência e curiosidade, o despertou para as artes e as literaturas e marcou-o com o bicho do jornalismo. João embrenhou-se cedo nas lides jornalísticas, ao mesmo tempo que mergulhava nos estudos da literatura mundial, prestando atenção especial aos escritores "malditos", que para ele eram aqueles que não conseguiam ser imitados. Entre eles estavam Oscar Wilde, Baudelaire e Mallarmé. Essa atenção tornou-se paixão a tal ponto cultivada que João se aventurou em traduções da obra de Wilde, em especial A delícia de mentir, que no pensamento do poeta da cidade era a metáfora da modernidade.

Esse envolvimento aproximou-o também de Baudelaire, a quem atribuiu a condição de interpréte maior das tendências renovadoras da *Belle Epoque* e de quem tomou temas que foram decisivos em suas reflexões. como a cidade e a tragédia humana, que passaram a fazer parte do seu universo poético. Daí derivaram produções que envolveram

os mistérios humanos anunciados como "Dentro da Noite". Ao mesmo tempo, seu olhar deslumbrou-se com o movimento da cidade que iniciava o seu processo de modernização. Prestava uma enorme atenção às personagens que habitavam a urbe, e deliciava-se com as maneiras de ser e de fazer desses agentes urbanos. Procurou entender seus jeitos, pesquisou suas psicologias e compreendeu seus lugares como artistas, realizadores do grande espetáculo da cidade. Entendeu que a cidade era mais carne do que pedra, uma obra de arte do gênio humano; sua cultura e tradições decorriam dos estados d'alma dos habitantes que impregnavam o espaço construído com um carimbo humano. Deu-nos a ver esses estados d'alma sobre a forma de closes, em uma linguagem que renovava pelo seu conteúdo de visualidade. Seladores, tatuadores, prostitutas são algumas personagens que povoam as ruas junto com os trabalhadores. São sujeitos que imersos no mundo urbano dão sentido à cidade.

Essa etnografia dos tipos urbanos, aos quais se somam os pintores de rua, revelou-lhe uma cidade em que a dimensão pública anunciava-se como espaço do debate e lugar das trocas, da criação de sociabilidades. Essas sociabilidades tornaram, em certo sentido, até dispensável a vida privada. O ambiente da rua fazia a história das personagens e decidia suas vidas. Criava tipos, definia máximas, mudava hábitos, alterava decretos, promovia rebeliões e fundava linguagens, novas formas de comunicação.

Essa presença da multidão nas ruas só podia ser compreendida por um homem especial, que combinasse jornalismo e poesia, que se convencesse de seu papel de flâneur e tivesse a consciência clara da história de cada um. Sua apreensão desse mundo o fez o poeta da cidade, capaz, em suas crônicas, de apresentá-la pelos seus lados não visíveis, misteriosos. João do Rio não faz retratos. Os estados d'alma só se revelam em um movimento que é próprio do cinema, a invenção maior da modernidade-mundo. O fascínio pela observação, que se torna em João do Rio hábito e forma de vida, associa-se à ideia do flanar como perambular com inteligência, ou seja, liga-se não a uma atitude despretensiosa, mas crítica, que reconhece o jogo de relações definidor da capital federal e atua sobre ele a partir do momento em que o conhece por dentro, que o demonstra e o entende intimamente.

A ironia, o bom humor, a paixão pela liberdade, a tragicidade, o grotesco e a vontade radical de conhecer a alma dos homens da cidade e do mundo, com a rapidez que lhe for possível, são resultados da mania de flanar. Mas que cidade foi essa compreendida e dada a ver pelo poeta? Para compreender uma cidade de contrastes, complexa e cheia de surpresas era necessário vive-la, experimentá-la cotidianamente. Viver todos os seus momentos bons e maus. Ir procurar antros e confeitarias, mafuás e hotéis de luxo. Conviver com os trabalhadores,

com as prostitutas, com os cocheiros, com os escritores, e tentar arrancar de cada um suas expectativas, seus horizontes, suas tristezas e apreensões. Buscar os lugares ermos da cidade e aqueles que ainda não descobertos.

As descobertas e as constatações para serem percebidas tinham de surgir repentinamente. O método de João do Rio era de perambular com inteligência, comumente traduzido no jargão carioca como vagabundear com inteligência, em uma expressão da radicalidade da experiência. É ter que ir a algum lugar e deixar de ir porque o nosso olhar foi atraído por algum acontecimento na Gamboa, ou na Saúde, ou na Tijuca ou em Copacabana. Mas viver esse momento de descoberta significa não sentir nenhum remorso por ter deixado de ir ao lugar pretendido. Para conhecer e entender a cidade é fundamental não ter arrependimentos. Isso quer dizer atravessar a cidade de roldão, assistindo as minas do galo em extremos da cidade. Olhar as modas na rua do Ouvidor, apreciar o espetáculo da nova avenida – a Avenida Central – com todos os requintes modernos e reconhecer sem medo que a cidade anunciava um novo tempo, no qual se evidencia a dimensão cosmopolita dos seus habitantes, que rapidamente incorporavam modas e hábitos e, ao mesmo tempo, desenvolviam as suas singularidades em um jogo dialético entre localismo e universalismo.

Para João do Rio, o diferencial era observar o que de singular havia na cidade que a marcava com um nome próprio, longe da mania da imitação, para ele, a maior praga da modernidade. E terminar essa aventura no caís da Praça XV, comendo ostra e bebendo champagne. Chegar em casa e ainda ter disposição para escrever a crônica do dia seguinte, aproveitando cada minuto da vida e vivendo freneticamente a cidade, mesmo quando em descanso. Esse frenesi adveio das transformações urbanas pelas quais o Rio de Janeiro passava. A cidade vivia a experiência das mudanças desde 1870, adequando-se aos padrões que anunciavam o novo tempo, o tempo da *Belle Epoque*. Essas transformações colocavam abaixo as velhas construções coloniais e desvendavam o véu que cobria as sensações e vontades de um novo tempo.

Diferentemente das capitais europeias que, diante da modernidade provocada pelo desenvolvimento de estruturas de produção e consumo capitalistas, acentuavam o caráter privado das representações sociais, o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro foi sua adaptação a um novo momento. Um momento caracterizado ainda por uma integração dependente da economia mundial, mantendo o caráter exportador e buscando mecanismos que pudessem compatibilizar essa dependência com uma modernização radical. Nesse aspecto, a saída se realizou através da criação do mito da "regeneração"; da necessidade de dar conta da complexidade cada vez maior da população da cidade, resultado das migrações e imigrações; da libertação dos escravos; do aumento do mercado de trabalho, resultante da ampliação das funções urbanas; da

implantação de um novo regime político – a República. A cidade do Rio de Janeiro exercitava, assim, as funções de centro aglutinador dos mecanismos de superação das crises e de depositária da confiança no progresso da "civilização brasileira". O resultado foi o Rio Civiliza-se. Mas a passagem à regeneração não se efetiva de forma tranquila e pacífica. A manutenção de uma direção política e econômica conservadora fez com que, nesse processo, não fossem incluídas as demandas dos setores sociais mais recentes da cidade: os trabalhadores urbanos. Ao contrário, houve uma tentativa, plena de sucesso, de restringir a ação desses setores, através de um controle e de um disciplinamento de seu cotidiano.

A década de 1870 configura o início sistemático de um processo de modificação no espaço urbano carioca. A expansão demográfica e o crescimento industrial, especialmente do setor têxtil, indicam alterações no funcionamento e na distribuição da sociedade carioca. A lado disso, o crescimento do setor de serviços e o aumento das condições de acesso à riqueza em função do surgimento do mercado de trabalho livre. Iniciava-se a construção de uma capital europeia na imaginação das elites cariocas. Os jornais, agentes dessa construção imaginária, propagandeavam as novidades e formavam opiniões a respeito. Tudo fervilhava no Rio de Janeiro. O imaginário urbano e o viver em uma grande metrópole ganhavam concretude na apresentação das plantas de renovação da cidade e nas pequenas maquetes dos resultados, antecipando, magicamente, a grandeza urbana. O ano de 1880 teve como destaque a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, e, também, o Imposto do Vintém, que agitou e tumultuou a cidade, mas que ampliou as condições de investimento da municipalidade. Mas essas novas formas de agir sobre a cidade só se confirmaram em 1884, quando medidas concretas foram tomadas: proibição dos despejos no mercado da Candelária e de estábulos no Centro.

Com a abolição da escravatura, o panorama urbano não precisou se modificar. A cidade já estava adaptada a esse novo tempo, pois possuía uma grande população de ex escravos já vinculados aos setores produtivos e de obras. No entanto, houve efetivamente um aumento da população negra, a qual, liberta, transferiu-se para o lugar da riqueza, estabelecendo-se nos ofícios que conheciam ou que aprenderam, incorporando-se também às áreas industrial e comercial, especialmente no cais do porto, como descarregadores de navios (estivadores). Assim, a libertação dos escravos e sua disponibilidade para o trabalho, ao lado do movimento republicano, agitaram a vida urbana em um momento em que ela também possuía disponibilidade para recebê-los. As companhias de bondes, de eletricidade, de abastecimento de água e da construção civil foram algumas das outras empresas que utilizaram essa mão-de-obra, incorporando-a ao mercado do trabalho livre. O Rio de Janeiro era indiscutivelmente

o centro de todas as questões que diziam respeito ao Brasil no início do século XX. Por ser o lugar por excelência da vida política, era uma cidade continuadamente afetada por qualquer tipo de pressão sobre o Estado, ao mesmo tempo que disso se beneficiava para ampliar sua dimensão cosmopolita e moderna.

O século XX foi para a cidade-capital o momento de sua definição institucional e cultural. A vocação de "grande capital europeia" se delineava, tratava-se agora de organizar sua estrutura urbana para garantir essa vocação, uma vez que ela já era europeia no imaginário das elites empreendedoras. O caminho da renovação era agora idealizado, enquanto plano racional. Já com Felipe Pereira, em 1900, a prefeitura desenvolveu a "planta cadastral", que possibilitava ao governo o conhecimento de cada milímetro da cidade e que se definia como um instrumento de controle da circulação de homens, ao permitir a percepção do movimento da população, sua direção e nova localização.

Mas essa expansão, que não foi pacífica, pois veio marcada por tensões no interior das elites urbanas, não configurava a definição de rupturas com as "permanências coloniais". A modernização vestiu a cidade com outra roupa, mas o corpo permaneceu o mesmo, tendo quase sempre dificuldades de andar de salto alto. O ano de 1903 foi decisivo. Pereira Passos assumiu a função de prefeito. Imagem viva do novo tempo, mesmo já tendo setenta anos, ele era um empreendedor, homem de comando e decisão. Além disso, proprietário da Estrada de Ferro do Corcovado, membro ativo do Clube de Engenharia, estudou na França, e ajustava-se perfeitamente ao que a cidade precisava. Enfim, para os setores dominantes era o exemplo límpido da regeneração. Pereira Passos ganhou de Rodrigues Alves plena autonomia para realizar as mudanças. E as realizou a fundo, chocando-se, por vezes, com muitos dos interesses das elites dominantes.

Os jornais se utilizaram das polêmicas para veicular posições contrárias ao plano de reformas. Mas as reformas continuavam. O barulho e o movimento provocaram as pessoas, mas eram o sinal do novo, do progresso. A cidade civilizava-se. Era cortada em todos os sentidos. Todos os lugares foram afetados. Muitos não acreditavam que fosse possível acabar a obra. O medo do fracasso aumentou a polêmica. Necessitava-se acabar com as desconfianças. A construção da Avenida Central, grande marco da reforma, criava as condições de comunicação entre o centro comercial e o Porto, também reformado. Além disso, integrava-se à nova Avenida Beira Mar, facilitando o transcurso de ricos e estrangeiros que moravam e se hospedavam na região da Glória, Catete e Botafogo. A mobilização provocada pelas mudanças continuava. Cada um buscava garantir novos negócios. Os restaurantes se enchiam na hora do almoço e, à tardinha, as confeitarias ofereciam o refrigério ao calor tropical. Das mesas, a família burguesa carioca observava a grande obra: de um lado, pessoas ele-

gantemente trajadas, finamente vestidas, simpaticamente uniformizadas e, de outro, com outros olhos, pessoas sobriamente vestidas e dignas de uma cidade moderna: os trabalhadores.

A finura e a atenção educada – o saber ouvir –, a singeleza dos modos e gestos e a tranquilidade do andar, que, para João do Rio, decorria do calor e não da elegância – contrastavam com aquela "antiga" cidade. No entanto, a "nação subterrânea" manteve-se. Ao lado do requinte do homem moderno, produziram-se tipos urbanos ligados aos "acampamentos da miséria". Eram as profissões ignoradas, descritas por João do Rio em A Alma Encantadora das Ruas: os "fumadores de ópio", "os presepes", "os vendedores de santinhos" e de "livros populares", "os marcadores", "os trapeiros", "os ratoeiros", "os selistas" e uma infinidade de profissões que são desenvolvidas pela "academia da miséria".

Esse mundo desconhecido e encoberto foi o contraste da modernidade, que efetivamente ganhou espaço com as alterações provocadas pelas reformas urbanas. Entretanto, tudo isso representava civilização para aqueles que defendiam o progresso pela via dos impulsos capitalistas. Se de um lado, criou-se uma imagem da cidade do progresso, da capital-nação, que protegia e garantia a riqueza e que continha todas as imagens da modernidade parisiense, de outro se tinha uma cidade da miséria que também protegia, mas não garantia a sobrevivência e, no final, mostrava que a rua acabava na prisão. As contradições, aparentemente resolvidas com o ideal da modernidade, continuavam latentes na cidade. A civilidade do centro acentuava-se com a miséria da periferia e vice-versa. Como a "regeneração" não resolveu os impasses da economia agroexportadora brasileira, as crises e os movimentos populares se sucederam, maculando constantemente a grande obra.

Ao mesmo tempo, essas contradições mobilizavam a criação de novos valores, em oposição direta a aqueles que envolviam os setores pobres e trabalhadores, sempre associados ao atraso colonial e que projetavam a ascensão de uma camada média urbana, beneficiária das contradições e organizadora da legitimidade do projeto de renovação.

O Rio de Janeiro era uma grande metrópole, avançada na sua arquitetura e renovada socialmente. A cidade maravilhosa estava concluída, mas seu futuro não estava assegurado. A direção conservadora não sabia dar conta dos novos tempos, não se acostumava com as greves e movimentos sociais urbanos. O cosmopolitismo sem tradição excluía da modernidade não os homens, mas as formas de transformá-los, ao mesmo tempo em que acentuava a dependência externa, inviabilizando a formação de um mercado interno. Mesmo diante dessas contradições e das imagens confusas da cidade, cheias de névoas, o frisson era total, não se comentava outra coisa. A *Light* anunciava, com a claridade da

luz elétrica, um tempo de mudanças nas quais as construções eram realçadas assim como eram eliminados os medos da escuridão, abrindo a cidade à noite e com isso ao espetáculo das diversões, à vida boêmia mais intensa.

O saneamento e o novo sistema de abastecimento de água tomaram forma na cidade. O remo e as corridas de cavalo marcavam a entrada da cidade na era dos esportes, já anunciando a presença futura do futebol com Charles Muller. Os bondes elétricos e os automóveis anunciavam o novo tempo e com eles as novas modas teatrais, líricas e populares, dando margem à criação de um gênero particular idealizado por Arthur Azevedo: as revistas do ano, nas quais eram apresentados os fatos mais marcantes do ano que decorreu. A Avenida Central dava o tom como ícone das reformas empreendidas por Pereira Passos e nela estava representado o progresso da nova cidade. Nas construções *art-nouveau*, nas modas usadas pelas mulheres elegantes, nas confeitarias onde predominava o gosto sofisticado pelo sorvete de pistache, nas livrarias e nos cabarés. De um lado da Avenida, o Porto, a Praça Mauá, lugar de chegada e de saída dos viajantes, que mostrava a inserção brasileira no mercado internacional, contrastando com isso os velhos bairros da Saúde, da Gamboa e de Santo Cristo, onde estava armazenada a população da estiva, dos trabalhadores do porto. A rua Camerino, lugar do antigo mercado de escravos, agora se abria para o centro da cidade pela Avenida Passos, integradas pelo prédio do Colégio Pedro II, símbolo da civilização no Império e lugar de formação de suas elites intelectuais.

A rua Camerino foi lugar de lamentos e de sangue, de sofrimento e religiosidade negra, pois nela se concentravam os escravos trazidos da África. Nessa região, conhecida como Pequena África, surgiu uma forma particular de musicalidade, o samba, no terreiro de Tia Ciata, um dos muitos terreiros da área portuária no Largo de São Francisco da Prainha, hoje local de ensaios do bloco *Escravos da Mauá*. Ao lado, a Pedra do Sal e a Prainha, hoje rua do Acre, local onde os negros escravos descarregavam os navios que traziam o sal, atualmente um lugar de rodas de samba. Todos esses locais foram espaços de resistência e, ao longo da Reforma Passos, transformaram-se em redutos revolucionários, onde pontificava o líder negro Prata Preta e o movimento de resistência à vacina obrigatória – Porto Arthur, um dos símbolos utilizados pela historiografia para promover a luta em tradições atrasadas e a nova civilização idealizada por Oswaldo Cruz.

Atravessando a Avenida Central passava-se pelas ruas dos imigrantes turcos, sírios, libaneses e judeus, todos conhecidos pelo nome genérico de turcos, que viviam do comércio varejista de cama, mesa, banho e vestuário, além de brinquedos e de tudo que alguém precisasse na cidade, do botão à comida, formando o que se designou como Saara. Seguiam-se as ruas Senhor dos Passos, Alfândega, Buenos Aires e Rosário cortadas pela rua Uruguaiana, antiga rua

da Vala, que no período colonial tornou-se o desaguadouro do lixo da cidade, e na *Belle époque* teve como símbolo o Alcázar Lírico, cabaré francês, que fazia sucesso no século XIX, e pela rua Gonçalves Dias, onde pontificava a Confeitaria Colombo, hoje o símbolo mais elevado da *Belle époque*. Depois vinham os becos da área do Mercado que se ligavam ao Cais Pharoux, depositários das hospedarias casas de ópio, onde os chineses faziam a vida.

No final da Avenida Passos, o Rocio antigo, local do enforcamento de Tiradentes, símbolo da resistência brasileira ao poder colonial de Portugal no processo da Inconfidência Mineira, na Belle Espoque, lugar de divertimento e comida, onde estavam os teatros populares, os restaurantes de pasto portugueses e os *chinas*, bares sujos que atendiam aos menos abastados em suas refeições diárias. Também por lá encontrávamos os hotéis, onde mascates e homens das províncias ficavam durante sua estada no Rio de Janeiro.

Nesse miolo sobressaia a imponência do prédio do Real Gabinete Português de Leitura, onde hoje se encontra a biblioteca de João do Rio e local de estudo para os intelectuais da cidade, a Escola de Engenharia – a Politécnica, e a Igreja São Francisco que dá nome ao largo onde se situam a maioria desses prédios. No outro extremo da Avenida Central o requinte da arte e da cultura representado por um conjunto de prédios construídos ao longo da primeira década do século XX, que demonstravam o clima cosmopolita da nova cidade. O Teatro Municipal, a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Nacional formavam o eixo principal do refinamento da cidade. Em torno deles os restaurantes chiques e a diversão para os ricos. Desse conjunto, pela Avenida Beira Mar, chegava-se às moradias dos novos ricos e dos antigos aristocratas, que aumentavam a população da Glória, do Catete, de Botafogo e das Laranjeiras, abrindo caminho para as terras altas de Santa Teresa e do Cosme Velho. Todos esses prédios culturais associavam-se em uma enorme praça, depois a Cinelândia: a Broadway brasileira nos anos 1920, lugar da nova ma ia dos cinemas. Em frente ao Teatro Municipal, no outro extremo da praça, o prédio que havia servido de pavilhão brasileiro na Exposição da Filadélfia, o Palácio Monroe, hoje só visível em fotografia.

No caminho em direção à área sul da cidade, olhando-se à direita, vislumbrava-se a área da diversão popular, dos cabarés e das casas de jogo que faziam a festa das prostitutas e dos boêmios, conhecido como Lapa. Todo esse movimento, de um lado e de outro da Avenida Central, confirmava duas coisas. Primeira, o Rio de Janeiro era a cidade das ruas. Segunda, que a Reforma não havia alterado a tradição de diferenciação entre o centro da cidade e os bairros que nasciam ao seu redor. Esse núcleo urbano do Rio de Janeiro até hoje é chamado pelos cariocas de cidade. O carioca não diz que vai ao centro, ela vai à cidade. Essa diversidade, essa confusão de tradições e de modernidades só

poderiam ser entendidas por alguém que depositasse a sua alma na cidade, que procurasse costurar os estados d'alma daqueles que habitavam esse lugar de contrastes.

A crônica se tornaria o veículo através do qual João do Rio daria conta desses contrastes. A crônica como escrita do tempo, definida por Margarida Neves (1992), constituiu-se na forma exemplar de apreensão da realidade carioca e foi desenvolvida pelo poeta até as suas últimas consequências, o que quer dizer que João do Rio experimentou um novo tipo de linguagem, no qual acentuou uma das perspectivas mais importantes da modernidade que era uma nova visualidade, trazida pelo desenvolvimento do cinema e da fotografia. Virginia Camilotti (2008) tem razão ao afirmar que o poeta criou com suas crônicas uma forma particular de representação, anunciada por ela como a do close. Realmente, o que vocês poderão ver, caros leitores, na A alma encantadora das ruas, são closes que produzem na nossa mente imagens vivas daquilo que se lê. Para esses closes João do Rio usou de toda a sua competência e inteligência e o fez de maneira surpreendente e surpreendendo. Usou de forma radical a sua subjetividade, impregnando a narrativa da escrita de si, tornando-se cúmplice daqueles que apresentava. Antonio Candido (2007) o identificou como um "radical de ocasião"; para nós, leitores, uma das melhores formas de entender o papel de João do Rio, principalmente sua faceta de vivenciar as emoções extremas da cidade.

A grande contribuição de João do Rio foi a de mostrar que se pode transformar tudo que está a nossa volta em objeto de literatura, de jornalismo e de história, principalmente, as coisas que estão no escuro, no campo sombrio da noite e nos espaços socialmente proibidos, as coisas pequenas, óbvias e comuns. João do Rio mergulhou profundamente no ambiente da cidade e pesquisou cada "rastro" deixado por quem quer que fosse. Procurou pela cidade pistas que tornassem possível entender a essência do homem da nova cidade. Decodificou, como ninguém, as linguagens e as imagens da nova urbe, às vezes afastando-se radicalmente de Paris – a capital do novo tempo nos anos 1920, e, não também raramente, dela se aproximando vertiginosamente. João do Rio foi o "carioca": a imagem plena de sentimentos e a agudez do olhar futuro. Mas um flanêur que incorporou o etnógrafo moderno e vasculhou a cidade, revelando-a densa e complexa. Adivinhou que o Rio de Janeiro, contra tudo e contra todos, seria uma grande metrópole. Quis tornar-se o arauto da novidade e procurou, no seu caminhar crítico pela cidade, elementos que o ajudassem a completar a sua cartografia sócio urbana.

Essa radicalização no uso da subjetividade fez do poeta um múltiplo, ou polígrafo. Sua vida transformou-se e passou a dedicar-se a muitos afazeres ao mesmo tempo. Criou um jornal: *A Pátria*, sonho antigo, pensado inicialmente

na parceria com Irineu Marinho. Dedicou-se às traduções, escreveu romance e fez-se autor teatral. João do Rio, ao renovar o jornalismo carioca através da crônica-reportagem, abriu caminho para um avanço do conhecimento da cidade, revelando o "mundo das sombras", colocando em evidência aquilo que a modernização escondia e transitando por um espaço de crítica social. Esse movimento transformou o modo de ver a cidade. A crônica do banal e do cotidiano expressou-se como o modo mais rápido de entender as mudanças. O gênero combinou a recuperação da tradição com a velocidade do novo tempo.

A consciência que possuía do novo tempo tomou-o por completo e resolveu se responsabilizar pelo sucesso desses empreendimentos, usando de todos os meios para chegar aos seus fins. Nem m desses momentos, para defender a qualidade dos textos teatrais, resolveu criar a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, como uma contribuição para a melhoria do teatro. Conseguiu ainda ser o seu primeiro presidente, para logo a seguir falecer, deixando a SBAT como herança. Essa consciência do mundo o levava a excessos que comprometiam a sua saúde. Essa vida louca levou-o a esmiuçar a cidade como uma personagem, dando-lhe voz e corpo, fazendo-a acompanhá-lo a todos os lugares, como em uma constante homenagem a sua performance como lugar dos conflitos e das contradições. Para poder dar conta dessa homenagem à cidade, traçou com as crônicas uma biografia do Rio de Janeiro, cuja expressão linguística foi a poesia. Transformou as ruas do Rio de Janeiro em rimas, dando-lhes a condição de atores de uma grande ópera, na qual o cenário principal era o movimento, a conversa, o barulho, as sensações, as emoções, os desastres, as tragédias das ruas. Criou um guia de interpretação da cidade, transformando-a em personagem, literalizando o mundo urbano.

Esse foi o seu grande elogio à cidade. Mapeou as profissões da rua, reconhecendo a academia da miséria como a formadora dos homens, lhes apresentando as maneiras de sobreviver. O que estava em jogo era a função desses protagonistas no grande mundo civilizado. Esses tipos forjados na rua foram os observadores agudos da cidade. Teciam-lhe um bordado que atravessava todos os seus espaços. Nesse mundo da miséria destacavam-se as "mariposas de luxo": criaturas pobres que frequentavam o centro da cidade, em especial a rua do Ouvidor, e que formavam o cenário das galerias no seu fechamento. Não eram prostitutas. Eram mulheres sonhadoras, que discutiam o que lhes ficava melhor da última moda de Paris, sem ter a mínima possibilidade de comprá-la e usá-la. Elas refaziam esse roteiro todos os dias e, diariamente, admiravam as vitrines como templos da riqueza e do luxo. Enganavam-se cotidianamente. Suas fantasias e seus sonhos esgotavam-se na hora de tomar o bonde. Mas no fundo gostavam do sonho e da ilusão. O simples fato de poderem usufruir com

os olhos dos encantos das vitrines e da sua imagem refletida no vidro, repleta de joias, já lhes dava certa sensação de posse.

Afinal, muitas mulheres nem mesmo conheciam as vitrines. Representantes da nova geração, daqueles que foram aos poucos excluídos do centro da cidade, elas pelo menos tinham o direito de andar pelo centro e admirar o luxo do novo ambiente. A lembrança desses momentos enfeitava suas vidas. "Sono Calmo" é o término chocante de tudo aquilo que a miséria criava. Além dos mendigos e das crianças que ingressavam nas formas alternativas de viver, havia as condições de habitação da nação subterrânea. Esses contrastes dos dois mundos eram resultantes da perversidade da cidade moderna, onde os homens perdiam seus sentimentos pelo luxo ou pela miséria. A "rua" transformava-se para o poeta no lugar do acontecer moderno na cidade do Rio de Janeiro. Era nesse espaço que explodiam todas as relações sociais e políticas. Nela, o sentimento e a razão se encontravam e travavam sua batalha decisiva. A "rua" era o símbolo do viver moderno, por onde transitavam os diversos tipos sociais, onde esses tipos ganhavam expressão e sentido, se construíam e cresciam, onde, finalmente, discutiam a sua existência. As profissões ignoradas e o mundo civilizado travavam, na rua, o duelo da esperteza. Disputavam palmo a palmo o território urbano. As ruas definiam relações e construíam hábitos e valores.

A cidade moderna do Rio de Janeiro comandava a vida, construindo acima das diferenças um palco comum de relações, que aproximou os grandes pintores das galerias e dos ateliers, daqueles que João do Ria conhecia das pinturas dos botequins e que curtia em um dia de domingo. João do Rio transformou a rua em laboratório. João do Rio foi o observador da cidade. Dedicou-se com todo amor a esse empreendimento. Tomou a cidade como refeição, fazendo o mesmo movimento de Balzac em Paris, uma gastronomia do olhar, iniciando um ritual antropofágico antecipatório da experiência modernista brasileira. Sua biografia da cidade revela a erudição e a sagacidade de quem mergulhou fundo nos mistérios urbanos, destacando a sua dimensão mundana como tema na contramão das tentativas de transformar o Rio em Paris. Procurou as singularidades do Rio de Janeiro e para isso olhou para trás, para aqueles que já haviam iniciado esse trajeto como José de Alencar, Machado de Assis, Inglês de Souza, mas também olhou para o lado e observou Lima Barreto. E ficou satisfeito, percebeu que a cultura brasileira não devia nada a ninguém. E nessa afirmação de superioridade, delirava e imaginava que uma literatura que tinha O alienista de Machado de Assis, O homem que sabia javanês de Lima Barreto e A alma encantadora das ruas, não podia ser inferior.

Esse traço inconfundível de poeta radical foi formado nas lides diárias do trabalho de jornalista e editor, na luta pela defesa da qualidade do teatro brasi-

leiro. Seu autodidatismo impressiona, sua qualidade literária assusta e o qualifica. Essa qualificação não o levou ao Itamarati, projeto que alimentou durante algum tempo, mas o levou à Academia Brasileira de Letras. Sua obra, longa e copiosa, inovou pelas temáticas e pela forma de apresentação. Durante a sua vida perseguiu a novidade, desgostoso da falta de criatividade do jornalismo e da literatura, considerava que a reunião das duas atividades seria benéfica. Para isso, tomou a experiência das mudanças como horizonte. Escreveu sobre a *Vida Vertiginosa* e a *Psicologia Urbana*, títulos de dois de seus livros, que indicam a fina sensibilidade para a análise da vida urbana. Mas foi mais longe e produziu um conjunto de crônicas sobre as religiões que se desenvolviam no Rio. Como todo inovador, sofreu as pressões daqueles que não gostavam de novidades, que o acusaram de tudo, colocando ênfase na sua condição de negro e de homossexual. Essas pressões, entretanto, só fizeram com que o poeta se dedicasse mais ao seu trabalho e fosse vislumbrando novidades. Nesse movimento chegou a publicar uma revista que antecipava o luso-brasileirismo chamada *Atlântida*.

A inquietude do poeta mostrou-se proveitosa. A cada imagem produzida pelo poeta reconhecemos a grandiosidade das mudanças urbanas, sua qualificação de modernidade espelhada no ritmo da vida, no pulsar da multidão. Descortina-se uma nova cidade, longe de Paris, pois se há coincidências na forma e no conteúdo a cidade é carioca. E além do mais, para aqueles que continuam a imaginar Pereira Passos como um prefeito francês, sugiro que me digam que cidade não lembra a Paris do século XIX, a grande capital do mundo na inspirada percepção de Walter Benjamin. A cada passo de descobertas na viagem pela Paris descobrimos relações, algumas produzidas pelo acaso, outras que mostram a nossa infinita capacidade de traduzir o novo. Com João do Rio, como poetas cariocas, deixemos que a cidade se mostre, com calma, tolerância, bondade e tomemos posse dela, ocupemos as ruas e talvez tenhamos um futuro grandioso como homens de uma cidade maravilhosa. E nos tornemos como João do Rio em produtores de closes-símbolos. Por trás da forma da cidade, apreciaremos observar o espetáculo dos mistérios de uma cidade que possui nas suas pedras, no seu chão, história e cultura.

Referências bibliográficas

ANTELO, Raul. *O dandi e a especulação*. Rio de Janeiro: Timbre/Taurus, 1989.

ASSIS, Machado de. *O alienista*. Domínio público. Biblioteca Nacional (http:// www. dominiopublico.gov.br).

BARRETO, Lima. *O homem que sabia javanês*. Domínio público. Biblioteca Nacional. Nacional (http://www. dominiopublico.gov.br).

BROCA, Brito. *Vida literária em 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967 (há uma nova edição em circulação).

CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio, ideias sem lugar.* Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Teresina, etc*. São Paulo: Editora Ouro sobre Azul, 2007.

GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1999.

MENEZES, Lená. "(Re)inventando a noite: o Alcazer Lyrique e a cocote comédiénne no Rio de Janeiro. In: *Revista Rio de Janeiro*, nos. 20-21, 2017.

NEEDELL, J.. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. "Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas". In: Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica*. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NEVES-MANTA, Inaldo. *A arte e a neurose de João do Rio em face da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1947.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

SECCO, Carmen Lúcia. *Morte e prazer em João do Rio*. Rio de janeiro: Livraria Francisco Alves/SEEC/RJ, 1978.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TORRES, Antonio. *As razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1925.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cidade das ruas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

Recebido em: 09/09/2021
Aprovado em: 10/10/2021

LIMA BARRETO: UM CRONISTA MULTIFACETADO E REBELDE DO RIO DE JANEIRO

Luiz Ricardo Leitão[1]

Resumo:

A partir da consideração de que a poesia, a crônica e a prosa de ficção também lançam luzes sobre a História e, muitas vezes, interpõem grãos valiosos de dúvida sobre supostas verdades cristalizadas, o artigo dá destaque à obra de Lima Barreto, um cronista multifacetado por muito tempo esquecido por críticos, literatos e historiadores. Busca, assim, resgatar a grande importância de sua obra na descrição das paisagens geográficas e humanas do Rio de Janeiro, no contexto republicano de início do século XX. .

Palavras-chave: Lima Barreto; Crônica e prosa de ficção; Rio de Janeiro.

Abstract:

Based on the fact that poetry, chronicle and fictional prose also shed light on History and often interpose valuable grains of doubt about supposedly crystallized truths, the article highlights the work of Lima Barreto, a multifaceted chronicler long forgotten by critics, literati and historians. Thus, it seeks to rescue the great importance of his work in the description of the geographic and human landscapes of Rio de Janeiro, in the republican context of the beginning of the 20th century.

Keywords: Lima Barreto; Chronicle and fictional prose; Rio de Janeiro.

De antemão, devo advertir que este autor não é, por carreira, um *historiador*, como os demais expositores do ciclo promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, mas sim um servo fiel das Letras. Isso não implica que nossa abordagem do tema seja melhor ou pior do que a dos diletos pares; não, ela será apenas diferente, como gostam de apregoar os Acadêmicos do Salgueiro...

É claro que, sem os historiadores, padeceríamos muito para destrinchar a gênese e evolução deste país, sobretudo nossa formação socioespacial. Não é possível ler e interpretar o Brasil sem a fecunda contribuição de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., José Murilo de Carvalho e tantos outros autores que investigaram os meandros ambíguos e escusos de nossa pátria-mãe eternamente subtraída em tenebrosas transações. (Cabe aqui, aliás, consignar que, além dos discípulos de Heródoto, essa lista ainda contempla um seleto rol de geógrafos, filósofos e sociólogos que também nos ajudam a decifrar os

1 Professor associado da UERJ e escritor. Autor de *Lima Barreto: o rebelde imprescindível* (2006) e *Noel Rosa: Poeta da Vila, Cronista do Brasil* (2009) e das biografias de *Rosa Magalhães* (2019), *Zé Katimba* (2016) e *Aluísio Machado* (2015). .

enigmas de Bruzundanga, entre os quais se devem incluir os nomes de Milton Santos, Leandro Konder e Florestan Fernandes).

Amante da literatura, mas apaixonado por História, desde cedo este escriba se entregou à leitura de textos clássicos como "Raízes do Brasil", "Evolução política do Brasil" e "Os bestializados". Contudo, logo também se deu conta de que a poesia e a prosa de nossos melhores escritores logram igualmente desvelar, com rara percuciência e lucidez, traços únicos da formação do país e dessa quimera chamada "identidade nacional", um velho fantasma a inquietar a *intelligentsia* cevada na periferia do capitalismo global.

Ou seja: a ***poesia***, a ***crônica*** e a ***prosa de ficção*** também lançam luzes sobre a História e, muitas vezes, interpõem grãos valiosos de dúvida sobre supostas verdades cristalizadas. E, se já não lhes bastasse tal proeza, inspiram igualmente descrições clarividentes de nossas cidades e de seus personagens, como o fizeram, desde o antigo regime colonial, notáveis artífices das letras nas principais vilas e cidades destes inquietos trópicos.

A larga tradição literária dos cronistas da cidade, de Gregório de Matos a Lima Barreto

A obra excepcional dos cronistas de Bruzundanga se inicia em pleno século XVII, com o maior de nossos poetas **barrocos** – o irreverente Gregório de Matos Guerra, o **"Boca do Inferno"**:

> Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
> Estás e estou do nosso antigo estado!
> Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
> Rica te vi eu já, tu a mi abundante.
> A ti trocou-te a máquina mercante,
> Que em tua larga barra tem entrado,
> A mim foi-me trocando, e tem trocado,
> Tanto negócio e tanto negociante (GUERRA, s/d.).

O *"triste estado"* denunciado por Gregório é o papel que coube à Bahia na antiga ordem colonial: prover matéria-prima de ótima qualidade em troca de meras especiarias que o ardiloso estrangeiro lhe empulhava. De quebra, o poeta-cronista traça um sugestivo paralelo com a sua própria experiência existencial: tanto ele quanto a cidade padeciam as duras mazelas da primeira onda de **globalização** do século XVI e se viam desfigurados pela ação inclemente do comércio. Sua acolhedora terra fora próspera no passado, mas agora estava empobrecida por obra da *máquina mercante* que cruzou a barra do porto; e o

próprio poeta também acabara ludibriado pela astúcia de *tanto negócio e tanto negociante*...

Outro grande cronista desponta em meados do século XIX, em plena eclosão do Romantismo em nossas letras, mas exibindo inegáveis traços realistas. Trata-se de Manuel Antônio de Almeida e suas saborosas *Memórias de um sargento de milícias* (1854-55), obra de referência do Brasil Império que Antonio Candido devassou em seu ensaio "A dialética da malandragem" (1993). O folhetim-romance abre com a famosa frase *"Era no tempo do rei"*, que sinaliza como o autor permaneceu fiel às juras de progresso anunciadas pela vinda da Corte em 1808 e pelo grito da Independência de D. Pedro I em 1822. Como tantas outras promessas enunciadas em plagas tropicais, todas elas seriam pouco a pouco traídas pela opção conservadora que se impôs neste Brasil regido pela aliança das elites agrárias escravocratas e a burguesia mercantil urbana.

O herói da narrativa é o solerte Leonardo, filho de um casal português que, tal qual a corte de João, Maria e Pedro, deixou a Lisboa natal para reinventar-se no "Novo Mundo". A descrição dos dois personagens por Manuel Antônio é antológica. Em lugar da figura feminina sublime e inacessível dos românticos, a mãe do herói, a aldeã Maria das Hortaliças, ganha as cores de uma lisboeta rude e simplória, cujos traços em nada condizem com o padrão da prosa de ficção da sua época. O pai, Leonardo-Pataca, tampouco possui alguma coisa de notável, adverte-nos de saída o narrador: malandro e folgazão na juventude, ele se torna com a velhice um tipo moleirão e pachorrento (*"rotunda e gordíssima personagem de cabelos brancos e carão avermelhado"*), que sobrevive à custa do emprego que, "não se sabe por proteção de quem", alcançou ao chegar ao Brasil.

Da mesma forma, a 'história de amor' do casal, iniciada, "segundo os usos da terra", com a cena de "pisadela e beliscão", em nada se assemelha aos devaneios líricos e platônicos com que se enlevam as *Divas* e *Moreninhas* da ficção romântica: as relações amorosas são mais do que concretas e terminam por gerar, ao fim de nove meses, rebentos genuínos de carne e osso, como o "formidável menino" ("*gordo e vermelho, cabeludo, esperneador e chorão*") que a Maria das Hortaliças pôs no mundo, cujo destino dependerá não só de sua astúcia e carisma, como também dos favores e "proteção" que lhe prestarão os amigos e a madrinha ardilosa e fiel.

Mais além da brejeira diegética, o texto também é uma crônica do Rio de Janeiro da época de D. João VI, narrando as peripécias do jovem Leonardo, um pícaro tropical que, por meio dos artifícios a que sua astuta madrinha recorre, logra ingressar na carreira policial, driblando a severa vigilância do temível chefe de polícia, o Major Vidigal, e obtendo o cobiçado posto de "sargento de

milícias". Assim, a obra constitui uma peça única na prosa de ficção do Romantismo, com humor peculiaríssimo e a opção pela irreverência em lugar do falso moralismo, bem distinto da narrativa adocicada e pueril dos romancistas do período, tais como o jornalista fluminense Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha*, e o senador cearense José de Alencar, criador de *Diva, Lucíola* & Cia.

Por sua vez, caberá a Machado de Assis (1979) radicalizar a experiência realista de Almeida, ingressando em grande estilo na ilustre galeria dos cronistas de Bruzundanga. Em 1881, já aos 42 anos de idade, o genial mestiço (filho de um pintor mulato e de uma lavadeira açoriana) dá um giro de 180º em sua obra, até então eivada de referências românticas, e publica as *Memórias póstumas de Brás Cubas,* talvez a maior vitória do Realismo[2] entre nós.

De estilo reservado e tímido na vida privada, para o que talvez concorressem os eventuais acessos de epilepsia e a incômoda gagueira, Machado cria com seu engenho e facúndia uma personagem carismática, que narra do próprio túmulo suas peripécias singulares, dedicando-as ao verme que primeiro roeu as frias carnes de seu cadáver. Eis aí Brás Cubas, o *defunto-autor* caprichoso e insolente que liberta a ficção latino-americana das amarras do **documentalismo** e, sem impor vetos ao imaginário, propicia às nossas letras um salto inimaginável para sua época.

Por fim, ele ainda denuncia, com a *volubilidade* do personagem-narrador (que tudo promete aos leitores, sem nada cumprir), não só a extrema desfaçatez das elites do Brasil escravocrata do séc. XIX, mas também a sua contradição estrutural. Os caprichos do jovem Cubas (que quebrou a cabeça de uma escrava da família porque ela lhe negara uma colher do doce de coco que fazia e, não satisfeito, deitou cinzas ao tacho, dizendo à mãe que a negra estragara a iguaria por pirraça) são a ilustração cabal do cinismo da burguesia agromercantil, marcada pelo *discurso liberal* e a *práxis autoritária*, como tão bem anotou o crítico Roberto Schwarz.

Lima Barreto: um cronista único da paisagem física e humana do Rio de Janeiro

À sua maneira, Lima Barreto foi muito além dos pares letrados da nossa *Belle Époque* na descrição da paisagem física e humana do Rio de Janeiro e do próprio país. Residindo durante boa parte da vida adulta no bairro de Todos os Santos, modesto subúrbio à margem da linha férrea da Central, ele supera, sobretudo, as limitações espaciais claras de outros autores, que, nunca ampliaram sua abordagem do sítio urbano.

2 Sobre o tema, ver COUTINHO; KONDER; NETTO, 1974.

Vale frisar, desde já, que o gênero literário **romance** tem filiação citadina: é fruto da Revolução Industrial, da expansão das metrópoles e da difusão da imprensa, que forma gerações de novos leitores e leitoras por meio dos folhetins, primeiro meio de difusão de várias obras célebres. Basta lembrar as já citadas *Memórias de um sargento de milícias*, publicadas originalmente pelo **Correio Mercantil** entre 1852 e 1853, assim como as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que, antes da edição em livro, saíram em folhetins da **Revista Brasileira** em 1880.

Em literaturas de países com precoce hegemonia urbana, surgem até subgêneros muito populares, como o romance policial, que se projeta em Londres, na pátria da Revolução Industrial, e, cá na América Latina, se consolida primeiro em Buenos Aires, a moderna e cosmopolita capital da Argentina. Não é por acaso, aliás, que, no Brasil agromercantil do Império e da I República, venha a ser bem tardia a sua eclosão em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo.[3]

Não é de se estranhar, pois, que nossos romancistas quase sempre transitem por limites bastante estreitos da urbe. O extraordinário **Machado de Assis**, em especial, viveu literalmente entre o Cosme Velho e o Centro do Rio. O próprio narrador, nas páginas memoráveis de *Esaú e Jacó* (um dos maiores romances do criador de *Brás Cubas*), há de reconhecer tal condição, declarando-nos: "O mundo começa aqui no Cais da Glória ou na Rua do Ouvidor e acaba no Cemitério de São João Batista. Ouço que há uns mares tenebrosos para os lados da ponta do Caju, mas eu sou um velho incrédulo."[4]

Já **Lima** é um peregrino, um passageiro assíduo dos trens suburbanos, que circula entre a Central e as estações do ramal de Deodoro com o olhar cúmplice de um cronista da periferia. Em suma, quase o avesso do andarilho urbano diletante que será consagrado pela Modernidade do Velho Mundo (ver LEITÃO, 1992) e aqui se personifica na figura do jornalista e acadêmico João Paulo Coelho Barreto, mais conhecido pela alcunha literária de João do Rio (ver RODRIGUES, 2010). Versão carioca do *flâneur* parisiense descrito por Walter Benjamin, o cronista, além de vestir-se e luzir como um "dândi de salão", segundo a expressão de seu biógrafo João Carlos Rodrigues, sempre preferiu transitar pelo Centro antigo do Rio. Ele se afastou muito pouco do bulício dos cafés e livrarias da Rua do Ouvidor e arredores, embora tenha demonstrado visível interesse pela "Pequena África" (o amplo sítio histórico que se estendia da região do Cais do Porto até o Estácio, a Cidade Nova e a Praça XI), tratando de estudar e registrar por escrito as religiões ali praticadas por nossa gente.

3 Sobre o tema da literatura brasileira, ver PICCHIO, 1997.

4 Sobre Machado, ver, entre outros, SCHWARCZ, 1990.

Por sua vez, Afonso Henriques, o prosaico passageiro dos trens da Central, não apenas percorria rotas mais largas, como ainda desafinava com sua escrita o coro dos contentes da *Belle Époque*. Conforme salientou o já saudoso historiador Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão* (um estudo primoroso sobre Lima e Euclides da Cunha, dois escritores absolutamente refratários ao "intimismo à sombra do poder" vigente no seu tempo), em meio às tensões sociais da I República e ao esgotamento da fórmula esteticista dos parnasianos, com seus discursos ocos e vazios, Barreto assumiu um estilo deliberadamente *'desleixado'*. E o fez com o firme propósito de afrontar a "esgrima retórica dos salões", conforme ilustra o acintoso cacófato que aparece no título do romance ***Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá***.

Segundo Sevcenko (1983), afora essa imprescindível rebeldia estética, impressiona ainda a **amplitude espacial** de Lima Barreto, que vasculha com sua prosa uma gama diversificada de espaços. Em suas narrativas, vislumbram-se não só os bancos, as lojas, a caserna, os salões, os ministérios e repartições públicas, as empresas e clubes, mas também os cortiços, as favelas, os "arruamentos delirantes" dos subúrbios, as fábricas e oficinas, além de taperas, roçados, sítios, latifúndios indivisos, vilas e estradas vicinais. Seus tipos humanos abrangem igualmente as mais díspares camadas da população: lá estão banqueiros, comerciantes, atravessadores, militares, aristocratas, arrivistas e burgueses de todo quilate, como também a gente dos subúrbios, os operários, os artesãos, os funcionários, ao lado de rudes caboclos, roceiros e ex-escravos agregados, que se opõem aos "coronéis", rábulas, cabos eleitorais e quejandos.

Obviamente, como em qualquer cartografia literária, há um ponto de partida para os devaneios do nosso percuciente andarilho. E sua biógrafa Lilia Moritz Schwarcz (2017) não hesita em afirmar que a Central do Brasil é o "grau zero" desse périplo entre a Zona Sul, o Centro e as outras regiões da antiga capital federal. Entre tantas paisagens por ele percorridas, está claro, no entanto, que as observações sobre os subúrbios e suas personagens são as mais sugestivas e agudas, associadas, em particular, a uma insólita relevância da figura feminina na vida dos bairros:

> Nos subúrbios, o fervor intelectual há de combinar-se inclusive à voga feminista, outro componente para o qual a maioria dos condôminos da cidade letrada jamais voltara suas lentes, mas o mulato andarilho divisava com uma nota de humor e clarividência:
>
> [...] Cada vez mais interessantes, os subúrbios. Sobretudo namoradores e feministas...
>
> – Feministas?

> – Feministas! Como não? A atividade intelectual daquela parte da cidade, ao se entrar no trem, parece estar entregue às moças... Tal é o número das que trazem livros, violinos, rolos de música, que a gente se põe a pensar: estamos no reino da Grã-Duquesa? Conheces a Grã-Duquesa?
>
> – Não.
>
> – É uma opereta de Offenbach em que as mulheres são homens, fazem guerra, têm exércitos... Eu a vi pelo Vasques... Que graça tinha esse ladrão! Dizia muito bem, com muita malícia: – se o nenê chorar, quem há de lhe dar de mamar? Ah! o Vasques!... Que saudade!... Nos subúrbios, dá vontade de perguntar: – quem há de dar de mamar aos futuros filhos dessas meninas? (BARRETO, 2001, p. 587-588)

Um panorama, enfim, repleto de surpresas, em que o cronista mais atento é capaz de descortinar as mais excêntricas edificações e os mais contrastantes tipos humanos:

> Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como boulevards e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento com um ódio tenaz e sagrado.
>
> [...]
>
> Vai-se por uma rua a ver um correr de chalets, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteira na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau-a-pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população; adiante, é uma velha casa de roça, com varanda e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada e querer ocultar-se, diante daquela onda de edifícios disparatados e novos (BARRETO, 2001, pp. 319-20).

Mas Barreto também se atém aos recantos rurais do Rio, sobretudo a partir da experiência que vivenciou quando, em 1890, logo após a Proclamação da República (com a queda de D. Pedro II e o exílio do Visconde de Ouro Preto, protetor da família), o pai se viu obrigado a deixar o cargo de tipógrafo da Imprensa Nacional e do jornal *A Tribuna Liberal* para ser administrador das Colônias de Alienados da Ilha do Governador. Lá naquele bucólico cenário cingido pela Baía de Guanabara, o menino Afonso Henriques conviveu com plantações de subsistência, conheceu frutas, árvores e animais, descobriu, enfim, a face rural do Rio. De acordo com Schwarcz (2017, p. 106), é daí que advém, em 1911,

a extraordinária incursão de Policarpo Quaresma por uma modesta empresa agrária – inspirada no sítio da família, na fauna e na flora do lugar e na própria Revolta da Armada de 1891.

Os cenários descortinados por um "alienado"

Entre a primeira e a última Colônia que conheceu, há muitos outros Rios subjetivos e objetivos devassados pelo andarilho Lima Barreto. Para não alongar nossa jornada, prefiro falar do ser transtornado que, no Natal de 1919, cruzou a cidade, desde o longínquo bairro de Guaratiba, na Zona Oeste do Rio, até o Hospital Nacional de Alienados (fundado em 1852 como Hospício Pedro II), na Praia Vermelha, Zona Sul da cidade (uma distância superior a 50 km, que ainda hoje requer largo tempo de viagem por qualquer meio de transporte terrestre), dentro de um humilhante "carro-forte" (isto é, uma -jaula policial puxada por burros). Sem dúvida, uma penosa experiência que o próprio paciente narra em *Diário do Hospício* (texto semidocumental do autor) e *Cemitério dos vivos* (obra ficcional plenamente inspirada nos eventos que padeceu).

Todavia, até mesmo sob o desconforto e acabrunhamento da internação forçada na Praia Vermelha, não escapava ao lúcido "alienado" a riqueza simbólica dos sugestivos cenários que lhe era possível divisar do alto de sua provisória morada. Em um dia de São Sebastião (o padroeiro da cidade do Rio de Janeiro), contemplando pelas janelas de um pavilhão do manicômio a faina dos pescadores na enseada de Botafogo, Lima vislumbrou a imagem fugaz de uma canoa nas águas turvas e crespas da baía. Encantava-o, como ao tenaz Policarpo Quaresma, herói de seu romance mais famoso, o legado dos usos e costumes ameríndios entre nós, desde o gosto pela farinha de mandioca e do milho na culinária, até os topônimos de rios e sítios naturais, todos eles "muito adequados e expressivos". A torpe presunção acadêmica da eterna colônia, porém, logo dissipava o lirismo da digressão:

> [...] Hoje, a vaidade nacional batiza os lugares com os mais feios nomes que se podem esperar. Enseada Almirante Batista das Neves! Só falta um doutor, também. Esta nossa sociedade é absolutamente idiota. Nunca se viu tanta falta de gosto. Nunca se viu tanta atonia, tanta falta de iniciativa e autonomia intelectual! É um rebanho de Panúrgio, que só quer ver o doutor em tudo, e isso cada vez mais se justifica, quanto mais os doutores se desmoralizam pela sua ignorância e voracidade de empregos. Quem quiser lutar aqui e tiver de fato um ideal qualquer superior, há de por força cair. Não encontra quem o siga, não encontra quem o apoie. Pobre, há de cair pela sua própria pobreza; rico, há de cair pelo desânimo e pelo desdém por esta Bruzundanga. Nos grandes países de grandes invenções, de grandes descobertas, de teorias ousadas, não se vê esse nosso fetichismo pelo título universitário, que aqui se transformou em título nobiliárquico. É o dom espanhol (BARRETO, 1988, p. 50).

Como se vê, dentro do *alienado* da Praia Vermelha seguia vivo o artista que tanto nos provocara com sua verve satírica ao esculpir, com o cinzel impiedoso da ficção, as mazelas desta pátria até hoje adormecida em berço esplêndido. Mesmo apartado da vida social, Lima continuava a ser aquele intrépido Policarpo que tanto prezava os usos nativos e abjurava o deslumbramento da sociedade pelas altas patentes militares e pelos doutores de plantão. Tão postiço quanto este Brasil da pandemia, o país do escritor era regido por militares estúpidos e burocratas sem-noção, capazes de agraciar com um cargo diplomático o sonso Castelo ("o homem que sabia javanês") – paradigma do arrivista sem qualificação para seu posto, mas ágil no alpinismo social.

Enfim, éramos (e ainda somos!) o simulacro nada fictício de Bruzundanga, terra onde a nobreza doutoral cultivava, como em todas as aristocracias, uma hierarquia que, em escala análoga aos botões de esmeralda, rubi ou safira do mandarinato chinês, distinguia-se pelas pedras que os "doutores" exibiam em seus anéis. Lá, por certo, para ingressar no Serviço Público, bastava satisfazer as exigências de próceres como o Ministro Pancome, para quem um belo candidato, mestre na arte de assoviar, dançar e executar todos os salamaleques requeridos pelo cargo (embora incapaz de redigir um simples bilhete...), seria sempre digno de nomeação.

O mote da discriminação racial e as "cores de Lima"

Para rematar nosso breve perfil deste multifacetado cronista do Rio e de Bruzundanga, vale a pena, por fim, atentar para o pintor de nossa ferrenha discriminação racial, cujos pincéis retratam, sobretudo, os "pretos humildes" que carregavam consigo nas costas lacerantes anos de escravidão. Não se pense, porém, que a opressão e a impotência só assumiam tons de **negro**: já nas páginas desiludidas de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (2011), o autor nos alertava que, entre os marinheiros que se revoltavam contra os maus tratos, havia "gente de todas as cores e todos os sentimentos", fossem eles *brancos, pretos, mulatos* ou *caboclos* – ainda que, como sentenciou em *O cemitério dos vivos*, o negro viesse a ser "a cor mais cortante".

Lilia Schwarcz apontou, com profusão de exemplos, que Lima não deixou escapar as mínimas variações da 'cor escura' e do 'marrom' em sua prosa, uma prática "estranha àquela época, tanto na literatura como na pintura", inclusive pela escassez de tintas e modelos para reproduzi-la, já que a pobreza, tal como a escravidão, "não merecia retrato na parede" (SCHWARCZ, 2017, 408). O autor, no entanto, não quis que a população afrodescendente permanecesse invisível e, por isso, fez desfilar em sua narrativa todo o espectro cromático dos discriminados, que reunia, além de "mulatos" e "mulatas", "pretos", "pardos", "morenos", "crioulos", "negros" e "cafuzos".

É sobre essa paleta, de forma indivisa, que o imaginário da *Belle Époque* compõe as figuras estereotipadas dos "malandros" e "vadios" que inquietam as classes dominantes no Brasil pós-abolição. Um século depois da assinatura da chamada "Lei Áurea", em pleno desfile das escolas de samba do Grupo Especial do Rio, em 1988, três compositores da Estação Primeira de Mangueira tornavam a denunciar, com rara beleza e indignação, a irrevogável vigência da exclusão social do negro. Em sua poesia, a rebeldia de Lima mesclava-se à lírica de Castro Alves, ecoando na avenida como uma estrofe sincopada do "Navio Negreiro":

> Pergunte ao Criador, pergunte ao Criador
> Quem pintou esta aquarela
> Livre do açoite da senzala
> Preso na miséria da favela[5]

Se hoje, três décadas depois, os versos contundentes dos poetas da nação verde e rosa seguem absolutamente atuais neste desgovernado Brasil da pandemia política, econômica e sanitária, o que dizer então da aquarela pintada por nosso cronista há mais de cem anos? Aliás, se entre nós estivesse, o que diria Lima sobre este Rio de Janeiro cindido e desfigurado, com inúmeros territórios à margem do Estado, subjugados e explorados por bandos de milicianos e/ou quadrilhas de traficantes? E como o nosso andarilho interpretaria esta cidade-espetáculo que sonha com os figurinos da última moda ultraneoliberal, fingindo não saber que, na periferia do capitalismo globalizado, só lhe resta um tosco casaco de algodão ou uma tanga para ir ao samba que Tio Samba a convidou?

Da Central a Santa Cruz, ou de Guaratiba à Praia Vermelha, ele agora teria até outros meios de locomoção pela cidade, embora não lhe fosse mais possível embarcar na velha estação de Todos os Santos, há décadas desativada e abandonada. Por certo, caminharia até o Engenho de Dentro e pegaria uma composição da Supervia, rumo a Deodoro, se quisesse reencontrar os subúrbios "feministas e namoradores"; ou seguiria até o Centro e baldearia para o Metrô rumo à Barra da Tijuca, onde apanharia o BRT lotado em direção a Mato Alto, cruzando a Baixada de Jacarepaguá a fim de rever o "sertão carioca" – hoje pasto das imobiliárias e das milícias, mas ainda habitado por uma gente bronzeada cheia de valor, que, mesmo despojada de utopias, sabe que a resistência e a rebeldia sempre serão imprescindíveis para as vidas severinas...

5 Estrofe-refrão do samba de enredo "Cem anos de liberdade: realidade ou ilusão?", composto por Hélio Turco, Jurandir e Alvinho para o desfile da Estação Primeira de Mangueira de 1988.

Referências bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1979.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2001.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário do hospício / Cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

CANDIDO, Antonio. "Dialética da malandragem". In: *O discurso e a cidade*. S. Paulo: Duas Cidades, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson; KONDER, Leandro; NETTO, José Paulo *et alii*. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUERRA, Gregório de Matos. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Círculo do Livro, [s/d].

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Leonor e a modernidade: o urbano e o agrário na experiência periférica*. Rio de Janeiro: System Three, 1992.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Noel Rosa: Poeta da Vila, Cronista do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: vida, paixão e obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARTZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

Recebido em: 06/09/2021
Aprovado em: 10/10/2021

O MUNDO TRÁGICO SUBURBANO CARIOCA DE NELSON RODRIGUES

Marco Santos[1]

Resumo

O jornalista, escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues (1913-1980) deixou uma obra que o coloca no Olimpo do Teatro brasileiro, quiçá do mundo. Seus personagens são crus, violentos, tragicômicos. Sua vida se confunde com suas peças: sua infância no bairro carioca de Aldeia Campista, onde presenciou traições, vinganças, escândalos, passando por seu trabalho como repórter de polícia, tudo se mesclou em sua mente febril e criativa.

Palavras-chave: Teatro; Rio de Janeiro; Subúrbio.

Abstract

The journalist, writer and playwright Nelson Rodrigues (1913-1980) left a work that puts him in the Olympus of the Brazilian Theater, perhaps in the world. His characters are raw, violent, tragicomic. His life is intertwined with his plays: his childhood in the Rio de Janeiro neighborhood of Aldeia Campista, Where he witness betrayals, revenge, scandals, going through his work as a police reporter, everything merged in his fevered and criative mind.

Keywords: Theater; Rio de Janeiro; Suburb.

Falar sobre Nelson Rodrigues no espaço de uma hora não é tarefa fácil. Talvez possa ser considerado como o 13º. Trabalho de Hércules. Na vida e obra do autor podemos analisar diversos aspectos que estão envolvidos. Sua biografia, que esclarece muito sobre seu legado e também outros ângulos, a saber:

Histórico, por ele abordar um Rio de Janeiro que não mais existe, estimulando reflexões sobre o recorte temporal em que ele viveu e sobre o qual escreveu;

Espacial Geográfico, de acordo com Milton Santos, que definiu espaço "por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, ele, o espaço, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total". (SANTOS, 1978, p. 171), e vemos os personagens rodrigueanos envolvidos nessa práxis coletiva;

1 Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, ator e Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Memorial, como no dizer de Le Goff, que definiu memória como "um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (LE GOFF, 2013, p. 435), entendendo essa identidade como um feixe de características reunidas pelas quais algo é conhecível e/ou reconhecível, que dá unidade e permite uma espécie de conscientização catártica tão facilmente observável na obra de Nelson;

Psicológico, pois em que pese ele ter negado por toda a sua vida ter lido Freud, está claro que seus personagens se aproximam dos abismos do inconsciente e do subconsciente e que, no Teatro brasileiro, nunca se viu tal mergulho profundo na psiquê humana;

Mas optei por tangenciar, neste curto período, a carioquice dramática de suas peças, os aspectos humanos tão representativos dos nativos da cidade do Rio de Janeiro. E começo por um personagem fundamental: o próprio autor.

Nelson: a vida

Nelson Falcão Rodrigues não é só o maior dramaturgo brasileiro: é um personagem do Rio de Janeiro, embora, por um lapso, tenha vindo ao mundo no dia 23 de agosto de 1912, em sua Recife natal. Por um lapso devido ao fato dele ser um dos poucos autores a descrever com perfeição as dores e as delícias do carioca morador do subúrbio. Ele próprio, por muito tempo, foi um habitante dessa área tão especial do Rio de Janeiro, ao tempo das "casas simples com cadeiras na calçada e na fachada escrito em cima que é um lar", como na letra de Chico Buarque e Vinícius de Moraes para a linda melodia de "Gente humilde", composta por Aníbal Augusto Sardinha, o conhecido violonista Garoto.

Mas o Rio suburbano de Nelson Rodrigues era bem mais profundo e complexo que o lirismo transbordante de Chico e Vinícius. Na obra de Nelson, o subúrbio carioca se aproxima de uma Tebas assolada pela Esfinge, ou de uma Corinto, onde a tristeza de uma Medeia abandonada pelo homem que amava a faz optar pelo desfecho funesto.

Do caleidoscópio de possibilidades que a vida e obra de Nelson Rodrigues oferece, escolho falar de sua ligação com o subúrbio carioca, tão presente em seu universo literário e teatral.

Começo por sua biografia, origem e explicação de sua opção e obsessão pelos aspectos sombrios de sua obra.

Nelson, quinto filho de uma prole de doze, veio para o Rio, com quatro anos, depois que seu pai, Mário Rodrigues, teve que deixar Pernambuco por questões políticas. A família Rodrigues foi se instalar no bairro suburbano Aldeia

Campista (bairro posteriormente absorvido pela Tijuca, Vila Isabel e Andaraí). O nome do lugar foi dado por seu fundador, Domingos Pereira Nunes, em 1897, um usineiro da cidade fluminense de Campos dos Goitacazes.

Nelson morou por quase dez anos neste subúrbio e isto foi marcante para o escritor que ele seria. Seus vizinhos do bairro Aldeia Campista seriam o grande laboratório de onde surgiria mais tarde o "Anjo pornográfico", como ele se autodenominou.

Inúmeras vezes o menino Nelson viu maridos enganados espancarem ou mesmo assassinarem esposas adúlteras, casos de amor proibido, moças se desencaminharem por conta de sedutores de plantão e um sem-número de situações que ele posteriormente ficcionaria, não só em suas peças, como também em suas crônicas. Sem essa passagem pelo subúrbio do Rio ele não seria quem foi.

Claro está que da massa bruta do dramaturgo e escritor a vida no subúrbio não foi o único fator motivador. Sua preferência por romances de capa e espada e mesmo os dramalhões do Século XIX também ajudaram e muito nesta formação.

À esta época, seu pai, que era jornalista, trabalhava no *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt. Em meados da década de 20, ele saiu do seu emprego para fundar o jornal *A Manhã*. E convocou seus filhos Mário e Nelson para trabalharem com ele. Nelson, com 13 anos, foi designado como repórter de Polícia.

Um novo evento decisivo para a formação intelectual e de estilo do futuro dramaturgo.

Com a melhoria de situação financeira dos Rodrigues, foram morar em Copacabana, que, embora à beira mar, tinha conformidade de um subúrbio à época.

Nelson saía do jornal para fazer a ronda nas delegacias de polícia em busca de matérias. E cobriu muitos crimes escabrosos, para transformá-los em artigos jornalísticos com ênfase no sensacionalismo, como era a predileção dos leitores de *A Manhã*.

Seu pai acabaria perdendo o controle de seu jornal, enganado por seu sócio. Todavia, com um empréstimo salvador, fundou outro jornal: *Crítica*, mais um hebdomadário sensacionalista, especializado em crimes e escândalos.

Neste jornal, onde além de Nelson, trabalhava também seu irmão Roberto, um brilhante caricaturista, lá um outro fato marcaria profundamente o futuro escritor de peças de Teatro.

Em 26 de dezembro de 1929, a primeira página de *Crítica* trouxe o relato de separação do casal Sylvia Seraphim e João Thibau Júnior. A matéria, ilustrada por Roberto Rodrigues, com texto de Orestes Barbosa, narrava com fortes tintas escandalosas todo o processo de separação do casal, alegando adultério cometido pela mulher com o médico Manoel de Abreu.

Tão logo a matéria escandalosa foi publicada, Sylvia resolveu ir à redação de *Crítica* para se ver cara a cara com seu editor. Lá chegando, Mário não estava, somente seus filhos Roberto e Nelson. Ela, então, sacou um revólver que tinha comprado naquele mesmo dia, na loja Espingarda Mineira, e atirou mortalmente no caricaturista, diante de seu irmão, Nelson.

No julgamento, foi absolvida, alegando ter sido caluniada. Sete anos depois, ela se matou após de ter sido abandonada por um tenente-aviador com quem tinha se envolvido amorosamente.

Roberto era o irmão mais achegado à Nelson. E ele, com 17 anos, sentira o baque daquela perda, por ter testemunhado o crime e ter acompanhado a agonia de Roberto, que morreria dias depois.

Com o assassinato do filho, Mario ficou tão desgostoso que morreu de tristeza poucos meses depois. E para trazer tintas mais trágicas, durante a Revolução de 1930, a redação e gráfica da *Crítica* foi empastelada pela turba varguista e o jornal, sustento dos Rodrigues deixou de existir. Os anos seguintes foram de enormes dificuldades para a família. Para completar, Nelson se descobriria tuberculoso alguns anos depois, sendo salvo pelo seu então empregador, Roberto Marinho, dono de *O Globo*, que pagou todo o seu tratamento.

Estes aspectos da biografia de Nelson Rodrigues servem de antepasto para o banquete que o jornalista e dramaturgo serviria posteriormente.

Nelson: a obra teatral

O legado teatral rodrigueano abrange 17 peças. A pedido do próprio Nelson, seu amigo, o crítico Sábato Magaldi, dividiu as peças em três categorias:

Peças psicológicas: A mulher sem pecado (1941), Vestido de Noiva (1943), Valsa no. 6 (1951), Viúva, porém honesta (1957) e Anti-Nelson Rodrigues (1974);

Míticas: Álbum de Família (1946), Anjo Negro (1947), Senhora dos Afogados (1947) e Dorotéia (1949);

Tragédias Cariocas: A Falecida (1953), Perdoa-me por me traíres (1957), Os sete Gatinhos (1958). Boca de Ouro (1959), O beijo no asfalto (1960), Bonitinha,

mas ordinária ou Otto Lara Rezende (1962), Toda Nudez será castigada (1965) e A Serpente (1978).[2]

Pela premência do tempo, opto por falar mais detidamente das últimas, abordando somente algumas de suas peças. Entretanto, deixando a ressalva que, como o próprio Sábato asseverou, estes escaninhos não aprisionam a obra de Nelson. Ao contrário. Ele, Sábato, deixa claro que as peças psicológicas contêm elementos míticos e das tragédias cariocas. As peças míticas abordam a análise psicológica sem deixar de contar a realidade urbana do Rio de Janeiro. E as mencionadas tragédias cariocas incorporam o mundo psicológico e mítico das obras anteriores.

Nelson em suas peças aborda situações de todos nós que ninguém ousa revelar, mas que estão lá no inconsciente, soterradas por bloqueios morais impostos pela civilização. Ele escancara desejos ocultos e proibidos, a crueldade humana, o amoralismo e o que ele chamava de "nostalgia da lama do qual somos feitos". Os instintos arrastam os personagens ao incesto, à perversão e ao crime e ao mesmo tempo o sonho com uma pureza impossível os segue atormentando.

Disse Nelson, em entrevista: "Minhas peças têm um moralismo agressivo. Nos meus textos, o desejo é triste, a volúpia é trágica e o crime é o próprio inferno". [3]

E prossegue:

> A partir de Álbum de Família, enveredei por um caminho que pode me levar a qualquer destino, menos ao êxito. Que caminho será esse? Respondo: o caminho de um Teatro que poderia chamar de "desagradável". Estou fazendo peças desagradáveis. Segundo já disse, são obras pestilentas, fétidas, capazes por si só de produzir o tifo e a malária na plateia.[4]

Quando opta por escrever suas Tragédias Cariocas, esta escolha é muito menos por estilo e muito mais por sua derrocada econômica. Suas peças míticas eram constantemente censuradas, causavam furor e deixavam os moralistas urrando com olhos rútilos e uma baba bovina na gravata.

Foi quando resolveu voltar seus olhos para o ambiente em que crescera, para o subúrbio carioca, falando de traidores e traídos, para os crimes passio-

2 Cf. RODRIGUES, Nelson. *Teatro Completo em 4 volumes*, com organização e introdução de Sábato Magaldi, publicado pela Nova Fronteira.

3 Cf. https://www.facebook.com/134618576575270/posts/143473372364694/ - Acesso em: 24 de setembro de 2021.

4 Cf. http://lionel-fischer.blogspot.com/2010/08/teatro-desagradavel-nelson-rodrigues.html - Acesso em: 24 de setembro de 2021.

nais, para os beijos das virgens loucas em sedutores canalhas de bigodinho fino e cabelos emplastados.

Com estas peças o sucesso voltou. O seu público se via naquelas mulheres sofridas e nos homens fanáticos por futebol. Os textos ficaram mais leves, mais engraçados. Eram tragédias cômicas, com direito a gracinhas e confusões.

Mas ainda assim, ele se mantinha fiel ao seu estilo, tratando da condição trágica de todo ser humano.

Sábato Magaldi pensou chamar estas peças de tragédias cariocas de costumes, mas Nelson protestou, afirmando que o "de costumes" lembraria as "comédias de costumes", gênero pobre e simplista. Suas peças tinham o gosto de sangue das tragédias, mesmo que levemente adocicadas pelo humor ferino com que as temperava.

O conceito de tragédia, vindo da aristotélica Grécia Antiga, a definia como representações, onde, de forma séria e grave, personagens desenvolvem conflitos com um poder de instância maior. Neste aspecto, a *moira* (o destino) que determinava o desfecho de heróis, e dos quais eles não tinham como escapar, acaba também servindo para balizar as histórias de Nelson.

Porém, das condições estabelecidas por Aristóteles para se definir uma peça como tragédia, somente uma era seguida por nosso dramaturgo: ter um final trágico. Quanto às outras condições: possuir personagens de elevada condição e ser narrada em linguagem elegante e poética... Bem, Nelson não escrevia assim. Os seus personagens emergiam do pântano dos baixos instintos e seu estilo era o que aprendera em seus tempos de repórter policial.

Mas o grande objetivo das tragédias gregas, que era provocar a catarse na plateia, a libertação ou purgação, da alma e do corpo, de tudo aquilo que é estranho à essência ou à natureza de um indivíduo e que, por isso, o perturba ou o corrompe, isto era garantido por ele e observado pelas plateias de seus espetáculos. Não se assistia, não se assiste às suas peças impunemente, sem dor, sem efeitos colaterais.

E não é esta a função social do Teatro? Ele não tem esse efeito de exibir nossas complexidades, nossas contradições? Nelson abominava o Teatro onde as pessoas, depois de se entreter, saíam das casas de espetáculo para se empanturrarem de pizza e refrigerantes gasosos. Ele queria que as pessoas fossem para casa e tomassem um banho sanitizante, que se revirassem nas camas, que tivessem insônia. Mas refletissem sobre o que viram.

Nelson: As Tragédias Cariocas

Um crítico que observar a obra rodrigueana haverá de pensar na célebre frase do escritor russo Leon Tolstoi: "Se queres ser universal, comeces a pintar a sua aldeia".

Não há dúvidas de que Nelson tem uma obra de ampla universalidade, sendo traduzido e encenado em vários lugares do mundo. Mas ele escrevia para e sobre a sua "aldeia": o Rio de Janeiro. Assim ele ganhou o mundo.

Uma vez definido que ele deixaria de lado suas experiências com as peças míticas que não lhe trouxeram dinheiro, apenas aborrecimentos e recriminações até da intelectualidade (Manuel Bandeira pediu a Nelson que escrevesse peças sobre pessoas "normais" - Sabe-se lá o que isso queria dizer...). ele partiria para retratar as pessoas e os subúrbios cariocas. Começou por "A Falecida".

Em linhas gerais, é a história de um casal de classe média baixa, morador do bairro Aldeia Campista (uma escolha, digamos significativa para localizar os personagens). Zulmira suspeita estar com tuberculose. Seu marido Tuninho, desempregado, tenta sobreviver gastando o pouco que sobrou da indenização, até que arranje outro trabalho. Os ambientes por onde os dois circulam são os característicos do lumpesinato suburbano carioca: a casa da cartomante (lá nos cafundós do Judas, segundo Tuninho), onde Zulmira se consulta, a casa dos pais, a agência funerária onde ela vai encomendar o próprio enterro, o salão de sinuca, a casa do empresário amante de Zulmira e o Maracanã.

Nelson faz os personagens passarem por estes lugares com leveza, em cenas curtas, usando flashbacks como recurso em alguns momentos.

Os personagens se desenham claramente, com Zulmira demonstrando apego ao mundo mágico para corroborar suas suspeitas de que algo estava errado com ela. A sua súbita conversão à igreja teofilista, que lhe dá a consolação para seus medos e temores. Isto inclui a purgação do pecado do adultério que aquela Bovary carioca cometeu. Passa a ter nojo dos homens, recusa até mesmo um simples beijo de seu marido.

Tuninho, tão simplório quanto desempolgante, descobre que foi traído, arranca dinheiro do amante, dizendo que daria um enterro de luxo para a esposa, como fora seu pedido. Mas se vinga, comprando-lhe um caixão barato. Em seguida, vai torrar o dinheiro, apostando no seu Vasco contra 200 mil pessoas, em pleno Maracanã lotado, jogando todo o dinheiro para o alto e terminando, segundo a rubrica de Nelson "caindo de joelhos, mergulhando o rosto nas mãos, soluçando como o mais solitário dos homens" (RODRIGUES, 1985, p. 119).

Sua tragicomédia seguinte foi "Perdoa-me por me traíres". Nesta, uma novidade: o próprio Nelson atuou na peça, no papel de um dos protagonistas, o "tio Raul", sua única experiência como ator.

Na história, Glorinha, uma mocinha de 15 anos, sempre acreditou que sua mãe, Judite, tinha cometido suicídio, e que seu pai, Gilberto, enlouquecera por essa causa. Criada por seus tios, no sempre reverenciado bairro de Aldeia Campista, dentro de todo rigor, de toda moralidade pequeno-burguesa suburbana, com seu tio Raul vigiando a sobrinha, querendo saber por onde ela andava e para onde ia.

Ela foi levada pela amiga para um bordel, onde se dispõe a trabalhar, mesmo morrendo de medo de seu tio descobrir. E quando ele finalmente descobre, resolve enfim contar toda a verdade sobre seus pais.

Reproduzo uma das falas finais do personagem Tio Raul:

> Mas não te farei nada, nada, Glorinha! Escuta, antes de morrer, escuta! Contei a história de tua mãe, porém não te disse que eu a amava, que sempre a amei. Ainda agora, neste momento, eu a amo. Eu matei a mulher amada, a minha cunhada que me repeliu e porque me repeliu! Judite! [...] Quando eu te fiz beber o veneno e caíste de joelhos, com as entranhas em fogo, eu te segurei pelos cabelos. Vi que ia morrer o corpo beijado por tantos, nunca beijado por mim! Foste minha agonizando, querida! Pela primeira vez, minha! Cerraste os lábios para o meu beijo, mas nem teu marido, nem teus amantes, ninguém te beijou na hora em que morrias, só eu! (RODRIGUES, 1985, p. 177 e 178)

A peça seguinte das Tragédias Cariocas foi Os sete gatinhos, segundo o autor, "Uma divina comédia em três atos e quatro quadros".

Eis sua trama.

Noronha, um contínuo da Câmara dos Deputados, mora com sua esposa Dona Aracy, a quem ele só chama de "Gorda", no bairro do Grajaú. Com eles, moram suas filhas Aurora, Hilda, Débora, Arlete e Silene. Esta última, a caçula, tem 16 anos, é mimada por todos da família. Por conta disso, estuda em colégio interno, pago pelo pai e pelas irmãs, que também se esmeram em preparar o enxoval de Silene, para quando ela se casasse.

Algo acontece que vai detonar uma série de conflitos. Silene, no colégio, mata a pauladas uma gata grávida, que daria à luz os tais sete gatinhos. A família Noronha, de baixa classe média, que parecia tão estável e sem problemas quanto qualquer outra família de subúrbio, na verdade, escondia segredos inconfessáveis. As quatro filhas mais velhas são prostitutas e trabalham assim para proporcionar uma boa educação para Silene, que, agora descobrem que não é tão pura e virgem como pensavam. E ainda paira no ar a premonição do

espírito do Dr. Barbosa Coutinho, que alertava contra o homem que chora por um olho só.

Temos nesta peça em puro estilo realista personagens de extrema complexidade. Noronha, que tem vergonha de ser contínuo e toma como ofensa pessoal quando o lembram desta condição; a filha mais velha, Aurora, que além de se prostituir trabalha como funcionária pública em um Instituto de Previdência; Arlete, que tem nojo de homem e se refugia no lesbianismo para se sentir menos prostituta, revidando, assim, sua condição de mulher objeto; Débora, a que arranja mulher para homens velhos; Hilda, a mais silenciosa, que é dita pelo pai como médium que ainda não se desenvolveu, fechando com Aracy, a mãe, que sofre com o desinteresse sexual de seu marido e procura se vingar escrevendo palavras obscenas e fazendo desenhos chulos nos ladrilhos do banheiro da casa.

Assim, Nelson, como escritor, recusava o moralismo hipócrita vigente. Ele queria denunciar sua revolta com os exemplos morais da tradicional família cristã, onde em público as pessoas parecem castas e na intimidade se tornam adoradoras de desejos tortuosos. Sua obra vai penetrando fundo na miséria humana, revelando uma face clara de uma realidade que se esconde por trás das paredes de uma casa de subúrbio onde as aparências parecem normais. Mas como bem disse Caetano Veloso, "de perto, ninguém é normal", frase que Nelson Rodrigues assinaria.

Vale ressaltar que na dramaturgia rodrigueana, o espaço para o "mágico", o "fantástico" sempre que possível era garantido. Zulmira de "A Falecida" vai procurar saber de seu destino em uma cartomante de subúrbio. Noronha acredita nas mensagens do espírito do médico do imperador D. Pedro II, o tal Dr. Barbosa Coutinho, que aparecia para lhe avisar sobre os perigos que a família estava correndo por conta do homem que chora por um olho só. A suspeita da identidade deste personagem cai, inicialmente, sobre Bibelot, o *caften* que explora Aurora e é o responsável pela "perdição" da filha Silene, a quem engravidara.

Posteriormente, se descobre quem verdadeiramente é este inimigo, conforme é revelado nas últimas falas da peça:

> NORONHA (*novamente acovardado*): Perdão!
>
> ARLETE (*violenta*): Velho! Prostituíste tuas filhas e não choras? Não choras por nós e por ti? Chora, velho!
>
> NORONHA – Estou chorando!
>
> ARLETE (*apertando o rosto do pai entre as mãos*): Deixa eu ver tua lágrima... (*lenta e maravilhada*) Uma lágrima, uma única lágrima... (*num berro triunfante*) Velho! Você é o demônio que chora por um olho só! Dá o punhal, velho! Esse punhal, dá!

(*Arlete toma-lhe o punhal. As outras agarram o velho*)

ARLETE (*feroz, erguendo o punhal*): O punhal no olhar da lágrima!

HILDA (*berrando*): Larguem meu pai, assassinas!

(*E, súbito, Hilda cai em transe mediúnico. Recebe o espírito do primo Alípio*)

HILDA (*com voz de homem*): Mata, sim, mata o velho safado! Mata e enterra o velho e a lágrima no quintal! Velho safado!

FIM DO TERCEIRO E ÚLTIMO ATO. (RODRIGUES, 1985, p. 252 e 253)

Nelson: as frases

Nelson era um rematado frasista. Em suas peças, há falas que ganharam o mundo e viraram citações para diversos assuntos. E mesmo em entrevistas, ele costumava ter suas tiradas que ou divertiam ou despertavam enorme polêmica. Destaco algumas frases que me parecem particularmente saborosas.

Deus está nas coincidências.

Todo ginecologista devia ser casto. O ginecologista devia andar com batina, sandálias e coroinha na cabeça. Como um São Francisco de Assis, com luvas de borracha e um passarinho em cada ombro.

O amor entre marido e mulher é uma grossa bandalheira. É degradante que um homem deseje a mãe de seus próprios filhos.

O Natal já foi uma festa, já foi um profundo gesto de amor. Hoje, o Natal é um orçamento.

E tomando o genro nos braços, ele disse, uivando feito lobisomem de filme da Metro: Foi por você, Arandir! Foi por você!

Toda oração é linda. Duas mãos postas são sempre tocantes, ainda que rezem pelo vampiro de Dusseldorf.

Subdesenvolvimento não se improvisa. É obra de séculos!

Que conselhos eu daria aos jovens? Envelheçam!

Sou a maior velhice da América Latina. Já me confessei uma múmia, com todos os achaques das múmias.

A plateia só é respeitosa quando não está entendendo nada.

Eu me nego a acreditar que um político, mesmo o mais doce político, tenha senso moral.

O calção de banho é a folha de parreira do homem moderno.

O biquini é uma nudez pior do que a nudez.

Sou um suburbano. Acho que a vida é mais profunda depois da Praça Saenz Pena. O único lugar onde ainda há o suicídio por amor é na Zona Norte.

> Os idiotas vão tomar conta do mundo: não pela capacidade, mas pela quantidade. Eles são muitos.[5]

Nelson: a Morte

O fim de vida de Nelson foi triste. Doente, alquebrado, internado por onze dias com problemas respiratórios e cardíacos, aguardava a mais indesejável das visitas. E ela chegou às oito horas da manhã de domingo do dia 21 de dezembro de 1980. Foi enterrado no Cemitério de São João Batista. Tinha deixado um pedido. Que tivesse na sua lápide o seu nome ao lado do de sua esposa, Elza, com a frase: "Amor para além da vida, para além da morte". Dona Elza só descansaria ao lado de seu esposo em 19 de abril de 2017.

O roteirista da vida de Nelson se permitiu uma última piada. Na noite de domingo que ele morreu, ele fez 13 pontos na Loteria Esportiva.

FIM. TREVAS. CAI O PANO.

Referências bibliográficas

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7/ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

RODRIGUES, Nelson. *Teatro completo I: peças psicológicas* / Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

____. *Teatro completo de Nelson Rodrigues, 2: peças míticas* [organização e introdução de Sábato Magaldi]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

____. *Teatro completo de Nelson Rodrigues, 3: tragédias cariocas I*. [organização e introdução de Sábato Magaldi]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

____. *Teatro completo de Nelson Rodrigues, 4: tragédias cariocas II*. [organização de Sábato Magaldi]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

Recebido em: 26/09/2021
Aprovado em: 15/10/2021

5 Todas as frases mencionadas atribuídas a Nelson Rodrigues foram pinçadas no site https://www.pensador.com/frases_de_nelson_rodrigues/ - Acesso em 24 de setembro de 2021.

ARTIGOS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 28 • Número 28 • 2021

"AS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL" (NO CENSO DE 1950), UM ESTUDO DE ALBERTO PASSOS GUIMARÃES

Nelson de Castro Senra[1]

Resumo

No Censo de 1950, pela primeira vez se fez uma inserção específica da temática favelas. Antes, nos Censos de 1920 (sob a Diretoria Geral de Estatística) e de 1940 (já sob o IBGE) o tema fora investigado sem detalhamento. Afora os censos, nos anos 1940 o tema foi pesquisado pela Fundação Leão XIII e pela repartição de estatística da Prefeitura, mas com muitos problemas operacionais e mesmo conceituais. Assim, quando às vésperas do Censo de 1950 começou-se a discutir o "problema" das favelas, e se o centrou ora sob o prisma de "estética urbana" ora sob o prisma de "assistência social" tornou evidente que faltava um conhecimento de profundidade a subsidiar uma solução. Assim, decidiu-se que o faria no Censo de 1950, ainda que este não estivesse preparado para a realização de pesquisas temáticas específicas. Por essa razão impôs-se promover alguns ajustes processuais, bem assim, estabelecer conceitos e definições sobre o que se entenderia como "favela", ou seja, sob qual prisma se a veria em campo. O foco do estudo de Alberto Passos Guimarães foi a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Palavras-chave: Favela. Censos; Censo 1950. Cidade do Rio de Janeiro; Alberto Passos Guimarães.

Abstract

In the 1950 Census, for the first time a specific insertion of the "favelas" [shanty towns] theme was made. Before, in the Censuses of 1920 (under the General Directorate of Statistics) and 1940 (already under the IBGE) the topic had been investigated without details. Aside from the censuses, in the 1940s the topic was researched by the Leão XIII Foundation and by the statistical office of the City Hall, but with many operational and even conceptual problems. Thus, when on the eve of the 1950 Census, the "problem" of "favelas" [shanty towns] began to be discussed, and whether it focused on the "urban aesthetic" prism or the "social assistance" prism, it became evident that there was a lack of knowledge of depth to support a solution. Thus, it was decided that it would do so in the 1950 Census, even though it was not prepared for specific thematic research. For this reason, it was necessary to promote some procedural adjustments, as well as to establish concepts and definitions about what would be understood as "favela" [slum], that is, under what perspective one would see it in the field. The focus of Alberto Passos Guimarães' study was the city of Rio de Janeiro, then Capital Federal.

Keywords: Slum / Shanty towns. 1950 Census; City of Rio de Janeiro; Alberto Passos Guimarães.

> A Capital do Brasil, sem ter fugido às normas comuns por que se rege o desenvolvimento das cidades, reservou-se a peculiaridade de conservar, dentro do perímetro urbano e ao lado de zonas residenciais prósperas e confortáveis, núcleos de construções rústicas desservidos dos mais elementares melhoramentos (ALBERTO PASSOS GUIMARÃES[2])

1 Sócio efetivo do IHGRJ.

2 *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n. 55, p. 250-278, jul.-set.1953. p. 250.

E quais seriam as "normas comuns"? Segundo Alberto Passos Guimarães, em todos os núcleos urbanos existem "logradouros que se distinguem dos demais pela completa ausência de melhoramentos públicos e pela desconfortável condição de suas habitações", neles vivendo as camadas mais pobres da população. E acrescenta que esses logradouros, formando a periferia das cidades, ficavam "cada vez mais, à distância dos centros de maior atividade, levando consigo aglomerados humanos que se deslocam com maior ou menor mobilidade, à medida que se torna mais intensa a expansão urbana", já nas zonas centrais, ou em suas proximidades, viveriam grupos sociais de nível econômico elevado. (p. 250)[3] Pois esse não era o caso da Capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, em cujas zonais centrais, e em bairros próximos (e prósperos) coexistiam núcleos rústicos.

Boa parte da região suburbana da cidade-capital se formou pela expulsão da população que vivia nas habitações coletivas nas regiões centrais, fosse em cabeças-de-porco, fosse em cortiços. Há registro de demolições de dois a três mil imóveis coletivos quando da remodelação do centro da cidade.[4] A redução maior se deu nas freguesias da Candelária, Santa Rita e São José. Na divulgação do Censo de 1920[5] seu organizador, Bulhões Carvalho dissertou bem sobre essa questão, não raro se valendo do Censo de 1906[6], realizado na Cidade do Rio de Janeiro, ao tempo do Prefeito Pereira Passos, sob o comando de Aureliano Portugal[7]. Entretanto, e aí está a peculiaridade da cidade-capital brasileira, muitas dessas famílias expulsas dessas habitações coletivas puderam permanecer no centro, ou próximo dele, sem precisar se deslocar para o subúrbio.

O fato é que a topografia do perímetro central oferecia uma área plana, com uma valorização imediata e ocupação simples, dando as costas para uma área acidentada verificada nos morros, menos valorizada e pouco atraente num primeiro momento. Deixadas ao descaso, essas áreas, não tardou que fossem

---

3 Como, em regra, estaremos utilizando o texto antes referido, para não ficar fazendo repetição, em qualquer citação do mesmo indicaremos apenas a página em que a mesma foi retirada. Em sendo feita outra referência, então a faremos completa.

4 Para um rápido esboço da remodelação da cidade (porto, centro e condições sanitárias) valerá a leitura de SEVCENKO, 2018.

5 Esse Censo foi chamado pela imprensa da época de Censo do Centenário, e seria exposto no Pavilhão da Estatística, na Exposição do Centenário da Independência, ele também objeto de apelido por parte da imprensa, dito como Pavilhão da Ciência da Certeza, o que a estatística não é. A documentação referente a esse censo está disponível na Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

6 Em 2012, o Instituto Pereira Passos houve por bem promover uma reedição fac-similar desse censo, resultando numa belíssima edição (620 p.; ainda disponível em sua livraria). Antecede a edição um prefácio de Nelson de Castro Senra, sob o título "Em 1906, o bom senso do censo, e seus bons frutos".

7 Vale destacar que ambos, Bulhões Carvalho e Aureliano Portugal eram médicos, estando entre os chamado "demógrafos sanitaristas", os profissionais que melhor militavam entre os produtores e analistas das estatísticas ao longo da Primeira República. Sobre Bulhões Carvalho leia-se: SENRA, 2015. Sobre Aureliano Portugal veja-se: SENRA, 2016.

ocupadas como "verdadeiros subúrbios", em que viviam "populações menos favorecidas", em meio a ausência de atuações públicas, mas com a vantagem de estarem próximos aos locais de trabalho, podendo valer-se de transportes a preços geralmente acessíveis, o que não ocorria quando se habitava subúrbios distantes. Mas essa vantagem também mudaria com a instalação de fábricas em áreas mais e mais distantes do centro, deslocando a localização do trabalho, o que levaria a uma pressão por uma dinâmica nos transportes, já que a mudança na habitação por certo era muito mais complexa. Pois essa mesma situação irá repetir-se quando da incorporação dos novos bairros litorâneos, também eles com essa topografia dupla, uma plana, valorizada e ocupada de imediato, e outra, montanhosa, e deixada livre num primeiro momento, logo ocupada por quem buscava lugar para morar, em face do permanente problema de habitação na cidade. Assim sendo, a distância aos locais de trabalho não raro se agrava mais e mais.

Dessa forma, fosse no centro, fosse nos novos bairros nobres da cidade, verdadeiros subúrbios se misturaram, em meio a áreas atendidas pelo poder público, com áreas em que o mínimo conforto que os poderes públicos poderiam / deveriam oferecer aos cidadãos estavam ausentes. Segmentava-se a cidade em duas categorias de população, a que era assistida pelas autoridades públicas e a que era ignorada, deixada ao "relento".

> Mas entre todas as circunstâncias que afetaram a disseminação regular da população carioca e comprometeram suas condições de habitabilidade, ressalta o desajustamento do seu poder aquisitivo. [...] A elevação constante do custo-de-vida em desarmonia com a lenta evolução dos salários e vencimentos contribuiu para modificar as escalas de vida de numerosos grupos sociais. Se houvesse meios de transporte fáceis, eficientes e baratos, as dificuldades econômicas estimulariam o maior deslocamento das classes pobres para a periferia. [...] Conclui-se, assim, que o desnível entre a evolução do poder aquisitivo e a valorização imobiliária (incluindo-se neste conceito o custo de construção, o valor dos terrenos, o preço dos aluguéis e a dificuldade de transportes) é o fator de maior importância no agravamento das condições de habitabilidade da população carioca. (p. 253)

Nesse ponto, basta de introdução, sendo chegado o momento de um aprofundamento na compreensão do surgimento das favelas, e em sua inserção no Censo de 1950, uma inserção feita de modo sistemático, como uma inovação censitária. Contudo, antes valerá dissertar sobre a trajetória do autor do texto que estamos analisando: Alberto Passos Guimarães. Intelectual renomado, muito influente no passado, mas que hoje, não tem seus livros reeditados, sendo apenas estudado no ambiente acadêmico, em dissertações e teses. Por demais, nos interessa mostrar sua trajetória no IBGE, injustamente esquecida, tendo em

vista sua atuação no Censo de 1950, e, ainda mais, por sua reflexão sobre a inovação do Sistema Estatístico Brasileiro, no início dos anos 1960.

—

A elaboração deste texto, refletindo a análise de Alberto Passos Guimarães, pareceu-nos oportuna tendo em vista que em 2021 a Cidade do Rio de Janeiro sediará o Congresso Mundial de Arquitetos, e será Capital Mundial da Arquitetura Unesco, e sendo sede do Fórum Internacional Urbano-Metropolitano Unesco-UIA, sob o tema "Todos os mundos, um só mundo".

Breve perfil de Alberto Passos Guimarães[8]

Filho de Américo Passos Guimarães e Afra Amorim Guimarães, Alberto Passos Guimarães nasceu em Maceió, AL, em 16 de abril de 1908 (e faleceu no Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1993). Aos nove anos teve que deixar a escola para ajudar a família, fazendo-se um autodidata ao longo da vida. Casou-se com Zulmira Taveiros Guimarães, com quem teve dois filhos Zulma Taveiros Guimarães e Alberto Passos Guimarães Filho[9].

Em Maceió viveu em rodas de intelectuais: Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Rachel de Queiróz, José Lins do Rego, Mário Palmeira, Rui Palmeira, Jorge de Lima, Raul Lima e Valdemar Cavalcanti, entre outros. Em 1931, com Valdemar Cavalcanti fundou a revista "Novidade", onde muitos intelectuais publicaram seus textos: Aloysio Branco, Willy Lewin, Manoel Diegues Junior, Santa Rosa, entre outros. Em 1932 iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), até o final de sua vida; por volta de 1940, fugindo de perseguição política, fugiu para Salvador, e em meados da década mudou-se para o Rio de Janeiro.

Então, entrou para o quadro do IBGE, infelizmente não havendo informações de seu período ibgeano, pois sua ficha funcional não foi localizada.[10] Sua entrada, é possível especular, terá se dado pelas mãos de Valdemar Cavalcanti e/ou de Waldemar Lopes, que já integravam o quadro, e o conheciam desde os tempos de Alagoas. Enfim, ao final da década, quando compôs o quadro, ainda presidia a instituição, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares (1936-

8 Na obtenção dessas informações contei com o suporte de Teresa Millions, com sua distinta capacidade de pesquisa em bibliotecas e acervos documentais.

9 Graduou-se em física na atual UFRJ, e concluiu doutorado na Universidade de Manchester, na Inglaterra, realizou estágio de pós-doutorado no MIT, nos Estados Unidos, e ainda atuou como visitante na Universidade de Darmstadt, Alemanha, e na Universidade de Saint Andrews, no Reino Unido. Tornou-se pesquisador do CBPF, e foi um dos criadores da Revista Ciência Hoje.

10 Não é admissível afiançar que esse documento administrativo tenha sido subtraído por sua militância no PCB, porquanto desde quando entrou isso era sabido, afora que outros militantes que integraram o quadro daquele partido, ao longo da história do IBGE, têm sua ficha disponível. Assim, terá havido algum extravio involuntário.

1951), um conciliador[11]; pode ser que à época que entrou Mário Augusto Teixeira de Freitas (o idealizador / fundador do IBGE), ainda fosse seu Secretário-Geral (1936-1948)[12], mas mesmo sob seu sucessor, Rafael Xavier, não haveria obstáculo à sua entrada. Como seja, ele atuou no Censo de 1950, como atesta os nove textos escritos por ele e que integram a série "Documentos Censitários – Série C". Sobre esses textos é possível fazer duas ilações: 1) talvez ele não tenha pesquisado os conteúdos desses textos sozinho, mas é certo que os escreveu solitariamente, o que bem mostra sua habilidade com a pena; 2) dado que o primeiro texto está datado de 1951 e o último de 1954, é razoável imaginar que ele terá estado no IBGE mais ou menos no período 1946/47 a 1955/56, sob pena não ter tido tempo de se enfronhar na complexidade dos métodos e dos processos censitários.[13]

1. Base Legal do Recenseamento Geral de 1950 (N. 1, 1951)
2. A data do Recenseamento Geral de 1950 (N. 2, 1951)
3. O Censo Agrícola de 1950 no Distrito Federal (N. 3, 1951)
4. Divisão do Distrito Federal em quadros urbano, suburbano e rural, para fins censitários (N. 4, 1951)
5. Base Geográfica do Recenseamento Geral de 1950 (N. 5, 1951)
6. O quesito "religião" no censo demográfico de 1950 (N. 8, 1952)
7. As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950 (N. 9, 1953)[14]
8. Cadastros Permanentes no Recenseamento Geral de 1950 (N. 10, 1953)
9. Planejamento do Censo Agrícola de 1950 – Instrumentos de Coleta e Instruções (N. 15, 1954)

11 Sobre essa figura extraordinária, veja-se: SENRA [Textos de Lucia Maria Paschoal Guimarães, Helder Gordim da Silveira, Alexandre de Paiva Rio Camargo, Guilherme Pereira das Neves, Alfredo das Neves; e mais, textos de época dele e sobre ele]

12 Sobre essa figura notável, um dos maiores pensadores brasileiros, veja-se: SENRA [Textos de Nelson de Castro Senra, Rubem Klein, Libânia Nacif Xavier, Margareth da Silva Pereira, Natália de Lacerda Gil, Alexandre de Paiva Camargo; e mais, textos de época, dele e sobre ele]. Veja-se ainda: SENRA, 2016 [acompanha DVD com mais cartas além das impressas e comentadas no livro]

13 Sendo assim ele ainda terá passado por mais quatro presidentes: General Djalma Polli Coelho (1951-1952), quando o IBGE viveu uma crise que quase o levou ao fim; Desembargador Florêncio de Abreu (1952-1954); Jornalista e Acadêmico Elmano Cardim (1954-1955); e, de volta, o Embaixador (e Acadêmico) Macedo Soares (1955-1956).

14 Este é o texto que depois foi publicado na Revista Brasileira de Estatística, sob o título "As favelas do Distrito Federal", e que estamos aqui analisando.

Já estando fora do IBGE, foi chamado, em 1962, na gestão de Sá Freire Alvim (1961-1963)[15] a participar da segunda reflexão crítica com vistas à renovação do IBGE, no âmbito do Sistema Estatístico Brasileiro, no qual exerce o papel-central de coordenação.[16] Esse chamado deixa claro o saber que acumulara, e o bom nome que deixara no IBGE, e o texto que apresentaria, "Subsídios para a reformulação do sistema estatístico brasileiro", bem mostra a correção do convite, pois é um primor, sobremodo tendo um olhar especial sobre as demandas por estatísticas sociais que o sistema estatístico não estava, até então, conseguindo atender. Estava claro que o IBGE, por eficiente que fosse, precisava passar por mudanças, e era isso que se estava tentando discutir.

Por essa época já trabalhava na Rede Ferroviária Federal. Ao mesmo tempo, fosse na RFF, talvez mesmo estando no IBGE, atuou na imprensa do PCB (no jornal "Imprensa Popular"), afora ter atuado com Jorge Amado e Oscar Niemeyer na criação do semanário cultural "Para Todos", de vida curta. Outro ponto que merece relevância foi participação, com Giocondo Dias e Armênio Guedes, da redação do documento conhecido como "Declaração de Março", em 1958 (quando estava no IBGE, vale marcar), pelo qual se deu grande relevância à democracia e à participação do PCB no jogo político democrático.[17] Enfim, quando se aposentou, foi convidado por Antônio Houaiss a integrar o projeto de redação da Enciclopédia Mirador (do Grupo Enciclopédia Britânica do Brasil).

Entre os livros que escreveu, destaca-se: "Inflação e monopólio no Brasil: por que sobem os preços?" (1962); "Quatro séculos de latifúndio" (1962, reedição em 1968); "A crise agrária" (1978); "As classes perigosas: banditismo rural e urbano" (1982). Hoje, todos estando fora de catálogo.

Polemizando as favelas cariocas antes do Censo de 1950

O Censo de 1920 registrou a primeira *Favela*, assim chamada, no Morro da Previdência, com cerca de 800 domicílios; houve ainda registros de domicílios nos morros do Salgueiro (menos de 200), no morro de O'Reilly, que o povo mudou para Arrelia (com seis apenas), no Cantagalo (com menos de vinte), na Babilônia e no de São João (com cerca de 60 no total). Treze anos depois, num levantamento realizado pelo Departamento de Estatística Predial e Publicidade do Distrito Federal (integrante do Sistema Estatístico Brasileiro, sob a coordenação do IBGE) esses números havia saltado bastante: no Morro da Favela haviam

15 Antigo Prefeito do Distrito Federal, 1958-1960.

16 A primeira reflexão se dera no contexto de um grande seminário, em 1958, na gestão Jurandyr Pires Ferreira (1956-1961), por iniciativa acadêmica / empresarial, e essa se dava por iniciativa governamental, num grupo de trabalho. (Recorde-se que o país vivia o período parlamentarista, sendo Primeiro-Ministro, Tancredo Neves). Ainda haveriam mais duas iniciativas, até que houvesse uma síntese das quatro, levando o IBGE a se tornar uma Fundação Pública de Direito Privado.

17 Sobre sua militância no PCB, ALBUQUERQUE, 2019.

cerca de 1500 habitações, no Salgueiro pulara para cerca de 600, o da Arrelia (O'Reilly) para mais de 700, e assim por diante, focando o Centro e a parte Norte da cidade, seguindo o mercado de trabalho, e ficando nos morros por razões de custo.

A partir do Censo de 1940, passa-se a observar que as habitações rústicas (casebres, galpões, barracões etc.), pobres e desconfortáveis, já não mais estavam localizadas apenas nos morros, sendo já vistas em toda parte da cidade, bastando haver terreno ou prédio abandonado, área pública menos movimentada etc. A dita carestia provocava esse espalhamento dessas habitações por toda a cidade. Assim, "nenhuma diferença essencial separava os casebres dos morros, dos demais casebres", onde quer que estivessem, "habitações igualmente rústicas, igualmente pobres e desconfortáveis", de modo que não mais seriam as características arquitetônicas que caracterizariam uma favela, mas antes "o aspecto típico de seu agrupamento desordenado e denso". (p. 253)

Importa relevar que as favelas, assim vistas, enquanto agrupamentos desordenados, são resultantes dos baixos padrões de remuneração, de instrução e de higiene existente no país, e não o contrário, como querem alguns estudiosos. E mais, afora aglomerar populações pobres, em péssimas condições de vivência, o estarem naquele ambiente, mais reduzem suas condições de mudarem para melhor, como que as enraizando na pobreza. Não obstante esse estado de coisas, aquele ambiente não se faz repulsivo, pois não resta alternativa diante do estado de pobreza reinante em grande parte da população. Nesse ponto, a extinção das cabeças-de-porco e dos cortiços etc. fez diminuir as alternativas, e aumentou a migração para os morros, por pior que fossem suas condições de vivência.

> O fenômeno das favelas tem sido geralmente encarado como um simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social. Esquece-se, quase sempre, que, antes de se transformarem num problema a desafiar estudos de profundidade por parte dos estetas e filantropos, as favelas representaram uma solução de emergência, importa às pessoas desprovidas de recursos, para suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho. O movimento demográfico em direção às favelas não foi, portanto, um produto do acaso, mas de causas e tanto, um produto do acaso, mas de causas e fatores que o impeliram num sentido determinado. (p. 255)

Sobre esse foco estético várias pessoas se manifestaram, e não raro deram o exemplo de Santa Teresa. A temática seria objeto de várias *Tertúlias Geográficas* que o Embaixador Macedo Soares promovia periodicamente junto a si no IBGE.[18] Pois, Alberto Passos Guimarães, afora chamar a atenção para os custos que

18 Um exemplo dessas Tertúlias (a Centésima Décima Nona, realizada em 12 de março de 1946), foi proferida por J. C. Junqueira Schmidt.

seria urbanizar as favelas, levanta duas questões-chaves: 1) "quem asseguraria, porém, que depois de urbanizadas as favelas e os morros, neles permanecessem seus atuais moradores?"; 2) para dar bom rumo às favelas, e equacionar seus problemas, não seria o caso de se obter um "melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações?" (p. 256)

Antes do Censo de 1950, que buscaria contribuir com essas informações, houve duas pesquisas sobre favelas: 1) a Fundação Leão XIII iniciou uma pesquisa (dita, à época, inquérito) em fins de 1947, que se estendeu até setembro de 1948, um tempo muito largo, com muitas mudanças de métodos e de processos ao longo de sua aplicação, com evidentes reflexos em seus resultados; 2) o chamado Censo das Favelas, realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística, da Prefeitura do Distrito Federal (integrante do Sistema Estatístico Brasileiro, sob a coordenação do IBGE), em 1948, com maior cobertura, e maior abrangência (buscando cobrir 105 núcleos (mas que, por falta de recursos, não foi concluído).

As favelas no Censo de 1950

Diante desse quadro de desinformação sobre uma temática tão relevante, decidiu-se introduzi-lo na operação censitária de 1950. Entretanto a estrutura do censo não estava preparada para pesquisar grupos sociais com características próprias como a representada pela população faveleira[19]. Assim sendo seria preciso ajustar a pesquisa à "legislação atinente à divisão territorial-administrativa do país", não obstante essa restrição procurou-se adequar os setores censitários às circunscrições que no Distrito Federal são dadas como sendo favelas, o que não pode ser visto em termos absolutos, pois em seus limites há sempre situações conflituosos nas interpretações, de modo que melhor considerar que os resultados estarão estimando 90% da população faveleira, e não sua totalidade. (p. 258)

A população faveleira registrada nesses setores alcançaria pouco mais de 150 mil habitantes, ao passo que se se tomar todos os habitantes dessas habitações pobres, espalhadas pela cidade, portanto vivendo nas mesmas condições, mas não naquelas aglomerações típicas das favelas, esse montante alcançaria uma cifra de cerca de 350 mil habitantes. Muito dessa diferença se deve, então, ao volume desses casebres: serem muitos ou não tantos; e mais, por critérios da municipalidade, estarem ou não em morros, ou seja, quando estão no plano, há uma tendência de não se os verem como compondo favelas, o que poderia ser objeto de revisão, pois na essência das condições de vida nada muda. Valeria um repensar desses critérios, afirma Alberto Passos Guimarães.

19 Em geral, à época, usava-se essa expressão, "população faveleira", em lugar de "população favelada".

> Que deveriam chamar-se favelas?
>
> Só os aglomerados humanos dos morros? O critério de limitar a designação aos morros pareceu anacrônico, em face da extensão do significado vulgar do termo, atualmente envolvendo grande número de núcleos surgidos ora em lugares planos, ora em terrenos de outra natureza ou até mesmo em arcabouços de edifícios não terminados de construir.
>
> Seriam características exclusivas das favelas as habitações típicas que nelas predominam?
>
> Conquanto esse aspecto particular não pudesse ser desprezado, ele não bastaria para a identificação procurada, desde que, como se sabe, os barracos, isto é os casebres rústicos de tábuas e latas ou folhas zincadas, veem-se aqui e ali, em todos os setores da periferia do Rio de Janeiro, entre edificações de outro tipo e em muitos bairros que não poderiam ser um conjunto tomados como favelas. (p. 258).

Mas não bastaria repensar as questões da localização e da habitação, ainda haveria outros aspectos a serem considerados. Por exemplo, "os barracos do sopé do morro deveriam ser incorporados à área das favelas ou ser locados nos logradouros em que se achavam encravados?" (p. 258) Enfim, o Serviço Nacional de Recenseamento precisou decidir sobre todas essas questões, e outros que ainda surgiram para efeito de apuração e posterior divulgação dos resultados. E daí, tendo em conta que a expertise do SNR é muito maior, resultou muitas diferenças nos critérios usados antes em pesquisas pela Prefeitura do Distrito Federal, o que resulta numa comparação de resultados bastante difícil.

Desse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:

1. *Proporções mínimas* – agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de números geralmente superior a 50;

2. *Tipo de habitação* – predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;

3. *Condição jurídica da ocupação* – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;

4. *Melhoramentos públicos* – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;

5. *Urbanização* – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento. (p. 259, itálico no original)

O trabalho censitário, em sua etapa inicial, o do levantamento predial-domiciliário[20], embora tenha sido feito da mesma forma que em todas as áreas da cidade, ele exigiu maiores esforços, dado que o terreno a percorrer em geral era de difícil aceso, e de restrita circulação: os arruamentos eram dispostos a esmo, sem emplacamento, escusado confirmar que os casebres não tinham numeração.[21] Assim, afora vencer esses obstáculos[22], era preciso preparar o terreno para facilitar o ulterior trabalho do recenseador quando da coleta dos dados: fez-se então levantamentos topográficos e valeu-se de fotografias aéreas buscando-se, ao máximo, dar ordenação aos espaços, o que foi aceito, sem maiores resistências pelos moradores (bons tempos aqueles...), de modo que as etapas seguintes puderam ser realizadas sem problemas, "pelo contrário, o ambiente encontrado foi o da melhor compreensão, por parte dos residentes nas favelas". (p. 259)

Enfim, o censo foi feito e apresentou resultados diferentes de outras pesquisas (já mencionadas); as razões foram os critérios adotados, que foram diferentes, as circunstâncias em cada momento, entre outras causas, e sobretudo a expertise em pesquisa do IBGE. Não obstante, isso não invalida os resultados das diversas pesquisas, ainda que dificulte as comparações, ficando cada uma como um retrato de época, e assim devendo ser vistas, um instantâneo da vida das populações pobres em cada local: "cumpre reconhecer a importância que adquire o conhecimento desses aspectos para a compreensão de todos os fenômenos relacionados com os problemas das favelas [...] e com o das vivendas pobres em geral". (p. 261) Diga-se mais, sobre esse aspecto: "em todos os tempos, o problema da habitação, especialmente da habitação urbana, para as classes pobres, tem chamado ao debate importantes setores da opinião pública". (p. 261)

> Entidades diversas têm-se ocupado do assunto e, à base de estudos elaborados por especialistas, têm proposto sucessivas recomendações no sentido, se não de resolver, mas ao menos de atenuar as dificuldades que restringem o acesso da maioria da população a moradias higiênicas e confortáveis.
>
> No primeiro Congresso Panamericano da Vivenda Popular, realizado em 1939, ficou resolvida a criação de um Instituto Panamericano da Vivenda Popular, que teria como objetivo pesquisar as condições de moradia nos países da

20 Hoje, essa operação é chamada de "base territorial".

21 Isso já fora observador e enfrentado por Haddock Lobo quando intentou seu recenseamento da cidade, em 1849. Sobre esse problema, veja-se SENRA, 2012b.

22 Note-se que não se fala em insegurança, o que hoje é um elemento marcante.

> América, sua arquitetura e técnica de construção, bem como estudar problemas de urbanismo, economia, higiene, educação e assistência social, no que estes se relacionam com a habitação.
>
> Meses depois, a Conferência da Repartição Internacional do Trabalho, reunida em Havana, aprovou uma resolução que recomendava fossem dados toda a cooperação e todo o apoio àquela ideia. Atitude semelhante tiveram o Sexto Congresso Panamericano de Arquitetura, Lima, 1947, o III Congresso Histórico Municipal Interamericano, Porto Rico, 1948. Todavia, o Instituto Panamericano não foi criado. (p. 262)

Por fim, o estudo de Alberto Passos Guimarães constata que, no Brasil, a solução do problema da vivenda modesta, na qual está incluído o problema das favelas, "do ponto de vista de tornar o preço da moradia acessível ao poder aquisitivo das classes pobres, está na dependência, quase que exclusiva, dos recursos do Estado". Contudo, nas condições econômicas então vigorantes, o autor constata, a construção de vivendas em condições mínimas de higiene e conforto "não se põe ao alcance senão na melhor das hipóteses, das classes médias" (p. 262) Concluindo, estima que para a extinção dos casebres no Distrito Federal em mais ou menos 15 anos exigiria que fossem construídos anualmente cerca de 10 mil casas populares, praticamente o total das construções de todos os tipos licenciadas pela prefeitura, o que deixa um travo amargo de pessimismo, e o tempo bem mostrou o resultado do não alcançado.

Alguns poucos números censitários

Ao fim e ao cabo, o censo registrou 58 favelas, ao contrário da Prefeitura do Distrito Federal que, com seus critérios, na pesquisa realizada em 1948 (não concluída por problemas financeiros) registrou 105, uma diferença significativa (não obstante, como dito antes, dando retratos daqueles momentos).

A população presente registrada em 1º de julho de 1950[23] nas 58 favelas foi de 169.305 pessoas, das quais 55.436 se disseram brancas, 64.347 se disseram pretas, e 48.911, que se disseram pardas, mulatas, cafuzas, caboclas, mestiças etc. foram reunidos na designação genérica de pardas. O censo intentou registrar, segundo os padrões da época, os grandes grupos étnicos – brancos, pretos e amarelos –, mas o registro dos amarelos não passou de doze pessoas. Preconceito individual ou, digamos, "reserva íntima" faz com que essa autodeclaração de cor perca muito do sentido esperado pelos estudiosos.[24]

---

23 Os Censos de 1920 e 1940 tomaram como referência a data de 1º de setembro, que sempre recebeu muitas críticas, inclusive de Teixeira de Freitas, enquanto coordenador do Censo de 1920 em Minas Gerais. A mudança para 1º de julho no Censo de 1950 foi resultado de muitas discussões, e pode ser vista no texto de Alberto Passos Guimarães antes referido.

24 O Censo de 1872 não tomava a cor do escravo, entendida como preta, por definição, procedimento muito lamentado por inúmeros historiadores, que afirmam ter havido escravidão branca ou amarela no Brasil. No Censo

Quanto ao estado civil, 52.856 se declaram solteiros, 45.359 casados e 9.741 viúvos; a diferença entre homens e mulheres solteiros e viúvos é enorme, já entre os casados é bem próxima. Segundo a instrução, 78.726 declarou saber ler e escrever, e 63.047 declarou que não sabiam ler nem escrever: note-se, primeiro, que esses números são muito próximos, o que assusta bastante; segundo, como se trata de autodeclaração, não se pode aquilatar o quanto de profundo significa a declaração de se saber ler e escrever.

Quanto a religião há um maciço predomínio de católicos romanos, ou seja 154.168 assim se declararam, o que, a nosso juízo, sugere uma falha no quesito (que segue no presente), ou seja, se fosse perguntado por uma segunda religião em prática, por certo seria revelado o típico sincretismo brasileiro. O catolicismo surge predominante por tradição do batismo recebido pela criança, não sendo necessariamente uma prática convicta, muito menos única.

Os números referentes à ocupação, segundo diferentes ramos de atividade (indústria, agricultura, comércio, serviços, transporte, profissões liberais, defesa nacional, segurança pública, administração pública, atividades domésticas etc.), de pessoas presentes de 10 anos e mais, registrou-se 124.135, dos quais 62.122 sendo homens e 62.013 sendo mulheres; por demais, impressiona o número de menores, entre 10 e 14, já trabalhando: 7.833 homens e 7.963 mulheres, num total de 15.796 pessoas.

—

A tabela que segue foi extraída do texto de Alberto Passos Guimarães, (p. 270) e tem por objetivo principal apresentar a relação das 58 favelas (com seus nomes de época) reveladas no Censo de 1950, alocadas por circunscrições. Além disso oferece o número total da população presente em 1º de julho, e sua divisão por gênero (homem e mulher).[25]

de 1920, único de valor feito durante a Primeira República, não houve a investigação de cor, sob intenso argumento de Bulhões Carvalho. A seu turno Teixeira de Freitas se empenhou para que o Censo de 1940 mantivesse a mesma lógica, mas foi voto vencido na Comissão Censitária presidida pelo físico José Carneiro Felipe; daí em diante, por mais que se tentasse argumentar por sua não colocação, sempre permaneceu.

25 Um estudo interessante, mas que não foi nosso objetivo, seria comparar a esses números com os números apresentados no Censo de 2010, último disponível, ou com os que serão observados no Censo de 2021, ainda a ser realizado, conforme programação do IBGE.

CIRCUNSCRIÇÕES E FAVELAS	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Total	Homens	Mulheres
Ajuda			
Morro de Santo Antônio	2 840	1 481	1 359
Santo Antonio			
Morro do Escondidinho	1 457	749	708
Morro dos Prazeres	1 017	492	125
Favela da Rua Eliseu Visconti	349	171	178
Glória			
Morro Marquês de Abrantes	741	344	397
Morro Nova Cintra	302	151	151
Morro do Chico	260	119	141
Morro da Fazendinha	284	139	145
Morro Júlio Otôni	212	100	112
Lagoa			
Morro de Santa Marta	1 632	787	845
Morro do Pasmado	659	326	333
Morro de São João	824	421	403
Gávea			
Morro do Querosene	2 962	1 478	1 484
Morro do Sacopã	1 877	942	935
Favela da Rua Marquês de São Vicente, 92	765	401	364
Favela da Avenida Paula Machado e R Jardim Botânico	1 036	516	520
Rocinha	4 513	2 246	2 267
Rampa Avenida Niemeyer	1 274	665	609
Parque Proletário da Gávea	4 900	2 297	2 603
Favela da Praia do Pinto	7 142	3 505	3 637
Copacabana			
Morro dos Cabritos	207	99	108
Morro do Pavão	693	349	344
Morro do Pavãozinho	767	386	381
Morro do Cantagalo	2 964	1 508	1 456
Morro da Catacumba	3 135	1 557	1 578
Morro de São João	65	33	32
Morro da Babilônia	2 617	1 313	1 304
Favela da Rua Euclides da Rocha	3 267	1 622	1 645
Gamboa			
Morro da Favela	4 567	2 352	2 215
Rio Comprido			
Morro de São Carlos	7 561	3 814	3 747
Morro do Turano	1 523	799	724
Morro da Chacrinha	681	348	333
Morro da Rua do Bispo, 117	819	413	406
Morro do Querosene	1 970	972	998
São Cristóvão			
Barreira do Vasco	6 046	3 015	3 031
Favela do Pau Rolou ou Parque Arará	2 619	1 372	1 247
Morro do Tuiuti	1 622	861	761
Favela da Alegria	1 264	624	640
Quinta do Caju	2 738	1 400	1 338
Tijuca			
Morro do Salgueiro	4 295	2 053	2 242
Morro da Formiga	4 363	2 171	2 192
Morro do Borel	3 873	1 909	1 964
Andaraí			
Morro do Macaco	2 563	1 264	1 299
Morro do Andaraí ou Arrelia	3 512	1 764	1 748
Engenho Novo			
Morro do Jacarezinho	18 424	9 302	9 122
Morro da Mangueira	8 949	4 479	4 470
Favela do Esqueleto do Maracanã	6 770	3 395	3 375
Serra do Engenho Novo	4 753	2 336	2 417
Méier			
Morro de D Francisca	2 283	1 116	1 167
Morro da Cachoeirinha	2 552	1 244	1 308
Morro do Céu	2 347	1 150	1 197
Penha			
Favela de Braz de Pina e Lucas	5 100	2 542	2 558
Favela da Praia de Ramos e Maria Angu	271	151	120
Favela de Bonsucesso	4 964	2 529	2 435
Irajá			
Morro da Caixa d'Água	648	313	335
Favela Vila N S da Penha	5 458	2 783	2 675
Madureira			
Favela da Rua Leopoldina de Oliveira	2 071	999	1 072
Realengo			
Favela Vila do Vintém	5 938	3 072	2 866
TOTAL	169 305	84 739	84 566

Referêcias bibliográficas

ALBUQUERQUE, Leonardo César de. Um intelectual incontornável: o pensamento político de Alberto Passos Guimarães (1956-1964). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da UFRRJ, em 2019. Orientador: Raimundo Nonato dos Santos.

SENRA, Nelson de Castro. "As dificuldades da repartição de estatística no início do antigo Distrito Federal, segundo Aureliano Portugal (1895)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, a. 23, n. 23, p. 95-118, 2016a.

SENRA, Nelson de Castro (Org.) *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um singular e plural.* Rio de Janeiro: IBGE, 2016b [acompanha DVD com mais cartas além das impressas e comentadas no livro]

SENRA, Nelson de Castro. *"A luta pelas estatísticas em três momentos marcantes na história do Brasil". CEPERJ*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense. Rio de Janeiro, n. 7, p. 205-220, jan./jun.2015.

SENRA, Nelson de Castro. "Do censo de 1906 no Rio de Janeiro à evolução da atividade censitária brasileira". *Revista do IHGRJ*, a. 19, n. 19, p. 279-300, 2012.

SENRA, Nelson de Castro (org.) *Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação*. Recordando o Primeiro Presidente do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE / CDDI, 2008a. [Textos de Lucia Maria Paschoal Guimarães, Helder Gordim da Silveira, Alexandre de Paiva Rio Camargo, Guilherme Pereira das Neves, Alfredo das Neves; e mais, textos de época dele e sobre ele]

SENRA, Nelson de Castro (org.) *Teixeira de Freitas, um cardeal da educação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE / CDDI, 2008b. [Textos de Nelson de Castro Senra, Rubem Klein, Libânia Nacif Xavier, Margareth da Silva Pereira, Natália de Lacerda Gil, Alexandre de Paiva Camargo; e mais, textos de época, dele e sobre ele].

SCHMIDT, J. C. Junqueira Schmidt. "Considerações sobre alguns problemas da cidade do Rio de Janeiro" *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 38, p. 169-172, maio 1946.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

Recebido em:14/05/2021
Aprovado em: 19/06/2021

AS MORADAS DO REI

Vera Lúcia C. de Queiroz Andrade[1]

Resumo

O presente artigo tem como objeto central o estudo das "moradias reais" como elementos históricos representativos/constitutivos do processo político-econômico de configuração do Brasil Reino e do Brasil Império. Na construção simbólica da figura do Rei e do Imperador, podemos observar que a representação de seus "palácios" se afigura como um dos elementos históricos de legitimação do poder do soberano e da sede da governança, à medida que integravam, simultaneamente, espaços públicos e privados de sociabilidade, tais como: aposentos da família real, dos cortesãos e da criadagem, e, Sala do Trono, Sala dos Conselhos, Salão de Audiências e Salões de Cerimônias Oficiais. O desenvolvimento da narrativa tem por objetivos identificar e caracterizar o Paço Real/Paço da Cidade, o Paço de São Cristóvão e o Paço de Petrópolis como centros político-administrativos e os polos sócio-culturais do poder da Monarquia no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Paço Real/Paço da Cidade; Paço de São Cristóvão/Real Quinta da Boa Vista; Paço de Petrópolis/Cidade de Pedro.

Abstract

The central objective of this article is to studay the "royal residences" as representative and constituent elements of the political-economic process in the Kingdom and lhe Empire of Brazil. In the symbolic construction of the figure of the King and Emperor, we can observe that the representation of their "palaces" appears as one of the historical elements of legitimization of the sovereign's power and the seat of governance, as they simultaneorisly integrated public and private spaces of sociability such as: the royal family's, courtier's and servant's quarters, and, the Throne Room, the Council Room, the Audience Hall and the Official Ceremony Halls. The development of the narrative aims to identify and characterize the Royal Palace/City Palace, the São Cristóvão Palace and the Petrópolis Palace as political-administrative centers and socio-cultural poles of power of the Monarchy in Rio de Janeiro.

Keywords: Royal Palace/ City Palace; São Cristóvão Palace/ Royal Quinta da Boa Vista Palace; Petrópolis Palace; Peter's City.

O(s) PAÇO(s) REAL(ais)

Malogrados os esforços do Príncipe Regente D. João de manter a "política da mais perfeita neutralidade" de Portugal, a ideia da transferência da corte portuguesa para o Brasil, aventada em várias situações de crise política, passou a ser considerada como solução de emergência para a agudeza do momento. A referida política oscilava entre a aliança com os britânicos e a não hostilidade aos franceses, principalmente no que concerne às imposições do decreto de 1816 do imperador dos franceses. Por este decreto, pretendeu Napoleão Bonaparte impor o Bloqueio Continental, o qual consistiu na determinação de fechamento dos portos europeus às embarcações inglesas e no confisco dos

1 Sócia efetiva do IHGRJ; Professora do Colégio Pedro II e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Sócia Efetiva do IHGB.

bens e propriedades dos súditos britânicos em Portugal. Diante da constatação da impossibilidade de as tropas portuguesas enfrentarem uma guerra franco-espanhola, com o iminente avanço das tropas napoleônicas comandadas pelo General Junot em território português de Abrantes, o Conselho de Estado, reunido em novembro de 1807, decidiu pela partida da Corte para o Brasil, como meio de preservar a autonomia política da monarquia com a continuidade da dinastia de Bragança, bem como de assegurar a integridade territorial do império luso com os domínios no ultramar.

A frota real composta por 36 navios, entre naus, fragatas, brigues e escuna, e com estimativa de dez a quinze mil emigrados – família real, nobres, fidalgos, conselheiros e ministros, funcionários servidores da corte, clérigos e tripulantes – partiu do cais de Belém, em 29 de novembro de 1807, escoltada pela esquadra inglesa na longa travessia do Atlântico. As descrições do embarque da corte revelam que o povo "espantado e aterrorizado, magoado e desolado" chorou a partida de sua "rainha piedosa", já com 73 anos, e rezou muitas missas e muitas orações pela sobrevivência silenciosa de Portugal à política de repressão dos franceses.

Depois de mais de dois meses de viagem, com direito a calmarias e tempestades, o comboio real aportou na Bahia de Todos os Santos, em 22 de janeiro de 1808, sendo recebido com grande deferência pelo governador João de Saldanha da Gama, conde da Ponte, em inúmeras comemorações oficiais, *Te Deum* na catedral e cerimônias litúrgicas, festas populares e folguedos de ruas. Em Salvador, d. João assinou, logo no dia 28 de janeiro, a Carta Régia de "Abertura dos portos brasileiros às nações amigas", permitindo a entrada "de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a minha Real Coroa", rompendo assim o exclusivo comercial da metrópole, em caráter emergencial e imprescindível para a manutenção da principal receita real que provinha das rendas das alfândegas.

Apesar da "hospitalidade baiana" e dos apelos pungentes da população da antiga capital em exortações e alocuções, a comitiva real, depois de "régios agradecimentos" seguiu viagem para o Rio de Janeiro, capital da colônia desde 1763. Parte da comitiva chegou à baia da Guanabara e baixou âncoras no cais do porto, em março de 1808.

A família real foi recebida com toda a pompa e circunstância possível pelo vice-rei d. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos:

> O cais de pedra foi todo reconstruído em cantaria lavrada com 3 escadas e uma rampa de acesso para o mar; o chão do caminho foi coberto por veludo carmesim; um monumental pálio de seda, sustentado por quatro oficiais membros da Câmara, serviu de proteção para os soberanos; salva de tiros e fogos de artifícios saudaram a realeza. A rainha-mãe, desceu à terra dois dias depois e foi levada em procissão solene até o Palácio do Vice-Rei, grande casarão branco, retangular e baixo, a mais suntuosa moradia da colônia, onde a família real foi instalada. (DEL PRIORE, 2019, p. 170-171).

Dom João e os filhos ocuparam os aposentos da parte da frente do primeiro andar. A princesa Carlota Joaquina e as filhas foram alojadas, junto com a criadagem, nos quartos centrais da fachada lateral que dava para a praça.

D. Maria I e seu séquito foi, posteriormente, hospedada no Convento do Carmo, que ficava ao fundo da praça, local mais calmo e mais adequado aos cuidados de sua enfermidade. O convento dos padres carmelitas, transferidos para um convento na Glória, possuía um grande torreão e nenhum claustro e amplas janelas que se abriam para o largo.

A igreja do interior do convento foi requisitada para ser a Capela Real. Possuindo uma nave central única com arcadas, tribunas e capela-mor com dourados na decoração barroca, era um espaço próprio para as cerimônias religiosas da família real e para projeção da imagem da monarquia. Até 1808, a Igreja do Rosário, no alto do Morro do Castelo, funcionava como catedral, mas pelo Alvará de 15 de junho, d. João transferiu para a Igreja do Carmo o status de catedral, com direito a capelão-mor e cabido: corpo de clérigos que formam o conselho do bispo em uma catedral. A instituição foi dotada de "módica pensão" referente ao padroado régio pelo Alvará de 20 de agosto do mesmo ano.

Para facilitar o trânsito dos membros da família real, dos cortesãos e das damas entre os dois casarões, foi construída uma passarela superior, uma espécie de passadiço suspenso por cima da rua do Cano, atual rua Sete de Setembro, que ligava os edifícios.

O Palácio do Vice-Rei, antiga Casa dos Governadores, construída em 1743, foi transformado em Paço Real. Paço ou palácio era a designação da casa nobre, onde *el Rei* habitava e se juntavam as Câmaras, portanto o centro do poder e da atividade administrativa, segundo definição do *Dicionário* de Moraes Silva, de 1789.

O Largo do Paço – composto pela casa nobre, o Convento do Carmo, a Capela Real, os prédios requisitados da Casa da Câmara e da Cadeia Velha e incorporado o da Fazenda Real, foi todo calçado, além de receber um novo chafariz, obra do mestre Valentim da Fonseca e Silva, instalado no centro do largo, que abastecia as moradias da parte próxima da cidade e os navios no porto –

tornou-se "uma ilha europeia de afirmação do poder", cenário dos espetáculos político-sociais: comemorações, procissões e desfiles militares.

Na construção simbólica da figura do Rei e, mais tarde, do Imperador observa-se que a representação de seus "palácios" é uma constante histórica de legitimação da sede da monarquia e da visão do soberano como fonte de justiça.

O Paço da Cidade logo se tornou inadequado e/ou impróprio para servir, ao mesmo tempo, de moradia da família real, cortesãos e criados, e de sede do governo, pois lá coexistiam com os aposentos reais a Sala do Conselho, a Sala do Trono e os salões de recepção para as audiências e cerimônias oficiais.

D. Carlota Joaquina, junto com suas filhas d. Micaela Maria e d. Josefa, mudou-se para o opulento Palácio de Mata-porcos, região do Estácio, de propriedade do Conde de Galveias, em 1815, antes de se estabelecer em definitivo no Palacete da enseada de Botafogo.

Dom João manteve os aposentos reais, construídos no terceiro pavimento da fachada do Paço da Cidade, de onde continuou exercendo suas funções monárquicas. No ano seguinte, em 1816, após a morte da rainha-mãe, d. João – acompanhado pelos filhos d. Pedro e d. Miguel, pela filha mais velha d. Maria Teresa, viúva de d. Pedro Carlos de Espanha, que lhe servia muitas vezes de "secretária", e de seu neto d. Sebastião – mudou-se para a Quinta da Boa Vista, na região de São Cristóvão, distante hora e meia do centro da cidade, que lhe foi ofertada por Elias Antônio Lopes, nome aportuguesado de Elie Antun Lubbus, rico comerciante e traficante de escravos sírio-libanês, em troca de algumas "mercês".

A palavra quinta é originária de Portugal e significava propriedade rústica, casa de habitação cercada de árvores com terras para semeadura. No Brasil oitocentista, quinta era uma propriedade rural de grande extensão. A Quinta da Boa Vista se localizava em terras da antiga Fazenda de São Cristóvão dos jesuítas. Com a expulsão da ordem religiosa, em 1759, suas terras foram desmembradas e leiloadas em lotes. O lote correspondente à referida quinta foi arrematado por Manuel Pinheiro para o cultivo da cana de açúcar. Em 1803, esse lote foi vendido para o citado comerciante negreiro Elias Antônio Lopes.

A Real Quinta da Boa Vista tornou-se propriedade da Coroa em 1817. Local privilegiado no alto de uma elevação, descortinava linda paisagem da baia da Guanabara, daí o nome de Quinta da Boa Vista: de um lado, avistava-se a cidade, o porto e o mar, do outro, a floresta da Tijuca, o morro do Corcovado, montanhas e vales povoados de chácaras.

Em 1819, a quinta foi ampliada com a aquisição de terrenos limítrofes pagos pelas dotações do Tesouro Real. No velho casarão amplo e confortável, "um

quadrilátero de 240 palmos de lado, onde se localizava o quarto de d. João, que media 24 palmos quadrados e tinha por adjacência um outro um pouco menor; o rei tinha, também, um pequeno gabinete de trabalho, uma sala para diplomatas e uma sala do trono, onde recebia para o beija-mão", segundo o pintor Manuel de Araújo Porto Alegre.

O palácio ganhou alas laterais que aumentaram a superfície do primeiro andar, com mais de 14 janelas de frente. Para se chegar ao

> Paço de São Cristóvão atravessava-se um extenso terraço; uma escadaria circular, com balaústres de ferro pintados de verde e ornamentados com ouro, dava acesso à porta do palácio e, através dessa, à galeria que ocupava toda a extensão da fachada. De um lado dessa galeria abrigam-se as ditas [14] janelas de frente, todas envidraçadas, de outro, enfileiravam-se, na parede, pinturas a óleo representando cenas religiosas. (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 157).

Dom João e família, ainda desfrutou de uma espécie de residência de verão, a Fazenda de Santa Cruz, também antigo convento dos jesuítas, distante 80 km da cidade. A fazenda de 23 mil hectares, propriedade da monarquia desde 1817, era dotada de grande casa retangular, com 36 alojamentos e pátio aberto no centro, se estendia por bela planície de exuberantes matas, regada por dois rios, foi toda reformada e a capela redecorada.

A fazenda Santa Cruz possuía uma singular atração:

> os negros escravos da propriedade além de trabalharem nas lavouras, eram iniciados na música sacra. Os "artistas escravos" se dedicavam ao estudo teórico, à prática instrumental e ao canto coral, sob a orientação de mestres como o padre José Maurício. D. João, apreciador da música, incentivou a escola denominada de Conservatório de Santa Cruz. Seus músicos, frequentemente, integravam a orquestra, o coral e a banda do Paço de São Cristóvão e da Capela Real. Tocavam rabecas, violoncelos, clarinetas, flautas e flautins de ébano, bumbos, dentre outros instrumentos; executavam marchas militares patrióticas, valsas, modinhas e quadrilhas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 185-186).

Além da Fazenda Real de Santa Cruz, d. João regente e rei desfrutou de outra área de laser na parte ocidental da Ilha do Governador, extensa fazenda dos beneditinos, por doação desde 1695. Especialmente para retiro de d. João, a Ordem construiu, segundo descrição do viajante inglês John Luccock,

> um palácio de campo de 14 cômodos num só pavimento; os aposentos reservados para o soberano constam de uma pequena sala de visitas, uma sala de jantar, um pouco maior, e comunicando com esse cômodo por meio de um corredor estreito, um quarto de dormir pequeníssimo; anexa a esses aposentos, uma larga varanda; na extremidade oposta à entrada, uma capela e um cômodo de bom tamanho.

Em 1811, foi estabelecida a Real Coutada na Ilha do Governador. Segundo o Dicionário de Cardas Aulete, uma coutada era uma porção de mata ou terra, cerca ou terras demarcadas, onde se criava caça para os reis. A Real Coutada era "uma formosa chácara com tapada e coutados extensíssimos", uma área exclusiva de caça para recreio do príncipe e família nas visitas que faziam à Ilha do Governador (IPANEMA. 2013, p. 105-107).

O estabelecimento da corte joanina no Rio de Janeiro – entendendo-se o termo corte em seus diversos significados: "o soberano, seus ministros e a nobreza que o acompanha; o governo de um país e suas relações diplomáticas; a terra, a cidade em que reside o soberano; o paço, a residência real" – representou, especificamente, o início do "processo civilizatório" da capital colonial com a decorrente "internacionalização da metrópole", a partir da instalação da máquina político-administrativa e da recriação das principais instituições régias, tais como a Mesa do Desembargo do Paço, Casa da Suplicação, Mesa de Consciência e Ordens, Intendência Geral de Polícia (MARTINS, 2008, p. 105-110).

Dom João Maria (1767-18260), Senhor do Infantado, Príncipe do Brasil e Rei de Portugal, Brasil e Algarves foi o primeiro soberano a pisar em solo do "Novo Mundo" e o primeiro e único rei aclamado nas Américas. Segundo filho de d. Maria I e de d. Pedro III tornou-se o herdeiro presuntivo do trono com a morte de seu irmão, o primogênito d. José Francisco (1761-1788), o Príncipe da Beira, casado com sua tia d. Maria Benedita, sem deixar descendência. Em 1785, através da "política de casamentos" que pactuava alianças militares, estratégicas e diplomáticas, as Coroas Ibéricas celebraram uma aliança recíproca, com o duplo matrimônio dos príncipes: – o infante d. João de Portugal com a infanta Carlota Joaquina da Espanha, e, o infante d. Gabriel da Espanha com a princesa Mariana Vitória de Portugal.

Dom João assumiu a regência de forma interina em 1792 – "pelo notório impedimento da moléstia da rainha minha mãe" – e de forma definitiva, em 1799, e manteve as diretrizes políticas e econômicas consolidadas no reinado conjunto de seus pais: manter a integridade da monarquia e do império e a reorganização da burocracia no reino e nas colônias. D. João e d. Carlota Joaquina tiveram nove filhos, assegurando assim a continuidade da dinastia de Bragança

No Brasil, em 16 de dezembro de 1815, no dia do 81° aniversário de d. Maria I, d. João decretou a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Tal decisão reforçou a frágil posição diplomática de Portugal no Congresso de Viena (1814), que estabeleceu o chamado "Concerto europeu" – designação oriunda de composição sinfônica que tem por característica essencial a oposição entre a orquestra e um ou diversos solistas; proposição de harmonia de vozes; inerente a acordo entre pessoas ou instituições, com vistas

a um objetivo comum: o concerto das grandes nações. O duelo diplomático travado entre os dois eixos principais: – de um lado a Áustria do Chanceler Metterrnich e a Grã-Bretanha de Castlereagh e de outro a Rússia do czar Alexandre I e a Prússia de Hardenberg contra a França de Talleyrand – permitiu que as potências secundárias, Espanha e Portugal, tivessem um certo protagonismo no contexto do equilíbrio europeu com a inserção das Américas no sistema internacional vigente, pós derrota definitiva de Napoleão Bonaparte (MENEZES, 2008, p. 132-136). O Reino Unido ao de Portugal, Brasil e Algarves foi celebrado no Rio de Janeiro como "sede de fato e de direito da monarquia portuguesa" com festejos apoteóticos do Amazonas ao Prata.

Durante sua permanência no Brasil, no período de 1808 a 1821, d. João incentivou a educação e a cultura, como parte do "processo civilizatório". Criou a Imprensa Régia, na capital, em maio de 1808, responsável pela impressão de livros, periódicos e folhetos, com base na censura da real tipografia. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico publicado no Brasil nos prelos da Impressão Régia já em 1808, foi o veículo de

> notícias públicas retiradas de periódicos europeus; reprodução de atos oficiais para divulgação de medidas político-administrativas do governo; elogios e reverências à família real; propaganda de anúncios de mercadorias e atividades dos assinantes, parte substancial de sua manutenção; e fonte de informação primordial dos acontecimentos da vida sociocultural da cidade. (CARDOSO, 1991).

No campo educacional, d. João criou a Escola de Cirurgia na Bahia, instalada no Hospital São José de Salvador, em 1808, primeiro estabelecimento de ensino superior do Brasil. Criou, também, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar da Marinha do Rio de Janeiro; incrementou o ensino militar na Academia Militar do Rio de Janeiro, na Escola de Artilharia da Bahia e na Escola de Fortificação no Maranhão. Apoiou o ensino das aulas régias e das cadeiras de artes e ofícios.

Ainda em 1808, com o nome de Jardim da Aclimação, foi criado, junto à Fábrica de Pólvora, situada entre a lagoa Rodrigo de Freitas e a serra do Corcovado, um pequeno horto botânico, a exemplo do que existia no Paço da Ajuda em Lisboa, para aclimatação de plantas exóticas e viveiros de plantas nativas.

O Horto Real ou Real Jardim, designação original do Jardim Botânico, recebeu inúmeras mudas de espécies transplantadas da Índia, como o cravo da índia, a canela e a noz moscada; das Ilhas Maurícias como a cânfora e o cinamomo; e da Guiana Francesa, a cana caiena e a pimenta do reino, além dos jambeiros, amoreiras, caramboleiras, fruta-pão e fruta de conde. Em 1809, o próprio D. João plantou a "*Palma mater*", denominada Palmeira Real, que veio das Antilhas,

trazida por um náufrago da Ilha-de-França, e se tornou atração histórica até os dias de hoje. Em 1819, com o nome de Real Jardim Botânico, o parque foi anexado ao Museu Real e aberto ao público.

A Biblioteca Real foi instalada, em 1810, numa ala dos fundos do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, nas proximidades do Paço Real. As peças originais da Real Biblioteca de Lisboa, cerca de sessenta mil – entre obras raras, obras clássicas de filosofia e ciências do século XVIII como a "*Enciclopédie*" de *Diderot* e *D´Alembert*; livros de educação, tratados de geografia e ciências, mapas, desenhos e gravuras; documentos da coroa, manuscritos e incunábulos; livros de horas e de orações – classificadas e acondicionadas em 317 caixotes, foram "esquecidos no porto de Lisboa", em 1807, quando da partida da corte. A preciosa carga chegou ao Rio de Janeiro em três remessas distintas, em junho de 1810 e março e setembro de 1811. Com a última remessa de livros veio também o bibliotecário Luís dos Santos Marrocos.

Por Alvará Régio de 1811, a Biblioteca Real foi "aberta ao público erudito e seleto, com o consentimento real para os membros da família real, alguns viajantes e letrados". Só em 1814 que seu acesso foi definitivamente franqueado, e os Estatutos foram elaborados por ordem régia em 1821. Seu acervo foi ampliado pela compra de novas obras e pela incorporação de coleções particulares, como por exemplo o espólio do frei José Mariano da Conceição Veloso, que incluía a inédita "*Flora Fluminense*", o acervo de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, em 1815, e a coleção do Conde da Barca, em 1822.

A Biblioteca Real, considerada a maior biblioteca da América, foi motivo de disputa diplomática por ocasião da separação do Brasil de Portugal, só resolvida pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 de agosto de 1825, quando o novo império concordou em indenizar a família real portuguesa por seus bens e suas propriedades deixadas no país, por ocasião da volta de D. João VI para Portugal. Os manuscritos da Coroa seguiram com o monarca e os livros, avaliados em 800 contos de réis foram pagos e transformados em propriedade do Estado. Em 1858, a Biblioteca Real ganhou nova sede no atual Passeio Público (SCHWARCZ, 2002, p. 178-183).

Após os acordos negociados no Congresso de Viena e a assinatura do tratado de paz entre Portugal e França, a corte portuguesa sediada nos trópicos promoveu a vinda da chamada "missão francesa" – grupo de artistas, pintores, escultores, gravadores e arquitetos, da antiga Academia Francesa de Artes "desempregados da arte monumental napoleônica". Desse grupo de 40 membros podemos destacar: Joachim Lebreton (líder e antigo secretário do Instituto de Belas Artes de França), Nicolas Antoine Taunay (pintor), Auguste-Marie Taunay (escultor), Jean Baptiste Debret (pintor), Grandjean de Montigny (arquiteto),

Charles Simon Pradier (gravador), Marc Ferrez (pintor), Julien Pallière (pintor). A chamada "colônia Lebreton" chegou ao Rio de Janeiro em 1816, com a "missão" de produzir a memória iconográfica da representação oficial da corte imigrada, as imagens alegóricas clássicas que legitimariam a permanência da corte no Rio de Janeiro. Para a propagação da educação artística, foi criada, pelo Alvará de agosto de 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, só inaugurada em 1820, embrião da Academia de Belas Artes, refundada em 1824.

No dia 20 de março do ano de 1816, morreu a rainha D. Maria I, em extrema debilidade de angústia existencial: "melancolia progressiva", isolada em silêncio interior no roxo luto da viuvez, pranteando a morte de toda a família dinástica: – seu marido e tio paterno d. Pedro, em 1786: seu filho d. José, em 1788; sua filha d. Mariana Vitória, em 1788; seu genro d. Gabriel, infante de Espanha, em 1788; seu confessor frei Inácio de São Caetano, em 1788; seu tio Carlos V, rei de Espanha, em 1788, seis mortes em seis meses; seu neto d. Pedro Carlos, infante de Espanha, em 1812; sua irmã d. Maria Ana, em 1813.

O cerimonial fúnebre seguiu os rituais tradicionais.

> O corpo da rainha, envolvido no manto real de veludo carmesim, foi velado na Capela Real, toda forrada de negro, pelos capelães reais; a missa solene teve sermão do deão de Braga e cânticos gregorianos dos clérigos; o cortejo fúnebre – da família real, nobres, bispo, cabido, autoridades militares e populares – seguiu para o Convento da Ajuda, onde o corpo foi sepultado.

O Senado determinou luto geral de um ano, sendo os seis primeiros meses de rigoroso "luto fechado" e os seis últimos "aliviados", como demonstração pública de obediência e sentimento de pesar compartilhado por todos os familiares e os súditos. Ao longo dos dias subsequentes, os sinos de todas as igrejas repicaram, missas foram rezadas, bandeiras desceram a meio pau e tropas dispararam tiros pela alma da rainha.

As celebrações fúnebres foram realizadas em todo o império português. Em Lisboa, a Real Capela foi coberta com tecidos negros e emblemas majestáticos; todas as vilas do reino, avisadas da morte da rainha e da obrigatoriedade do luto, choraram a "morte da mãe Maria", dando mostras de gratidão e pesar. Quando a notícia chegou às terras de além-mar, em Goa, Moçambique e Macau foram erguidos memoriais e estátuas da "rainha veneranda e piedosa". Exéquias também foram realizadas na Capela Portuguesa de Londres e no consistório privado do Papa Pio VI, em Roma. (DEL PRIORE, 2009, p. 157-192).

Passados dois anos das cerimônias fúnebres consagradas à rainha d. Maria I, em 6 de fevereiro de 1818 o Rio de Janeiro assistiu à Aclamação de D. João VI "Rei de Portugal, Brasil e Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar". Primeiro rei aclama-

do na América teve a confirmação real – juramento legal, eclesiástico e popular pela sucessão do trono – em cerimonial de grande simbolismo, no dia de *Corpus Christi*, em celebração autorizada pelo papado. O cerimonial teve como palco o Paço da Cidade. A Junta de Comércio foi responsável pela construção de um arco triunfal, enquanto o Senado e a Câmara financiaram um templo romano com 18 arcos, e, parte da fidalguia providenciou a iluminação. Os festejos se espalharam pelas ruas, com folguedos e queima de fogos. Como testemunho desse acontecimento histórico ficou a tela/litografia de Debret: "*Acclamation Du Roi Dom Jean VI à Rio de Janeiro*", no seu livro "*Voyage pittoresque et historique au Brésil*", de 1835 (HERMAN, 2008, p. 27-31).

Do outro lado do Atlântico as notícias da grande festa da Aclamação provocaram reação oposta ao júbilo e cresceram as pressões para a volta da corte para Portugal.

Portugal, primeiro invadido e saqueado pelos franceses, depois sujeito à rígida tutela dos ingleses, consolidada pelas condições privilegiadas dos Tratados de 1810, Tratado de Aliança e Amizade e Tratado de Comércio e Navegação, mergulhou em profunda crise econômica.

> Politicamente, a existência do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de 1815 e a Aclamação de D. João VI, em 1818, indicavam uma possível opção da coroa pela permanência da sede da monarquia no Rio de Janeiro, fatos que geraram o movimento liberal conhecido como Revolução do Porto. (NEVES, G., 2008, p. 426-430).

Em agosto de 1820, eclodiu na cidade do Porto um movimento que propunha uma "regeneração política", uma reforma inspirada em ideias liberais contra a anarquia revolucionária. O núcleo moderado inicial, era constituído, em sua maior parte, por militares, comerciantes e magistrados, que desejavam o regresso imediato do monarca e o fim da virtual tutela inglesa. Com a adesão da burguesia mercantil e manufatureira a reformulação das relações comerciais luso-brasileiras passou a ser, também, um objetivo reivindicado.

As autoridades de Lisboa tentaram deter a propagação do movimento com a convocação da Cortes Gerais do Reino, entretanto, as Cortes consultivas transformadas em Cortes deliberativas foram encarregadas de elaborar uma Constituição que subordinasse o poder do trono ao poder legislativo. As primeiras providências restritivas das Cortes chegaram ao Brasil no início de 1821 e tiveram a adesão das tropas portuguesas no Grão Pará, na Bahia e no Rio de Janeiro. Tais acontecimentos resultaram no regresso de d. João VI para Portugal, em abril de 1821. A Constituição de base liberal foi proclamada pelas Cortes em setembro de 1822. Após a morte de d. João VI, em 1826, Portugal mergulhou em uma "guerra civil" (NEVES, L., 2008, p. 391-393).

O(s) PAÇO(s) IMPERIAL(ais)

Os negros crepes do luto oficial pelos funerais de D. Maria I foram substituídos pelo colorido clima de alegria das comemorações das bodas do príncipe real d. Pedro com a arquiduquesa austríaca d. Leopoldina de Habsburgo. O casamento real foi realizado na igreja de Santo Agostinho, em Viena, em maio de 1817, segundo tratativas da embaixada de d. Rodrigo Navarro de Andrade, marquês de Marialva, encarregado dos negócios portugueses em Viena. O casamento por procuração se insere na tradicional política de casamentos como negócios de Estado e objetivava restabelecer relações entre casas reais e ratificar o princípio da legitimidade defendido pelo chanceler austríaco Metternich, no Congresso de Viena, embora não muito favorável a esse casamento.

Depois de idas e vindas, intrigas e contratempos, tempos de espera e prosseguimento da viagem, a princesa Leopoldina chegou ao Brasil em novembro de 1817 e foi recebida com os mais efusivos rituais:

> o cais do Rio de Janeiro se engalanou com muitas luminárias; nas ruas por onde passou o cortejo solene, as janelas das moradias foram decoradas com colchas de seda e cortinas coloridas; as ruas foram atapetadas com folhas aromáticas e uma chuva de flores saudava os nubentes; na rua Direita, atual Primeiro de Março, foi erguido um arco do triunfo, projetado pelo arquiteto Grand Jean de Montigny e decorado por Debret, encomendado pela Junta de Comércio do Rio de Janeiro; na Capela Real, o bispo capelão-mor com todo cabido deu a benção nupcial aos noivos; o *Te Deum Laudamus,* acompanhado por todos os cônegos e pela corte, teve música composta e regida pelo maestro Marcos Portugal e executada pelos músicos da Real Câmara.

No dia seguinte, no Paço de São Cristóvão, em presença de toda corte e dos embaixadores estrangeiros, houve uma serenata executada pelos músicos da Real Câmara na Sala de Audiência, ocasião em que d. Pedro cantou uma ária, sendo seguido por suas irmãs d. Maria Teresa e d. Isabel Maria. O bispo ordenou a todas as igrejas que repicassem os sinos durante três dias, em homenagem ao casal real (REZZUTTI, 2017, p. 161).

Dom Pedro, segundo filho de d. João e de d. Carlota Joaquina, nasceu em 1798, no Palácio de Queluz, Lisboa, e se tornou o herdeiro do trono com a morte de seu irmão mais velho d. Antônio, em 1801. De caráter irrequieto, indisciplinado e aventureiro, o príncipe d. Pedro foi praticamente criado na Quinta da Boa Vista "ao ar livre" e completou sua educação formal no Brasil, com seu confessor e professor de religião e latim frei Antônio de Arrábida e com o diplomata inglês João Rademaker. Apesar de nunca ter demonstrado empenho nos estudos, frei Arrábida conseguiu lhe incutir o gosto pelos clássicos latinos e o conhecimento dos sermões do padre Antônio Vieira. O professor Rademaker

lhe ministrou aulas de matemática, história, geografia e lógica; falava francês, entendia inglês e conhecia os escritos de Burke, Voltaire e Benjamin Constant.

Suas aulas preferidas eram as de equitação e música, sendo aluno do padre José Maurício Nunes Garcia, de Marcos Portugal e de Sigmund Neukomm, professor também de d. Leopoldina. Muito aplicado nesta matéria, tocava vários instrumentos musicais, como a flauta, clarim, violino, fagote, cravo e violão, executando o fado luso, as modinhas brasileiras e o lundu angolano, e, chegou a compor sinfonias para *Te Deum*, missas cantadas e hinos, como o Hino da Maçonaria e o Hino da Independência.

D. Leopoldina, filha do imperador Francisco I Habsburgo e de d. Maria Teresa de Bourbon do Reino de Nápoles e Duas Sicílias, nasceu em 1797, em Viena. Ao contrário do consorte, possuía uma sólida educação clássica humanística e apurada formação cultural científica, nos padrões da Ilustração do Antigo Regime. Além das belas letras, da literatura, do desenho e da história e geografia, tinha amplos conhecimentos de mineralogia e de botânica; era versada em música e hábil nos trabalhos manuais, como os bordados, e de jardinagem. Falava alemão, francês, inglês e italiano, e, por ocasião de seu noivado com o príncipe de Bragança, estudou português e se interessou pela literatura e pela história de Portugal e do Brasil. A esmerada educação moral e religiosa lhe conferiu uma personalidade romântica e apurado espírito cristão.

Leopoldina de Habsburgo chegou ao Brasil acompanhada por uma missão científica formada por naturalistas, desenhistas e pintores, como o paisagista Thomas Ender, o zoólogo Johann Natterer, o botânico Heinrich W. Scott e os naturalistas Johan Baptist von Spix e Karl Frierich von Martius. Assessorada pelos cientistas estrangeiros, d. Leopoldina reorganizou a Casa dos Pássaros, fundada em 1784, ao tempo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Esse pequeno museu era vinculado às instituições científicas de Lisboa e Coimbra, para onde tinha a incumbência de remeter as espécies nativas americanas dos três reinos.

Em junho de 1818, D. João VI criou o Museu Real, originalmente no Campo de Santana, destinado ao estudo e à divulgação das ciências naturais no Brasil. A princesa Leopoldina e a missão austríaca influenciaram a criação desse museu, de onde partiram as primeiras remessas de coleções de espécies destinadas ao "Museu Brasileiro" em Viena. Em 1819, o museu teve sua estrutura ampliada e instalada em anexo do Jardim Botânico. Ao longo de todo século XIX seu acervo foi enriquecido, se transformando em importante centro de ciências e cultura da Corte. Depois da Independência recebeu o nome de Museu Imperial Nacional.

O casal real sempre residiu na Quinta da Boa Vista. De 1819 a 1821, o Paço de São Cristóvão passou por sucessivas reformas. Foram acrescentadas: um tor-

reão/pavilhão ao norte da edificação, com 3 quartos e 2 salas; capelas, pátios e jardins, que originalmente não existiam. Os jardins passaram a existir depois dos trabalhos de terraplanagem, quando foram plantados os arbustos que ladeavam o caminho que ligava o portão ao prédio principal. O monumental portão de ferro que foi instalado na entrada do Paço pelo arquiteto inglês John Johnston, foi um presente oferecido ao rei D. João VI, por ocasião de sua Aclamação, pelo duque de *Northunberland*, uma réplica do de sua residência Atualmente, esse portal encontra-se na entrada principal do Zoológico.

Aos poucos, no ajardinamento de inúmeras aleias do terreno em volta do prédio principal, foram se introduzindo outros melhoramentos e na frente formou-se uma larga praça. A preceptora inglesa Maria Graham da princesa Maria da Glória, que residiu no Paço de São Cristóvão entre 1821 e 1823, registrou em suas notas de viagem sua admiração pela vegetação luxuriante do palácio da Quinta da Boa Vista.

Com o regresso de d. João para Portugal, d. Pedro tornou-se príncipe regente do Brasil e lugar tenente do rei, com plenos poderes para administração da Justiça e da Fazenda. À medida que crescia a insatisfação com as decisões das Cortes de Lisboa, crescia também a ideia de se construir um império no Brasil. Após a decisão de permanecer no Brasil, episódio conhecido como Dia do Fico – quando fortaleceu seu papel de regente escolhido por seu pai e denunciou a política das Cortes de Lisboa que reduziam o papel do rei "a servidor do Poder Legislativo" – d. Pedro se aproximou mais da maçonaria, novo espaço de sociabilidade da elite dos "bacharéis coimbrães". À revelia das Cortes Portuguesas, expediu ordens em todas as províncias para que nenhuma resolução fosse cumprida sem o aval do príncipe regente e determinou o regresso dos constituintes brasileiros ao Brasil.

As medidas definitivas que levaram ao rompimento Brasil/Portugal, foram expedidas entre setembro e outubro de 1821, e estabeleciam: – a transferência para Lisboa das principais repartições instaladas no Brasil; a transformação das províncias do Brasil em províncias ultramarinas de Portugal, com o consequente esvaziamento do Rio de Janeiro como centro da unidade brasileira; e o retorno imediato do príncipe para Portugal. Em junho de 1822, d. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte e Legislativa e, em agosto, lançou um Manifesto ao Povo do Brasil e um Manifesto às Nações Amigas denunciando o despotismo das Cortes.

A intransigência das Cortes e seu "furor recolonizador" somada à rebeldia reivindicatória do príncipe, em defesa dos direitos inerentes à coroa, apontavam para a separação dos dois reinos como fato consumado.

Por duas vezes, durante as viagens de d. Pedro às províncias de Minas Gerais e São Paulo, para apaziguar os ânimos e contornar problemas políticos, a princesa Leopoldina assumiu a regência, se convertendo em conselheira e influência favorável à emancipação política:

> Tendo de ausentar-me desta capital por mais de uma semana para ir visitar a província de São Paulo (...) hei por bem que meus ministros e secretários de Estado continuem nos dias prescritos, e dentro do paço, debaixo da presidência da princesa real do reino unido, (...) no despacho do expediente ordinário das diversas secretarias e repartições públicas (...) e hei por bem outrossim que meu Conselho de Estado possa igualmente continuar as sessões (...) debaixo da presidência da mesma princesa real, a qual fica desde já autorizada para, com os referidos ministros e secretários, tomar todas as medidas necessárias e urgentes ao bem e salvação do Estado; e tudo me dará imediatamente parte para receber a minha aprovação e ratificação (...). Palácio de São Cristóvão, em 13 de agosto de 1822. José Bonifácio de Andrada e Silva. Com a rubrica de S.A.R. o Príncipe Regente. (REZZUTTI, 2017, p. 227).

Em sua viagem de volta de São Paulo, após tomar ciência do *ultimatum* da Cortes e das prerrogativas assinaladas pelo Conselho de Estado, através das cartas de José Bonifácio e da princesa Leopoldina, em 7 de setembro de 1822, d. Pedro, personalidade forte e caráter impetuoso, formalizou/oficializou a separação Brasil/Portugal. Na sessão extraordinária da loja maçônica Grande Oriente do Brasil, de 9 de setembro, Gonçalves Ledo apresentou moção para a realização de uma cerimônia que traduzisse a ruptura total com a antiga metrópole e desse conhecimento ao mundo do novo Império na América.

A Aclamação de D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, foi programada para o dia 12 de outubro, dia do 24º aniversário do soberano, no Campo de Santana que passou a se chamar Campo da Aclamação. O antigo Campo de Santana, assim denominado por conta da Igreja da Irmandade de Santana, foi transformado em praça pública por d. João, em 1815, quando ordenou a construção de um jardim arborizado e florido protegido por gradil, inaugurado em 1818 para os festejos de sua Aclamação.

A festa cívica da Aclamação do D. Pedro I foi acompanhada pela nobreza, pelo corpo diplomático e contou com intensa participação popular. O cerimonial, projetado por Grandjean de Montigny, começou no Palacete do Campo da Aclamação e seguiu para a Capela Real, rebatizada de Capela Imperial, onde os soberanos receberam as bênçãos. O cortejo dos soberanos com a princesa Maria da Glória desfilou por arcos de triunfos erguidos pelas ruas e mais uma vez colchas e cortinas coloridas pendiam das janelas das casas, e das varandas as mulheres jogavam flores; o arco da rua do Ouvidor era dedicado ao "amor conjugal" e no alto viam-se as iniciais dos imperadores e um pelicano alimentando

seus filhotes, simbolizando o "amor maternal"; o arco erguido na rua Direita, atua Primeiro de Março, dedicado à "prosperidade do Brasil" homenageava D. Pedro I, um príncipe garboso de seus atos e virtuoso de sua prole."

Com o objetivo de se criar um novo ritual entre o tradicional e o moderno, próprio para o Império do Brasil, uma vez que não era costume dos portugueses coroarem seus reis, foi organizado no dia primeiro de dezembro a cerimônia de Coroação de D. Pedro I na Capela Imperial. Na coroa foram utilizados mais de 3 quilos de ouro, com florões e brilhantes; o manto em forma de poncho, de veludo verde forrado de cetim amarelo, foi ornamentado com plumagens de tucanos conservadas no Museu de História Natural, organizado por d. Leopoldina em uma das salas do Palácio da Quinta da Boa Vista. As tribunas da Capela foram ocupadas pela imperatriz com sua filha Maria da Glória acompanhadas pelas damas da corte.

D. Maria Leopoldina Josefa Carolina cumpriu seu papel de primeira imperatriz do Brasil em todas as dimensões políticas e sociais. Assegurou a continuidade da dinastia de Bragança, tanto em Portugal como no Brasil, dando à luz 9 filhos, todos nascidos na Quinta da Boa Vista: – d. Maria da Glória, nascida em abril de 1819, princesa da Beira e herdeira do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, futura d. Maria II rainha de Portugal; d. Miguel, nascido em abril de 1820, falecido pouco depois; d. João Carlos, nascido em março de 1821, príncipe da Beira, e falecido prematuramente em fevereiro de 1822; d. Januária, nascida em março de 1822, cognominada "Princesa da Independência"; d. Paula Mariana, nascida em 1823 e falecida em 1833; d. Francisca Carolina, nascida em agosto de 1824; d. Pedro de Alcântara, nascido em 2 de dezembro de 1825, futuro D. Pedro II, imperador do Brasil; em dezembro de 1826, abortou um feto do sexo masculino.

Como modelo de mulher virtuosa e caridosa, atendeu a grupos sociais desfavorecidos em obras assistenciais, inclusive escravos. Como personalidade política "trabalhou" pela independência do Brasil e contribuiu para o equilíbrio de forças e preservação do sistema monárquico na América, tendo se incumbido, também, de convencer a corte de Viena para o reconhecimento do Império do Brasil, em 1825.

Apesar de muito estimada pelo povo, foi alcunhada de "a austríaca/a estrangeira" nas hostes palaciana e alvo de intrigas, principalmente depois da chegada de d. Domitila de Castro Canto e Melo à corte, nomeada camarista da imperatriz, em abril de 1825. Amante favorita de d. Pedro desde 1822, recebeu o título de Marquesa de Santos, em1826, mesmo ano em que d. Pedro reconheceu como legítima sua filha Isabel Maria Alcântara Brasileira, nascida em 1824, com o título de duquesa de Goiás; seu filho Pedro de Alcântara Brasileiro, nas-

cido no mesmo mês e ano do herdeiro do trono d. Pedro de Alcântara, faleceu no ano seguinte em 1826.

Depois de mais uma gravidez muito difícil, d. Leopoldina morre no Palácio da Quinta da Boa Vista, no dia 11 de dezembro de 1826, aos 29 anos, com muito sofrimento físico e moral. Com vigília de "Suas Excelentíssimas Damas", exceto a camarista-mor, o corpo de S.M.I. foi preparado com aromas e vestido com grande gala: com o toucado de plumas, a faixa de seda, o vestido de cetim e o manto de veludo; paramentado foi colocado em seu leito coberto com riquíssima colcha de seda da China, no quarto forrado de seda branca e verde, com portadas guarnecidas de veludo verde com galões de ouro. As crianças/filhos e todos que se encontravam no palácio procederam à cerimônia do beija mão, em profunda consternação.

No dia 13, o corpo foi colocado em um caixão de cedro, que foi posto dentro de outro de chumbo, sendo ambos colocados em um terceiro; o ataúde fechado foi arrumado na sala do trono para ser velado. Na manhã do dia seguinte, 14 de dezembro, o bispo capelão-mor, acompanhado pelo cabido e pelos músicos da Imperial Câmara, realizou no altar erguido na sala do trono o ofício fúnebre. À noitinha, o féretro acompanhado por todas as damas da imperatriz, com exceção da Marquesa de Santos, membros do Senado da Câmara, altos oficiais da Casa Imperial, diplomatas estrangeiros, autoridades eclesiásticas e grande contingente de populares, deixaram o Paço de São Cristóvão e seguiram em procissão até o Convento da Ajuda, onde seu caixão foi depositado.

O estado de abatimento público que tomou conta do Rio de Janeiro era constrangedor pela ausência de d. Pedro, envolvido nas campanhas do sul do país, e pelos murmúrios das ruas culpavam d. Pedro e sua amante Domitila pela morte de d. Leopoldina. Oficialmente, só 14 dias depois da morte da esposa d. Pedro soube do ocorrido através das cartas e relatórios. De volta ao Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1827, trancou-se no Palácio de São Cristóvão durante o período de luto e realizou um verdadeiro expurgo: demitiu quase todo o ministério, o camareiro-mor, as camareiras e dispensou frei Arrábida, seu conselheiro de muitos anos.

Com a morte da imperatriz Leopoldina, d. Pedro perdeu, além da mãe de seus filhos, sua principal aliada. Sem os conselhos de sua esposa benevolente e caridosa, paciente e majestática para contrabalançar sua rudeza, seus ímpetos de ira e seus ataques de epilepsia – doença familiar derivada das anomalias congênitas resultado da endogamia entre os Bragança e os Bourbon – o imperador teve sua popularidade caindo vertiginosamente.

O relacionamento de d. Pedro com Domitila de Castro terminaria em 1829, por ocasião das difíceis negociações para o segundo casamento do imperador

com uma princesa europeia. Após dois anos de intensas tratativas, seu casamento com uma princesa bávara foi efetivado por procuração em Munique, pelo tratado de maio de 1829.

Amélia Augusta Eugênia de Leutchtenberg nasceu em 1812, era filha do vice-rei da Itália o príncipe Eugênio de Bauharnais e da princesa bávara Augusta Amélia, e neta da imperatriz Josefina, primeira esposa de Napoleão. Muito jovem era considerada virtuosa, culta e uma das princesas mais belas da Europa. A segunda imperatriz do Brasil chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1829, a bordo da fragata "Imperatriz", e teve seu casamento abençoado na Capela Imperial, seguido de festas, bailes e óperas, acontecimentos sociais de "boas vindas" à nova imperatriz.

Para comemorar o novo casamento o imperador criou a Ordem da Rosa, cujos dísticos: de um lado "Pedro e Amélia" e do outro "Amor e Fidelidade", sintetizavam a promessa de d. Pedro de ser um novo homem.

Como de costume, o novo casal imperial foi morar na Quinta da Boa Vista. Desde fins de 1827, d. Pedro resolveu reformar a morada palaciana, sob a direção do arquiteto francês Pedro José Pezerat que edificou o torreão sul com estilo modificado. Esse pavilhão, constituído por 5 salas e 1 saleta, ganhou feições neoclássicas, o que o diferenciava do neogótico pavilhão norte, construído pelo arquiteto inglês John Johnston, em 1821. Vários aposentos do pavilhão sul foram ocupados pela imperatriz Amélia, como a sala chinesa e a do toucador. O palácio passou a ter a cor da fachada amarela, com molduras brancas; nos jardins abundavam pés de laranjas, café e banana e grande variedade de flores e chorões, em meio a fontes e estátuas decorativas.

O Primeiro Reinado, marcado pela personalidade contraditória de D. Pedro I como chefe supremo da nação, acumulou desacertos políticos, como a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta Constitucional de 1824 com o poder moderador. Por outro lado, as questões sucessórias do trono português, iniciadas em 1824 com meses de luta contra seu irmão d. Miguel e apenas parcialmente resolvida em 1826, com o reconhecimento das Cortes Portuguesas da legitimidade de d. Pedro como herdeiro do trono e sua consequente abdicação em favor de sua filha Maria da Glória, agravaram sua atuação política. A Guerra da Cisplatina, de 1824 a 1826, e a consequente perda da província do sul, e os distúrbios populares como a "Noite das Garrafadas" – levaram à abdicação da coroa do Brasil para seu filho d. Pedro de Alcântara, em 7 de abril de 1831.

"D. Pedro I do Brasil/ D. Pedro IV de Portugal foi física e espiritualmente um homem de dois mundos, europeu e americano, absolutista e liberal" – voltou para Portugal e continuou a empreender uma "guerra" contra d. Miguel. Após

muitas reviravoltas, em setembro de 1834, as Cortes de Lisboa aclamam sua filha D. Maria II rainha de Portugal. Morreu em setembro do mesmo ano de 1834, no mesmo Palácio de Queluz onde tinha nascido a 36 anos (NEVEZ, L., 2008, p. 194-197).

Com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho de 5 anos, reconhecido herdeiro presuntivo da coroa pelo Senado desde agosto de 1826, dois problemas ressurgiram para o recém fundado Império do Brasil: a necessidade de manter a unidade política da monarquia constitucional e a necessidade de manter a unidade territorial com o afastamento do fantasma do desmembramento do país. A ordem social e a continuidade do Império na América estavam assentadas no poder simbólico do "Imperador-Menino".

O príncipe herdeiro Pedro de Alcântara teve uma educação humanística esmerada, estudou línguas, português, francês, inglês e alemão, literatura clássica e anglo-germânica, as matemáticas, ciências físicas e naturais, história e geografia, filosofia e religião. Por razões de orfandade e educação, o jovem imperador tornou-se a representação do monarca civilizado de comportamento austero, imagem da realeza divina. O "órfão da nação" herdou o tipo físico dos Habsburgos: era alto, tinha cabelos loiros e olhos azuis, e foi educado para ser em tudo diferente e não parecer em nada com seu pai, que era impulsivo e romântico, autoritário e generoso ao mesmo tempo, capaz de grandes paixões de amores e ódios. "Foi ensinado a ser contido, racional, equilibrado, previsível, frio, obsessivo pelo cumprimento do dever, tímido, falava pouco e era capaz de controlar suas paixões, tanto na vida pública como na vida privada." (CARVALHO, 2007, p. 17).

O período regencial que se seguiu à abdicação foi caracterizado pela oscilação política entre projetos centralizadores e descentralizadores, como a promulgação do Ato Adicional de 1834 e a instituição do regente único e eleito, e pelas conturbadas lutas com participação popular. O Ato Adicional significou uma tentativa de tirar da Constituição de 1824 seu caráter altamente centralizador dando mais autonomia às províncias, com a criação das Assembleias Legislativas provinciais e do Município Neutro na corte, separado da província do Rio de Janeiro. As revoltas com participação popular e cunho separatista, como a balaiada no Maranhão, a sabinada na Bahia, a cabanagem no Grão-Pará e a farroupilha no Rio Grande do Sul representaram perigo de desagregação territorial e continuidade do regime.

Em resposta ao predomínio político conservador do período de 1836 a 1840, o Partido Liberal liderou a "Campanha da Maioridade" do jovem imperador de 15 anos incompletos, modificando cláusula constitucional que previa um governo regencial até o monarca completar 18 anos. Em julho de 1840, d.

Pedro II foi declarado maior. O "golpe da maioridade" foi uma estratégia para conter o clima de inquietação do país e frear os impulsos descentralizadores das regências.

Em julho de 1841, d. Pedro de Alcântara foi aclamado, coroado e sagrado "D. Pedro II Imperador Constitucional do Brasil por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos". O folheto impresso para a ocasião – "*Disposição para a sagração de S.M. o imperador*" – estabeleceu três programas protocolares, mesclando velhos e novos rituais. O Programa nº 1 tratava das regras para o grande cortejo do imperador do Paço de São Cristóvão ao Paço da Cidade, no dia 16 de julho; o Programa nº 2, referente à sagração, ritual abolido a tempos em Portugal, regulava a formação do préstito que acompanharia d. Pedro até a Capela Imperial e toda cerimônia religiosa, no dia 18 de julho; o Programa 3 continha a organização das festas dos dias seguintes que se prolongaram por nove dias, até o dia do baile de gala no Paço da Cidade, no dia 24 de julho (REZZUTTI, 2019, p. 117).

Todo projeto da arquitetura efêmera – os lugares dos rituais – foi elaborado e executado pelo arquiteto e pintor Manuel de Araújo Porto Alegre, com esculturas de Marc Ferrez. A varanda que ligava do Largo do Paço à Capela Imperial era composta por um templo central e dois pavilhões laterais. No templo ficava a sala do trono onde D. Pedro foi coroado com espada e cetro. D. Pedro foi paramentado de forma majestática: manto de veludo verde, forrado de cetim amarelo, com tarja bordada de estrelas de ouro, dragões e esferas, emblemas das casas Habsburgo e Bragança; cabeção (gola alta e pendente, colarinho grande) de penas de papo de tucano e "obreia" ruiva de penas de galo-da-serra, referência aos indígenas. A coroa de ouro com base de pérolas e brilhantes, possuía oito cintas imperiais que sustentavam uma esfera encimada por uma cruz. A espada de prata dourada com uma cruz teutônica de brilhantes, havia pertencido a seu pai. O cetro de ouro maciço, simbolizava a garantia da força e da tradição imperial.

O espetáculo da coroação e da sagração de D. Pedro II, com riqueza de insígnias e rigoroso ritual, foi assistido por toda elite e acompanhado pelas multidões que se acotovelavam nas ruas para ver a passagem dos cortejos que encantavam o público em geral, diluindo as dificuldades dos tempos regenciais e enchendo de esperanças e expectativas o Brasil do Segundo Reinado.

O período de 1841 a 1864, até o início da Guerra do Paraguai, representa a fase da consolidação da ordem monárquica interna: – com a implantação do Parlamentarismo e o equilíbrio político com o revezamento dos partidos no poder; a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros e da "Con-

ciliação política"; a expansão cafeeira e crescimento dos empreendimentos industriais e construção de ferrovias.

Já em 1842, segundo prática da realeza, foram iniciadas as negociações para o casamento do imperador que se aproximava dos 18 anos. O casamento representaria a efetivação da real maioridade, a entrada na vida adulta e habilitação para o exercício do poder. Contudo, o desequilíbrio político-social do Primeiro Reinado, promovido, dentre outros fatores, pelo comportamento autoritário do primeiro imperador e suas paixões adúlteras dividiram a Corte brasileira e comprometeram a imagem do império no exterior empobrecido e desprestigiado pela nobreza europeia.

As difíceis tratativas diplomáticas para o casamento ocorreram em várias casas nobres: foram cogitadas a arquiduquesa Maria de Saxe da Áustria, a princesa Alexandrina da Baviera, a infanta Luísa prima da rainha da Espanha e até uma princesa russa. As dificuldades encontradas pelos diplomatas em missão internacional derivaram, ainda, das mesmas questões procedentes das negociações para o segundo casamento de seu pai.

Após diferentes tratativas no intrincado jogo de xadrez que era a política de casamentos da época, em maio de 1842 foi assinado em Viena o contrato de casamento, a cargo de Bento da Silva Lisboa, entre o imperador brasileiro e uma princesa napolitana. No dia 30 de maio de 1843, em Nápoles, foi celebrado o casamento por procuração: d. Pedro II foi representado pelo embaixador José Alexandre Carneiro Leão, futuro Visconde de São Salvador de Campos, e, o príncipe de Cila, Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros, representou o rei das Duas Sicílias.

Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha de Francisco I do reino das Duas Sicílias e da infanta de Espanha Maria Isabel de Bourbon y Bourbon, nasceu em março de 1822, no velho palácio Chiaramonti, em Nápoles. Como princesa real teve uma formação tradicional, condizente com a época, a cargo de seu preceptor Monsenhor Olivieri. Estudou línguas e literatura: italiano, espanhol e francês, artes, música: canto e piano, religião e prendas domésticas: culinária e bordado. Desprovida de atrativos físicos destacados na concepção de beleza da época, tornou-se uma estudiosa da cultura clássica, interessando-se, desde cedo, pelas artes e pela arquitetura, em decorrência das descobertas que estavam sendo realizadas nos sítios arqueológicos de Herculano e Pompeia, trabalhos iniciados por seus antepassados. A jovem princesa financiou e conduziu as escavações em Veio, sítio arqueológico etrusco, 15 km ao norte de Roma. A paixão da princesa pela arqueologia, traço incomum para o comportamento feminino esperado pela sociedade patriarcal da época, continuou no Brasil até sua morte.

A terceira e última imperatriz do Brasil chegou ao Rio de Janeiro em setembro de 1843, a bordo da fragata brasileira "Constituição", acompanhada pelo irmão o príncipe Luís, conde D'Aquila, artistas, músicos e outros estudiosos, trazendo na bagagem muitas peças artísticas e arqueológicas. Ainda em 1843, seguindo a lógica dos casamentos como alianças políticas, a princesa d. Januária se casaria com o conde D'Aquila e a princesa d. Francisca se casaria com o duque de Joinville, filho de Luís Felipe da França.

No Brasil, Teresa Cristina continuou seus estudos de arqueologia, mandando vir de sua terra natal outras preciosidades recuperadas nas escavações da região da Campânia. Por meio de cartas, estabeleceu com seu irmão Francisco II, novo rei de Nápoles, um intercâmbio cultural: de um lado, as antiguidades provenientes da Itália, do outro, os objetos de artesanato indígena do Brasil. A primeira remessa de peças antigas – uma centena de terracotas, 60 objetos de bronze, 30 peças de vidro, vasos e painéis com pinturas romanas – chegou ao Rio de Janeiro em 1856, revelando a preocupação etnográfica de documentar objetos usados na vida cotidiana de Herculano e Pompeia (AVELLA, 2014, p. 103).

D. Pedro e d. Teresa Cristina permaneceram casados por 46 anos e tiveram 4 filhos: d. Afonso (1845-1847), d. Isabel (1846-1921), d. Leopoldina (1847-1871) e d. Pedro (1848-1850). O casal real dividiu o gosto pelas belas artes, belas letras e pelas ciências. Cantora e musicista qualificada, a imperatriz promoveu saraus no palácio de São Cristóvão, compareceu às Conferências Científicas proferidas no Imperial Colégio de Pedro II pelo cientista Louis Agassis, e, acompanhou d. Pedro nas viagens nacionais e internacionais. Nas viagens às províncias teve vários municípios batizados em sua homenagem: Teresina no Piauí, Teresópolis no Rio de Janeiro, Cristina em Minas Gerais, Imperatriz no Maranhão, Cristinápolis no Sergipe e Santo Amaro da Imperatriz em Santa Catarina. Esteve em Viena, na Exposição de Filadélfia e no Oriente Médio. A viagem à Jerusalém foi destaque em crônica internacional, uma vez que d. Teresa Cristina foi a primeira imperatriz, depois de Santa Helena mãe do imperador Constantino, a pisar em terras santas.

Em 1847, durante a viagem dos imperadores às províncias do Sul, d. Pedro que nasceu e cresceu na Quinta da Boa Vista ordenou uma grande reforma comandada por Manuel de Araújo Porto Alegre que uniformizou a estética clássica do edifício ampliando suas instalações. Outro momento de grandes alterações deu-se no período de 1857 a 1861 quando o arquiteto Mario Bragaldi decorou os aposentos do casal imperial, localizados no torreão sul, e os salões do trono, do conselho e do corpo diplomático, a sala dos embaixadores ou dos estrangeiros.

D. Pedro II sediou no Paço da Boa Vista seus afazeres monárquicos, transportando para lá setores da vida política e social do país, recebendo, na grande varanda, em audiências públicas semanais, os súditos da nação, transitando, tanto no reduto público oficial, como nos salões de sua própria casa.

O monarca permanecia sempre que possível, nos espaços mais íntimos de sua preferência, tais como a biblioteca – onde no fim do Império foram recolhidos 48.326 volumes encadernados, inúmeras brochuras, folhetos avulsos, revistas literárias e científicas, estampas, partituras musicais, mapas geográficos impressos e manuscritos pertencentes a D. Pedro II, que passaram a constituir a Coleção Tereza Cristina Maria; no terraço superior todo em vidro, onde estava instalada uma luneta de alcance de G. Donald para observação das estrelas; no chamado "museu do imperador", cujo acervo de numismática e mineralogia foi iniciado por sua mãe d. Leopoldina e as peças de arqueologia e antropologia eram objetos antigos e modernos dos quatro cantos do mundo; e no belo gabinete de botânica que dispunha de um herbário com exemplares de madeiras, plantas, flores e frutos.

As terras que circundavam o palácio eram de vastas proporções, onde estavam situadas a cozinha, a mantearia, a enfermaria e a farmácia que ficavam atrás do palácio, onde foram construídas também as casas e os "sobradões", onde moravam os servidores do palácio e suas famílias, oficiais e membros da corte, além de um hospital e uma escola.

Em 1869, d. Pedro II investiu em embelezamento encomendando um tratamento paisagístico à mata que circundava o parque ao botânico francês Auguste François Glaziou, que permaneceu no cargo de diretor de parques e jardins até o fim da década. Os jardins ganharam um traçado inglês de alamedas de frondosas sapucaias conservando as aleias de chorões do tempo de d. João, principalmente a de bambus. A princesa Isabel, lembrando-se dos jardins da Quinta da Boa Vista, registrou em seu diário as imagens das mangueiras, tamarineiros e da alameda de bambus, cujos cimos se cruzavam no alto formando uma abóbada de catedral.

A riqueza do mobiliário e dos objetos que se acumularam no palácio da Quinta da Boa Vista foram relacionados nos inventários da Casa Imperial e nas listagens dos leilões do Paço de São Cristóvão, realizados após o banimento da família imperial. O palácio da Quinta da Boa Vista, residência dos Bragança por sete décadas, passando pelas mãos de três gerações, constituiu-se em lugar de memória e representação simbólica da monarquia (SCHWARCZ, 1998, p. 212-219).

No final da década de 1840, depois de mais uma visita à Fazenda do Córrego Seco na serra da Estrela, comprada por d. Pedro I, em 1830, ao padre Correia,

e tornada propriedade da coroa administrada pela mordomia da Casa Imperial, em 1843 – toma vulto o plano de se "construir um palácio de verão na região alpina fluminense, com o ar ameno da montanha, longe do bafo úmido da Corte na época mais quente do ano".

Depois de criado o Distrito de Petrópolis, em 1844, a fazenda foi arrendada para o major engenheiro Frederico Koeler, em 1845, encarregado de organizar uma colônia agrícola para povoar a região e construir uma estrada de ferro para subir a serra. Os colonos alemães, enquanto trabalhavam na estrada de ferro, construíram as primeiras moradias, plantaram hortas e iniciaram a criação de vacas, cabras, porcos e galinhas, dando origem ao núcleo de Petrópolis. Com o passar dos anos o lugarejo foi tomando forma com a elevação de Petrópolis à vila em 1857.

O palácio, projetado e construído por Manuel de Araújo Porto Alegre para a família imperial em Petrópolis era uma construção sólida em esteios de madeira; o saguão de entrada, em estilo neoclássico, possuía colunas gregas e piso preto e branco em mármore de carrara; as portas, esquadrias e janelas eram de madeiras nobres, como cedro, jacarandá, peroba da terra; os tetos de estuque tinham os símbolos da realeza e da terra: a coroa, os dragões de Bragança e os abacaxis, pitangas , goiabas; no quarto do casal as papoulas, as "famosas dormideiras", decoravam o ambiente; os assoalhos das salas de jantar, de música e de visitas eram de estuque de pau-de-cetim e pau-rosa.

O parque e os jardins foram executados pelo francês João Batista Binot, que introduziu entre as espécies nacionais de coqueiros e paineiras, as palmeiras da Austrália, cedros da Índia, incensos e bananeiras de Madagascar, e um viveiros de aves raras.

Paralelas às obras do palácio, entre 1845 e 1862, foram surgindo os acréscimos na Cidade de Pedro: a estação de trem, o início da construção da catedral neogótica, hospital, escolas, hotéis e restaurantes, fábrica de cerveja e de tecidos, etc. Com a distribuição de lotes de terra, os políticos e diplomatas foram construindo seus palacetes. Depois de 1858, a cidade foi-se tornando uma espécie de vila europeia.

Organizada segundo modelo inspirado na "Petersburgo dos czares" Petrópolis foi idealizada para ser a capital de verão do império tropical. O traçado das ruas, avenidas, praças, construções residenciais, religiosas e educacionais tinha o objetivo de oferecer a corte um espaço alternativo à efervescência política e às desordens sociais da cidade do Rio de Janeiro. A imagem paradisíaca da Cidade de Pedro foi construída pelos relatos dos viajantes, como Carlos Augusto Taunay, major do Corpo de Engenheiros,

> que enaltecia a natureza exuberante, o clima ameno, a acolhida fraternal dos veranistas e a acolhida fraternal dos laboriosos habitantes da antiga colônia alemã que fazem o bem estar da vida em Petrópolis, um terreno neutro onde todos confraternizam, onde as rivalidades entre os partidos, os preconceitos de nacionalidade, as simpatias religiosas fazem trégua. (TAUNAY, 1995, p. 34).

Além da moderna estação de trem, a cidade contava ainda com produtivas casas de negócios: armazéns de secos e molhados e armarinhos e de serviços de terceiros: médicos, advogados, modistas, ourives e joalheiros, além do sofisticado Estabelecimento Hidroterápico.

Com o passar dos anos, as temporadas do imperador em Petrópolis passaram a ser de cerca de cinco a seis meses. Sempre que a família imperial chegava a Petrópolis era recebida com festas, bandas de música e fogos de artifícios. D. Pedro II passou quarenta verões em Petrópolis, sempre durante as férias do Senado e da Câmara. No Paço de Petrópolis, tal como no Paço de São Cristóvão, a vida privada e a vida pública do imperador eram tenuamente demarcadas. Na residência de verão, longe dos protocolos da corte e das intrigas palacianas, a família real mostrava grande harmonia doméstica. O imperador passeava pela cidade de casaca e guarda-chuva e a imperatriz cuidava pessoalmente dos jardins, notadamente das roseiras, e, algumas vezes, fazia questão de cozinhar "a pasta", sendo a responsável pela introdução das massas no cardápio do cozinheiro imperial.

O Paço de Petrópolis se converteu numa nova representação do poder imperial. Dotado de câmara municipal, juizado de direito e juizado municipal, promotoria pública e tabelionato, delegacia de polícia, a Casa Imperial contava ainda com os serviços de correios e telégrafos e obras públicas.

A moradia principal da família imperial continuou sendo o Paço da Quinta da Boa Vista, enquanto o Paço da Cidade se converteu em local da oficialidade e das solenidades públicas de praxe.

A década de 1870, depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), representou um divisor de águas no quadro histórico do Segundo Reinado, que passou a ser desestabilizado pelas campanhas abolicionistas, pelas propostas de reformas eleitorais e pelos movimentos republicanos. A desarticulação do regime provocada pela doença do imperador e seu afastamento dos negócios de Estado e agravada pelas questões religiosa e militar, pelo lançamento do Manifesto Republicano e pela crescente onda de oposição ao terceiro reinado levaram à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. (GUIMARÃES, 2002, p. 198).

Consequência direta da Proclamação da República no Brasil, a família imperial empreendeu sua derradeira viagem de volta para a Europa. Durante toda

a viagem para o exílio, a família real permaneceu em estado de choque. Em profundo abatimento d. Teresa Cristina desembarcou em Portugal, retirando-se para a cidade do Porto, onde faleceu em 28 de dezembro de 1889, vítima de uma síncope cardíaca e foi sepultada no Panteão Real dos Bragança, em São Vicente de Fora.

Depois da morte da imperatriz, d. Pedro transferiu-se para a França. No exílio continuou suas atividades culturais visitando academias literárias e científicas, como fazia no Brasil quando frequentava as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assistia aos concursos do Colégio Pedro II, participava das arguições de teses na Escola de Medicina e na Escola Politécnica. D. Pedro reinou como um filósofo liberal, amante das artes e das ciências, e morreu como um ilustrado, intelectual das belas letras e das belas artes, hospedado no modesto Hotel Beresford, em Paris, de pneumonia aguda, em 5 de dezembro de 1891. Seu corpo foi transladado para Lisboa e, também sepultado no Panteão Real da Igreja de São Vicente de Fora.

Os restos mortais dos últimos imperadores do Brasil foram repatriados de Portugal para o Brasil por ocasião das comemorações do centenário da Independência em 1922. A República do Café com Leite, carente de heróis e de popularidade, traz de volta os ex-imperadores ao Brasil, trinta e três anos depois do decreto de banimento da família real. Atualmente, os restos mortais dos monarcas repousam no Mausoléu da Catedral de Petrópolis, inaugurado por Getúlio Vargas em 1939.

O Paço da Cidade é hoje um importante centro cultural, um espaço de sociabilidade intelectual: lançamento de livros e palestras nas livrarias, promoção de exposições culturais, apresentação de peças de teatro e diversas atividades recreativas.

O Paço de São Cristóvão é hoje um parque municipal e o Palácio da Quinta da Boa Vista abriga o Museu Nacional, instituição científica e cultural mais antiga do Brasil. O Museu Nacional, um dos maiores museus de história natural, antropologia e arqueologia, foi tombado pelo IPHAN em 1938. Incorporado pela UFRJ desde 1946, se constitui num dos mais importantes centros de ensino, pesquisa e extensão das Américas.

O Paço de Petrópolis abriga hoje o Museu Imperial, inaugurado em 1943 por Getúlio Vargas. Além do monumental complexo arquitetônico, o Museu Imperial possui um precioso acervo de documentos, obras de arte, mobiliário e peças pessoais que pertenceram a família real.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL. Número Especial Comemorativo dos 150 Anos de Fundação da Cidade de Petrópolis: Ministério da Cultura, 1995.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. "Petrópolis – Cidade de Pedro: capital de verão do império". *Revista do IHGRJ*, a. 21, n.21, 2014. p.107-118.

AVELLA, Anielo Angelo. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos.* 1843-1889. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CARDOSO, Maria Tereza R. Fachada. "A Gazeta do Rio de Janeiro: Subsídios para a história da cidade". *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, v.371, abr./jun.1991.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEL PRIORE, Mary/ VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil.* São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010.

DEL PRIORE, Mary. *D. Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca".* São Paulo: Benvirá, 2019.

GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. D. Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.p. 19

HERMAN, Jaqueline. Aclamação. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino.1808-1821.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.27-31.

IPANEMA, Cybelle Moreira de. *História da Ilha do Governador*. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MARTINS, Ismênia de Lima. Corte joanina. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino.* 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.105-110.

MENEZES, Lená Medeiros de. Diplomacia joanina. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino. 1808-1821*. Ri de Janeiro: Objetiva, 2008. p.132-136.

NEVES, Guilherme Pereira das. Transmigração da corte. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino.1808-1821.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.426-430.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Revolução do Porto. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino.1808-1821.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.391-393.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. D. Pedro I. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino.1808-1821.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.p.194-197.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada.* São Paulo: Leya,2015.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina. A história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Leya, 2017.

REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro II. A história não contada. O último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos.* São Paulo: Leya, 2019.

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. *Infância e adolescência de Dom Pedro II.* Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1925.

SCHWARCZ, Lilia Morritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TAUNAY, Carlos Augusto. "Viagem a Petrópolis. Para servir de roteiro aos viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro". In: *Anuário do Museu Imperial.* Número Comemorativo dos 150 Anos de Fundação da Cidade de Petrópolis. Ministério da Cultura, 1995. p.34.

VAINFAS Ronaldo (Direção). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Dicionário do Brasil Joanino. 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Recebido em: 01/07/2021
Aprovado em: 13/09/2021

A SOCIEDADE DOS ARTISTAS NACIONAIS

Maria de Fátima Castro Neves[1]

Resumo

Neste texto procuramos reconstituir a memória e questionar a identidade da Sociedade dos Artistas Nacionais// SAN, criada em 1947, no Rio de Janeiro, por alguns artistas brasileiros, a maioria de formação acadêmica, e alguns pintores europeus. Queríamos refletir sobre a resistência ao Modernismo e a permanência na tradição como escolha consciente de seus membros e verificar de que modo a chegada dos movimentos de vanguarda afetou os artistas tradicionais, relegados dede então a um plano secundário. A matéria prima utilizada para isso foram lembranças de antigos sócios da SAN ou de pessoas ligadas a eles, recolhidas em entrevistas de História Oral. Estudamos também catálogos de exposições, documentos, fotografias e recortes de jornais colecionados por um dos fundadores. Esperamos que esta pesquisa contribua para a reconstrução da memória desse grupo, bem como para a afirmação de seu lugar na trajetória da arte carioca.

Palavras-chave: memória; pintura; grupo; tradição; modernismo.

Abstract

In this essay we seek to reconstruct the memory and question the identity of the Society of National Artists/ SAN, created in 1947 in Rio de Janeiro, by some Brazilian Artists, most of them with academic backgrounds, and some European painters. We want to reflect on the resistance to Modernism and persistence in Tradition as a conscious choice of its members, and see how the arrival of avant-garde movements affected traditional artists, since them relegated to a secondary role. The raw materials used for this research were the memories of former SAN members or people linked to them, collected in Oral History interviews. We also studied catalogs of exhibitions, documents, photographs and newspaper clippings, collected by one the founders. We hope that this research contributes to the reconstruction of the memory of this group. As well as to the affirmation of its place in the trajectory of art in Rio.

Keywords: memory; painting; group; tradition; modernism.

Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do passado, antes que o tempo passe tudo a raso .

(CORA CORALINA, 1996)

Introdução

No século XX existiram no Rio de Janeiro diversas associações de artistas. Uma das mais atuantes foi a Sociedade dos Artistas Nacionais, a SAN, fundada por um grupo de artistas brasileiros e alguns pintores europeus. Dela participaram pintores, escultores e ceramistas como Helios Seelinger, Oswaldo Teixeira, Manuel Madruga, Wim van Djik, Guttmann Bicho, Paulo Gagarin, Aurélio

1 Mestre em História da Arte pela Unirio, palestrante convidada do IHGRJ.

d'Alincourt, Edson Motta, Djalma De Vicenzi, Paola Scalla, Lully de Carvalho, e tantos outros.

Muitos dos pintores que a frequentavam estão aos poucos caindo no esquecimento, e poucas pessoas ainda se lembram da SAN. A memória de um grupo dura enquanto existe o grupo, e "... o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem" (HALBWACHS, 1990, p. 30. Procuramos fixar as lembranças contadas por antigos membros da SAN, para que ela não seja de todo esquecida.

Nascimento da SAN. Metas

A Sociedade dos Artista Nacionais foi criada por iniciativa de Odette Barcellos, mulher da alta sociedade carioca, pintora, gravadora e poetisa, aluna de Eurico Alves no Liceu de Artes e Ofícios. Casada com o rico empresário Hermano Barcellos, morava no Castelo Corcovado, o "Castelinho", luxuosa residência construída na encosta do Humaitá, frequentada pelo presidente Getúlio Vargas, amigo de Hermano.

A pintora Lully de Carvalho informou que

> a SAN começou como uma forma de distração para a Odette, que estava numa idade madura, com os cinco filhos já adultos. A SAN era a Odette Barcellos, e ela dedicava a vida àquilo. A finalidade da SAN seria então a Odette ocupar-se e dar força para os artistas novos. Ela ajudava todo o mundo, a verdade era essa. Vivia dando almoços na casa dela aos sábados, convidava tudo o que era artista. (CARVALHO, 1999) [2]

Uma das noras da Odette, Ladir Barcellos, completou essa informação: "Odette criou a SAN porque era artista, e tinha pena dos artistas, porque a maioria, no tempo dela, passava por grandes dificuldades até conseguir vender o primeiro quadro." (BARCELLOS, 1999)[3] Odette sempre ajudava os artistas de poucos recursos, muitas vezes lhes comprando telas e tintas. Com uma dessas telas, um deles foi premiado no Salão de Belas Artes. Mulher de forte personalidade, designada Presidente Perpétua, por muitos anos esteve à frente do grupo. "A SAN era a Odette e era da Odette. Ela comandava a SAN" (MANZOLILLO, 1999).[4]

A SAN foi fundada no antigo Palace Hotel, já demolido, situado na Avenida Rio Branco. Nesse lugar a Sociedade Brasileira das Belas Artes, antes de ter sede

2 Entrevista com a pintora Lully de Carvalho, gravada em sua residência, em 4 de maio de 1999.

3 Entrevista com Ladir Barcellos, por telefone, em setembro de 1999.

4 Entrevista com o filho da pintora Paola Scalla, Bruno scalla Manzolillo, gravada em sua residência, em 20 de setembro de 1999.

própria, fazia reuniões com artistas, às quais Odette Barcellos comparecia. Foi uma divergência com a SBBA que a fez criar, nesse momento, a Sociedade que já idealizava (REZENDE, s/d).[5] A primeira sede da SAN foi na Rua México 31. Depois foi para o 74 da mesma rua e, finalmente para a sede definitiva, na Rua Maria Eugênia 79, em Botafogo. Lully de Carvalho lembra que "O atelier da rua Maria Eugênia era num terreno da Odette, onde ela fez uma espécie de galpão." (CARVALHO, 1999)[6] Para outra pintora, Dóris Elena Rios de Rezende, era uma casa onde as paredes internas haviam sido demolidas, para fazer um espaço grande. Ali funcionou o atelier coletivo da SAN, de grande valia para os sócios que não podiam ter um atelier próprio.

A SAN tinha duas grandes metas: a construção do "Retiro da SAN" para abrigar pintores idosos, a outra era a construção do "Palácio das Belas Artes", que, no dizer de Odette, seria "um lindo templo, onde aproveitássemos valores novos, grandes e futuros artistas, para a concepção de suas lindas obras. Valores novos se apresentam, mas como divulgá-los, se não temos ainda o nosso templo?" (BARCELLOS, 1951-1952) Nenhum desses objetivos foi concretizado, mas, ao menos em seus salões, a SAN abriu espaço para artistas novos, estudantes de belas artes, alunos de seus sócios ou de seu atelier. Na SAN havia espaço para todos. É interessante saber que os salões de cerâmica da SAN, organizados por Djalma De Vicenzi, mostravam trabalhos de alunos do Instituto Benjamin Constant, conhecido educandário para cegos e amblíopes, e de alunos do Curso Terapêutico Ocupacional do Rio de Janeiro, criado por Nise da Silveira no Hospital D. Pedro II, em 1946. A SAN já praticava a integração de pessoas com necessidades especiais, anos antes desse discurso estar na moda e na mídia.

Os fundadores

Odette Barcellos não fundou a SAN sozinha. Outros artistas participaram. São eles Helios Seelinger, o mais original. Nascido no Rio de Janeiro, era descendente de holandeses, segundo sua filha Elisa,[7] e descendente de alemães segundo outras fontes. Estudou na Europa, principalmente com Franz Von Stuck em Munique e Jean-Paul Laurens em Paris, sofrendo forte influência do espiritualismo alemão e do simbolismo. Trabalhou com Eliseu Visconti na pintura do Teatro Municipal, e fez as pinturas do Clube Naval, na Avenida Rio Branco. Retratou o Carnaval e os tipos populares cariocas. No Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, situado no Parque da Cidade, na Gávea, além de uma belíssima e pouco conhecida coleção de suas obras, está guardado também seu violão, assinado por inúmeros pintores. Em todas as festas Helios levava o

5 Entrevista com a pintora Doris Elena Rios Rezende, por telefone.

6 Entrevista com a pintora Lully de Carvalho, cit..

7 Entrevista de Elisa Seelinger para a exposição Centenário de Helios Seelinger, realizada no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, em 1978, a única exposição comemorativa dessa data feita na cidade.

violão. Esse violão não tinha cordas, porque não eram necessárias: ele nunca soube tocar. Só usava o violão para batucar... Irreverente e nada convencional, sobre ele contam-se inúmeros casos. O escritor Luiz Edmundo fala dele em um de seus livros. Stellio Leonardo Teixeira, filho do pintor Oswaldo Teixeira, antigo diretor da SAN, contou que uma vez Helios Seelinger foi inaugurar uma exposição individual na mesma hora em que a famosa bailarina Anna Pavlova faria sua estreia no Teatro Municipal. Os outros pintores aconselharam-no a mudar a data, pois todos os jornais só falariam de Anna Pavlova. Ele respondia que não se preocupassem, pois iriam falar tanto dele quanto dela. E falaram mesmo! Para que isso acontecesse, no momento em que Pavlova agradecia os aplausos, Helios atravessou correndo o palco do Municipal – completamente nu![8]

Outros artistas participaram da fundação da SAN:

– Manual Madruga: estudou em Paris, e foi professor da Escola Nacional de Belas Artes. Pintava telas grandes, algumas com tema histórico, e fazia muitas exposições, sempre com sucesso.

– Luiz Kattembach era um pintor premiado, conhecido internacionalmente por desenhos de micróbios, que fazia como desenhista técnico do Instituto Oswaldo Cruz.

– Henriette Vayssière, a Yette, pintora e artífice da prata, nascida na França, onde fez todo o seu aprendizado artístico. Premiada no Salão nacional de Belas Artes.[9]

– Djalma de Vicenzi, pioneiro da cerâmica artística e da pintura em porcelana no Brasil, esforçou-se muito para divulgá-las e difundir seu ensino. Era no forno de mufla instalado em sua casa que os outros artistas da SAN queimavam suas porcelanas. De Vicenzi também tinha um sonho: criar no Rio de Janeiro uma "Escola Nacional de Cerâmica," como havia em Buenos Aires, onde jovens carentes pudessem aprender um ofício que é também uma arte. E uma coisa que poucos conhecem foi seu empenho para transformar o conhecido jogo de pingue-pongue em esporte oficial.[10]

– Emília Leite nasceu no Porto, onde estudou com seu avô, o pintor e fotógrafo alemão Ferdinand Brütt, e com Roque Gameiro. No Rio, estudou com Eurico Alves. Professora de Trabalhos Manuais nos colégios Anglo Americano e Brasil-América, além disso, sempre se dedicou a ensinar pintura a crianças

8 Informação verbal dada por Stellio Leonardo Teixeira, por ocasião da exposição Centenário de Helios Seelinger no MHC, em 1978.

9 Informação dada por telefone por Sérgio Vayssière, filho da pintora.

10 Informação verbal dada por Djalma Vicenzi, em seu estúdio.

e jovens, muitas vezes sem nada receber. Sempre fez questão de mostrar os trabalhos de seus alunos em suas exposições individuais.

Participou da fundação o jornalista e crítico de arte, Carlos Maul, mais tarde seu vice-presidente, e que "na juventude foi pintor!.[11] Diziam alguns que era simpatizante do fascismo. E o que mais explicava a presença constante de Maul na SAN? A pintora Sinhá d'Amora explicou: "Ele era apaixonado por Odette. Para ele, ela era a maior personalidade do mundo, como artista, maior do que Michelangelo. Onde ela estava, ele também estava, sempre em volta dela, aureolando-a..."[12]

Talvez tenha sido fundador o pintor Raul Deveza, o último presidente eleito do Núcleo Bernardelli. Foi professor da Escola do Povo, por trás de cuja fundação estava o Partido Comunista, já na ilegalidade. Raul chegou a ser preso. Mas a SAN era um espaço democrático, onde várias ideologias conviviam. Havia diversos comunistas, como Inimá, Guttmann Bicho, Gastão Formenti, Quirino Campofiorito. E era na casa de Raul Deveza que se faziam as reuniões políticas.[13]

Apogeu

A pintura ao ar livre era muito importante para o grupo da SAN que, mais ou menos a cada dois meses saíam em excursão para pintar. O pintor "José Maria de Almeida era o responsável pela escolha dos lugares," informou Lully de Carvalho.[14] Todos pintavam e depois havia um almoço ou um churrasco. Segundo o relatório de atividades 1951-1952, vemos que levando tela, caixa de tintas, cavalete e o banquinho dobrável, nesse período foram pintar no Corcovado, nas Paineiras, no Museu Antônio Parreiras, em Niterói; no Museu Casa da Hera, residência de D. Eufrásia Teixeira Leite, em Vassouras; na velha igreja de Saquarema, em Icaraí, no Museu da Cidade, em Canoas, na Casa de Casimiro de Abreu, em Barra de São João, em Ribeirão das Lages, em Volta Redonda, no Hotel Quitandinha em Petrópolis, na Ponte das Canoas, no navio português Vera Cruz, no Museu Lucílio de Albuquerque; na criação de canários do Sr. Artur Prado, no Silvestre; na Pedra de Tocaia, em Vargem das Moças. Sempre aconteciam coisas engraçadas nessas excursões, todos adoravam.

Nesse período, quatorze pessoas fizeram conferências, em sua sede, entre as quais a da pintora Georgina de Albuquerque e a do escritor Luiz Edmundo. Em 1951, foram organizados diversos Salões: Grande Salão de Belas Artes, Salão de da Primavera, Salão de Natal, Grande Salão em benefício do pintor Araújo Lima, um baile de Carnaval e o "Grande Baile das Belas Artes", no Cassino Atlân-

11 Informação dada por telefone por Lúcia Maul, sobrinha de Carlos Maul.

12 Informação dada por telefone por Yolanda Maul, filha de Carlos Maul.

13 Entrevista por telefone com Sinhá D'Amora, Sinhá.

14 Entrevista gravada em sua residência, em 4 de maio de 1999.

tico. Em 52, Grande Salão de Belas Artes, no Assírio, Salão da Páscoa, Salão de São João, da Primavera, e o Salão de Natal, com o valor da venda dos quadros destinado à compra de brinquedos para crianças pobres de Botafogo. Fora isso, havia as exposições individuais dos sócios, às quais todos compareciam.

A SAN também proporcionava "Atividades Gratuitas": curso de desenho ao ar livre, com Próspero Karam; cursos de desenho, com Odette, Yarema e Rosa Lubrano; história da arte, com Pereira Reis Júnior; modelo vivo, com Aurélio d'Alincourt; desenho cerebral, com Segisnando Martins. Havia ainda cursos gratuitos de taquigrafia, desenho de arquitetura e xilogravura, e inusitadas "Palestras diárias sobre Arte, Amor ao Brasil e admiração aos nossos governantes"... Não foram encontrados outros Relatórios, mas existem muitos catálogos de exposições, e por eles pode-se conhecer, ao menos em parte, a atuação da SAN ao longo dos anos.

Também foram importantes as reuniões das tardes de sábado na sede. Conta a pintora Iraci Carise[15] que, nessas reuniões, as pessoas colocavam as cadeiras em volta da sala, e cada um falava sobre o trabalho que estava realizando no momento. Biarginna Novello lembra que, como havia muitos poetas, sempre havia alguém declamando sua nova poesia. Depois era servido um chá.[16]

Juntando várias lembranças, sabemos que compareciam Wim Van Djik, Helios Seelinger, Oswaldo Teixeira, Henriette Vayssière, Alberto Lima, criador de *ex-libris*; Guttmann Bicho, ceramista; Henrique Sálvio, Sophie e Manuel Madruga, Iarema Ostrower, Próspero Karam, Major Venturelli, fundador da Academia Brasileira das Belas Artes, em 1948; Raul, Chlau e Cleuza Deveza, Bustamante Sá, Mateus Fernandes, Leopoldo Gotuzzo, Aurélio d'Alincourt, José Maria de Almeida, Paola Scalla, José Pereira Barreto, Porciúncula de Morais, Pujol Sabaté, Armando Vianna e Marie Louise Mattos, Walfredo Machado, Arlindo Mucilo, Flory Gama, Gastão Formenti, Manuel Faria, Paulo Werneck, Izrael Szajnbrun, Donato Queiroz, Francisquinha Vieira Costa, ceramista; Lully de Carvalho, Emília Leite e Paulo Gagarin, que diziam ser um príncipe russo refugiado no Brasil. Também compareciam inúmeros sócios, que não ficaram conhecidos. Cleuza Deveza lembra que estava sempre presente "o Dr. Álvaro Moscoso, chamado de "cirurgião-artista", um grande cirurgião que comprava quadros, tratava e operava os artistas sem cobrar nada".[17] De repente, ouvia-se aquele burburinho: "A Odette chegou! A Odette chegou!", e todos iam falar com a Presidente Perpétua, centro de todas as reuniões e *vernissages*, muito bem-vestida, com sua enorme boina

15 Entrevista, por telefone, de Iraci Carise.

16 Entrevista de Cleuza Deveza (gravadora), gravada em sua residência.

17 *Id. Ibidem*.

de seda negra caída para um lado, olhos muito pintados, boca muito vermelha, deixando ao passar um rastro de perfume francês.[18]

A SAN tinha função social relevante. Para muitos artistas, ali era o espaço para fazer e encontrar amigos. Para Odette, era uma nova família à qual se dedicava.

Para os artistas estrangeiros, era um lugar onde todos eram acolhidos. E deve-se levar em conta que nem todos os sócios da SAN eram pintores renomados, muitos eram estudantes de arte, outros apenas amadores, com ou sem talento, que tinham outras profissões, mas mesmo assim se integravam ao grupo. Francisco Manuel Leite Pinheiro[19] lembra-se de ouvir uma pessoa que comparecia aos vernissages a dizer que a SAN era a "rodinha do elogio mútuo, pois todos pintam muito mal e não têm quem elogie; então todos vão às exposições uns dos outros, e se elogiam mutuamente".[20] Lully explica que "ali havia de tudo. Tinha gente que gostava de pintar, então se juntava ao grupo. Mas nem todo o mundo nasceu com a mesma luz.""A imagem que eu tenho da SAN", diz Bruno Manzolillo "é de um local de intercâmbio, das pessoas se encontrarem. E entre eles havia uns namoros, uns *flirts*... porque naquele tempo não era paquera, era assim: um *flirt*."[21]

Essa intensa atividade artística não era exclusiva da SAN. As outras sociedades tinham outros tantos Salões e eventos. Lully lembra que

> todo o mundo que fazia parte de uma Sociedade, fazia parte de outra também, um intercâmbio total. Eu misturo um pouco as sociedades, porque era tudo ao mesmo tempo, era uma confusão danada, era exposição daqui, era exposição dali.[22]

Cleuza Deveza lembra que "na véspera da inauguração do salão, todo o mundo se encontrava para passar verniz nos quadros, e se divertia muito. Depois tinha o jantar do vernissage. E havia outros jantares, geralmente no Amarelinho, onde o pessoal se reunia para falar mal do júri, criticar as maldades do júri".[23]

O Rio era uma festa!

---

18 Entrevista, por telefone, de Biarginna Novello.

19 Entrevista, por telefone, de Francisco Manuel Leite Pinheiro, aluno de Emília Leite.

20 Entrevista de Lully Carvalho, *cit*.

21 Entrevista de Bruno Scalla Manzolillo, *cit*.

22 Entrevista de Lully Carvalho, *cit*.

23 Entrevista com Cleuza Deveza, *cit*.

É interessante saber como pintavam esses artistas. Na opinião de Mário Barata, tirando Helios Seelinger, eram todos acadêmicos.[24] Lully de Carvalho concorda: "A turma lá era toda, mas toda ela, dentro da linha acadêmica".[25] Odette Barcellos contesta: "Hoje são raros os acadêmicos, e creio mesmo que não os há, dentro dos seus moldes severos."[26] Na verdade, poucos pintores da SAN obedeciam fielmente aos preceitos antigos da pintura clássica. Havia autodidatas, havia quem pintava naïf. Porém, na linguagem comum, a palavra "acadêmico" designa indiscriminadamente pintores que não se filiaram às novas correntes.

> Mas podemos conceber artistas em quem esse sentimento da vida se manifeste de maneira mais moderada e mais prudente, através de complexidades, de reticências e de interrogações. A estes, menos demoníacos de temperamento, menos possessos da sua fatalidade, menos sujeitos à especulação imperativa e absorvente, pode bem ser que outra perspectiva das coisas da arte lhes convenha melhor, a saber, a da observação e não a da experimentação, a perspectiva na qual as coisas da arte se produzem sob um aspecto estabelecido e configurado. Nesse caso, eles não estão em devir, antes constituem no devir uma idade e um estado. O artista, sendo assim, não é o tipo de homem que modifica, mas o tipo de homem que faz o seu ofício e exerce a sua arte. Numa tal perspectiva estética, ele pensa, muito simplesmente, que pinta *como* se pinta nesse momento. Donde, por um leve resvalar, se chega a como sempre se pintou. Sublinho este como, exclusivo de toda a iniciativa e, pelo contrário, significativo de toda a quietude (CASSOU, 1962, p. 482).

O núcleo principal da SAN era composto por pintores tradicionais, mas vários estavam mais próximos do realismo burguês, faziam um figurativo mais livre, ou até mesmo o que Odette chamava de "a Arte Impressionista Contemporânea".[27] Com esse modo de pintar participavam de salões e exposições, eram professores. Pintores mais inovadores, que chegaram a participar de Salões da SAN, como Portinari e Aluísio Carvão, afastaram-se de lá quando escolheram novos caminhos.

Crepúsculo

Antes da existência da SAN já ocorriam mudanças no panorama artístico carioca, com a chegada do modernismo. Um grande passo foi o Salão de 1931, durante a curta gestão de Lúcio Costa na direção da ENBA. Ele admitiu que ali figurassem Tarsila, Anitta Malfatti, Di Cavalcanti, Portinari, Cícero Dias e Ismael Nery. Disse a pintora Paulina Kás que a partir de 1935 o Salão "começava a abrir as portas para essas mentes mais modernas, e recusavam trabalhos muito aca-

24 Informação dada por telefone por Mario Barata (Professor, escritor, crítico de arte), em março de 1999.

25 Entrevista de Lully de Carvalho, *cit*.

26 Entrevista de Odette Barcellos, *cit*.

27 *Id. Ibid*.

dêmicos – queriam um tom médio na pintura".[28] Em 1940 houve a separação do Salão em duas divisões, Moderna e Geral, onde muitos artistas tradicionais foram cortados. Comentou o pintor Mazza Francesco, antigo diretor da Sociedade Brasileira das Belas Artes: "Eu não posso afirmar isso, mas muita gente dizia que teve muito quadro de pessoas acadêmicas, que vinham de fora, que nem foram abertos."[29] Os pintores que não se ligaram às correntes modernistas, que continuaram dentro de seu estilo, sem revolucionar ou contestar, ficam em segundo plano quando o modernismo, e em seguida o abstracionismo, conquistaram espaço e atenção.

Aos poucos as portas do Salão fecharam-se para os conservadores. Uma reação a isso foi o "Primeiro Salão Livre das Belas Artes", organizado no Automóvel Club por seis sociedades de artistas, sendo uma delas a SAN, onde se mostravam as obras cortadas. A revolta dos pintores tradicionais pode ser avaliada na atitude do pintor Funchal Garcia: "O trabalho dele era acadêmico demais e foi cortado. Ele ficou muito aborrecido. Foi para a porta do Museu Nacional de Belas Artes e esfaqueou o quadro. Na porta, cortou o quadro todo".[30]

Os Salões das sociedades de pintores passam então a ser o reduto da pintura conservadora, tornam-se um espaço para a permanência da tradição. Foi nos salões das diversas Sociedades que esses artistas, cortados dos salões oficiais, rotulados de "acadêmicos" desprezados por críticos, *marchands* e galeristas, puderam continuar a mostrar suas paisagens, naturezas mortas, flores. E ainda mantinham uma fatia do mercado: "Tenho a impressão de que no início do modernismo as pessoas admiravam, achavam interessante, mas na hora de levar para casa, ainda levavam o quadro mais figurativo, mais acadêmico. Até hoje, até hoje...."[31]

Mas, aos poucos, aquele tempo alegre dos muitos Salões, das excursões, dos encontros, de tudo o que era a alma da SAN, tornou-se coisa do passado. Os sócios mais atuantes faleceram. Madruga, Seelinger, Gotuzzo, Raul Deveza, José Pereira Barreto... Alguns sócios ainda tentavam manter os salões da SAN, as aulas e reuniões. Odette não pintava mais, porém comparecia todas as semanas ao atelier, fazendo "uma reunião agradável", o chazinho das tardes de sábado. Mas a SAN não tinha mais a força, o entusiasmo e o prestígio de outros tempos. Começara o seu declínio.

28 Entrevista com Paulina Kás, gravada em sua residência, em abril de 2000.

29 Entrevista com Mazza Francesco (Pintor e antigo diretor da Sociedade Brasileira das Belas Artes), gravada na sede da SBBA, em abril de 1999.

30 Entrevista com Cleuza Deveza, *cit*.

31 Entrevista com Bruno Manzolillo, Bruno Scalla, *cit*.

Dóris Elena deu sua opinião: "Os sócios já eram todos muito idosos, eram Oswaldo Teixeira, Armando Vianna, Aurélio d'Alincourt, Zanine... não houve uma renovação de valores, por isso a SAN acabou".[32]

O triste final de Odette Barcellos, sucumbindo à depressão causada pela morte prematura dos filhos Inara e Ivan, tirou da SAN toda a energia de sua Presidente Perpétua, que a idealizou, administrou e incentivou, e à qual dedicou muitos anos de sua vida, ajudando muita gente com sua fortuna pessoal. Para Lully de Carvalho, Odette e a SAN acabaram juntas: "A Odette era a alma da Sociedade. A alma morre, o corpo acaba".[33] Bruno Manzolillo disse a mesma coisa: "Acabou a Odette, acabou a SAN".[34]

Morte

O fim da SAN foi narrado por Ethel Lowndes, que durante vários anos foi a Secretária. Estas foram suas palavras:

> Quando a Odette Barcellos morreu, a casa que ela cedera para a SAN, onde era o nosso atelier, foi requisitada pela família. Os netos da Odette precisavam de um espaço para ensaiar sua banda de rock, e a casa era um bom lugar para isso. Pediram que esvaziássemos a casa. Combinei com a Emília Leite um horário para ir lá, para começarmos a tirar as coisas. Quando cheguei, encontrei a Emília aos prantos, sentada nos degraus da entrada. Todas as nossas coisas estavam jogadas na beira da calçada: cavaletes, tintas, modelos de gesso, enfim, tudo estava jogado na rua. Os netos da Odette já tinham tirado tudo de lá e tinham ocupado a casa. Chamamos um táxi e botamos nele tudo o que pudemos salvar. O resto se perdeu. Esse foi o fim da Sociedade. Depois disso não tivemos ânimo para recomeçar.[35]

32 Entrevista com Dóris Helena Rios de Rezende, *cit*.

33 Entrevista com Lully de Carvalho, *cit*..

34 Entrevista com Bruno Scalla Manzollilo, *cit*..

35 Informação dada por telefone por Ethel Lowndes, em agosto de 1989, quando já era planejado um trabalho sobre a SAN. Pintora, ela foi secretária da SAN e do antigo Instituto de Belas Artes da Guanabara.

Referências bibliográficas

CORALINA, Cora. *Histórias dos becos de Goiás e outras mais.* São Paulo: Global Editora, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

CASSOU, Jean. *Panorama das Artes Plásticas Contemporâneas*, trad. SARAMAGO, José. Lisboa: Editorial Estúdios Cor Ltda, 1962.

Recebido em: 20/03/2021
Aprovado em: 25/07/2021

HERANÇAS JUDAICAS

Neusa Fernandes[1]

Resumo

A presença dos judeus, transformados em cristãos-novos no Brasil, bem como suas influências, que ajudaram a moldar costumes, expressões e palavras, é temática conhecida e explorada por muitos autores, tanto portugueses, como brasileiros. Transportado para cá, esse povo perdeu sua identidade, sua liberdade e mesmo seu direito à vida, obrigado que foi a abdicar de sua religião. Essa população sofreu toda sorte de tortura e humilhações, por conta de um poder político e religioso: o atuante Tribunal da Inquisição. Por outro lado, ela deixou heranças, em termos de costumes, que perduram até hoje. A pesquisa aborda as heranças na língua portuguesa, especialmente nas expressões e nos vocábulos que passaram a integrar nosso vernáculo..

Palavras-chave: Brasil; judaísmo; heranças.

Resumé

La présence des Juifs, transformés en Nouveaux Chrétiens au Brésil, ainsi que leurs influences, qui ont contribué à façonner les coutumes, les expressions et les mots, est un thème bien connu et exploré par de nombreux auteurs, à la fois portugais et brésiliens. Au Brésil, ils ont perdu son identidé, sa liberté, sa dignité et même son droit à vie, oblige a oublié sa religion. Pendant tous les procès de colonisation a souffert cette population toute la sorte d'humiliations, de tortures, d'escravisations, par imposition du pouvoir politique et religieux: le Tribunal d'Inquisition. Cependent, ils ont resté héritages qui durent jusqu'à aujourd'hui. La recherche porte sur les héritages dans la langue portuguaise, les expressions et les mots qui ont engagé dans notre langue vernaculaire.

Mots clés: Brésil; judaisme; héritages.

A memória e a história dos imigrantes são assuntos atuais. Estudos recentes visam resgatar novos estudos, objetivando levantar os personagens que atravessaram oceanos, deixando para trás sua terra, sua língua, seus hábitos, seu cotidiano, toda uma vida.

Desde que os reis católicos expulsaram os judeus da Espanha, em 1492, registram-se movimentos migratórios dessa população para as mais diversas regiões, como Portugal, o norte da Europa e Holanda.

Tendo em vista os grandes lucros que conseguiria obter dos judeus refugiados, o rei D. João II negociou com uma delegação judaica o ingresso dos refugiados em Portugal, com o objetivo de ampliar o tesouro real e aumentar a população judaica em Portugal.

Os exilados pagaram uma soma fixada para entrar em Portugal, mas teriam de ficar apenas oito meses, após o que teriam barcos à disposição para buscar

1 Pós-doutora em História e em Museologia. Vice-presidente do IHGRJ.

outros lugares. Mais tarde, isso não aconteceu, uma vez que o rei hesitou em permitir a saída dos judeus, limitando o número de barcos. Portanto, somente uma parte dos judeus pôde partir.

Em 1496, o rei D. Manuel I, sofrendo ameaças dos reis espanhóis, e para cumprir uma das cláusulas de seu casamento com D. Isabel, filha dos reis católicos, D. Fernando e D. Isabel, D. Manuel I cedeu às pressões dos reis católicos e decretou a expulsão dos judeus e dos mouros forros que ainda vivessem no Reino.

Na tentativa de ganhar tempo e postergar as perdas, todos os portos, exceto o de Lisboa, foram fechados para a emigração judaica. Quando chegou o momento do embarque, o poder real alegou que não havia barcos em número suficiente para transportar a todos e determinou um batismo em massa dos judeus.

Essa grande violência aconteceria em abril daquele ano. O primeiro passo do rei Venturoso foi retirar, batizar e entregar às famílias cristãs todas as crianças judias até a idade de 14 anos. Os jovens, maiores de 25 anos, que se encontravam em trânsito na cidade de Lisboa foram batizados à força. As crianças deveriam aceitar o batismo ou seriam tiradas de seus pais. Os adultos que não aceitassem o batismo seriam obrigados a deixar Portugal, somente pelo porto de Lisboa.

Segundo o cronista Damião de Gois, em outubro de 1497, cerca de 20.000 judeus, de todas as regiões de Portugal, reuniram-se no cais de Lisboa e um grupo de eclesiásticos jogou a água benta sobre suas cabeças; primeiro nos jovens judeus e depois nos velhos. "Os que resistiam eram golpeados e arrastados pelos cabelos à pia batismal." Assim nasceram os cristãos-novos (judeus batizados de pé).

Desde que o rei D. Manuel I, o Venturoso, obrigou os judeus de Portugal à conversão, tornando-os cristãos-novos pelo ato do batismo, registram-se movimentos migratórios dessa população. Estima-se que, naquela época, um terço da população portuguesa fosse composta de judeus.

Os que não se sujeitaram ao batismo imposto, estabeleceram-se em outras terras. Segundo o historiador João Lúcio de Azevedo, nos primeiros tempos, a emigração foi pequena elegendo países da África, Itália e a Turquia, depois atingindo, Alemanha, Inglaterra, Holanda e América do Sul.

Oficialmente, podemos considerar a vinda desses cristãos-novos para o Brasil desde 1610, ano em que os médicos da Bahia são mencionados e descritos como cristãos-novos em sua maioria, que prescreviam carne de porco para diminuir suspeitas, sofriam acusações de "judaizar".

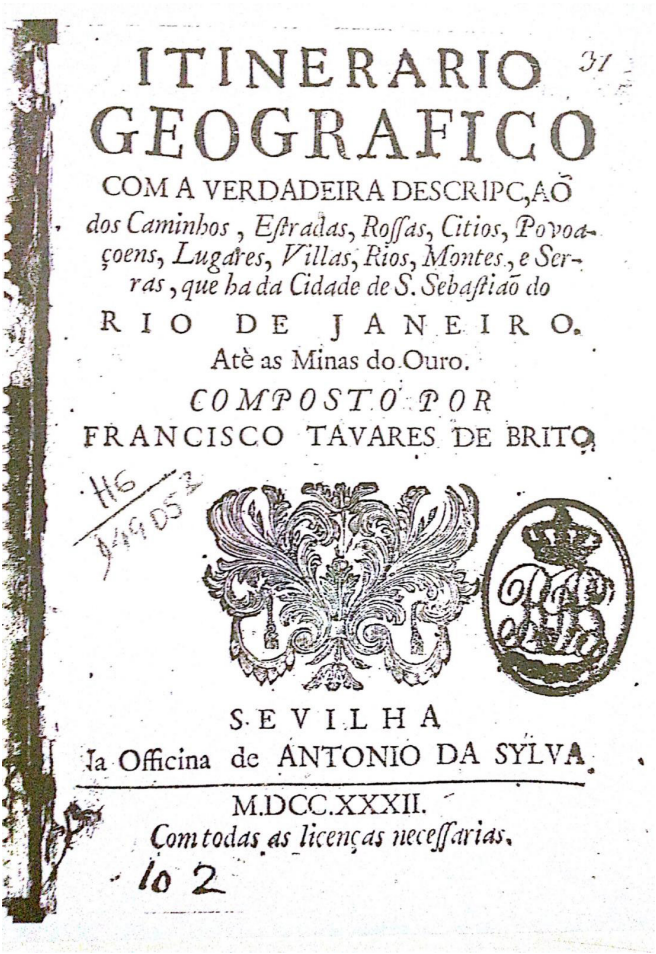
Muitos outros vieram com os holandeses, que, no século XVII, invadiram e governaram Pernambuco por 30 anos. Durante a "ocupação holandesa", havia mais judeus na capital de Pernambuco do que em Amsterdã. Nesse século, metade da população branca na Paraíba também era de origem judaica.

Em Minas Gerais, desde o momento em que foi localizado o ouro no Brasil, encontravam-se cristãos-novos portugueses e brasileiros engajados na sua extração. Para as minas, também se transferiram nobres e plebeus, jovens e velhos, estrangeiros e paulistas, de Piratininga.[2]

Em 1711, Antonil publicou livro sobre o primitivo caminho do ouro. Como Portugal tinha interesse em manter segredo das descobertas das minas, a obra foi recolhida, acusada de quebrar o sigilo do Estado.

É interessante notar que, no estrangeiro, roteiros eram organizados para os cristãos-novos que necessitassem fugir de suas terras e atingirem as minas de ouro e diamantes. Em 1717, o cristão-novo Francisco Tavares de Brito elaborou um tratado seu, denominado *O Itinerário Geográfico*, publicado em 1732, com todas as licenças necessárias. Considerado mais completo que o publicado por Antonil, o citado documento "foi preparado para atender a uma das demandas de Alexandre de Gusmão". A introdução tratava da Costa Marítima, Ilhas e Povoações Marítimas. Divulgava um mapa das Capitanias de São Paulo e de Minas Gerais, marcando as principais vilas: Carmo, Vila Rica, Vila Real, São João Del Rei, Vila Nova do Príncipe e Piedade, além de sinalizar os roteiros e pontos de pouso, situando a Capitania de Minas Gerais no contexto da América.

2 Sobre os judeus a inquisição nas Minas Gerais, ver os trabalhos de FERNANDES, 2014 e 2016.



ITINERARIO GEOGRAFICO

COM A VERDADEIRA DESCRIPÇAÕ dos Caminhos, Estradas, Rossas, Citios, Povoaçoens, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que ha da Cidade de S. Sebastiaõ do

RIO DE JANEIRO.

Atè as Minas do Ouro.

COMPOSTO POR

FRANCISCO TAVARES DE BRITO.

SEVILHA

Na Officina de ANTONIO DA SYLVA.

M.DCC.XXXII.

Com todas as licenças necessarias.

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa Cota nº F. 7273.

> Uma paragem conhecida por "Macabelo" chama atenção. O nome, originado provavelmente de Macabeu, referente a algum cristão-novo que abriu passagem, um caminho secreto para se chegar às minas.[3]

No ano de 1735, em Londres, se falava das Minas e do El Dourado. O médico Jacob de Castro Sarmento editou, nessa data, o livro *Matéria Phísico-Histórico Mecânico do Reino Mineral*, que dava informações sobre caminhos que levavam

3 Segundo Augusto de Lima Júnior, Macabelo significa cristão-novo judaizante disposto a enfrentar o Santo Ofício. LIMA JUNIOR, 1978 p. 133 e seg. Para Elias Lipiner, o termo designa uma célebre família de sacerdotes e militares judeus do século II a.C. LIPINER, 1977.

às Minas, fugindo da vigilância montada nas vias oficiais, para evitar a entrada de não licenciados, como os cristãos-novos. Também em Portugal se formou, pela primeira vez, uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. Milhares de portugueses vendiam tudo para comprar espaço em um navio que os levava à cidade de Salvador, de onde partiam para as Minas por terra ou utilizando o rio São Francisco.

O historiador Augusto de Lima Júnior confirmou que foram grandes os contingentes de cristãos-novos que abandonaram Portugal, sobretudo o Norte, para se radicar em Minas (LIMA JUNIOR, 1978, p. 21 e 38).

Para Celso Furtado, a emigração portuguesa no século da mineração variou entre 300.000 a meio milhão.

Um autor recente, Isaac Izecksohn (s/d.), calculou que,

> dado o conjunto da imigração avaliada em 800.000 indivíduos, não constitui exagero que calculemos, talvez pecando para menos, em 400.000 o número de cristãos-novos entrados em Minas. (IZECKSOHN, s/d, p, 231).

Na verdade, Portugal sofreu a maior sangria migratória para as Minas. Foram multidões de cristãos-novos portugueses que atravessaram oceanos, montanhas e florestas cerradas, para, juntamente com os africanos, fazerem a história de um povo.

Os cristãos-novos e a Inquisição

O estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal,[4] em 1536, subverteu a nação lusitana. Interrompeu a harmonia que subsistia na sociedade, onde judeus, árabes e cristãos coexistiam fraternalmente. Rompeu-se a tolerância com as outras culturas e outras civilizações, as liberdades individuais e o espírito de crítica. Era o Estado régio que, por esse canal, sugava os capitais para sustentar a burocracia, a política e as guerras de prestígio, ao mesmo tempo que impedia o intercâmbio com outras culturas e com outras civilizações. Com isso, deteve o avanço cultural, político e até mesmo religioso de Portugal durante dois séculos, deixando marcas autoritárias que impediram o desenvolvimento científico, cada vez mais base do desenvolvimento econômico. A restrição ao pensamento e à criação, ao intercâmbio com outras culturas, contribuiu para o entrave de Portugal, chegando até a idade contemporânea (até a Revolução dos Cravos).

No Brasil, apesar de nunca ter sido implantado, como em Portugal, o Tribunal do Santo Ofício esteve presente e atuante na Colônia, interferindo profun-

4 Estaus era o nome da sede da Inquisição de Lisboa, situada na praça do Rossio, quase no mesmo lugar onde está hoje o Teatro Nacional D. Maria II.

damente na vida colonial, durante mais de dois séculos, perseguindo portugueses, brasileiros, africanos e índios. Pode-se acompanhar a rota brasileira da Inquisição, seguindo o desenvolvimento econômico da Colônia. Os processos eram iniciados no Brasil e seguiam para Lisboa. Os "réus" ficavam presos nos Estaus e eram julgados nesta cidade.

Todos os processos inquisitoriais relativos ao Brasil, encontram-se preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.[5]

Por todo o Brasil os representantes do Tribunal do Santo Ofício processaram e condenaram blasfemos, sodomitas, concubinas, bígamas, hereges, feiticeiros e bruxas, de várias etnias: portuguesas, brasileiras, africanas e índias. Entretanto, não existe nenhum trabalho exclusivo que trate de mulheres cristãs-novas que vieram para o Brasil. e foram vítimas da Inquisição

Somente através de dados encontrados nos processos inquisitoriais, podemos tomar conhecimento dessas vítimas. Mas não era sem razão que os inquisidores consideravam essas mulheres como hereges perigosas. O Tribunal não desconhecia o papel importante das mulheres marranas na transmissão da religião judaica: no criptojudaísmo e na preservação dos traços culturais da religião.

No Brasil, como em Portugal, a casa foi, para conservação da religião judaica, mais importante que a escola e que a própria sinagoga. As condições históricas transformaram a família na principal responsável pela transmissão das cerimônias e pela manutenção das práticas religiosas. A família mantinha- se reunida, principalmente na prática do Shabat, quando a refeição era feita em conjunto, com velas acesas e prece, oferecidas pela mulher.

---

5 O Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT – guarda documentos originais, desde o século IX até a atualidade. De acordo com a Portaria n.192/2012 e o despacho n. 9339/2012, são suas atribuições: a promoção, salvaguarda, valorização e divulgação no âmbito nacional. Sua existência data, no mínimo, de 1376, registrando no livro do Tombo documentos referentes à monarquia, aos vassalos, à administração do reino, das possessões ultramarinas e relações com outros reinos. Instalado na mais alta e principal Torre do Castelo de São Jorge, em Lisboa, o Arquivo Real passou a ser conhecido por Torre do Tombo. Atualmente está localizado na Cidade Universitária. num prédio moderno, dotado das mais modernas técnicas arquivísticas. Uma realização do presidente Mário Soares, o ANTT abriga cerca de 40.000 processos inquisitórias e 369 Cadernos do Promotor, referentes aos tribunais de Lisboa, Évora e Coimbra. E mais: Livros de Visitação, confissões e denunciações, Livros de Receita e Despesa dos Tesoureiros, que se constituem numa valorosa fonte de pesquisa, que permite analisar toda a movimentação financeira que permeou o funcionamento do Tribunal do Santo Ofício, de que forma ele se geria e se sustentava, além de poder-se avaliar o quanto era pesado custear uma estrutura tão complexa.

A Seção de Receita e Despesas possui 565 livros e 47 documentos, onde estão descritos alguns gastos do Tribunal, pagamento dos ordenados dos diversos funcionários, despesas com os autos de fé, com os presos e com o deslocamento dos funcionários. Ainda há o Livro dos Culpados, os Livros de Visitação, confissões e denunciações, os Livros dos Autos de Fé e os chamados Rosários, que continham dados sobre a Inquisição de Lisboa. O ANTT, através dos tempos, incorporou outros importantes serviços, como o Serviço de Certidões, o do Registro Geral das Mercês e o Arquivo dos Registros Paroquiais.

Muitos desses documentos manuscritos são indícios comprovadores da perseguição sofrida por brasileiros e portugueses de origem judaica, cujas atividades com o ouro, diamantes e escravos despertaram a atenção do Tribunal do Santo Ofício.

Em consequência, muitas são as heranças, instituições e hábitos que ficaram arraigados no povo brasileiro, até hoje presentes em vários Estados. Vale lembrar que foram os judeus que introduziram a Maçonaria em Minas Gerais, bem como os trabalhos de ourivesaria e de lapidação de pedras preciosas.

Tantos séculos de denúncias, perseguições, processos e mortes geraram, por um lado, um estado psicológico de medo para os judeus e cristãos-novos no Brasil; por outro, um antissemitismo evidente ou subliminar que permaneceu arraigado na população.

A prática secreta do judaísmo, com costumes diversos, unificados pela "camuflagem de seu teor judaico" (GLASMAN, 1999, p. 50), gerou comportamentos e aspectos culturais que se arraigaram à cultura nacional. A maioria da população desconhece que muitas frases, palavras, costumes e dizeres que fazem parte da cultura brasileira têm sua origem em práticas criptojudaicas. Assim como também expressões, bem conhecidas:

– "FICAR A VER NAVIOS"

Em 1492 foi determinado que os judeus que não se convertessem teriam de deixar a Espanha até ao fim de julho. Centenas de milhares então se fixaram em Portugal, acreditando na promessa real que teriam navios suficientes para as partidas, tal não aconteceu, daí a expressão.

A historiadora Jane Birchmacher Glascon, em *Interseções, Judaísmo e outras Culturas* (1999, p. 50), obra específica sobre esses legados, relacionou as frases, hoje associadas à vida brasileira, que têm origem judaica, a saber:

– "PENSAR NA MORTE DA BEZERRA"

Frase muito usada pelos sertanejos, referindo-se a alguém que está meditando com ares de preocupação: "está pensando na morte da bezerra". - ***Torá*** veio **Toura** e depois bezerra.

– "PASSAR A MÃO NA CABEÇA"

Com o sentido de perdoar ou acobertar erro cometido por algum protegido, vem do hábito judaico de abençoar cristãos-novos, passando a mão pela cabeça e descendo pela face, enquanto pronunciava a bênção.

– "SERIDÓ"

Região no Rio Grande do Norte, tem seu nome originário da forma hebraica contraída. Em hebraico, a palavra ***Sarid*** significa sobrevivente. Acrescentando-se o sufixo ***ó***, temos a tradução sobrevivente dele. A variação ***Serid***, "o que escapou", pode ser traduzida também por refúgio. Desse modo, a tradução para o nome *seridó* seria refúgio dele ou seus sobreviventes.

Vale registrar, entretanto, que para o escritor Luís da Câmara Cascudo, o nome da região tem uma origem indígena: "ceri-toh".

– "PASSAR MEL NA BOCA"

Quando da circuncisão, o rabino passa mel na boca da criança para evitar o choro. Daí a origem da expressão.

– "PARA O SANTO"

O hábito sertanejo de, antes de beber, derramar uma parte do cálice tem origem no costume hebraico milenar de reservar, na festa de *Pessach* (Páscoa), um copo de vinho para o profeta Elias (representando o Messias que virá, anunciado pelo Profeta Elias).

– "QUE MASSADA!"

Usada para se referir a uma tragédia ou contratempo, é "uma alusão à fortaleza de *Massada* na região do Mar Morto, Israel, reduto de *Zelotes*, onde permaneceram anos resistindo às forças romanas após a destruição do Templo em 70 D.C., culminando com um suicídio coletivo para não se renderem, de acordo com relato do historiador Flávio Josefo."

– "PAGAR SIZA"

Significa pagar imposto vem do hebraico e do aramaico (***mas*** = imposto, em hebraico de ***misa***, em aramaico).

– "VESTIR A CARAPUÇA" ou "A CARAPUÇA SERVE PARA"

Vem da Idade Média inquisitorial, quando judeus eram obrigados a usar chapéus pontudos (ou com três pontas) para serem identificados.

– "FAZER MESURAS"

Origina-se na reverência à ***Mezuzá*** (pergaminho com versículos de DT.6, 4-9 e 11,13-21, afixado, dentro de caixas variadas, no batente direito das portas).

– "PEDIR A BÊNÇÃO" (aos pais, ao sair e chegar em casa)

É prática judaica que remonta à benção sacerdotal bíblica, com a qual pais abençoam os filhos, como no ***Shabat*** e no Ano Novo.

– "ENTRAR E SAIR PELA MESMA PORTA TRAZ FELICIDADE"

– "APONTAR ESTRELAS FAZ CRESCER VERRUGAS NOS DEDOS"

Era a superstição que se contava às crianças para não serem vistas contando estrelas em público e denunciadas à Inquisição, pois o dia judaico começa no anoitecer do dia anterior, ao despontar das primeiras estrelas, dado necessário para identificar o início do *Shabat* e dos feriados judaicos.

A prática oculta do judaísmo gerou novos aspectos culturais, como comportamentos, rituais, hábitos e costumes, superstições, ditados populares, nomes próprios e palavras de origem hebraica que foram incorporadas à língua portuguesa, mesmo antes de os portugueses chegarem ao Brasil. Elas encontram-se tão arraigadas em nosso idioma que muitas vezes têm sua origem confundida como sendo árabe ou grega, como:

– "Azeite" – comumente atribuída uma origem árabe, por se assemelhar a um grande número de palavras começadas por "al – como, por exemplos alface e alfarrábio, por esta partícula corresponder ao artigo nesta língua. O artigo definido hebraico é a partícula "a-" e "azeite" significa, literalmente, em hebraico "a azeitona" (*ha-zait*) (GLASCON, 1999).

– "Marrano" – medieval termo espanhol que, para o historiador Cecil Roth, significa porco. No século XVI, se estendeu e passou a todas as línguas da Europa ocidental.

A maior parte dos hebraísmos incorporou-se ao português por meio da Igreja Católica. Exemplos: aleluia, amém, bálsamo, cabala, éden, fariseu, hosana, jubileu, maná, messias, satanás, páscoa, querubim, rabino, sábado, serafim e muitos outros.

Algumas palavras, ainda que relacionados à linguagem bíblica, passaram a ter outros significados, como, por exemplo, babel indicando bagunça; amém, indicando concordância com desejos; aleluia geralmente empregada como interjeição de alívio. Também outras palavras de origem hebraica, como: "desmazelo (de mazal – negligência, desleixo), malsim (de mashlin – delator, traidor), zote (de *zot* / subterrâneo, inferior, parte de baixo – pateta, idiota, parvo, tolo), ou tacanho (de *katan* – que tem pequena estatura, estúpido, avarento; e outras palavras relacionadas a questões financeiras, como cacife, derivada de *kessef* = dinheiro." (GLASCON, 1999).

Inúmeros substantivos próprios têm origem hebraica bíblica, como: Adão, Abraão, Benjamim, Daniel, Davi, Débora, Elias, Ester, Gabriel, Hiram, Israel, Ismael, Isaque, Jacó, Jeremias, Jesus, João, Joaquim, José, Judite, Josué, Miguel, Natã, Rafael, Raquel, Marta, Maria, Rute, Salomão, Sara, Saul, Simão e tantos outros.

Alguns destes são nomes aramaicos, oriundos da Mesopotâmia, como Abraão (*Avraham*).

Cumpre registrar que muitos cristãos-novos adotaram nomes de plantas, de animais, de profissões, de objetos, bem como outros conhecidos sobrenomes como Alves, Carvalho, Duarte, Fernandes, Gonçalves, Lima, Silva, Silveira, Machado, Paiva, Miranda, Rocha, Santos, Gomes, Pereira, Nunes, etc. Entretanto, não se pode considerar que todo brasileiro cujo sobrenome conste dos processos inquisitoriais seja descendente direto de judeus portugueses. Essa certeza só será possível por meio de pesquisa profunda da árvore genealógica das famílias.

Muitos autores, como Augusto de Lima Júnior, Cecil Roth, Unterman, Nelson Omegna, Jane Bichmacher Glasman, Ethel Mizrahy Cuperschmid, Isaac Izecksohn, nos informam que algumas palavras do nosso costumeiro vocabulário também designam práticas judaicas, por exemplo: os judeus são proibidos pela *Torá* de comer carne de porco, porque tem os cascos fendidos e não rumina, sendo, portanto, impuro. Para enganar espiões da Inquisição, os cristãos-novos inventaram as alheiras, tão comum ainda hoje em Portugal. Sem usar carne de porco, esses embutidos são feitos à base de carne de vitelo, pato, galinha, peru. Da mesma forma, peixes sem escamas, conhecidos como "de couro," não serviam para consumo.

O historiador Isaac Izecksohn, em sua obra *Marranos Brasileiros*, assinala que os judeus deixaram arraigados por todo o Brasil, muitos hábitos e costumes, como, por exemplo, é o hábito de abater o gado para consumo, sangrando-o, inteiramente, um ato preliminar na matança. Inicialmente usado em Minas Gerais, expandiu-se de tal maneira este hábito que no Brasil Colônia ninguém comia carne que não tivesse sido sangrada.

– Os costumes do banho caprichado, de usar uma roupa nova no sábado, ou de usar mantilha negra.

– O costume de dizer "Deus te crie" quando alguém espirra, segundo a escritora Ethel Mizrahy Cuperschmid (2003), é uma alusão ao costume hebraico de dizer "Haim Tovim" (boas vindas).

– O costume de usar lamparina persistiu no interior do Estado mineiro, para iluminar os quartos dos recém-nascidos que, antes de serem batizados ou circuncidados, não podiam ficar no escuro. A chama servia para afugentar os maus espíritos, como Lelite, a deusa do demônio da Babilônia.

– Outro hábito herdado nas Minas Gerais foi o resguardo do parto. A mãe resguardava quarenta dias e, após, ia logo à Igreja rezar, acender vela e dar esmola, como era costume tradicional na purificação judaica.

– O costume de matar galinha cortando-lhe o pescoço.

– O costume de varrer a casa às avessas, de fora para dentro, é um ritual dos judeus, arraigado até os dias de hoje, para "não jogar a sorte fora", uma camuflagem do respeito pela *Mezuzá*, afixada nos portais de entrada.

– O costume de se ter dias de faxina, obrigatória religiosa judaica, como antes do *Shabat* (Sábado, dia santo de descanso semanal) e de *Pessach*.

Vale lembrar também várias tradições:

– De usar mesa com muitas gavetas, para esconder comida e não levantar suspeitas das dietas seguidas pelos cristãos-novos.

– De casamento com consanguíneos por longas gerações, desde os tataravôs, bisavós, avós e pais. Era comum o pai escolher o noivo ou a noiva para seus filhos.

– De seguir as fases da lua, correlacionando-as com o ciclo agrícola segundo o livro de Salmos 104:19.

– De deixar um pouco de grão nas lavouras para que os pobres colhessem.

– De praticar usura mediante empréstimos financeiros, mas também negociando objetos e coisas. O fato é que a alcunha de "pão-duro" é empregada a dois povos aqui no Brasil: os mineiros e os judeus. Desde a Idade Antiga, os judeus se destacaram entre os outros povos pela prática de mútuo. Na Idade Média, na Espanha, eles detinham o poder e o controle econômico. São considerados os primeiros banqueiros;

– De preparar e enterrar o defunto e mesmo guardar luto de semana, mês e ano.

– De vestir-se de preto, fazendo um corte no paletó (isto no hebraico chama-se "keriah") ou amarrar uma fita preta no braço em sinal de luto, eram costumes judaicos.

– De casamento entre consanguíneos.

– De sujeitar os ciclos agrícolas às fases da lua.

– De preparar e enterrar defunto.

– De usar roupa nova aos sábados.

– De guardar luto.

Outro costume judaico herdado é a figura do "ajudador de morte":

> Quando um judeu disfarçado, ou seja, um marrano estava para morrer, a fim de se evitar que no último momento ele se revelasse adepto da Lei de Moisés, comprometendo os demais, era logo chamado o 'abafador', isto é, um sujeito que tinha a missão de estrangular habilmente o doente. Isto permaneceu em nossos costumes, como os personagens que "ajudavam a morrer" (GUIMARÃES, 2004, p. 104-105).

O historiador Nelson Omegna também registrou:

> Começava seu serviço por afastar do quarto os membros da família, encostava a porta e começava a sinistra operação... matava-o por pressão ou asfixia entre murmúrios de preces e credo que fingia estar rezando ou frases cheias de consolação: vai irmão, o Senhor te espera (OMGNA, 1969, p. 63).

Outro hábito herdado foi o resguardo do parto por quarenta dias e, após, ia logo à Igreja rezar, acender vela e dar esmola, como era costume tradicional na purificação judaica.

Vale lembrar que ainda hoje, em Minas Gerais e em Goiás, ficou o apelido de cupelo amarelo para chamar os médicos.

> O apelido define a origem marrã das pessoas assim descriminadas e o fato público de sua condenação pelos inquisidores, pois o cupelo era distintivo dos reconciliados, penalizados pelo Tribunal do Santo Ofício. (OMEGNA, 1969, p. 63).

Cumpre ressaltar, entretanto, que a maior herança está na formação étnica do povo mineiro.

Historicamente, é necessário colocar que no início dos descobrimentos do ouro em Minas Gerais, já se encontravam nas Gerais milhares de negros, em cada boca de mina de ouro, e centenas de cristãos-novos engajados nessa extração. Assim, torna-se impossível excluir essas duas etnias da formação do povo mineiro. Se os dados demográficos não os contemplaram, foi por falta de pesquisa ou por uma omissão intencional.

Referências bibliográficas

CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy Cuperschmid. *Resquícios judaicos em Minas Gerais no seculo XVIII*. Curitiba, 2003.

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII. 3ª ed.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais – Processos singulares*. V. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GLASMAN, Jane Bichmacher. *Interseções, Judaísmo e outras Culturas*. Rio de Janeiro: Severo, 1999.

GUIMARÃES, Marcelo Miranda. *Há Restauração para os judeus descendentes da Inquisição?* Belo Horizonte: AMES, 2004.

IZECKSOHN, Isaac. *Marranos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Impress, 1967.

LARGMAN, Esther Regina. "A Comunidade Judaica na Bahia". *Revista Judaica Ortodoxa*, ed. 36, março 2002.

LIMA Junior, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais.* São Paulo: USP/ Itatiaia Ltda., 1978.

OMEGNA, Nelson. *Diabolização dos Judeus. Martírio e presença dos separáveis no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Record, 1969.

Fontes

Biblioteca Nacional de Lisboa - Cota nº F. 7273.

Arquivo da Torre do Tombo, Secção Manuscritos, no 218, p.192/193.

Recebido em: 23/08/2021
Aprovado em: 08/09/2021

LUIZ PALMIER (1893-1955) E A CONFORMAÇÃO DA SÃO GONÇALO MODERNA[1]

Luís Reznik[2]
Rui Aniceto Fernandes[3]

Resumo

Intelectual e homem de ação, Luiz Palmier (1893-1955) foi um homem de seu tempo. Imbuiu-se das inquietudes disseminadas pelos mais diversos intelectuais e movimentos sociais de sua época para agir, de forma criativa, em sua pequena pátria. Médico de formação e sapucaiense de origem, Palmier fixou-se na cidade de São Gonçalo para combater a gripe espanhola e criou raízes. Atuou nos campos da saúde, educação, assistência social, política e da escrita da História. Analisar suas ações permite identificar a interdependência entre os ambientes intelectuais e políticos mais abrangentes e os processos vivenciados em uma localidade. Possibilita-nos apreender a especificidade de São Gonçalo no "mundo", sob a ótica de suas identidades próprias, singulares, ainda que a cidade esteja enredada em tecido mais vasto que seus limites territoriais. O presente artigo objetiva discutir os processos de modernização pelos quais a cidade de São Gonçalo passou, na primeira metade do século XX, através das ações desenvolvidas por esse personagem.

Palavras-chave: São Gonçalo; história local; projeto modernizador.

Abstract

Intellectual and a man of action, Luiz Palmier (1893-1955) was a man of his time. He imbued himself with the concerns disseminated by the most diverse intellectuals and social movements of his time to act creatively in his small homeland. A doctor and Sapucaian by birth, Palmier settled in the city of São Gonçalo to fight the Spanish flu and created roots. He worked in the fields of health, education, social work, politics and the writing of history. Analyze your actions allows you to identify the interdependence between the intellectual environments and broader political processes and experienced in one location. It allows us to apprehend the specificity of São Gonçalo in the "world", from the perspective of its own unique identities, even though the city is entangled in a fabric that is broader than its territorial limits. This article aims to discuss the modernization of processes by which the city of São Gonçalo spent in the first half of the twentieth century, through the actions developed by this character.

Keywords: São Goncalo; local history; modernizing project.

Luiz Palmier representa, entre letrados e políticos do Município de São Gonçalo, uma personalidade reverenciada. Da Academia Gonçalense de Letras, Artes e Ciências (AGLAC), passando pelo Instituto Histórico e Geográfico de

---

1 Este texto é produto de pesquisa realizada entre os anos de 2000 e 2003, pelo Grupo de Pesquisa *História de São Gonçalo: memória e identidade*. Uma primeira versão foi publicada em 2003. Na ocasião, agradecemos à leitura atenta e às sugestões de Marcia de Almeida Gonçalves.

2 Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e procientista da mesma Instituição. Bolsista de produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj. Coordenador do Grupo de pesquisa *História de São Gonçalo: memória e identidade*.

3 Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e procientista da mesma Instituição. Líder do Grupo de Pesquisa *História de São Gonçalo: memória e identidade*.

São Gonçalo (IHGSG), pelo Núcleo de Memória, Pesquisas e Promoções Culturais (MEMOR), até os dirigentes políticos das últimas décadas, quer estejam no Executivo ou no Legislativo, não há quem não se veja impelido a reconhecer nesta figura um símbolo para a cidade. Expressão dessa reverência, Luiz Palmier nomeia e nomeou diversos espaços que compõem a paisagem da cidade: rua, praça, escola, hospital.

O seu renome está relacionado às propostas, em parte realizadas, de conformar uma São Gonçalo moderna. Está também, sem dúvida, imbricado com as efetivas mudanças sofridas pela cidade. Entre os anos 1920 e 1950, São Gonçalo se transforma: a municipalidade toma para si a tarefa de organização do espaço público e dos serviços essenciais para a população. Constituem-se, nesse momento, serviços essenciais de água, luz, arruamentos, telefonia, entre outros. Durante os anos 30, com ênfase para o período do Estado Novo (1937-1945), organizam-se serviços de saúde, assistência à maternidade e à infância e expandem-se as preocupações com as áreas da educação e da cultura. Especial importância deve ser dada à inauguração do primeiro hospital da cidade, em 1934, desenvolvendo-se, a partir daí, um complexo de saúde, com maternidade, puericultura, biotério, tratamento de endemias etc. Desde esta época, até o seu falecimento, o nome de Palmier associado à localidade de São Gonçalo só ganha amplitude, tanto pelas suas ações locais como pelas relações que estabelece com políticos, intelectuais e letrados, constituindo uma rede de sociabilidades, em nível local, regional e nacional.

Nossa intenção, nesse texto, é apresentar o intelectual/homem de ação Luiz Palmier, na perspectiva de caracterizar sua atuação na conformação de uma São Gonçalo moderna.

O tempo da formação

Nascido em Sapucaia, interior do Estado do Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1893, Luiz Palmier foi o terceiro filho de Felício Palmier e Florisbela da Silva Palmier. Seus pais tiveram ao todo, sete filhos, sendo o primogênito Salvador, vindo logo depois, Humberto, Luiz, Albertino, Olívia, Osíris e Odete.

Em Sapucaia aprendeu as primeiras letras no curso primário da Escola do Distrito de Anta e no Colégio *São Pedro*. Para realizar os estudos secundários[4] precisou sair da sua localidade, que não oferecia estudos mais avançados. Cursou, então o Colégio *O Gramberry*, em Juiz de Fora, município mineiro vizinho.

Ainda rapaz, começou a trabalhar como balconista em uma farmácia da cidade. Possivelmente estimulado pelos afazeres cotidianos, encantou-se pelos

4 Ensino secundário, no início do século XX, significava as séries imediatamente posteriores ao primário, equivalente ao "ginásio", ou ao que hoje são os anos finais do ensino fundamental.

mistérios da manipulação das drogas terapêuticas. Ingressou, então, no ensino superior, formando-se como farmacêutico, em 30 de dezembro de 1912, pela Escola de Farmácia de Ouro Preto[5]. Naquele tempo, eram poucas as carreiras de nível superior no país, sendo as mais prestigiadas Medicina, Engenharia e Direito, de modo que os jovens com condições sociais propícias almejavam ser doutor, engenheiro ou bacharel. Não deve ter sido outra a razão pela qual o jovem Luiz Palmier resolveu ingressar, um ou dois anos depois, na Faculdade de Medicina, desta feita na cidade do Rio de Janeiro[6].

Palmier, portanto, viveu em Sapucaia até, provavelmente, o início da I Guerra Mundial (1914). Ali, não apenas exerceu o ofício de farmacêutico, mas também chegou a ser adjunto de professor na Escola Primária de Anta, onde havia estudado, e professor primário e secundário no Colégio São Luís.

A partir de então, o seu mundo se ampliará. Enquanto cursava Medicina, nos anos de guerra (1914-1918), viveu com intensidade alguns dilemas do seu tempo, participando ativamente de diversas associações. Em 1914, é secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro; em 1916, propõe a fundação da Academia Fluminense de Letras; neste ano, torna-se um dos fundadores da Liga Fluminense contra o Analfabetismo; em 1917, é vice-presidente da Federação Fluminense de Escoteiros. Como pode se notar, mesmo cursando Medicina no Distrito Federal, agregou-se com o grupo de letrados fluminenses.

O acadêmico de medicina se interessava por História, Geografia, Letras, Educação, enfim, pela formação do "povo". Engajou-se nas campanhas modernas, incorporando as novas concepções educacionais, tais como o cultivo do corpo associado às lides do saber. O escotismo e a batalha contra o analfabetismo seriam dois movimentos exemplares.

O analfabetismo foi combatido pelos republicanos históricos desde fins do século XIX. Associavam a participação política na condução dos destinos nacionais aos sujeitos racionais e educados. Logo, a alfabetização tornou-se critério de cidadania. Por isso vemos na primeira década republicana (1890-1900) a criação de escolas de primeiras letras nos mais variados recantos do país. Duas a três décadas depois, porém, a luta contra o analfabetismo, ganhou novas nuanças. Não se tratava apenas de instrumentalizar o povo, ensinando-o a ler e escrever, mas de educá-lo numa cultura moral do caráter e na constituição de corpos saudáveis.

5 Segundo o *site* https://escoladefarmacia.ufop.br/escola, a Escola de Farmácia de Ouro Preto foi criada em 1839 sendo a primeira Faculdade de Farmácia da América Latina. Atualmente compõe uma das unidades da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

6 A Faculdade de Medicina, da Universidade do Rio de Janeiro, será incorporada, posteriormente, à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Médicos, engenheiros e advogados cerraram fileiras em torno da educação e da saúde da população, tornaram-se educadores e higienistas. Palmier decidiu engajar-se nessas batalhas, foi um militante da organização e da transformação da sociedade. Tornou-se um intelectual, um intelectual do seu tempo.

O tempo da gestação

O final da década de 1910 foi marcado por uma epidemia mundial que atingiu proporções alarmantes. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Brasil sofreu com a chamada gripe espanhola, que dizimou milhares de pessoas no estado do Rio de Janeiro[7]. Em janeiro de 1919, a gripe vitimou o recém-eleito presidente da República Rodrigues Alves. Essa fatalidade impulsionou a discussão, já efervescente nos anos de guerra, sobre a necessidade de intervenção federal para o combate de endemias e epidemias.

Durante essa década, várias vozes vinham reivindicando uma atenção especial para políticas de saneamento do território nacional visando à unificação, uniformização e centralização dos serviços sanitários em uma agência federal. Essa campanha, capitaneada pelos "higienistas" do Instituto Oswaldo Cruz e pela Liga Pró-Saneamento do Brasil, culminou na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1919. O Brasil "descobriria" que o seu povo ("Jeca Tatu", nos contos de Monteiro Lobato[8]) não era preguiçoso e indolente por sua própria natureza, mas porque estava doente. A saúde, os cuidados com a higiene e o saneamento, salvariam o "povo", fariam-no forte e saudável, condição necessária para a constituição da nação brasileira.

Por esta época, teve início uma cooperação do estado do Rio de Janeiro com a Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller (*International Health Board*), visando à realização de estudos e à criação de serviços de profilaxia (Cf. HOCHMAN, 2001, p. 131)[9]. Alguns postos sanitários foram criados, com o auxílio da Fundação, em poucos municípios fluminenses, entre os quais São Gonçalo.

Formado em Medicina, em 1918, com especialização em obstetrícia, ginecologia e neonatologia, o jovem médico Luiz Palmier foi, em seguida, para São Gonçalo. Não havendo médicos suficientes para atender a todos os doentes, e muito menos um hospital que possuísse várias especialidades médicas que

7 Algumas estatísticas estimam em 50 milhões de mortes no mundo. Calcula-se que metade da população do Distrito Federal, no Brasil, tenha contraído a gripe e que 15 mil tenham morrido entre outubro e dezembro de 1918. Cf., entre outros, Schwarcz e Starling, 2000. Para a discussão adiante, cf. Hochman, 1993.

8 Cf. "Urupês" e "Jeca Tatu, a ressureição".

9 Cf. *Mensagens do Presidente do Estado do Rio de Janeiro*, anos 1920, 1921 e 1922. Segundo Gilberto Hochman, "a fundação norte-americana trazia a experiência de combate à opilação no sul dos Estados Unidos, no Caribe e na América Central". Os acordos com a Rockefeller Foundation teriam alcançado escala nacional nos anos 1920, "quando foi realizada uma grande campanha de combate à febre amarela no Norte e Nordeste do país".

atendessem aos mais necessitados, a cidade mostrava-se um campo fértil de atuação para o recém-chegado. Migrando com a família, fixou residência em Sete Pontes.

A São Gonçalo dos anos 1920 também passava por transformações. Apesar da criação do Município datar de 1890, somente a partir de fins da segunda década do século, o poder público municipal começou ordenar o espaço público no campo urbanístico e de serviços. A partir dessa época, estendendo-se para as próximas duas décadas, a Prefeitura de São Gonçalo assumiu, diretamente ou fiscalizando as concessões, os serviços públicos locais, tais como a organização do transporte coletivo, o estabelecimento de um serviço telefônico, o abastecimento da água, assim como as preocupações com o fornecimento de energia elétrica e com os arruamentos e calçamentos.[10] Nesse sentido, podemos afirmar que somente então São Gonçalo efetivou sua municipalização, na medida em que o poder público municipal assumiu para si as tarefas de ordenamento do espaço urbano.

Logo após sua chegada, Luiz Palmier ganhou certa projeção, passando a escrever para o semanário local *A Gazeta*[11]. As preocupações, de então, ainda estavam relacionadas às epidemias. Em artigo intitulado "Estado Sanitário de São Gonçalo", Palmier analisava as condições sanitárias da cidade concluindo que:

> [...] o atual estado sanitário do município de S. Gonçalo é bom, embora ainda restem resíduos das epidemias – sarampo e coqueluche, que embora muitas vezes produzindo alarme devido as complicações possíveis, são na realidade benignas. Procurando levar a calma aos lares aflitos não poderíamos, de outra forma, embora sem enumerá-las, deixar de clamar pela observância de cuidados de higiene indispensáveis principalmente às pobres criancinhas, que muitas vezes são vítimas da ignorância de pessoas que colocam sob proteção dos mais revoltantes charlatanismos[12].

Portador de um saber científico, Palmier propunha uma modernização dos hábitos da população da região, associando higiene e civilidade. Neste trecho podemos constatar suas críticas à falta de cuidados com a higiene – privada e pública – da comunidade local e o ataque aos curandeiros, detentores dos saberes práticos da medicina popular. A higiene mereceria maiores cuidados; os hábitos deveriam ser modernizados, civilizados.

---

10 Para maiores detalhes, cf. MACHADO, 2002. Fábio Machado analisou especialmente a documentação da Prefeitura e os exemplares do jornal *A Gazeta*.

11 *A Gazeta*, criada em 1913, era de propriedade dos irmãos Abílio José de Mattos e Belarmino de Mattos. Foi extinta em 1937. Belarmino foi diretor de *A Gazeta* até dezembro de 1930, quando deixou o jornal para fundar, em 22 de janeiro de 1931, o semanário *O São Gonçalo*. Cf. GONÇALVES; REZNIK,1999, p. 73.

12 *A Gazeta*, 24 ago.1919.

Os cuidados com os doentes eram outra questão candente. O município não possuía um só hospital para o tratamento destes. O posto de saúde local não conseguia prestar a assistência médica necessária a população e os casos mais complicados eram encaminhados para Niterói. Iniciou-se, então, uma mobilização para sanar essa deficiência da cidade. Em 1919, *A Gazeta* conclamava todos os interessados a participar de "uma obra de filantropia, onde todos deveriam ajudar com o que podiam, pois estariam ajudando aos miseráveis"[13]. Em 1º de janeiro de 1920, discute-se, no *Grêmio Artístico e Literário*, com o auditório repleto, a organização de uma comissão para viabilizar a construção de um hospital municipal[14]. No dia seguinte comunicou-se ao prefeito a instalação da Fundação do Hospital de São Gonçalo e solicitou-se um prédio abandonado pertencente a Prefeitura, localizado na Rua Coronel Moreira Cezar, para instalar ali o hospital. O local era estratégico pois ficava na sede do município, próximo a Igreja Matriz.

Em São Gonçalo, Luiz Palmier deu continuidade às atividades cívico-culturais dos tempos de faculdade. Em setembro de 1919, foi nomeado presidente do recém-criado *Grêmio Artístico e Literário de São Gonçalo*. Iniciando seu mandato em outubro, passou a organizar festas e saraus de poesias e a ceder seus salões para reuniões e conferências. Nas eleições para a nova diretoria, Palmier foi mantido no cargo[15]. No mesmo ano, participa da *Liga S. Gonçalense contra o analfabetismo*, integrante da *Liga Brasileira contra o analfabetismo*. A proposta era fundar uma escola primária, na localidade. Em pouco tempo, já era chamado de "benemérito médico", e recebia homenagens pela passagem de seu natalício[16].

O jovem médico começa a tecer uma importante rede de sociabilidades. Relaciona-se mais estreitamente com dirigentes e intelectuais locais, tornando-se um prestigiado membro desse grupo. Nessa condição, enquanto intelectual local, arvora-se a imaginar uma utopia para aquela localidade.

A "São Gonçalo do futuro"[17] já estava bastante presente, pois o município, em 1920, era em muito diferente do antigo "distrito niteroiense". Para Palmier, a autonomia administrativa", desde 1890, teria sido um elemento necessário para a expansão das "energias acumuladas". Para tanto, seria indispensável o esforço

13 *A Gazeta*, 19 out. 1919.

14 *A Gazeta*. 26 out. 1919 e 1 jan.1920.

15 Cf. *A Gazeta*, 16 nov. 1919.

16 Nas comemorações de seu aniversário recebeu homenagens e presentes (como um anel de grão, um termômetro de ouro cravejado de brilhantes e uma medalha também de ouro) de membros da elite local. Cf. *A Gazeta*. 28 set. 1919.

17 Artigo publicado em *A Gazeta*, em duas partes, em 24 de agosto e 05 de setembro de 1920. As citações dos próximos parágrafos foram extraídas desse artigo.

de jornalistas e professores. Os primeiros fundaram um periódico, *A Gazeta,* que "apareceu minúscula e desprotegida, simples repositório de notas semanais". Não mais era assim graças aos "operários da pena", comandados pelos irmãos Mattos. Os últimos, "colaboradores diretos do combate à ignorância", estavam presentes nas dezenas de escolas espalhadas pelo Município. Outras tantas instituições eram identificadas: a *Liga Esportiva Gonçalense, o Grêmio Artístico e Literário, o Tiro Gonçalense (555)*, as associações da classe operária.

Palmier tinha um discurso otimista: essa era a "realidade palpável que desafia os pessimistas de todas as gerações". Ele se coloca como mais um dos artífices do "progresso", articulador das idéias que transformarão ainda mais aquele cenário para as novas gerações. O futuro viria do desdobramento do presente.

Não mais uma dezena de escolas, mas centenas. Não apenas limitadas ao ensino primário, mas complementadas com os cursos secundários, escolas profissionais e ensino agrícola, onde "os jovens aperfeiçoam o caráter, adquirem vigor físico e inteligência". Não apenas um periódico, mas outras tantas publicações, como revistas, semanários e panfletos. Assim como centros de cultura física, clubes de tênis, regatas etc.

Quanto aos cuidados da saúde, um hospital seria pouco; outros seriam fundados. Neles haveria pavilhões para amparar as mães (maternidade), as crianças (creches) e os velhos (asilos), além daqueles necessários para isolamento de doentes. Medidas profiláticas rigorosas, tratamento sistemático das endemias, medidas de higiene, saneamento urbano e vacina obrigatória seriam os complementos para deixar a população mais vigorosa, esse mesmo "povo exercitado no trabalho e na prática dos esportes".

A cidade de Palmier teria avenidas, ruas largas, vastas praças, calçamento e passeios arborizados. Também teria luz elétrica, rede telefônica, água encanada, bondes elétricos, estradas para automóveis e uma ampla rede ferroviária ligando os extremos do Município – Guaxindiba, Rio D'Ouro e Calaboca.

A economia gonçalense seria próspera. A produção agrícola seria garantida por crédito agrícola e caixas econômicas, voltadas para centenas de pequenas propriedades, criadas pela divisão das grandes. Essa estrutura – pequena propriedade e crédito agrícola – permitiria uma produção vultuosa de frutas, cereais e cana de açúcar, "enchendo dezenas de vagões" e capazes de "alimentar outros tantos portos e essa complicada rede de viação "[18]. A produção fabril - "que conta já a maior fábrica de fósforos da América do Sul (Fiat-Lux), fundições, a mais importante fábrica de doces e bebidas do Brasil (Usina S. Gonçalo), cerâmicas de importância do Porto do Rosa, e ainda fábricas de banha, manteiga

18 "O movimentado Porto de Neves, a futura estação da Leopoldina e mais as existentes terá atingido um alto grau de desenvolvimento e será mesmo um vasto empório de grande comércio importador e exportador".

e outros produtos" - teria seu desenvolvimento tanto mais potencializado pela elaboração de leis de proteção.

A utopia de Palmier dava relevância à educação, à saúde e à cultura, elementos conformadores de uma nova civilização e de um povo "forte e vigoroso" - condições para o trabalho. Um espaço urbano mais agradável, confortável e digno e atividades agrícolas, comerciais e industriais prósperas são pano de fundo para a reconfiguração dessa sociedade gonçalense.

A constituição do povo está no centro de suas preocupações. Lembremos que Palmier era médico especializado em Obstetrícia e Neonatologia; seu renome se formou a partir da clínica médica, percorrendo as regiões gonçalenses a cavalo[19]. Fez de São Gonçalo a sua pequena pátria, seu lugar de pertencimento, do qual gostaria muito de se orgulhar. Por isso, pretendia modernizá-la, identificava as possibilidades de sua modernização, idealizava-a moderna. Para tanto, investiu suas energias na transformação da localidade, a partir daqueles elementos que considerava prioritários ou que lhes eram mais atinentes: a saúde, a educação e a cultura. Estava muito próximo das inquietações vividas por muitos intelectuais da sua época, desejosos por uma reconfiguração da sociedade e do Estado brasileiro, no sentido de uma maior intervenção para a formação da nação. Palmier aplicava, para a sua pequena pátria, o que, anos mais tarde, em 1925, seria propalado por Heitor Lyra da Silva, principal idealizador e organizador da Associação Brasileira de Educação[20]:

> Creio interpretar a maioria senão a totalidade dizendo que estamos convictos de que o levantamento do nível popular tem que repousar sobre tríplice base: moral, higiênica e econômica, o que significa que sem a cultura das qualidades do caráter, sem a melhoria das condições de saúde da massa da população e sem uma racional organização do trabalho é utopia esperar [...] transformar para o bem as atuais condições do nosso país (CARVALHO, 1989, p. 46).

Como já argumentamos, a "São Gonçalo do futuro" estava apoiada na tríplice base: moral, higiênica e econômica.

---

19 Cf. depoimento de Olga Palmier Teles, sua filha, concedida em 1 de set. 2003, a Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

20 A ABE, criada em 1924, congregou todos aqueles que vinham propondo reformas na educação nos diversos estados brasileiros. Propunham de um lado, a intervenção normatizadora do poder público para a constituição de um sistema escolar formal, que interligasse o ensino primário, médio e superior. Por outro lado, defendiam novas metodologias para a aprendizagem, em grande parte identificados com o *escolanovismo* ou métodos baseados na *experimentação*. O movimento dos educadores constituiu-se em um dos sintomas da chamada "crise dos anos 20". A bibliografia sobre o tema é extensa. Cf., entre outros, Marta Chagas de Carvalho. *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo: USP, 1986; –. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989; e Helena Bomeny. "Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional" In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, pp. 24- 39.

Ao pensar em construir um futuro novo e próspero, Palmier fincou raízes e pertencimentos no presente daquela São Gonçalo em que residia e atuava. Ali conheceu sua futura esposa. De família tradicional da capital da República, Olga Corrêa de Sá Benevides havia estado na cidade para uma visita à avó Geraldina Benevides e travou contato com o jovem doutor[21]. No dia 21 de setembro de 1925 casaram-se[22]. Palmier estava, na ocasião, com 32 anos, e Olga, com 27.

Participando ativamente da vida do marido, Olga Palmier ajudou a organizar os eventos pró-hospital e fez parte da comissão de damas da cidade. Em 1926, deu à luz ao primogênito que recebeu o nome de Luiz Palmier Filho. Tiveram ainda mais quatro filhos: Hélio, Olga, Felício e Bernadino. Com o nascimento dos filhos, Olga Palmier decidiu dedicar-se mais à educação dos mesmos, diminuindo sua atuação nas atividades do marido. O casal, então, estabeleceu-se na cidade de Niterói e, posteriormente, no Rio de Janeiro.

O tempo da ação

A Política

> […] olhos de patriota e de cidadão de trabalho e de honra, voltados para o desenvolvimento da Pátria, o bem-estar da humanidade e o amor da família.[23]

As palavras de *A Gazeta*, às vésperas de mais um pleito para a Câmara de Vereadores do Município, evidenciam a projeção de Luiz Palmier na vida política local, após uma década em que atuou à frente de movimentos e associações, relacionadas ao exercício da medicina ou a ações de conteúdo cívico, cultural ou educativo junto à população de São Gonçalo. Nosso personagem viveu intensamente, durante toda a sua vida, as pulsões da política partidária, parlamentar e institucional. Nunca foi candidato a cargos executivos, mas sempre esteve muito próximo dos prefeitos gonçalenses, quando não do governador do Estado e do presidente da República. Não raro, é freqüente que os níveis municipal, estadual e nacional da política se teçam em uma vasta rede, alinhavando as mais expressivas lideranças, ainda que localistas[24].

---

21 No acervo fotográfico de Palmier encontramos uma foto que demostra que o jovem médico mantinha ligações com a família Benevides já em setembro de 1924. Essa foto retrata Palmier em beca de formatura e possui uma dedicatória a Bernardino Benevides e família. Possivelmente Palmier buscava mostrar ao futuro sogro "distinto e querido amigo", o partido promissor que era para sua filha. Coleção Luiz Palmier (CLP), Acervo do Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade (GPHSG). da Faculdade de Formação de Professores (FFP).

22 Foto do casamento de Luiz Palmier e Olga Benevides Palmier. CLP. Acervo do GPHSG -FFP.

23 *A Gazeta*, 24 ago. 1929.

24 Na Coleção Luiz Palmier, há abundante material iconográfico retratando Palmier junto aos prefeitos de São Gonçalo. Menos freqüente, mas com diversos flagrantes, são as aparições junto ao governador Ernani do Amaral Peixoto, especialmente quando da primeira gestão deste à frente do governo do estado do Rio de Janeiro (1937-1945). Apesar de não termos notícias de uma atuação mais próxima de Palmier no plano federal, encontramos duas peças. A primeira é um cartão do Presidente Washington Luís, de 14 de outubro de 1929, cujos dizeres

Sua primeira experiência parlamentar foi na Câmara de Vereadores de São Gonçalo, quando foi eleito em 1929, pelo Partido Republicano Fluminense (PRF). Apesar de não sabermos muito das ações de Palmier como vereador[25], decerto a imprensa local coloca-o em evidência. Palmier esteve presente, com papel de destaque, na criação das três associações empresariais com representação local: a União Agrícola Fluminense, em 12 de agosto de 1928, a União dos Varejistas de São Gonçalo, em 28 de julho de 1929, e a Associação dos Proprietários de São Gonçalo, em 20 de setembro de 1930[26].

Exerceu a vereança durante 1930, quando, ao final do ano, o Legislativo Municipal foi dissolvido, assim como todas as Câmaras Legislativas do país, em decorrência da *Revolução de 30*. Na ocasião, quando se iniciou o movimento revolucionário, em outubro, Palmier foi um dos organizadores da *Legião Republicana Manuel Duarte*, criada com o objetivo de solidarizar-se com o governador e as "altas autoridades da República, na atual situação criada pelo movimento revolucionário de Minas Gerais e Rio Grande". Por todo o país organizaram-se "batalhões patrióticos" legalistas, que deveriam fazer frente ao movimento da Aliança Liberal revolucionária. Para tomar as medidas necessárias no município de São Gonçalo, o PRF estabeleceu uma comissão composta pelo prefeito Stephane Vannier, por Luiz Palmier e por vários companheiros de sua trajetória nas próximas duas décadas, como Alberto Paiva, Belarmino Mattos e Ismael Branco[27].

Com a vitória da Aliança Liberal, Washington Luís é deposto da presidência da República e Manuel Duarte do governo do Estado. Getúlio Vargas, assumindo o governo, nomeia um interventor para o estado do Rio de Janeiro que, por sua vez, nomeia prefeitos municipais vinculados aos grupos que apoiaram a Aliança Liberal. No dia da deposição de Washington Luís, 24 de outubro, o jornal *A Gazeta* foi invadido, empastelado e teve suas máquinas destruídas. Em consequência, ficou fechado por dezesseis dias, reabrindo em 9 de novembro, com um posicionamento político mais cauteloso, francamente favorável às atuais forças situacionistas:

---

atestam um vínculo explícito: "Com os seus cordiais cumprimentos, agradece muito penhorado a sua delicada atenção". A segunda peça é um diploma em que o presidente da República Getúlio Vargas confere a Luiz Palmier uma Medalha de Prata, em razão da comemoração do Cinqüentenário da Proclamação da República, em 1940. CLP/ acervo GPHSG FFP.

25 Infelizmente não podemos avaliar sua atuação na vereança municipal pois a documentação, referente a esse período - atas ou anais das sessões legislativas - estão perdidas. O Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo conserva a documentação referente às legislaturas após 1947.

26 Para a relação entre Palmier e as associações empresariais, cf. Marcelo Fernandes Rollo. *São Gonçalo e as classes conservadoras*. São Gonçalo: UERJ/FFP, 1998. (Monografia de conclusão do Curso de História).

27 Em retribuição, o presidente Washington Luís envia para Luiz Palmier um telegrama agradecendo a iniciativa: "Palácio do Catete. Muito penhorado agradeço demonstrações de solidariedade me transmite neste momento. Cordiais saudações." Reproduzido em *A Gazeta*, 9 de outubro de 1930. Sobre a Revolução de 1930, em São Gonçalo, cf. PINTO, 1997; ROLLO, 1989. As duas monografias utilizaram-se fartamente do jornal *A Gazeta*.

> O glorioso dia 24 de outubro que assinalou uma nova era de paz e liberdade para o país com o triunfo da causa da revolução, foi justo pretexto para que a população da nossa mui pacata cidade de São Gonçalo exultasse do maior regozijo cívico.[28]

Chamamos a atenção para a ênfase situacionista dos grupos políticos locais, pois nos parece que a trajetória político partidária de Palmier acompanhou essa forte tendência inercial que, na prática, coage a todos a um alinhamento político com as forças vitoriosas (cf. LESSA, 1998, p. 130-153; SOUZA, 1968, p. 162-226)[29].

Vejamos a trajetória de Luiz Palmier. Em 1919, foi um dos fundadores do Centro Republicano Rui Barbosa, no estado do Rio de Janeiro. A candidatura de Rui Barbosa à presidência da República foi lançada pelo grupo de Nilo Peçanha para fazer frente a Epitácio Pessoa, candidato das poderosas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Tentando repetir os comícios da Campanha Civilista (1910), Rui venceu nos centros urbanos, mas perdeu nas eleições. Nilo Peçanha, originário de Campos, era a principal liderança política fluminense, e o seu grupo governava o estado desde o início do século. Neste momento, Nilo já começava a articular a sua estratégia de levar os estados de "segunda grandeza" a um confronto com a política do "café com leite". Tal fato se deu nas eleições de 1922, quando o próprio Nilo Peçanha se candidatou e foi derrotado. No ano seguinte, o governo federal interviu nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. No caso do primeiro, significou a derrota e o ostracismo para o grupo niilista (cf. FERREIRA, 1989).[30]

Voltemos à Palmier. Em 1919, comporta-se como um nilista. Em 1929, está acomodado com as forças da situação do "café com leite", que governavam o estado de 1923 a 1930, com as gestões de Feliciano Sodré e Manuel Duarte. A *Revolução de 30* traz o grupo nilista de volta ao governo do estado. Novamente, Palmier compõe com as forças da situação.

Em 1933, candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Economista do Rio de Janeiro, que havia sido fundado, neste mesmo ano, para concorrer às eleições constituintes federais. Provavelmente, suas ligações com as associações empresariais levaram-no a filiar-se ao partido, cujo principal objetivo era "construir as bases de um novo edifício político e social para as classes produtoras" (ABREU, 2001, p. 4320).[31] Não sendo bem-sucedido, candidatou-se,

28 *A Gazeta*, 9 nov. 1930.

29 Essa tendência situacionista já foi devidamente analisada pela historiografia sobre a Primeira República.

30 Sobre a candidatura, em 1922, cf. FERREIRA, 1993, p. 9-23.

31 O Partido Economista do Brasil havia sido fundado em novembro de 1932 por comerciantes e industriais da cidade do Rio de Janeiro ligados à Associação Comercial. Estendeu a sua atuação por vários estados, entre os quais o estado do Rio de Janeiro.

no ano seguinte, à Assembléia Constituinte Estadual. O Partido Economista do Rio de Janeiro fundiu-se com a União Progressista Fluminense (UPF), em maio de 1934. Desta vez, Palmier é eleito, ficando em terceiro lugar na lista partidária.[32]

A UPF foi fundada em 1933 por integrantes do grupo nilista. No seu programa, o partido defendia:

> […] o alistamento eleitoral, a propaganda dos direitos e deveres do cidadão, a unidade e obrigatoriedade do ensino primário, a unificação da magistratura, a liberdade de imprensa, a regulamentação do trabalho da mulher e das crianças, a ampliação do habeas-corpus, a concessão de pensões aos trabalhadores e velho inválidos, o salário mínimo rural, a liberdade de crenças, a criação de um departamento nacional de pesca e a instalação de tribunais especiais para tratar de questões operárias (ABREU, 2001, p. 5852).

Palmier foi um dos mais loquazes deputados constituintes. Seu mandato foi interrompido em novembro de 1937, quando a implantação do Estado Novo extinguiu as Casas Legislativas em todo o país. Apesar de novas tentativas, após 1945, não voltará à tribuna do Parlamento.

Saúde e educação

Até a década de 1930, o município de São Gonçalo não possuía hospital, somente um posto de saúde. Em 1º de janeiro de 1920, Luiz Palmier fundou, juntamente com outras personalidades da cidade, a Associação do Hospital de São Gonçalo. O início das obras data de 1920, com o desbravamento, a terraplanagem e a elevação dos primeiros muros. No decorrer da década, no entanto, as obras ficaram paradas.

A *Revolução de 30* abriu novas perspectivas para as áreas de saúde e educação. Como desdobramento das insatisfações expressas pelos diversos movimentos sociais da década anterior, assim como decorrência de suas propostas de intervenção, organizou-se, ainda em 1930, em nível nacional, o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP). Novas agências estatais foram fundadas, subordinadas diretamente ao MESP. Em nível estadual, foram criadas secretarias correlatas.

A partir de 1931, retomaram-se as obras do Hospital de São Gonçalo, com o auxílio dos poderes públicos municipal e estadual. Importante papel teve a mobilização da sociedade para doação dos mais variados itens. Chamaram nossa atenção, pela proporção assumida, as contribuições mensais de sacos de

32 As eleições aconteceram entre 14 de outubro de 1934 e 27 de janeiro de 1935. Teve um total de votantes de 129.325 pessoas em todo o Estado do Rio de Janeiro. Luiz Palmier foi eleito pelo Partido da União Progressista Fluminense, que teve direito a 15 vagas na Assembléia Legislativa, ele ficou em terceiro lugar, de acordo com a ata das eleições entregue aos deputados como forma de diploma. CLP/GPHSG-FFP.

cimento oferecidas por empresas e indivíduos.[33] As "damas de caridade", tendo à frente Olga Palmier e as professoras Aída Vieira de Souza e Albertina Campos, também tiveram atuação importante no recolhimento de fundos para as obras. Organizaram diversos eventos, tais como o "Festival artístico pró-hospital", o "Sorvete dançante", o "Chá dançante", o "Festival infantil no Cinema São José".

Após um longo período de campanhas e obras[34], o Hospital de São Gonçalo foi inaugurado em 4 de março de 1934, com a presença do interventor federal no estado do Rio de Janeiro, Almirante Ary Parreiras, e do prefeito Miguelote Vianna. Seu primeiro diretor foi o Dr. Luiz Palmier. Quando da prestação de contas de seu primeiro mandato publicou um relatório (PALMIER, 1934) em que buscava ressaltar a importância do Hospital para o município e a possibilidade de atrair maiores investimentos públicos e privados.

Nos dez anos seguintes, o hospital foi ampliado, agregando novas instalações, como o pronto-socorro, o centro de puericultura e o biotério. Os dois primeiros foram inaugurados na data comemorativa de implantação do Estado Novo: o pronto-socorro, logo no aniversário do primeiro ano, em 10 de novembro de 1938; e o centro de puericultura, em 11 de novembro de 1941[35].

O biotério, por sua vez, inaugurado em 19 de janeiro de 1941, seria o local onde se conservariam animais vivos para experiências laboratoriais. Recém-empossado diretor do hospital, Dr. Armando Leão Ferreira afirmou que o biotério de São Gonçalo era o "primeiro estabelecimento científico, anexo e parte integrante de um hospital, a ser inaugurado no estado do Rio de Janeiro". Deveria ser um campo de experimentação científica, fonte de abastecimento de soros e vacinas, visando o diagnóstico e o acompanhamento de endemias, como a tuberculose e a malária.

O Hospital de São Gonçalo efetivamente ganhou notoriedade no estado. Diversos enfermos de outros municípios tomaram-no como referência. Palmier monumentalizou, através de sua coleção de fotografias, o caso exemplar de "uma família de 13 pessoas, os pais e 11 filhos, todos impaludados, originários de Campos [região com forte incidência de malária (impaludismo)], com passagem por Casemiro de Abreu, todos curados nos ambulatórios do Hospital de São Gonçalo".[36]

33 Cf. *A Gazeta* (1931-34) e *O São Gonçalo* (1931-34).

34 A Coleção Luiz Palmier possui uma série de fotografias que busca documentar as fases desse processo. CLP/GPHSG-FFP.

35 Por alguma razão, ainda obscura para nós, a inauguração do Centro não pode ser realizada no dia 10, sendo fundado um dia depois do quarto aniversário do Estado Novo.

36 CLP/GPHSG-FFP.

O Hospital tornou-se ponto de referência simbólica na cidade. As mais diversas personalidades, autoridades e grupos vinham conhecer as suas instalações: desde membros do clero católico e batista, passando pelo conde Pereira Carneiro e pelo diretor da Higiene de Goiás, até membros do Moto Club Santa Cruz, entre tantos outros.

A fama da instituição fundiu-se com a do seu primeiro diretor[37]. O profissional Luiz Palmier, já renomado médico e professor do ensino superior, fez do Hospital o seu "cartão de visita". Participou na I Jornada Médica Fluminense, em julho de 1935, em Campos, como representante do Hospital, apresentando o trabalho "A lepra – problema mundial". Constantemente trazia os seus alunos da Faculdade de Farmácia e Odontologia[38], para uma visita à instituição que dirigia. Nessa condição também era chamado para proferir palestras em diversas instituições, como, por exemplo, a conferência sobre alcoolismo realizada no Colégio Salesiano, promovida pela Sociedade Médica e Cirúrgica de Niterói, no âmbito da Campanha de Educação Sanitária.

O tema da saúde se esparramava pela instituição escolar. Não podia ser diferente. A constituição de corpos sadios requeria uma ação pedagógica, educativa. A bem da verdade não se tratava apenas de corpos sadios, mas de indivíduos bem-educados, bem formados. A criança era um dos focos centrais na perspectiva de constituição de uma sociedade moderna. Moderna, porque preocupada com a constituição de instituições públicas nas áreas da saúde, como hospitais, e da educação, como escolas. Moderna, porque se preocupava com a *organização* do bem-estar físico e da instrução e com a formação intelectual do caráter da população.

As ações dessa época são emblemáticas desse esforço conjunto. Vejamos alguns exemplos, nos quais Luiz Palmier foi presença destacada.

Palmier participou da diretoria do *Patronato de Menores* de São Gonçalo, antigo Patronato de Menores Abandonados, a mais antiga instituição filantrópica do município. Inspirada nas escolas técnicas norte-americanas e belgas, possuía cursos profissionalizantes de carpintaria, sapataria e alfaiataria. A instituição estava integrada às ações públicas e privadas do município. Sua banda, por exemplo, comparecia tradicionalmente nas solenidades municipais.

Um grande evento foi a inauguração do Preventório Vista Alegre, em 1940. A instituição viria a ser um internato para crianças de ambos os sexos, filhas sa-

37 Sintomaticamente, hoje em dia, a instituição chama-se Hospital Luiz Palmier.

38 A Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Niterói, foi incorporada, em 1929, à Faculdade Fluminense de Medicina. Palmier lecionou desde meados da década de 1920. Foi professor de micobiologia, patologia geral e anatomia patológica. Chegou a ser catedrático e diretor da Faculdade. Como membro da Associação de Fármácia e Odontologia, colaborador da Revista de Pharmacia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro, havia participado da sessão de aprovação do Código de Odontologia Médica.

dias de pais hansenianos (portadores de lepra). A solenidade conseguiu trazer para São Gonçalo, além do governador Amaral Peixoto, o próprio ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema. O preventório era típico desse esforço conjunto: a preocupação com a saúde (a lepra, tema da tese de Palmier, em 1935) gerando uma instituição escolar.

Outro exemplo paradigmático foi a organização dos "pelotões de saúde" em várias escolas. Grupos de alunos – o "pelotão" – eram responsáveis pela educação sanitária na escola e na comunidade, divulgando comportamentos higiênicos e ações preventivas de saneamento.

No início dos anos 1940, é inaugurado o Parque de Exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Funcionando na Escola Típica Rural Júlio Lima[39], o parque deveria ser um local de aprimoramento físico das crianças e jovens, quer através dos exercícios quer pelos exames médicos periódicos pelos quais deveriam ser submetidos. Possivelmente, constituiu-se em mais uma criação do governo do Estado[40], que no ano anterior havia criado a Divisão de Educação Física, na intenção de estimular as práticas esportivas nas escolas. Não é à toa que a Di-

39 As ações dessa época são emblemáticas desse esforço conjunto. Vejamos alguns exemplos, nos quais Luiz Palmier foi presença destacada.

Palmier participou da diretoria do *Patronato de Menores* de São Gonçalo, antigo Patronato de Menores Abandonados, a mais antiga instituição filantrópica do município. Inspirada nas escolas técnicas norte-americanas e belgas, possuía cursos profissionalizantes de carpintaria, sapataria e alfaiataria. A instituição estava integrada às ações públicas e privadas do município. Sua banda, por exemplo, comparecia tradicionalmente nas solenidades municipais.

Um grande evento foi a inauguração do Preventório Vista Alegre, em 1940. A instituição viria a ser um internato para crianças de ambos os sexos, filhas sadias de pais hansenianos (portadores de lepra). A solenidade conseguiu trazer para São Gonçalo, além do governador Amaral Peixoto, o próprio ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema. O preventório era típico desse esforço conjunto: a preocupação com a saúde (a lepra, tema da tese de Palmier, em 1935) gerando uma instituição escolar.

Outro exemplo paradigmático foi a organização dos "pelotões de saúde" em várias escolas. Grupos de alunos – o "pelotão" – eram responsáveis pela educação sanitária na escola e na comunidade, divulgando comportamentos higiênicos e ações preventivas de saneamento.

No início dos anos 1940, é inaugurado o Parque de Exercícios Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Funcionando na Escola Típica Rural Júlio Lima, o parque deveria ser um local de aprimoramento físico das crianças e jovens, quer através dos exercícios quer pelos exames médicos periódicos pelos quais deveriam ser submetidos. Possivelmente, constituiu-se em mais uma criação do governo do Estado, que no ano anterior havia criado a Divisão de Educação Física, na intenção de estimular as práticas esportivas nas escolas. Não é à toa que a Divisão era dirigida por um médico. Colônias de férias e parques infantis foram ações do governo do Estado que caminhavam na mesma direção.

Palmier também prestigiou as mais importantes instituições escolares do Município, como o Grupo Escolar Nilo Peçanha e o Colégio São Gonçalo, com frequência comparecendo em comemorações cívicas, como o Dia da Bandeira e a Semana da Pátria, a festividades como a Semana da Criança, ou simplesmente aliciando novos membros para a Cruzada Nacional de Educação.Bairro do Laranjal. Atual Escola Municipal Estephânia de Carvalho.

40 O que seria mais uma razão para nomear o Parque com o nome da primeira dama do Estado, filha do Presidente da República.

visão era dirigida por um médico. Colônias de férias e parques infantis foram ações do governo do Estado que caminhavam na mesma direção.[41]

Palmier também prestigiou as mais importantes instituições escolares do Município, como o Grupo Escolar Nilo Peçanha e o Colégio São Gonçalo, com frequência comparecendo em comemorações cívicas, como o Dia da Bandeira e a Semana da Pátria, a festividades como a Semana da Criança, ou simplesmente aliciando novos membros para a Cruzada Nacional de Educação.

O Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância (IGAMI)

Em sua mensagem natalina de 1939, o presidente Vargas recomendou aos poderes estaduais e municipais para que destinassem verbas permanentes aos serviços de puericultura, como forma de complementar o programa nacional de amparo às mães e às crianças. "Para a grande obra de dotar o país de 'gente forte e sadia', conclamava homens, mulheres, médicos e pessoas abastadas para que dessem sua contribuição a obras filantrópicas e de assistência social" (SOUSA, 2000, p. 233). O ministro Capanema elaborou, em seguida, um decreto-lei, fixando "as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país".

Desde o início da década de 1930, o governo Vargas vinha chamando a atenção para essa questão. Em 1933, patrocinou a Conferência Nacional de Proteção à Infância, reunindo delegados de todo o país, que discutiram teses sobre a criação de centros de puericultura, organização e administração de serviços de higiene, em geral, e higiene escolar, em particular. No ano seguinte, o Ministério da Educação e da Saúde Pública criou a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância. O seu diretor, professor Olinto Oliveira, realizou viagens a países europeus e à Liga das Nações com o objetivo de colher informações sobre o assunto pelo qual era o responsável. Chamou a sua atenção a experiência austríaca, especialmente pelo caráter semioficial das ações de proteção à maternidade e à infância, realizadas por instituições sociais oficiais em colaboração com estabelecimentos privados. Estava fascinado:

> Pode-se, pois, dizer que é completa na Áustria a obra de proteção à maternidade e à infância, tanto mais quanto ela se reveste aí de uma feição que em quase toda parte falta, ou é considerada secundária – influência profundamente moral e humana, no mais alto sentido da palavra. O que domina aqui é o espírito de sacrifício, servindo de estímulo e de principal guia condutora das atividades do pessoal, quer quanto ao seu preparo físico, quer quanto à dedicação ao serviço (SOUSA, 2000, p. 225).

41 Heitor Gurgel, então secretário de governo do estado do Rio de Janeiro, foi um dos entusiastas das ações da Divisão de Educação Física: "Os campeonatos intercolegiais realizados anualmente e o desfile de escolares no Dia da Pátria, eram espetáculos de força e beleza, vigor e disciplina, da mocidade estudantil fluminense." *O Governo Amaral Peixoto. 1937-1945*. (Subsídios para a história político administrativa do Estado do Rio). 1950, p. 74.

A partir das várias experiências visitadas, Olinto Oliveira desenvolveu um projeto para um programa nacional de assistência às mães, às crianças e aos jovens. Sugeriu que cada município organizasse "cinco organismos básicos": uma *Junta da Infância*, para velar pelas crianças desvalidas (órfãos, ilegítimos, maltratados), *postos rurais de puericultura, maternidade, parques de recreio*, e a organização de *grupos de escoteiros* (SOUSA, 2000, p. 230).

O Instituto Gonçalense de Amparo à Maternidade e à Infância é representativo dessas propostas. Sua sede situava-se na chácara de Luiz Palmier, no bairro da Brasilândia. Era uma organização privada, dirigida por uma diretoria composta por aqueles que já haviam participado da Associação pró-Hospital, mas que recebia subsídios do poder público municipal e estadual. Tais como os seus congêneres europeus, o IGAMI não desenvolveu atividades estritamente assistencialistas.

Se o centro de puericultura e a maternidade já eram partes constitutivas do Hospital, o IGAMI criou um lactário que distribuía leite, mas também ensinava os cuidados alimentares e higiênicos com as crianças lactantes e com as mães destas.

Desenvolvia também atividades educacionais. Para tanto possuía uma escola. Nela, como nas outras, funcionava um pelotão de saúde destinado a organizar os estudantes nas campanhas de higiene e saneamento. Também ali era um centro de formação moral e cívica das crianças, promovendo os atos cívicos do calendário escolar, mas principalmente introduzindo os estudantes no escotismo. A disciplina, o espírito de grupo, a formação para a solidariedade e a assistência aos necessitados eram aprendizados nucleares do escotismo. Podemos notar a presença constante dos escoteiros nas solenidades públicas do município.

A chácara da Brasilândia ainda tinha uma particularidade: desenvolveu oficinas de trabalho com crianças e jovens. Enquanto uns aprendiam a confeccionar tamancos, outros se preocupavam com o cultivo da horta.

O IGAMI representou a confluência das preocupações com a saúde, a educação e a cultura dos gonçalenses, especialmente as crianças, presentes no projeto Palmier, compartilhado com tantos que ali viveram naquela época.

Memória e identidade

Desde Sapucaia, Luiz Palmier associou sua vida pública – profissional e política – à reflexão intelectual. Nessa cidade, Albertino Palmier, seu irmão, fundou, em 1914, o jornal ***O Sapucaiense*** que contou com a colaboração de Luiz no ano

seguinte[42]. Neste período, o jornal realizou uma campanha em homenagem a um ilustre filho, Maurício de Abreu, que governou o estado do Rio de Janeiro, em finais no século XIX. Em 1915, *O Sapucaiense* lançou uma série de artigos em que traçava a biografia do também médico e ex-presidente do estado. Exortava-se a municipalidade para a construção de um busto, homenageando-o.

Luiz Palmier não se restringiu aos círculos sapucaienses, alçando vôos mais altos no cenário da intelectualidade fluminense. Durante sua formação em Medicina, ainda em 1914, secretariou o *Instituto Histórico do Estado do Rio de Janeiro* (IHGERJ) que completava seu primeiro lustro de existência. Criado em 22 de novembro de 1909, surgiu para suprir a ausência de um espaço congregador de "homens amantes desse torrão esquecido e estudiosos dele" (WERHS, 2002, p. 271-272). Iniciou suas atividades com uma plêiade de homens de letras e políticos que incluíam os ex-presidentes do estado do Rio de Janeiro Quintino Bocaiúva, Alfredo Backer e Nilo Peçanha. Essa agremiação teve vida efêmera, dissolvendo-se em 1918. O período coincidiu com a chegada de Luiz Palmier em São Gonçalo, onde logo se integrou ao *Grêmio Artístico e Literário*, a cuja presidência chegou em novembro de 1919[43].

Essa inserção no ambiente intelectual de São Gonçalo não o fez perder de vista as relações com os homens de letras da capital, Niterói, que buscavam instituir agremiações que se queriam fluminenses. Em 1924 fez parte do grupo que constituiu o Cenáculo Fluminense de História e Letras. No início da década seguinte, em 1931, participou do movimento que fundou, pela primeira vez, a Academia Niteroiense de Letras, instituição que foi refundada em 1943[44]. Sua eleição para a imortalidade nessa casa ocorreu em 23 de março de 1945. Assumindo a cadeira de patronímica Joaquim Manoel de Macedo, Luiz Palmier chegou a dirigir a ANL em 1952.

Ainda em finais de 1952, Palmier foi indicado para dirigir a Comissão Fluminense de Folclore, cargo que ocupou até sua morte em 1955. Substituindo Rubens Falcão, Palmier consolidou essa instituição: ampliou seu número de

42 *O Sapucaiense*. Livro 1, 1914-1915. CLP/ GPHSG -FFP.

43 Palmier foi eleito vice-presidente do Grêmio Artístico Literário em 4 de maio de 1919 e em novembro toma posse, após novo pleito eleitoral, como seu presidente. Cf. "Grêmio Artístico Literário" In: *A Gazeta*, São Gonçalo, n.º 260, 4 mai. 1919, p. 1; "Grêmio Artístico Literário" In: *A Gazeta*, São Gonçalo, n.º 288, 4 mai. 1919, p. 1.

44 A fundação da *Academia Niteroiense de Letras* (ANL) é controvérsia entre seus membros. Em 1931, teria ocorrido uma áspera querela entre o secretário perpétuo da *Academia Fluminense de Letras* (AFL), Lacerda Nogueira, e o diretor do Instituto de Educação de Niterói, Armando Gonçalves. Este, por seu turno, passou a congregar uma plêiade de jovens estudantes, poetas, beletristas, entre eles Raul de Oliveira Rodrigues, Brígido Tinoco, Geraldo Bezerra de Menezes, Myrtharistides Toledo Piza e Francisco Pimentel. Obtiveram apoio de respeitados oradores como D. José Pereira Alves, bispo de Niterói, Carlos Américo Castrioto, o bacharel Telles Barbosa, entre outros. Esse grupo teria organizado a ANL em 1931. Tendo realizado duas ou três reuniões, essa agremiação teria sido desarticulada por Lacerda Nogueira com a eleição de diversos membros desse grupo para a AFL. Em 1943 um grupo de intelectuais reorganizou a ANL. Cf. Wanderlino Teixeira Neto. *Dança das Cadeiras*. História da Academia Niteroiense de Letras. Niterói/Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

participantes, participou de congressos folclóricos, publicou uma revista da agremiação e realizou palestras sobre a temática (cf. FERNANDES, 2004).

Sua participação em agremiações culturais gonçalenses e fluminenses não se restringiu às anteriormente citadas. Durante sua trajetória instituiu ou auxiliou na organização e administração de um sem-número de outras associações culturais. O engajamento nessas instituições conformou a reflexão intelectual por ele desenvolvida. Palmier construiu uma determinada visão sobre a terra fluminense, visão alicerçada por uma certa concepção de história, de tradição e da identidade local.

Os primeiros escritos de que temos conhecimento foram no jornal da família em Sapucaia. Como não eram assinados, não podemos analisar esse primeiro momento da reflexão intelectual. Na década de 1920, localizamos diversos artigos no jornal gonçalense *A Gazeta*. Escrevia sobre as questões que o preocupavam sobre as regiões fluminenses.

Contudo, foi com a publicação de *São Gonçalo. Cinqüentenário. História, Geografia e Estatística* que ganhou renome como historiógrafo da terra fluminense. Em 1940, comemorou-se o aniversário do cinqüentenário da emancipação político-administrativa da cidade de São Gonçalo. Para essas comemorações o médico realizou um amplo levantamento documental e escreveu o primeiro livro que buscava compilar toda a história do município, da colônia até o momento das comemorações. Elaborou uma história da cidade que buscava demarcar e valorizar sua especificidade frente a outras regiões fluminenses, mormente Niterói.

Palmier procurou alinhar uma trajetória que demonstrava o papel desempenhado pela cidade, em tempos pretéritos, para a região fluminense e para o Brasil. Seu intuito, no entanto, era propagandear aquela que era considerada a "Manchester Fluminense", na década de 1940. Historiando a região, objetivava demonstrar que a trajetória histórica tinha reservado um lugar de destaque para São Gonçalo em tempos idos e que o ápice desse desenvolvimento era o momento em que estava escrevendo. Nessa perspectiva de análise, seguia um modelo de história proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que unia dados geográficos e estatísticos para comprovar informações e consolidar a imagem progressista da cidade (PALMIER, 1940).

Da mesma forma passou a historiar outras regiões fluminenses: Rio Bonito, Itaboraí, Sapucaia, Itaverá, São João Marcos etc[45]. Nestes escritos seguia essa mesma diretriz: observar a contribuição especifica daquela região na constituição da terra fluminense e do Brasil.

45 Com a criação do jornal Letras Fluminenses, em 1950, Luiz Palmier ficou responsável pela coluna "Nossa Terra, nossa gente", em que buscava elaborar a história dessas regiões.

As reflexões do médico pressupõem uma íntima relação entre o mais particular e o mais geral: São Gonçalo no contexto fluminense e no nacional, as histórias locais que formam a regional e que são parte da nacional. Essas relações local/regional/nacional também foram as bases do pensamento folclórico e que levam o médico a interessar-se por esse campo de reflexões.

Palmier personificou, como tantos outros de sua geração que viveram a maturidade entre os anos de 1920 e 1950, o intelectual polivalente, homem de letras e de ação, envolvido com a decifração da realidade brasileira. A especificidade de suas produções, contudo, repousou sobre ênfases que particularizaram vivências imediatas, situadas no recorte do local. Para Palmier, a apreensão da memória do vivido, sua materialização na forma de narrativas históricas, o instrumento, por excelência, da construção de identidades e pertencimentos, deveria ser promovido na perspectiva de alcançar o todo – o nacional –, por meio de suas partes constitutivas – o local, o regional. Nesse aspecto, grifou sua assinatura como memorialista, historiador, folclorista e, assim, estabeleceu a marca diferenciadora de sua identidade como intelectual de seu tempo.

Na mesma chave de dimensionar o valor do todo por intermédio das especificidades de suas partes constitutivas, desta feita sob o deslocamento de compreender as relações entre indivíduo e sociedade - leia-se ações individuais/obras sociais - Palmier elaborou também narrativas biográficas de alguns personagens da história local/regional das terras fluminenses: Maurício de Abreu, os Beaurapaire Rohan, Myrtaristides Toledo Pisa, José Matoso Maia.

Fazendo coro com a onda de valorização e expansão das biografias entre os estudos históricos, entre 1930 e 1950 (cf. GONÇALVES, 2009), Luiz Palmier não só apostava no sucesso editorial que o gênero havia adquirido, como, em especial, exemplificava a dimensão pedagógica que as trajetórias individuais guardariam como manancial para a análise das realidades sociais. Assim, entre tantas narrativas, memórias e experiências vividas para registrar, ordenar e monumentalizar, o biográfico se tornará também instrumento de compreensão do local – dimensão privilegiada onde os homens agiam no mundo.

Considerações finais

Esse trabalho pretendeu iluminar dois objetos: a vida de Luiz Palmier e as transformações sofridas pela cidade de São Gonçalo entre os anos 1920 e 1950. Quisemos sublinhar o quanto um está umbilicalmente vinculado ao outro; não é possível desvinculá-los, pensá-los isoladamente. A bem da verdade, a estratégia que assumimos teve como objetivo lançar luz sobre a cidade, a partir da ação pública do nosso biografado.

Palmier foi um intelectual. Pensou sobre o futuro, projetando as suas ações. Refletiu sobre as experiências do passado, elaborando memórias que consolidaram os caminhos vividos e por viver.

Palmier foi um homem de ação. Ajudou a intervir para transformar as condições de vida da população. Atuou politicamente, não apenas porque foi parlamentar, mas, principalmente, porque soube alinhavar pessoas e projetos para a condução de políticas sociais transformadoras do cenário público, espaço de experimentação coletiva.

Palmier foi um homem de seu tempo. Imbuiu-se das inquietudes disseminadas pelos mais diversos intelectuais e movimentos sociais da sua época, para agir, de forma criativa, na sua pequena pátria. Analisar as suas ações permite-nos identificar a interdependência entre os ambientes intelectuais e políticos mais abrangentes, com destaque para a circunscrição do "nacional", e os processos vivenciados em uma localidade específica. Possibilita-nos apreender a especificidade de São Gonçalo no "mundo", sob a ótica de perceber as suas identidades próprias, singulares, ainda que a cidade esteja enredada em um tecido mais vasto que os seus limites territoriais.

Por fim, ressaltamos que a modernidade gonçalense não se circunscreve apenas ao seu desenvolvimento industrial, que lhe forneceu o epíteto, sempre rememorado, de "Manchester Fluminense". A vida de Palmier nos ensinou a deslocar esta ênfase para uma outra característica da modernidade dos anos 1930/40: a constituição de agências estatais, locais, nas áreas de saúde, de educação e de assistência social.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. "Partido Economista do Brasil" e "Partido Economista do Rio de Janeiro". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001.

ABREU, Alzira Alves de Abreu. "União Progressista Fluminense (UPF)". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001.

BOMENY, Helena. "Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, pp. 24-39.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual" In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 130-153.

CARVALHO, Marta Chagas de. *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo: USP, 1986.

CARVALHO, Marta Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Construindo o Folclore Fluminense: Intelectuais, educação e política no Estado do Rio Janeiro (1949-1961)*. [Dissertação de Mestrado] - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. "A reação republicana e a crise política dos anos 20". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, pp. 9-23.HOCHMAN, Gilberto. "Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 40-61.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida; REZNIK, Luis (orgs.). *Guia de fontes para a História de São Gonçalo*. São Gonçalo: UERJ/FFP, 1999.

GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto. 1937-1945*. (Subsídios para a história político administrativa do Estado do Rio). 1950.

HOCHMAN, Gilberto. "A saúde pública em Tempos de Capanema: continuidades e inovações". In: BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice: Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

MACHADO, Fábio Nunes. *A atuação do poder público na construção do espaço urbano gonçalense, entre os anos 1920-1950*. [Monografia de conclusão do curso de graduação] - São Gonçalo: UERJ/FFP, 2002.

PALMIER, Luiz Palmier. *São Gonçalo*. Cinquentenário. História, Geografia, Estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.

PALMIER, Luiz. *Relatório do hospital de São Gonçalo*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1934.

PINTO, João Carlos de Mattos. *As repercussões da revolução de 1930 no Município de São Gonçalo*. [Monografia final de curso] - Curso de História da Faculdade de Formação de professores de São Gonçalo: UERJ/FFP, 1997.

ROLLO, Marcelo Fernandes. *São Gonçalo e as classes conservadoras*. [Monografia final de curso] – Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo: UERJ/FFP São Gonçalo: UERJ/FFP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *A bailarina da morte.* A gripe espanhola no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na Primeira República" In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1968, pp. 162-226.

SOUSA, Cynthia Pereira de. "Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas" In: GOMES, Ângela de Castro Gomes (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TEIXEIRA NETO, Wanderlino. *Dança das Cadeiras.* História da Academia Niteroiense de Letras. Niterói/Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/Livraria Ideal, 2001.

WEHRS, Carlos. *Capítulos da memória niteroiense*. 2ª ed. Niterói: Niterói Livros, 2002.

Recebido em: 18/08/2021
Aprovado em: 01/09/2021

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM VASSOURAS-RJ

Roselene de Cássia Coelho Martins[1]

Resumo

A cidade de Vassouras tem sua história ligada à produção cafeeira do século XIX. A riqueza proporcionada pelo café deixou marcas no Império e na cidade em face. Prova disto são os vestígios desta riqueza em forma de imóveis e monumentos ainda existentes. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, realizada pela autora no ano de 2005, que procurou conhecer um pouco mais da relação afetividade/patrimônio/memória no tocante aos patrimônios tombados pelo IPHAN, em 1957, na cidade de Vassouras.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Vassouras.

Abstract

The city of Vassouras has its history linked to coffee production in the 19th century. The wealth provided by coffee left its marks on the Empire and on the city in front. Proof of this are the vestiges of this wealth in the form of buildings and monuments that still exist. This article presents the results of a research carried out by the author in 2005, which sought to know a little more about the affectivity/heritage/memory relationship with regard to the heritage listed by IPHAN, in 1957, in the city of Vassouras.

Keywords: Heritage; Memory; Vassouras.

A pesquisa que aqui apresento foi realizada no ano de 2005 pela autora deste artigo. Resulta da curiosidade de conhecer o que permeia a memória do vassourense quando este fala de sua cidade, qual seria seu lugar de memória e o que poderia ser considerado como seu patrimônio, independentemente dos vários patrimônios tombados oficialmente nesta cidade. Pus-me a perguntar até que ponto o patrimônio tombado pelo IPHAN na cidade de Vassouras, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1958, seria o patrimônio tombado pelo povo, caso pudesse fazê-lo nos dias de hoje.

Nortearam a pesquisa conceitos, devidamente embricados, sobre cidade, memória e patrimônio e sobre cada um deles teceremos algumas considerações para melhor entendimento da base teórica sobre a qual se teceu a pesquisa.

Sobre a cidade de Vassouras

Vassouras nasceu da concessão das sesmarias de "Vassouras e Rio Bonito" a Luiz Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, em 1782. O povoado

1 Ma. em História Social pela Universidade de Vassouras; Pesquisadora e Educadora da Grifo Arqueologia, Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - IHGRJ, do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV e do Instituto d'Orbigny - IDO.

que se formou às margens da Estrada da Polícia, apesar de pertencer à Vila de Paty de Alferes desde 1820, recebeu os primeiros habitantes, dentre eles famílias oriundas de Minas Gerais, e nestas terras desenvolveram a cafeicultura como principal atividade econômica (DEISTER, 2003).

Os proprietários de terras interessaram-se pelo desenvolvimento da localidade, contrastando com o pouco entusiasmo político que ocorria no desenvolvimento da Vila de Paty de Alferes. Tal contraste fez elevar Vassouras à categoria de Vila, em 1833, não só por sua melhor localização geográfica, próxima à Freguesia de Sacra Família, mas também pelo interesse dos que aqui habitavam (RAPOSO, 1978).

Da construção da capela (hoje Matriz de Nossa Senhora da Conceição), iniciada em 1828, às obras de equipamentos urbanos instalados posteriormente, tais como o pelourinho e a casa de Câmara e Cadeia, documentos comprovam a ação daqueles que futuramente pertenceriam ao quadro da nobreza brasileira com o título de barão e negociantes de café na vida política e econômica da vila.

A prosperidade econômica de Vassouras com o café levou-a a conhecer o glamour de tempos áureos. A riqueza do ouro-verde fez nascer no centro da vila as escolas, pequenas manufaturas, teatro, banco, modistas, atividades desenvolvidas em ruas antigas e que ainda preservam prédios deste tempo; trouxe o trem, políticos de expressão nacional e até Sua Majestade Imperial D. Pedro II em 1848. As benfeitorias públicas resultantes da riqueza proporcionada com a produção e a comercialização do café são conhecidas: dois chafarizes que amenizaram o problema da falta de água na vila, a construção da Igreja Matriz e do Cemitério, a construção do prédio próprio da Câmara e Cadeia, o melhoramento da praça da Concórdia (hoje Barão de Campo Belo), melhoramento da estrada da Polícia e não se pode esquecer a estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde Central do Brasil.

Ao analisarmos todas as condições que concorreram para a elevação de Vassouras à cidade é importante destacar que na execução deste trabalho estava presente a mão-de-obra escrava, portanto merecedora de destaque nesta construção.

A suntuosidade das casas dos barões situados no primitivo núcleo de Vassouras, próximos à Igreja e à estrada da Polícia, deu a Vassouras um aspecto arquitetônico que, em muito, lembra os sobrados mineiros. De fato, famílias mineiras que migraram para esta cidade em busca de novas fontes de riquezas. Estes casarões constituem prova viva da prosperidade econômica trazida pela produção de café a um segmento da sociedade e hoje alguns deles integram

conjunto paisagístico e urbanístico da cidade de Vassouras, tombado pelo IPHAN, processo nº 566 – T – 57, de 1957.

Pode-se dizer que a elevação da vila de Vassouras à categoria de cidade, dentro de 24 anos, nada mais foi do que a confirmação de uma condição promovida pelos principais bens econômicos da época: café e escravos.

Entretanto, já na década de 1860 aparecem os primeiros sinais de que declinava a produção de café e as dificuldades em se obter a mão-de-obra escrava, devido ao seu elevado preço após a Lei Eusébio de Queirós, juntamente a outros fatores que convergiram para o fim do período cafeeiro na região Tentativas de solucionar o problema foram levantadas tais como a introdução da mão-de-obra imigrante sob o sistema de parceria e diversificação de culturas (SOARES, 2003). Até mesmo o símbolo de modernidade, representada pela estrada de ferro, não foi suficientemente eficaz para o retorno da opulência econômica antes verificada.

Ainda em no final do século XIX, o jornal *O Vassourense*, em vários artigos na coluna Agricultura, falava em alternativas ao café. Dentre elas a diversificação de culturas e a criação de gado.

> Os diversos números do jornal que trazem artigos, principalmente na coluna Agricultura, revelam que não só da crise de mão-de-obra vive a decadência da lavoura cafeeira. Os artigos sugerem outros cultivos como o da mandioca, baunilha, inhame, uva, soja, cana-de-açúcar e criação de gado, deixando transparecer que um dos problemas é a falta de diversificação de culturas [...]. (MARTINS, 2008, p.78-79).

Nos primórdios do século XX, criação de gado de corte e leiteiro aliado às poucas manufaturas existentes na cidade parecem ter sido o meio escolhido para iniciar a recuperação econômica do município. Entretanto, não foi a única alternativa. Verifica-se que na periferia da cidade, houve tentativas de incremento a manufaturas diversas, porém de pequeno porte. Fábricas foram abertas: a fábrica têxtil São Luís inaugurada em 1914 e, mais tarde, a fábrica de bonecos de borracha Lanco aberta na década de 1980, localizadas no centro da cidade. As duas, entretanto, não subsistiram.

Pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE, foi possível verificar o rumo tomado pela economia vassourense em meados do século XX. Vassouras tinha como produtos agrícolas a abóbora, banana, abacate, café, milho, além de artefatos de látex, fogos de artifício, armações para guarda-chuvas, leite pasteurizado, manteiga, queijo e requeijão, tecidos, produtos suínos etc. O Dicionário também apresenta como produção industrial a têxtil, a metalúrgica, de alimentação e cerâmica (IBGE, 1956).

Já na Coleção de Monografias do IBGE, por volta de 1969, Vassouras tinha no tomate o principal produto econômico, na frente milho, arroz, feijão, batata (doce e inglesa), alho, cebola, mandioca, amendoim, café e banana, além de diversas outras frutas. Na pecuária, destacava-se o gado bovino, tendo também a criação de suínos, equinos e muares. Destaque para a produção de leite (IBGE, 1969-1970).

Vassouras recebeu grande investimento do espólio de Eufrásia Teixeira Leite, filha de um grande negociante de café de Vassouras, em 1930: uma vultosa herança que se reverteu em benefícios para a comunidade como a construção do Hospital Eufrásia Teixeira Leite, Asilo Barão do Amparo, Museu Casa da Hera, Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite (escola de meninas) e escola profissionalizante para meninos (que se transformou no antigo SENAI, hoje extinto na cidade). Assim, uma pequena parte da fortuna da elite cafeicultora do século XIX seria usufruída pelos mais necessitados.

Soma-se a estas benfeitorias, a instalação da primeira Faculdade de Medicina de Vassouras, e com ela o Hospital Universitário, em meados do século XX, pertencentes à Fundação Educacional Severino Sombra.

Hoje, em destaque, temos o cidadão, o homem comum, aquele que todos os dias realiza, junto à sua comunidade, o trabalho de reconstrução do desenvolvimento da cidade.

Sobre Memória e Patrimônio

Para iniciar o trabalho em questão, não pude deixar de tocar em alguns pontos considerados pertinentes: memórias individuais, coletivas e seus suportes materiais; lugares de memória; patrimônio. São conceitos e discussões que se fazem importantes e contribuem para melhor compreensão do trabalho proposto.

O primeiro ponto refere-se à questão das memórias individuais e coletivas. O grande norteador desta discussão, Maurice Halbwachs, trata a questão a partir de "pontos de referências" (POLLAK, 1989, p. 3-15). Tais pontos desenham-se de forma diferenciada de sociedade para sociedade, configurando-se de forma mental e/ou material, trazendo em si a ideia de pertencimento e, ao mesmo tempo, de diferenciação no âmbito sociocultural. Para Halbwachs, as memórias coletivas são responsáveis não só pela coesão social, como também demonstram o grau de afetividade que envolve a sociedade.

Afonso Carlos Marques dos Santos, baseando-se em Pierre Nora, considera que a memória, independentemente de sua procedência, é uma reconstrução do passado pelo presente vivido, que fica sacralizado por quem o rememora e que não há memória sem a afetividade (SANTOS, 1997).

Portanto, a pergunta que se fez aos entrevistados na pesquisa junto à população da cidade "O que, em Vassouras, lhe traz boas lembranças?" carrega em si o desejo que conhecer onde a afetividade coletiva se evidenciava para que se pudesse chegar ao elo social e à memória dos entrevistados.

A materialização das memórias coletivas insere-se na discussão que fez Le Goff sobre os conceitos de documento e monumento. Tanto documentos quanto monumentos expressam a memória coletiva de uma sociedade. Remontando ao século XIX, documento significava potencialmente textos escritos, de caráter oficial, determinantes de uma esfera de poder. Entretanto, com o advento dos Annales, o conceito de documento alargou-se abrindo um leque de possibilidades para se extrair dali a história de uma sociedade, resultado de uma problemática elaborada pelo historiador a partir do presente vivido. A crítica que se fez ao documento levou à necessidade de se ampliar ainda mais o conceito de documento. Acabou por incorporá-lo ao conceito de monumento (LE GOFF, 1992).

Anteriormente à revolução documental, monumento era o conceito dado às grandes obras arquitetônicas ou esculturas que rememoravam grandes fatos, ou poderiam ser os monumentos funerários que rememoravam determinadas pessoas, ou ainda, no século XIX, foi o termo dado às grandes coleções de documentos. Existe uma interação estabelecida entre documento/monumento e que também passa pela noção de poder, aliás a principal característica do monumento. É tarefa do historiador transformar o documento em monumento a partir de sua recuperação enquanto memória coletiva e, ao mesmo tempo, dando a ele cientificidade, tal como se obtém de um documento.

Ao tratar de memória coletiva ou mesmo individual, Michael Pollak salienta que existem determinados elementos que constituem a memória: os acontecimentos vividos pessoalmente, os vivenciados por determinado grupo e os lugares, ligados a fatos e pessoas. Esses elementos reunidos contribuem para que a memória passe a fazer parte da própria pessoa, tornando-se uma realidade. Esses elementos, segundo Pollak ensejam uma das principais características da memória: ela é seletiva e é também construída. Constrói-se e organiza-se a memória mediante as preocupações pessoais e políticas, engendrando uma organização consciente ou inconsciente (POLLAK, 1992).

A determinação por conhecê-la consiste não só para delimitar as fronteiras da coesão social, mas também para reinterpretar o passado à luz das questões que se travam no presente e para o futuro. Os pontos de referências comuns da coletividade definem o consenso social e, também, os conflitos pessoais e coletivos. O momento conjuntural pelo qual passa determinada sociedade pode trazer à tona os "lugares de memória" dessa sociedade.

Relativo à memória, principalmente coletiva, está a ânsia pelo conhecimento dos lugares onde se escondem as memórias. Há a necessidade de se consagrar os lugares de memória, para que não se percam definitivamente.

São lugares simbólicos. Por isso, podem ser variados conforme a memória da sociedade que quer rememorá-los. Os lugares de memória são sacralizados e, quando necessário, tornam-se documento/monumento. De todos os lugares de memória, a cidade é a que mais oportuniza as sacralizações, dado o conter de seu vasto material de memória coletiva. É na cidade que os lugares de memória encontram suporte para estudos diversos, tal qual a pesquisa em face.

Na esfera citadina, lugar de memória pode ser qualquer coisa: ruas, nomes, placas, espaços de circulação e encontros de pessoas, edificações, traços culturais daquela sociedade que ali se constituiu etc. Os lugares de memória constituem qualquer coisa que rememore histórias de vidas individuais ou coletivas de uma dada sociedade. Basta que se saiba "ler" as informações dadas por ela, tal como um historiador faz com o documento.

Os lugares de memória tornaram-se objeto de estudo objetivando entender o fenômeno da história e da memória como processos culturais interligados em nossa sociedade. Caracterizam-se por serem materiais porque são relativos às pessoas, construções, edificações, acontecimentos; funcionais porque fazem lembrar ao mesmo tempo em que garantem a sua transmissão, de geração a geração; e simbólicos porque carregam significados de acontecimentos, experiências vividas, principalmente de uma minoria, que quer eternizar sua memória temendo perdê-la (NORA, 1993). E quando a produção de lugares de memória se faz sem a intenção de que se torne história, podemos caracterizar os lugares de memória também como lugares de história.

Voltando à cidade, como o lugar com mais chances de abrigar "lugares de memória", torna-se preponderante abordar a questão da sacralização instituída por meios oficiais. Trata-se da instituição do patrimônio.

Sabemos que variam os conceitos de patrimônio, conceitos que já foram devidamente elaborados e discutidos por especialistas. Considerando que patrimônio é aquilo pertencente a alguém ou a um grupo, tendo sido transmitido por herança de geração a geração ou não, o conceito de patrimônio também está relacionado aos conceitos de memória individual e coletiva. Patrimônio e memória encontram-se entrelaçados.

Da mesma forma que a memória, patrimônio envolve um tenso processo selecionando-se aquilo que se quer ver preservado. Entretanto, o entendimento do que é patrimônio varia de sociedade para sociedade, de cultura para cultura. Entretanto, a discussão passa por três conceitos básicos: memória coletiva,

lugares de memória e patrimônio. A plena apreensão destes conceitos se faz necessária para que se tenha a nítida percepção do que se vai preservar como pontos de referência da memória coletiva para instituí-lo, perpetuá-lo definitivamente numa sociedade.

A política de preservação dos diversos patrimônios de uma sociedade, quando observados o imbricamento destes três conceitos, configuram-se no mais democrático exercício de preservação sociocultural. Por patrimônio se concebe o conceito daquilo que o povo considera como seu, inclusive como o seu lugar de memória. Logo é plenamente "legítimo preservar não apenas o lugar onde um ato exemplar do poder tenha se realizado, mas também aquilo que passou a ser de interesse para a memória social" (SANTOS, 1997, p. 25). O que preservar, tombar, sacralizar materialmente, seja qual for o nome a isto dado, perpassa o campo da memória de uma sociedade. Portanto, a identificação e a preservação dos lugares de memória coletiva devem ser respeitadas, pois se referem à identidade de uma sociedade e, também, à sua história.

No entanto, observamos que esta construção é algo recente e que patrimônios foram "sacralizados" sem que tivessem sido instituídos antes pela memória coletiva, portanto sem simbologia coletiva.

Sendo assim, o que preservar, o que tombar? Quais são os lugares de memória coletiva de uma sociedade? Quais são as simbologias ali existentes? Quais lugares de uma cidade revelam os pontos de referência de sua memória afetiva? O que seria hoje tombado pela população da cidade para que ficasse sempre preservado?

Diante dessas indagações utilizei como metodologia para a pesquisa uma só pergunta a fim de obter as respostas a serem analisadas. Na elaboração da indagação, privilegiei o recorte espacial (cidade de Vassouras) e abri o leque do recorte temporal. Na pergunta a ser respondida preocupei-me em estabelecer apenas dois pontos considerados importantes e que deveriam estar relacionados: lembrança e afetividade. Como produto, surgiu a seguinte pergunta:

"*O que, em Vassouras, lhe traz boas lembranças? Por quê?*"

As escolhas feitas não foram mero acaso. Quando restringi a Vassouras, precisava verificar apenas o objeto da minha curiosidade: o que a cidade ofereceu e oferece como suporte de memória a seus habitantes. Quando não favoreci nenhum recorte temporal, visava saber a época que trazia mais recordações para as pessoas, seja no passado distante ou passado recente. Inclusive não restringi o século propositalmente, pois isto permitiria observar se os lugares de memória da população da cidade têm relação com patrimônio do século XIX tombado pelo IPHAN, especificamente pelos imóveis remanescentes. Já a

ligação lembrança e afetividade, me daria a condições de conhecer o que permeia a memória de uma pequena parcela dos moradores de Vassouras e chegar mais próximo à ideia de qual "patrimônio" ficaram instituídos na lembrança e na afetividade.

Estas delineações na formulação da questão a ser levada aos entrevistados, passam também pelas discussões sobre memória e patrimônio, cidade e memória, memória e história.

Elaborada a pergunta, tracei os métodos mais convenientes para atender aos meus objetivos: abordar a maior quantidade de pessoas possível, dentro de um curto período, a fim de esclarecer minhas dúvidas. A população a ser abordada deveria ser a mais diversificada: de diferentes categorias profissionais, segmentos sociais, localizações espaciais dentro dos limites da cidade de Vassouras (bairros e distritos rurais) e de diferentes idades, preferencialmente após a idade de quarenta anos.

Para conseguir o resultado esperado recorri a dois colégios da rede pública estadual de ensino da cidade nos eu quais trabalhava. Os meus alunos seriam os entrevistadores desta pesquisa e para tanto foram orientados no tocante ao trabalho a ser realizado e seus objetivos, aos conceitos, à realização das abordagens, à pergunta, os critérios estabelecidos, observando-se o cuidado que se deve ter com a execução dos métodos de história oral.

Realizadas as entrevistas, computei os resultados e os classifiquei de acordo com a incidência repetitiva das 611 entrevistas individuais obtidas, configurando-se assim, um quadro de amostragem aqui tratados como lugares de memória dos entrevistados.

Faz-se importante frisar que a pesquisa em face revelou apenas uma pequena amostragem do que permeia a memória vassourense, porém suficiente para atender aos meus objetivos.

Resultados da pesquisa

As respostas advindas das entrevistas realizadas resultaram em abordagens muito significativas do simbólico da memória vassourense. O quadro abaixo mostra as respostas mais reincidentes, já classificadas, dentre as várias que foram reveladas.

RESPOSTAS	Citações	Classificação
Cinema	113	1º
Praça Barão de Campo Belo, jardim	73	2º
Maria Fumaça, trenzinho, Motriz, estação de trem, linha de trem	73	2º
Bailes da cidade (aniversário, serestas, show com orquestra)	50	3º

Hospital Eufrásia Teixeira Leite	33	4º
Bailes de carnaval em clubes	28	5º
Festas religiosas (Santa Rita e São Jorge), Igrejas, missas	26	6º
Colégios (Regina Coeli, o mais citado)	24	7º
Fábrica de tecidos São Luiz	19	8º
Casa da Hera	17	9º
Travessuras da infância	16	10º
A tranquilidade da cidade, qualidade de vida	14	11º
Feira	10	12º
Fundação da Universidade, Severino Sombra	9	13º
Campeonatos e jogos de futebol	9	13º
Charretes e carroças	8	14º
Desfiles de 7 de setembro	8	14º
Fábrica de bonecos Lanco	8	14º
Manifestações folclóricas do Eugênio Capute	7	15º
Administração pública melhor	6	16º
Bar do Vicentinho	6	16º
Fazendas (históricas e de familiares)	5	17º
Prefeito Severino Ananias Dias	5	17º
As oportunidades de emprego	4	18º
Casarões	4	18º
Monumentos vassourenses	4	18º
SANDU (posto médico no centro da cidade)	4	18º
Sorveteria Senadinho	4	18º
Asilo Barão do Amparo	3	19º
Carnaval de rua	3	19º
Folia de Reis	3	19º
Outros	15	20º

Não só os lugares de memória, mas também as justificativas são pertinentes ao trabalho que deseja descobrir qual o significado desses lugares de memória para os entrevistados.

A título da preservação da identidade dos entrevistados, utilizaremos apenas as iniciais de seus nomes completos ou apenas citarei as justificativas. Segue abaixo a reprodução de algumas visto o grande quantitativo de respostas. Saliento que as citadas resumem, no geral, o mesmo sentimento das que foram preteridas e não configuram juízo de valor dentre elas. Seguem os três primeiros lugares de memória mais citados pelos entrevistados na pesquisa.

CINEMA

O cinema ao qual os entrevistados se referiram trata-se do Cine Centenário. Constitui o lugar de memória dentro da cidade que mais se fez presente naquele momento. Quando perguntado por que o referido lugar lhe trazia boas lembranças, as respostas, de maneira geral, revelaram ser "um prazer poder ir à praça, com a família e depois ir ao cinema assistir bons filmes"; era o "programa de fim de semana"; o cinema era o "local da paquera da juventude de várias épocas"; "lembra o primeiro namoro, era o local de namoro de casais que ainda permanecem casados ou não"; era uma "boa diversão na cidade"; era o "único programa interessante da cidade, sendo o mais atrativo para os jovens"; cinema era o "local de muita emoção por causa dos filmes"; a "combinação 'cinema, praça e sorveteria' era perfeita, já que se localizavam ao lado um do outro"; onde se "conhecia-se muita gente"; momento em que "todos iam para o cinema e quando acabava o filme, iam para o jardim conversar e se divertir; "o porte arquitetônico do prédio era de uma magnitude esplendorosa"; era o "local de maior movimento à noite"; representava o "ambiente de cultura já que não era comum televisão". Era um "programa saudável, fundamental para a população de Vassouras".

O Cine Centenário, único cinema da cidade a existir no momento da pesquisa, foi aberto no dia 7 de setembro de 1937, segundo o senhor Rubens do Oliveira Jordão, morador do bairro Grecco, de 48 anos. Foi vendido pelo proprietário a uma igreja evangélica na década de 1980. O prédio, assim como todo o entorno do núcleo original da cidade, foi tombado pelo IPHAN em 1957 e, portanto, a fachada e o interior conservam a mesma estrutura e aparência até os dias atuais.

Antigo Cine Centenário e Sorveteria Senadinho.
Fonte: IBGE, Vassouras-RJ. [1969].

Percebeu-se que o cinema era o local de encontro de várias gerações no mesmo espaço, que ali se reuniam com um objetivo comum: encontro e lazer.

Fez-se também perceptível que a proximidade do Cine Centenário à Sorveteria Senadinho (localizados no mesmo prédio) e, ambos, à praça Barão do Campo Belo compunha o principal conjunto de elementos destinados à diversão vassourense, segundo o depoimento dos entrevistados.

PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO OU "JARDIM"

Pelas respostas dos entrevistados, geralmente reduzidas a um ou duas linhas, foi possível apurar que a praça em face lembrava a infância; era o local de recreação dos filhos; representava a lembrança dos tempos de namoro; local de encontro das famílias que lá iam para se reunir, para se distrair; era o local de reunião de jovens após a saída do colégio, onde podiam tocar violão, ouvir música; local onde instalavam a "Perereca", que era uma aparelhagem de som montada para fazer oferecimento de músicas, todo último domingo do mês, assemelhando-se à uma rádio; local onde ocorriam os eventos culturais da cidade, os bailes de carnaval para crianças; era o "point" da cidade, junto com o

cinema e a sorveteria; a sua beleza, a bela paisagem com o chafariz e a igreja no alto servem de cartão postal para a cidade.

O mais marcante observado nas respostas sobre a praça é relação que se fez com a infância, a adolescência e o local onde tudo acontecia: eventos, shows, banda de música, carnaval, recreação da família. Representa um dos espaços que mais congrega os vários segmentos da sociedade, principalmente, quando não há outro meio de lazer mais condizente com os segmentos menos abastados da sociedade.

Mesmo possuindo um parque de exposições chamado de Parque Ecoturístico do Trabalhador, possuindo uma grande área disponível para a grande concentração de pessoas, próxima ao centro da cidade e com várias vias de acesso, parecia ser a praça ainda o "local-referência de concentração" de sua população. Talvez seja o local mais impregnado de memórias, passadas de geração a geração e de maior identificação com o passado histórico da cidade. Lembrando Michael Pollak, constitui uma "memória quase herdada" (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Praça Barão de Campo Belo. Fonte: Vassouras Antiga. [s/d]. Instagran.
OBS: vê-se na lateral direita, o Cine Centenário e a sorveteria Senadinho.
Chama a atenção a denominação "O Jardim" no canto inferior direito.

ESTAÇÃO DE TREM, MARIA FUMAÇA, MOTRIZ, LINHA DE TREM

Observou-se que na memória dos entrevistados vassourenses a época do trem foi a época do "desenvolvimento", da "prosperidade", representando o desenvolvimento da região da sua época. Representava um meio de locomoção "avançado, barato, seguro, viável e divertido" para o povo vassourense. Era um

meio de transporte, para alguns, o "mais barato"; para outros representava a única maneira de fazer turismo, passear pela região pois "só ia até onde o trem ia". Era um atrativo para jovens e adultos; era local de encontro, onde "sentavam na estação para esperar o trem" e "faziam muitas amizades". A beleza da estação "atraída pessoas de fora", "movimentava a cidade", esta ficava mais conhecida, e o "comércio ficava mais barato". Se ainda funcionasse em 2005, seria um "atrativo cultural e turístico para a cidade". Também lembra a infância, pois nela existia um "baleiro onde podiam comprar balas, ver o trem soltar fuligem e ter que sair de perto... uma das melhores coisas".

Interessante notar que a época do trem para os entrevistados estava relacionada a época de progresso. Para a memória recente, a decadência relacionava-se ao fim da circulação da linha de trem ocorrido na década de 1970 e não com o fim da produção do café evidenciado a partir dos meados do século XIX. Mesmo sem o principal produto da região (o café), ainda havia "desenvolvimento" na cidade proporcionado pela estrada de ferro, segundo a senhora M. L., moradora do bairro Matadouro, de 48 anos. Para a senhora R., moradora do bairro Madruga, 47 anos, era "a grande promessa para a cidade".

O que teria sido então este desenvolvimento extinto junto com a linha de trem? A possibilidade de novas oportunidades econômicas? Maior meio de circulação de mercadorias e de pessoas, ou seja, o instrumento que permitia a cidade se integrar com o restante da região e o país? Fato é que na memória dos entrevistados, muito se perdeu com o fim da circulação de trem na cidade: perda social, econômica e até mesmo cultural.

O trem já não passa mais, mas a sua lembrança permanece imortalizada na memória e é sempre reavivada pela presença da estação que ficou. O local faz parte do conjunto dos imóveis pertencentes à Fundação Educacional Severino Sombra e, portanto, encontra-se conservado para tal.

Encontramos pessoas, como a senhora C. L. V., moradora do bairro Santa Terezinha, de 60 anos, que pensavam que a volta do trem "hoje seria um atrativo cultural e turístico" para a cidade. "Seria uma parte do turismo que estaria em alta" na opinião de M. S., moradora do bairro Santa Amália, de 47 anos.

Estação de trem de Vassouras. Fonte: FERREIRA JR, J. Vassouras Antiga. [s/d]. Instagran.

Conclusão

Poderia aqui dissertar sobre todas as justificativas dadas aos demais locais de memória, fatos e eventos citados nas entrevistas. Mas não seria mais um artigo e sim um livro de memórias, ainda que por amostragem.

A pesquisa revelou a intensa identificação que a população tem com o cinema, a praça Barão de Campo Belo e a antiga estação de trem. Estes são lugares de memória mais presentes na totalidade dos entrevistados do município. Chamou a atenção que os três lugares mais citados na memória coletiva dos entrevistados evocam, em comum, local de encontro e lazer de famílias, conhecidos e amigos. É importante destacar que os dois primeiros mais citados permanecem preservados, pois fazem parte do conjunto de bens tombados pelo IPHAN. Porém, já não é mais um cinema e sim uma igreja evangélica, preservada inclusive no seu interior. Quanto à estação de trem, também se encontra preservada pela Fundação Educacional Severino Sombra, onde funcionou por muitos anos como a Presidência da mesma.

Relevante foi constatar que a maior parte dos lugares de memória dos entrevistados não estão relacionados aos prédios do século XIX, tombados pelo IPHAN, tais como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Fórum (que pertenceu ao Barão do Ribeirão e Barão de Cananeia), a casa de Câmara e Cadeia (onde ainda funciona a Câmara Municipal), a Casa do Barão de Vassouras (propriedade particular), a Casa de Cultura, o Asilo Barão do Amparo ou a Casa do Barão de Itambé. Até o Museu Casa de Hera (casa que pertenceu a Eufrásia Teixeira Leite, considerada a maior benemérita da cidade) aberto à visitação, também pouco foi lembrado.

Cinema, Praça Barão de Campo Belo e Estação de Trem: estão aí revelados os principais lugares de memória, pelos aportes teóricos apresentados, eviden-

ciados pela afetividade dos entrevistados. Constituem estes os "patrimônios" de Vassouras eleitos pela memória dos entrevistados e que não estão relacionados à história do café do período imperial brasileiro ou à sua instituição pelo IPHAN, pois estes não foram os argumentos apresentados. As justificativas nos revelam que, no tocante aos três mais citados, há uma grande identificação com os locais que proporcionavam maior sociabilidade entre os membros da comunidade. Portanto, verifica-se que os usos pelos entrevistados geraram afetividade para com o bem e, por conseguinte, ficaram na memória.

Baseando-nos em todo o aporte teórico destacado neste artigo, considero as respostas elencadas pela pesquisa como uma pequena amostra dos lugares de memória dos vassourenses e, por conseguinte, um "patrimônio" a ser considerado pela sociedade e autoridades.

Importante registrar também que a pesquisa, ao contar com a participação dos alunos como "entrevistadores" despertou, através de relatos dos entrevistados, o interesse e o gosto pela disciplina de História, uma vez que através das respostas obtidas conheceram um pouco do passado recente da cidade pelo relato de seus moradores. A História tornou-se próxima a eles e eles à História.

Referências Bibliográficas

FERREIRA JR, J. *Praça Barão de Campo Belo*. [s/d]. Vassouras Antiga. Foto. P&B. Disponível em: http://instagran.com/vassourasantiga?utm_medium=copy_link Acesso em: 23/08/2021.

FERREIRA JR, J. Estação de trem de Vassouras [s/d]. Vassouras Antiga. Foto. Colorida. Disponível em: http://instagran.com/vassourasantiga?utm_medium=copy_link Acesso em: 23/08/2021.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

IBGE. *Cine Centenário*. [1969]. Foto. P&B. In: Vassouras-RJ. Coleção Monografias nº 451. 2ª ed. Rio de Janeiro, Gráfica Fundação IBGE, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n451_vassouras_2ed.pdf. Acesso em: 23/08/2021.

IBGE. Vassouras-RJ. In: *Coleção de Monografias*, nº 451. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Gráfica Fundação IBGE, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/ 113/col_mono_n451_vassouras_2ed.pdf. Acesso em: 23/08/2021

IBGE. Vassouras. In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295 & view=detalhes Acesso em: 23/08/2021.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

MARTINS, Roselene de C. *Colonização e política: debates no final da escravidão.* Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.

NORA, P. "Lugares de memórias". *Projeto História,* São Paulo, 1993.

POLLAK, Michael. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, 1989, p.3-15.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a destruição e preservação: notas para o debate. In: SCHIAVO, Cléa e ZETTEL, Jayme. *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro. Eduerj, 1997.

SOARES, Marcos José Veroneze. *Os barões e a abolição: dificuldades para a adoção do trabalho livre numa região decadente.* 2003. 126 f. (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2003.

Recebido em: 20/03/2021
Aprovado em: 24/05/2021

O MONUMENTO-ALTAR DE SÃO SEBASTIÃO: A SAGA CÍVICO-RELIGIOSA DE UMA DEVOÇÃO

Carlos Augusto Nobre[1]

Resumo

O presente trabalho busca detalhar a história do monumento que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro ofereceu à cidade, em 1965, por ocasião de seu IV Centenário. A maior estátua em granito da cidade é dedicada a São Sebastião – santo que, conforme a narrativa jesuítica, teve contribuição decisiva para a consolidação da cidade. A obra é, de acordo com seus criadores, o primeiro monumento-altar permanente do mundo, emblema criado para a celebração de cerimônias cívicas e religiosas. Embora apresente tantas características únicas e represente um santo extremamente popular, a história do monumento é pouco conhecida e vagamente registrada em livros especializados – o que fez com que toda a pesquisa para o presente trabalho se concentrasse em veículos de imprensa. Trata-se de uma narrativa cheia de contratempos e descaminhos, que estende de 1881 a 1965, envolve três escultores distintos, que optaram por matérias diversas para a mesma imagem (gesso, mármore e granito), cujas obras foram alocadas em três diferentes locais: a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o Museu Histórico da Cidade e a praça pública.

Palavras-chave: Rio de Janeiro/Brasil; História da cidade; São Sebastião; Monumento-altar.

Abstract

The present work seeks to detail the history of the monument that the Historical and Geographic Institute of Rio de Janeiro (IHGRJ) offered to the city, in 1965, due to its IV Centenary. The largest granite statue in the city is dedicated to São Sebastião, which, according to the jesuit narrative, had a decisive contribution to the consolidation of the city. According to its creators, the work is the first permanent monument-altar in the world, an emblem created for the celebration of civic and religious ceremonies. Although it has so many unique characteristics and it represents an extremely popular saint, the monument's history is little known and vaguely recorded in specialized books – which meant that all the research for the present work was concentrated in the press. It is a narrative full of misadventures and misdirections, extending itself from 1881 to 1965. This history involves three different sculptors, who opted for three different materials for the same image (plaster, marble and granite), whose works were allocated in three different locations: the City Council of Rio de Janeiro, the Historical Museum of the City and the public square.

Keywords: Rio de Janeiro/Brazil; City History; Saint Sebastian; Altar-monument.

Introdução

O que contam os santos nas igrejas, de cima de seus altares? Testemunham impassíveis à romaria incessante de fiéis e pedintes; ouvem os sussurros entrecortados das preces e o clamor sincopado das ladainhas; sentem o calor das velas e o fumo dos incensos.

1 Jornalista e produtor cultural, organizador do *Festival do Vale do Café*, dedicado à pesquisa sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

Já os santos das praças narram outra história. Em tempos republicanos, as praças tornam-se espaços cívicos. É o que nos ensina o Monumento-altar de São Sebastião, erguido na praça do Russel, aos pés do Outeiro de Glória, em local onde teria ocorrido a batalha decisiva de Uruçumirim de 1567 que instaurara o domínio colonial português.

A obra foi inaugurada em 1965, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) como forma de celebrar o 4º centenário da Cidade. Em seu pedestal, traz referência em baixo-relevo, baseado em quadro de Carlos Oswald, à Batalha das Canoas, ocorrida em 13 de julho de 1566, quando, em flagrante maioria, franceses e tamoios foram dispersados pela aparição miraculosa de São Sebastião, intercedendo em favor de portugueses e temiminós, conforme narrativas jesuítas. Sob o baixo-relevo, a sentença de Anchieta: "Basta-lhe chamar-se cidade de São Sebastião para ser favorecido do Senhor e merecimentos do Glorioso Mártir".

A homenagem

Por que homenagear um santo em lugar de personagem que pisou em terras brasileiras, como Anchieta ou Nóbrega? Ou ainda por que não homenagear personalidade dissociada da Igreja? A polêmica instalou-se imediatamente, como se observa na manifestação do Clube Positivista:

> Tal iniciativa, além de ferir frontalmente o artigo 31 da Constituição Federal, que veda qualquer subvenção a culto religioso, não tem o real significado que se pretende dar, pois a alegada data de 20 de janeiro, consagrada a São Sebastião nada tem com a fundação da cidade. É uma inverdade histórica e a aceitação do mesmo santo como patrono da cidade é uma instituição posterior, quando a Igreja se achava vinculada oficialmente ao Estado, portanto, uma glorificação incompatível com o nosso regime republicano vigente.[2]

Curiosamente, o Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro havia inicialmente anunciado a ideia de homenagear o Padre Anchieta, jesuíta que participara ativamente da fundação da Cidade. Em 1961, a iniciativa ganhou projeção na manchete do *Correio da Manhã:* "José Anchieta vai ter seu monumento no Rio".

O Jornal *noticiava*:

> O Cardeal Dom Jaime[3] de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, esteve na manhã de ontem no Atelier Zani, a convite do Instituto Histórico da Cida-

2 Fragmento citado da correspondência assinada pelo professor Ruyter Demaria, diretor do Clube Positivista, endereçada ao Governador Carlos Lacerda e ao deputado Arnaldo Nogueira que pretendida aprovar verba de Cr$ 20 milhões da União para o Monumento. *O JORNAL*, Rio de Janeiro, 24 set. 1964, p. 5.

3 Vale observar que, em referência a D. Jaime, a grafia nos jornais da época varia muito.

> de. O cardeal visitou o atelier onde está sendo confeccionado o monumento ao padre José de Anchieta, 'Apóstolo do Brasil' e figura de relevo na fundação desta metrópole, ao lado de Estácio de Sá.

A matéria do *Correio da Manhã* ressalta a "justa homenagem ao imortal e piedoso evangelizador do Brasil, constituindo uma das contribuições do Instituto às comemorações do VI Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro". Destaca a presença no atelier de Ariosto Berna, Nelson Costa, Curcio Zani (sic), "além do escultor Dante", personagens que, como será demonstrado, terão destaque na execução da estátua do São Sebastião.[4]

No ano seguinte, o *Diário Carioca* publica outra reportagem com manchete:

> Rio terá monumento a Anchieta em 1965". "Um grandioso monumento a Anchieta se acha em fase final de construção na Guanabara, para inauguração pelo Instituto Histórico e Geográfico da Cidade em 1965, quando das comemorações do IV centenário da cidade. (...) O monumento, de autoria do escultor Benevenuto Berna, será todo em granito, com linhas grandiosas, em estilo barroco, vendo-se a figura de Anchieta iluminada pela luz do Criador, escrevendo nas areias de Iperoig seu imortal poema à Virgem, que aparece entre as nuvens, abençoando o venerando sacerdote. Na parte posterior, há um grande painel escultural, representado a Confederação dos Tamoios.[5]

A matéria informa ainda que a ideia original ocorrera ao Cardeal D. Sebastião Leme, 37 anos antes, mas que o projeto não fora executado na época "devido aos graves acontecimentos políticos que culminaram com a revolução de 1930".[6] Na foto que ilustra a matéria, pode se Anchieta escrevendo na areia e a Virgem com o menino Jesus – o que atesta que a escultura estava adiantada.

Em 1963,

> Um projeto de lei, concedendo crédito de 10 milhões de cruzeiros destinados à conclusão de um grandioso monumento à Anchieta na cidade do Rio de Janeiro, foi apresentado ao Legislativo carioca" (...) "Para se ter ideia da grandiosidade do monumento ora em execução no atelier do escultor Zani, basta que se diga que o mesmo, depois de pronto, será dez vezes maior do que a estátua do próprio Anchieta existente na Praça da Sé, na capital bandeirante e inaugurada por ocasião do IV Centenário de São Paulo, em 1554". "O atual empreendimento está a cargo do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro...[7]

4 *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, domingo, 29 out. 1961, p. 14.

5 *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, terça-feira, 25 dez. 1962, p. 5.

6 *Ibidem*.

7 *Idem*, domingo, 23 jul. 1963, p. 3.

A ainda nesse mesmo ano, o presidente do IHGRJ deixa de mencionar o monumento:

> Com a presença de autoridade civis, militares e eclesiásticas, bem como colegiais e populares, realizou-se sábado passado, pela manhã, na Cinelândia, significativa homenagem póstuma a Anchieta, comemorativa da passagem do 397 aniversário de morte do grande Apóstolo do Brasil cuja a canonização está sendo esperada para 1965, ao ensejo dos festejos do IV centenário [...] Usaram da palavra o Sr. Paulo Filho, presidente do IHGCRJ, que disse do significado da data e das virtudes do imortal catequista [...].[8]

Não é realizada nenhuma menção ao monumento ao jesuíta.

Por alguma razão, a celebração da memória do santo padroeiro parece ter se imposto à memória do jesuíta. Em 1964, ao informar que a homenagem a São Sebastião, o "Altar-monumento carioca será único no mundo", o *Diário de Notícias*[9] publica a maquete e afirma que o valor excedente ao gasto, "o saldo será destinado ao Monumento de Anchieta e à construção da Catedral de São Sebastião".

Pelo menos, até este instante, o monumento a Anchieta não havia sido esquecido. Mas por alguma razão o Monumento a São Sebastião é priorizada.

Em dezembro do mesmo ano, lê-se que

> O presidente da Comissão Especial do IV Centenário da Assembleia Legislativa, deputado Levy Neves (PSP), informou que está em entendimentos com o Instituto Geográfico e Histórico do Rio de Janeiro para a colocação em praça pública do monumento a Anchieta que já se encontra fundido em bronze, de grande porte.[10]

O fato é que entre 1963 e 1964, Anchieta é substituído por São Sebastião, ainda que o primeiro tenha sido figura histórica atuante na cidade, a quem inclusive se atribui a fundação da Santa Casa de Misericórdia.

São Sebastião, no entanto, também sempre esteve conectado à história do Rio de Janeiro. Prova disso é que se festejava o aniversário da cidade no dia São Sebastião até 1956, mesmo sabendo-se que a data da fundação era outra. Em 1957, o *Diário Carioca* registra que

> […] pela primeira vez, as comemorações do aniversário da fundação da Cidade do Rio de Janeiro, que neste ano completa 390 anos, serão realizadas na data mesmo da fundação: 1º de março. Isto, no entanto, em nada irá alterar,

8 *A Noite*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 10 jun. 1963, 1ª p.

9 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, sábado, 13 jun. 1964, p. 7.

10 *Correio da Manhã*, sábado, 05 dez. 1964, p. 2.

> nos anos vindouros, os festejos do dia 20 de janeiro pois que a data é consagrada a São Sebastião, o padroeiro da cidade.[11]

Por sua miraculosa intervenção bélica na Batalha das Canoas (13/07/1566) ou porque os portugueses, em sinal de fé no glorioso mártir, optaram pelo seu dia para realização do combate decisivo de Uruçumirim que concretizou a expulsão definitiva dos franceses (20/01/1567) ou ainda por ser este o nome do rei português à época da fundação da urbe carioca, o Rio de Janeiro será sempre a cidade de São Sebastião.

Como ressalta Sérgio Buarque de Holanda (1969, p. 126), trata-se de um dos raros "motivos sobrenaturais de fundo piedoso" tão abundantes nas Índias de Castela, onde Santiago participa de onze batalhas contra os índios e a Virgem Maria intercede em seis. Caso raro, entre nós. Talvez por isso, digno de ser prestigiado.

TIPOLOGIA E ESTILO

Considerado por seus realizadores o primeiro Monumento-altar do mundo[12], São Sebastião em praça pública testemunha o diálogo entre o religioso e cívico, atestando uma difusa (e intencional) relação entre Estado e Igreja, sagrado e bélico, convicção íntima e dimensão pública. Insere-se dentro de uma tradição que visa afirmar a força da cristandade no cerne da sociedade brasileira, desde inciativas como Cristo Redentor (1931).

No mesmo período, outras iniciativas exemplificam intenção similar: o altar provisório do Congresso Eucarístico, o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra e o Monumento a São Cristóvão.

Erigido em 1955, também na Glória, o altar-monumento do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, ainda que provisório, causou grande impacto.

> O genial arquiteto Lúcio Costa e sua equipe, tendo à frente o arquiteto Alcides Rocha Miranda, foram responsáveis pela maravilhosa concepção e realização do Altar Monumento. E, como muito já se tem dito, a ideia de jogar a vela de uma caravela do Século XVI ao lado de uma construção moderna que se assemelhava à asa de um avião, foi objeto dos mais calorosos aplausos e comentários fervorosos.[13]

Na criação de Lúcio Costa há a busca consciente em unir o sagrado (espaço para realização de cerimônias religiosas) ao histórico (caravela) e ao contempo-

11 *Diário carioca*, Rio de Janeiro, domingo, 24 fev. 1957, 1ª p.

12 "Altar-monumento carioca será único no mundo". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, sábado, 13 jun. 1964, p. 7, p. 7; "Monumento-altar – o primeiro que se constrói no mundo inteiro – *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, sábado, 10 abr. 1965, p. 5.

13 *Última Hora*, Rio de Janeiro, terça-feira, 26 jul. 1955, p. 4, 2º caderno.

râneo (avião). E, novamente, o evento aponta para a conciliação difusa entre o estado e a igreja: "Nunca, no Brasil, a nação – por meio de seus representantes oficiais – esteve tão presente a uma festa de caráter religioso, como neste XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, considerando-se, principalmente, a separação da Igreja do Estado".[14]

Outra iniciativa então recente, e instalada muito próxima ao São Sebastião do Russel, era o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra, inaugurado em 5 de agosto de 1960[15] e *sacralizado* em 22 de dezembro do mesmo ano, quando foram trasladadas 446 urnas funerárias desde o "saguão do Palácio Tiradentes, onde estavam, há dois dias, até o Monumento no aterro da Glória".[16]

Em seu subsolo, localiza-se um cemitério dedicado à memória dos 455 soldados brasileiros que tombaram na defesa da democracia – o que confere ao conjunto o sentido de quase originário dos monumentos, como mementos funerários.

A pira permanentemente acesa, ao alto da escadaria monumental, entre um par de colunas de concreto aparente, garante ao conjunto uma configuração de altar. E, de fato, em diferentes ocasiões, o monumento é recorrente altar para missas campais.[17]

A mesma associação entre religioso e histórico está presente na concepção do monumento à São Cristóvão, no Trevo das Margaridas, onde a rodovia presidente Dutra cruza com a avenida Brasil, na altura do bairro de Irajá.

A obra foi inaugurada em 1966, a 28 de setembro, como o "'primeiro monumento erguido no mundo ao motorista que transporta o progresso em seu caminhão. O monumento mede 20 metros de altura e agasalha uma imagem de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas, em bronze, medindo três. Monumento e imagem são de autoria do escultor Sergio Bertoni.[18]

A solução tipológica de monumento-altar parece, portanto, se instaurar assim sob a marca da arquitetura modernista.

Mas a proposta da conformação do monumento a São Sebastião, ao contrário do que se pode pensar, não foi da Igreja, tendo sido, no entanto, bem acolhida pelo Cardeal: "Sua Eminência o Cardeal D. Jayme[19] Câmara concordou e ficou fortemente impressionado com a maquete do trabalho em tela e entu-

14 *Ibidem*.

15 *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, sábado, 06 ago. 1960, 1ª p.

16 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 23 dez. 1960, 1ª p.

17 Vd. *Idem*, sábado, 10 dez. 1960, p. 3; *Última Hora*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 07 maio 1962, p. 4, 2º caderno.

18 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, sábado, 24 set. 1966, p. 9.

19 Vale observar que, em referência a D. Jayme, a grafia varia muitas vezes em diferentes artigos.

siasmou-se, aprovando a ideia do Sr. Curzio Zani, em aproveitar o pedestal da mesma estátua como "altar" para celebração de cerimônias ou sejam missas e outros atos litúrgicos" (FONTES, 2001, p. 46).[20]

Tem-se aqui, portanto, o autor da ideia.

Há ainda um detalhe que distancia o monumento-altar de São Sebastião dos demais. Tanto o altar-monumento provisório do Congresso Eucarístico (Lúcio Costa e Burle Marx – jardins e decorações florais) quanto no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra (Marcos Konder Filho e Hélio Ribas) consagram a estética modernista, tendo sido criados por próceres do movimento.

> Encontramos, em meio a prelados estrangeiros, principalmente aos de mais idade, um grande espanto diante da simplicidade e imponência de linhas, ao mesmo tempo que funcionava em seus melhores detalhes, como por exemplo, a sala de repouso dos Cardeais, com seus móveis antigos e modernos, suas flores em arranjo de Burle Marx e a imponente Santa Cecília de Portinaria (sic) (...) Um Bispo Argentino, verdadeiramente estarrecido declarou-nos: – Este Altar me reconciliou definitivamente com a arte moderna.[21]

Mesmo Sergio Bertoni, no Trevo das Margaridas, encapsula seu São Cristóvão tradicional em um obelisco concretista.

Ao contrário dos demais monumentos citados, de acordo com O Jornal, o "Cardeal recomenda que imagem de S. Sebastião fuja ao estilo moderno"[22]. Dom Jaime de Barros Câmara solicitou "muito cuidado", "mostrou-se apreensivo com relação aos artistas modernos, e pediu que na estátua sejam respeitados os traços fisionômicos do santo". "Disse que às vezes acha a arte moderna muito bonita mesmo, mas teme que a estátua não se identifique com São Sebastião, se não for feita com muita cautela. Quer que a perfeição seja absoluta".[23]

Curiosamente, dois anos antes. Bruno Giorgi havia realizado empreitada de traços modernistas no Tenerife, justamente em homenagem a Anchieta:

> Situado num dos recantos mais centrais e bonitos da ilha, o Anchieta de bronze representa ao mesmo tempo algo da boa escultura brasileira. Com seis metros de altura, e a força dinâmica de seu movimento, domina a paisagem e recorda o catequizador do Brasil.[24]

---

20 À página 46, consta fac-símile de correspondência em papel timbrado, enviada no dia 3 de janeiro de 1962 ao autor do livro pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sr. M. Paulo Filho. Não há menção a uma editora, mas em "explicação indispensável", encarte avulso menciona-se a FTT Studio Gráfico.

21 *Última Hora,* Rio de Janeiro, terça-feira, 26 jul. 1955, página 4, 2º caderno.

22 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 maio 1962, 1ª p.

23 *Ibidem*.

24 Leitura – *A revista dos Melhores Escritores*, Ano XIX, n. 42, Rio de Janeiro, dez. 1960, p. 55.

> O padre José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil, teve o seu monumento inaugurado, no mês passado, na Ilha de Tenerife, onde nasceu a 19 de março de 1534. [...] De impressionante concepção plástica [...] o trabalho de Bruno Giorgio (sic), que se impõe como uma obra escultórica de admirável modernidade, mede 5 metros de altura, foi fundindo em bronze e encontra-se agora na praça Brasil, na cidade de La Laguna.[25]

O próprio IAB, à época presidido por Maurício Roberto, outro ícone do modernismo, se prontifica a ajudar, talvez por temer que a obra não tenha, como mencionado acima, "algo da boa escultura brasileira". Em artigo no *Jornal do Brasil*, Ferreira Gullar, saúda a atitude:

> Não se deve, de antemão, julgar a iniciativa do IHG, que bem pode adotar uma orientação certa. Não obstante, o assunto diz respeito diretamente aos arquitetos, uma vez que envolve questões de natureza urbanística, arquitetônica e estética, como acentua o ofício do IAB. Iniciativas como do IHG são respeitáveis, mas não podem prescindir da colaboração de outros setores interessados na Cidade, na feição estética, no seu funcionamento etc.[26]

A seguir, a carta do IAB é publicada na íntegra por Gullar e conclui: "o único objetivo que move os arquitetos neste assunto é colaborar no sentido de que a Cidade seja dotada de mais um monumento realmente digno deste nome e que bem se enquadre na beleza natural, na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro".[27]

Requer-se, portanto, que o memorável tenha valor arquitetônico. Pertence mais à seara do arquiteto e do urbanista, do que ao artista ou ao historiador. Foi justamente essa visão modernista de monumento, com o memorável com carga estética e urbanística, que legitimou a destruição de patrimônios históricos que, no entanto, "careciam de valor" ou "traduziam pouca inovação arquitetônica", como o Palácio Monroe e o Solar Mojope. Por detrás dessa delimitação conceitual, existe mesmo o debate sobre o que é *memorável* para a sociedade. Questão importante que persiste atualmente.

Assim, para os que defendem a visão do Cardeal, será preciso determinar uma estratégia para assegurar os traços acadêmicos de São Sebastião – o caminho mais indicado parece, portanto, reproduzir a solução de um escultor reconhecido: Chaves Pinehrio.

Talvez este conjunto de dubiedades (quanto à figura homenageada, à tipologia e ao estilo) seja responsável pelo relativo silêncio sobre o São Sebastião do

25 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1960, p. 8.

26 *Jornal do Brasil*, sexta-feira, 10 ago. 1962, Caderno B, p. 4.

27 *Ibidem*.

Russel. Porque, afinal, muito pouco se sabe ou se divulga sobre o monumento--altar.

A (des)Memória do Monumento

Apesar de transcorridas pouco mais de cinco décadas de sua inauguração, a memória do Monumento-Altar é tão exígua quanto confusa.

Publicações minuciosas sobre os monumentos cariocas têm vindo à luz sem, contudo, examinar em detalhes este São Sebastião.[28]

Para umas, o monumento-altar é de argamassa. Segundo outras, de granito. De acordo com algumas, o autor é o escultor Dante Croce ou Dante Grosi. Outras elencam Dante Croce, Curzio Zani e Arnaldo Valilo – ou Valillo.[29]

Duas publicações apenas mencionam a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Apesar de unânimes em relação ao ano de inauguração da obra (1965), apenas uma publicação relaciona o monumento à comemoração dos 400 anos da cidade.

Nenhum texto cita sua característica de *monumento-altar* que, ainda de acordo com uma publicação, trata-se de um chafariz – o que indica o equipamento de água que cerca a estátua e completa o conjunto monumental, acrescido em 1 de julho de 1972, para "evitar que os fiéis acendam velas ao seu redor".[30]

Como se vê, as referências são imprecisas. No site da prefeitura, em matéria publicada a 19 de janeiro de 2012, com o título "Monumento a Sebastião recebe limpeza e reparos", descobre-se que o monumento *de argamassa*, é um trabalho do escultor Dante Crocce, idealizado por Chaves Pinheiro e foi inaugurado em 21 de agosto de 1965.[31]

Ainda que a estátua não seja de argamassa, a prefeitura lança, através do site, um novo enigma: como o monumento idealizado por Chaves Pinheiro (1822-1884) foi concretizado 81 anos após a morte do escultor?

A primeira consulta à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional oferece uma trilha à pesquisa. De acordo com o Correio da Manhã, o monumento-altar

28 Foram consultadas as seguintes publicações: MORAIS, 1999, p. 61; LODI, 2008; AINBINDER, 2010. 12ª página não numerada do *Inventário*; PAMPLONA, 2015, p. 315; BUENO, 2015; BUENO e DIAS, 2015, p. 121.

29 Mesmo nos artigos contemporâneos ao monumento a grafia de Valilo é incerta.

30 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, domingo, 2 de julho de 1972, página 55.

31 Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=2486701. Acesso, pela última vez, em: 06 nov. 2012.

"foi copiado por Dante Croce, da imagem de Chaves Pinheiro que se encontra na Assembleia Legislativa (a estátua original está no Museu Histórico)".[32]

Se havia, portanto, uma relação entre o monumento do Russel e Chaves Pinheiro, cumpria descobrir a imagem original.

A primeira empreitada foi procurá-la no Museu Histórico Nacional –, ação para o qual não faltou a contribuição entusiástica e devota do presidente da instituição à época, Professor Paulo Knauss.

Verificou-se que, no acervo do Museu Histórico Nacional, havia um conjunto de peças atribuído a Chaves Pinheiro, em que se incluía uma imagem de São Sebastião que, no entanto, não guardava semelhanças com a imagem do Russel.

A pesquisa então direcionou-se a Francisco Manoel Chaves Pinheiro, artista fundamental na história da escultura brasileira.[33]

Depois de muitos descaminhos, alguma frustração, coube à intuição somente a hipótese de que a matéria consultada no Correio da Manhã não estivesse errada, mas imprecisa: talvez, ao mencionar o Museu Histórico, se referisse em lugar do Museu Histórico Nacional ao Museu Histórico da Cidade – que estava temporariamente fechado para obras.

No catálogo digital do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro (MHCRJ) consta uma imagem de São Sebastião de 37,5 cm de altura, do século XIX, proveniente de Minas[34], além do belo quadro de autoria de Oswaldo Teixeira, de 220 x 160 cm, representando o santo com a enseada de Botafogo e o morro do Pão-de-açúcar ao fundo.[35] De todo modo, não havia nenhuma referência ao escultor Chaves Pinheiro.

---

32 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1965, p. 5.

33 De acordo com Adolfo Morales de Los Rios Filho: "Professor de Estatuária, consagrado artista nacional, autor de obras do porte: das estátuas de Manuel Buarque de Macedo, de João Caetano dos Santos, de D. Pedro II (uma pedestre e outra equestre), de D. Pedro I e de José Bonifácio de Andrada (estas duas ligeiramente modificadas e usurpadas por Louis Rochet); dos bustos de Louis Rochet, Barão do Lavradio, Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos e Drs. Dias da Cruz e Pereira Rego. Dos seus discípulos, dois chegaram a ser notáveis: Rodolfo Bernardelli e Cândido Caetano de Almeida Reis". MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1941, p. 186. O texto desperta maior interesse porque como se vê, na opinião de Morales, Chaves Pinheiro teria tido contribuição decisiva na confecção das duas primeiras estátuas erigidas em espaço público no Brasil "usurpadas" por Louis Rochet: estátua equestre de Pedro I (1862) e Monumento à José Bonifácio (1872). Fato ou não, Chaves Pinheiro foi autor da Alegoria do Império brasileiro (MNBA) que mereceria um estudo detalhado e, como dito acima, da monumental estátua equestre de Pedro II, esta sim, no Museu Histórico Nacional. Por estas obras já mereceria a reverência absoluta da arte nacional.

34 Disponível em: http://museudacidadedorio.com.br/pt-br/content/s%C3%A9culo-xix#107. Acesso em: 7 nov. 2020.

35 Disponível em: http://museudacidadedorio.com.br/pt-br/content/s%C3%A3o-sebasti%C3%A3o. Acesso em: 7 nov. 2020.

Graças a nova intervenção encorajadora do Prof. Paulo Knauss foi possível descobrir, com a colaboração da Gerente de Museus da Secretaria Municipal de Cultural, Prof. Heloisa Helena Queiroz, que de fato havia um outro São Sebastião no MHC e agendar, no intervalo próximo de algumas semanas, a visita de reconhecimento à instituição.

Enquanto o *encontro* não chegava, valia recorrer à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional na tentativa de aquinhoar o maior número de pistas e informações sobre o possível São Sebastião de Chaves Pinheiro.

São Sebastião em Gesso

A imprensa revela que no ano em que completou 30 anos de magistério[36], Chaves Pinheiro estaria, em dezembro de 1880, concluindo "a estátua de S. Sebastião, em gesso, encomendada por alguns cavalheiros desta corte. Se não fossem a devoção e a vaidade, o que seria da arte!".[37]

O mesmo jornal, *Gazeta da Tarde*, informa poucas semanas depois que a dita imagem de S. Sebastião "pertence aos novos vereadores da Câmara Municipal, que a pretendem colocar no salão de entrada do novo paço Municipal".[38]

Em junho de 1881, o Imperador apreciou, ao visitar a *Academia das bellas-artes*, a estátua de S. Sebastião, "um dos mais bonitos e bem-acabados trabalhos do professor Chaves Pinheiro, e que tem de servir de modelo para a imagem em mármore ou bronze, encomendada pela Ilustríssima Câmara Municipal para um dos salões do paço que está sendo construído à praça da Acclamação".[39]

O novo paço da cidade, inaugurou-se no atual Campo de Santana (praça da Acclamação) à 2 de dezembro de 1882 e foi demolido em abril de 1944[40] para a passagem da Avenida Presidente Vargas.

De acordo com artigo no *Jornal do Comercio* de 1882, que detalha a arquitetura da Câmara, sabe-se que:

> No primeiro patamar da escada há um nicho dentro do qual se vê a Imagem do mártir S. Sebastião, padroeiro do Rio de janeiro. A estátua, demasiadamente grande para o nicho, fica como que enterrada, sobretudo quando à vista do

36 *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, sábado 22 out. 1880, p. 3. O jornal publica matéria celebrando o dia em que Chaves Pinheiro celebra 30 anos de magistério.

37 *Idem*, quinta-feira 16 dez. 1880, p. 3.

38 *Idem*, sexta-feira, 7 jan. 1881, p. 2.

39 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, terça-feira, 14 jun. 1881, 1ª p.

40 Disponível em: https://reficio.cloud/governo/restier-goncalves-paco-municipal-da-cidade-de-sao-sebastiao--do-rio-de-janeiro/ texto de Aureliano Restier. Acesso, pela última vez, em: 25 jan. 2021.

> princípio da escada. Esta escultura, trabalho do Sr. Chaves Pinheiro, realçaria mais se tivesse nicho de dimensões apropriadas"[41].

Em *Brazil Ilustrado*, o comentário, anotado em 1877, revelava um tom mais crítico em relação à posição da imagem no prédio municipal: "No primeiro patamar dessa escada há um nicho, um tanto acanhado aliás, para a imagem que nele se vê, de S. Sebastião, o padroeiro da cidade".[42]

A desproporção não se justificava, considerando que a imagem havia sido entregue um ano antes da conclusão das obras do edifício que se estenderam por pouco mais de 12 anos. Chaves Pinheiro também teve participação na decoração do Paço Municipal, tendo realizado as molduras decorativas em duas fachadas, assim como o frontão da face da rua de São Pedro.

A imagem de São Sebastião foi cuidadosamente esboçada e detalhadamente planejada por Chaves Pinheiro, que realizara inclusive croquis, posteriormente doados a Carlos Augusto Nascimento Silva[43], engenheiro da Diretoria de Obras Municipais. Mas obra não mereceu a mesma atenção por parte dos representantes da municipalidade.

Em agosto de 1881, o artista iniciou uma verdadeira cruzada para "ser a referida estátua recebida, e recompensado seu trabalho com retribuição condigna"[44]. Seu primeiro, de muitos requerimentos, foi indeferido com a justificativa intrigante: "Entendemos que não tendo sido autorizada pela câmara, e não havendo verba para esse fim, não pode ser atendido o peticionário".[45]

Em resposta, o vereador J. Ferreira Nobre que, então, presidia a Câmara esclareceu:

> Animei o artista a executar um modelo e oferecê-lo à Ilma. Câmara, que, o julgando digno de atenção, naturalmente o aceitaria. [...] E, se o animei a isso foi porque entendi que a Ilma. Câmara preferiria patrioticamente um trabalho artístico e nacional a qualquer dessas obras mal acabadas que importamos do estrangeiro. [...] À vista do que ora expendo está a Ilma. Câmara inteirada da razão por que o Sr. Comendador Chaves Pinheiro fez a oferta e do animo com que o levei a executar o trabalho em que consumiu cerca de oito meses e que tem mérito artístico; sendo que esse artista é um respeitável professor da Academia das Belas-Artes encanecido no ofício de ensinar, e pobre" [...] Propo-

41 *Idem*, domingo 3 dez. 1882, p. 2.

42 *Brazil Illustrado*: Archivo de Conhecimento Úteis, ano I, ed. 10, 1887, p. 151.

43 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 22 fev. 1883, p. 2.

44 *Idem*, sexta-feira, 5 ago. 1881, p. 3.

45 *Idem*, sábado, 20 ago. 1881, p. 2.

> nho que se mande proceder a exame no referido modelo e, se ele for achado digno de ser aceito, a Ilma. Câmara faça em tempo útil aquisição do mesmo"[46].

Segundo a imprensa, em 18 de janeiro[47] e 19 de fevereiro[48] de 1883, Chaves Pinheiro apresentou requerimentos para receber o valor devido. Em data posterior, dois pareceristas discutiram o tema a fundo e, após citarem Rafael e Michelangelo, concluíram:

> Mártir, o padroeiro escreveu com seu sangue a página mais brilhante de uma vida que transpôs à imortalidade; o gesso, pois, é substância vil para fazer exaltar a sua heroicidade. O mármore e o bronze sim, porque são os protestos vivos, os testemunhos perduráveis e eloquentes com que a humanidade sagra os feitos de seus heróis. [...] Não sendo a comissão competente para dar juízo sobre o modelo, é de parecer, que se nomeie uma comissão de artistas, que o examinem e sobre ele formulem o seu juízo profissional, reservando esta Ilma. Câmara o direito de deliberar afinal como entender.[49]

Isto é: a comissão demandou a nomeação de outra comissão! E o fez a despeito do então ex-presidente da Ilustríssima Câmara, José Ferreira Nobre, ter feito publicar no "A Pedidos", de *A Folha Nova*:

> Cremos poder asseverar que não há burgo podre no interior d'este país, nem mesmo na Beócia, em que um semelhante parecer não fosse abafado pelas mais estridentes gargalhadas, à leitura de cada tópico" [...] "O que cumpre fazer, Sr. Dr. Ferraz, é honrando a arte nacional e as boas intenções da passada administração, mandar pagar ao distinto professor o valor da estátua que a Câmara recebeu e que guarda em si. Paguem o que compraram e não procurem subterfúgios por meio de insinuações malévolas [...] pague o preço ajustado e não suponha que a coarctada de ignorância possa aproveitar o devedor.[50]

Mas o escultor enfrentara além do descrédito político, a oposição estética. Na *Gazeta de Notícias*, lê-se a seguinte apreciação crítica:

> Um S. Sebastião bonitinho, de salão, acabado cuidadosamente, é certo, mas sem a menor ousadia da concepção. Um mártir que parece mais preocupar-se com a figura que lhe cumpre fazer aos olhos dos visitantes da festa da Sociedade Propagadora, do que com as dores que deveriam fazê-lo estorcer-se em angústias.[51]

---

46 *Idem*, domingo, 4 set. 1881, 1ª p.

47 *Idem*, terça-feira, 20 fev. 1883, 1ª p.

48 *Idem*, terça-feira, 13 mar. 1883, p. 2.

49 *Ibidem*.

50 *A Folha Nova*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 22 fev. 1883, p. 3.

51 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 6 abr. 1882, p. 2.

O mesmo ponto de vista é acompanhado por outro comentário publicado na *Revista Illustrada*:

> O Sr. Chaves Pinheiro expôs uma estátua – S. Sebastião – na qual admira-se a habilidade que tem esse apreciável escultor em acabar perfeitamente os seus trabalhos. Vê-se que um pé é um pé, tem as suas cinco unhas, e muito bem feitinhas; o mesmo direi das pernas, do torso, dos braços, da cara e até da árvore, na qual está amarrado o Santo. O Sr. Chaves Pinheiro deve estar satisfeito com esse trabalho que tão conscienciosamente executou. É um trabalho completo: nada lhe falta. No entanto, vejam como são as cousas!... Para mim falta tudo, falta o mais importante, falta 'aquilo'; aquilo que não se ensina, mas 'aquilo' que se sente. Aquilo que separa o simples artista hábil do grande artista genial; aquilo que se chama a centelha, a inspiração, o fogo sagrado. O Bernardelli é quem nos mostrará um dia, tudo isso esculpido no mármore.[52]

Há que se recordar que a criação artística de Chaves Pinheiro se insere em uma época de mudanças estéticas que buscam ultrapassar os rígidos padrões da arte de tradição acadêmica para valorizar a individualidade autoral e a expressividade das formas. A versão escultórica do Santo elaborada por Chaves Pinheiro era mais a de um herói impávido que a de um agonizante mártir, como aliás também é a famosa imagem de "São Sebastião dos quatro palmos"[53] trazida por Estácio de Sá.

Gonzaga Duque, o mais conhecido crítico de arte do fim do século XIX no Brasil, comentou ainda em artigo publicado na Gazetinha:

> Finalmente, o S. Sebastião, exposto atualmente na Exposição do Liceu. É um boneco frouxamente atado a um tronco, cravado de pequenas setas delicadas. Além de faltar a musculatura forte, bonita, dos tipos antigos, falta-lhe a mistificação dos mártires. É um assunto, como concepção, já batido, muito usado, não próprio de um mestre.[54]

E a mesma publicação, em edição posterior, troça:

> Saíste de um figurino
> Pouco são, Sebastião
> Ou mártir ou dançarino,
> Saíste de um figurino.
> Por ter cinzel pequenino
> Chaves Pinheiro, na mão,

52 *Revista Illustrada*, ano 7, n. 294, p. 6, Rio de Janeiro, 1882.

53 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 jan. 1965, 1ª p. Onde se vê multidão atrás do São Sebastião "dos quatro palmos".

54 *Gazetinha*, ano I, n. 70, p. 3, Rio de Janeiro, segunda e terça feira, 27 e 28 mar. 1882, p. 3.

Saíste de um figurino
Pouco são, Sebastião! [55]

Em maio de 1883, Chaves Pinheiro – vitimado pela burocracia e pela crítica – indica o seu árbitro para a demanda do Paço: Bittencourt da Silva, renomado arquiteto, discípulo de Grandjean de Montigny, fundador da Sociedade Propagadora das Belas Artes, e solicita que a câmara designe um seu representante[56]. Não há registro da escolha da Câmara ou se os vereadores acataram o parecer do Bittencourt da Silva... tampouco encontra-se na imprensa do parecer em si.

Mas, finalmente, em 11 de junho de 1884, a vereança expede decisão entendendo "que aos abaixo assinados se paguem as contas de que são credores desta câmara"[57] e quita o valor com Chaves Pinheiro.

Uma contenda que se arrastou, portanto, de agosto de 1881 a junho de 1884, encerrando-se 4 meses antes da morte do escultor.

Jubilado dois meses depois, à 2 de agosto de 1884[58] de ser pago pela Câmara, Chaves Pinheiro sofre lesão cardíaca à 19 de outubro do mesmo ano e falece "após longos sofrimentos".

Tendo merecido "ser galardoado com os graus de cavalheiro das ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo e da Rosa, e depois, com o de oficial desta última ordem ao terminar a estátua equestre de S. M. o Imperador".[59] Pelas notas fúnebres, descobre-se também que Chaves Pinheiro fora um dos fundadores da Loja Maçônica do Lavradio[60]. Em seu obituário também se lê que morava à Rua do Silva, 5, na Glória e não mais no Engenho Novo onde foi atuante na comunidade local[61] e vivenciou até a tragédia de um incêndio, em 1877, quando "em poucos momentos o (seu) chalet foi reduzido a cinzas".[62].

55 *Idem*, ano I, n. 73, p. 2, sexta-feira, 31 mar. 1882.

56 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 21 maio 1883, p. 2.

57 *Idem*, domingo, 15 jun. 1884, p. 2.

58 *Idem*, segunda-feira, 4 ago. 1884, p. 2.

59 *Idem*, segunda-feira, 20 out. 1884, p. 2.

60 Gazeta da tarde, Rio de Janeiro, sábado, 25 out. 1884, p. 2.

61 Foi o autor do Frontão do Theatro do Engenho Novo e de seu pano de cena que representa: "...um índio na selva em muda contemplação diante dos deslumbrantes efeitos da civilização, que no pano tem por mais visível símbolo o caminho de ferro" (*O Globo*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 jan. 1877, p. 2.). "Ao inspirado artista, deve o nosso bairro alguma cousa, pois que a única obra de arte que possuímos, deles a houvemos generosamente. Apolo e as musas da tragédia e da comedia, que adornam o frontispício do Theatro do Grêmio D.F.S. João Batista, são escultura do inspirado artista" (*Gazeta Suburbana*, Folha Recreativa, Noticiosa e de Interesses locais, n. 26, p. 2, Rio de Janeiro, 1º nov. 1884). A folha é exclusivamente alusiva ao bairro de Todos os Santos. Chaves Pinheiro esteve, portanto, intimamente ligado ao teatro amador da região. O S. João Batista é ora anunciado em Todos os Santos ora localizado no Engenho Novo.

62 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 jul. 1877, p. 2: "Às 11 ½ horas da noute de 2 do corrente mês manifestou-se um violento incêndio em um chalet da rua Imperial, no Engenho Novo, pertencente a Francisco Manoel Chaves Pinheiro. Em poucos momentos, o chalet ficou reduzido a cinzas. Tendo se dado semelhante

Os principais jornais dedicam-lhe artigos generosos e eloquentes com detalhada lista de obras: *Brazil, Diário de Notícias, Diário Fluminense, Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias, Jornal do Commercio* e *O Paiz*. Em quase todos, cita-se a obra, o talento, o temperamento e um tema que o presidente da Ilma. Câmara mencionara em discurso já citado: "é um respeitável professor da Academia das Belas-Artes encanecido no ofício de ensinar, e pobre".[63]

O *Brazil* encerra o obituário com a sentença:

> Deixou família em extrema pobreza"[64]. Também o Diário Fluminense: "Deixa viúva e dois filhos na mais pungente miséria"[65]. A Gazeta da Tarde enfatiza: "Como acontece a todos os que atravessam o mundo sonhando com a glória, o cinzelador da estátua de S. Sebastião legou aos seus: a pobreza e um nome honrado, e à pátria, como esplendida herança, os magníficos grupos que erguera mármore – pedra acordada ao sopro do seu talento.[66]

Em conclusão, apesar de todos os enfretamentos estéticos e éticos, a memória de Chaves Pinheiro estava, pelo menos aos olhos de seus contemporâneos, associada definitiva e honrosamente à do glorioso mártir padroeiro da municipalidade.

Restava saber se, realmente, a imagem do Museu Histórico da Cidade corresponderia à que fora ampliada no Largo do Russel. Mas, a visita agendada reservava, além da alegria da confirmação, uma surpresa adicional.

O percurso foi ciceroneado pela produtora cultural Carolina Silva Ramos, funcionária dedicada do Museu, com inesgotável interesse pelo acervo da instituição, que – prontamente – se transformou em cúmplice na descoberta. A imagem de gesso estava parcialmente encaixotada, na primeira sala do primeiro pavimento, como que pronta a recepcionar os visitantes – ainda que o MHC, permanecesse momentaneamente fechado.

E lá estava ela! A simples contemplação da imagem assegurava a evidência de que servira de modelo à imagem do Russel – ainda que mais discreta, serena e recolhida, como convém aos gestos que inspiram fé.

A figura humana tem 1,75m de altura, sendo representa com as mãos amarradas a um tronco de árvore que se eleva sobre a cabeça do santo, alcançando 1,94m, enquanto o tronco sobe até 2,33m, dando a dimensão geral da obra de

---

sinistro estando o chalet desocupado, a autoridade local abriu rigoroso inquérito afim de saber o que motivou o incêndio".

63 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, domingo, 4 set. de 1881, 1ª p.

64 *Brazil*, Rio de Janeiro, terça-feira, 21 out. 1884, 1ª p.

65 *Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, terça-feira, 21 out. 1884, p. 2.

66 *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 5 nov. 1884, 1ª p.

arte escultórica. Nos registros da peça, além dos dados gerais de título e autoria, consta que a procedência é do Serviço de Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal e a transferência data do ano de 1940.

Mas a revelação inesperada estava no verso da primeira ficha catalográfica: "Original em gesso feito para a Câmara Municipal em 1881. Esteve exposto no Palácio da Prefeitura até 1932. Serviu de modelo ao escultor Modestino Kanto para a imagem em mármore que orna o Edifício da Câmara Municipal".[67]

Nova aparição: um terceiro São Sebastião! – (que cronologicamente seria o segundo).

E, afinal, a existência desta terceira figura, ainda que em silhueta imprecisa, também estava insinuada no artigo que dera origem à toda busca. Como se viu, a matéria de 1962 dizia: que o São Sebastião do Russel tinha sido "copiado por Dante Croce, da imagem de Chaves Pinheiro que se encontra na Assembleia Legislativa (a estátua original está no Museu Histórico)"[68]. Como assim? Se encontra no Museu Histórico ou na Assembleia?

Uma nova busca tinha início!

São Sebastião em Mármore

Desde sua construção, o edifício do então legislativo municipal do distrito federal, a atual câmara de vereadores, inaugurado em 21 de julho de 1923[69], ficou conhecido como a ***Gaiola de Ouro***[70] – obra de Heitor de Mello (continuada por Archimedes Memória e Francisque Cuchet, construída por Januzzi).

---

67 A ficha informa ainda que o santo traz, geralmente, "quase todas as imagens de S. Sebastião do Rio de Janeiro têm uma fita vermelha a tiracolo, representando a banda da Grão-Cruz da Ordem de Cristo, pois o rei D. João VI, não contente em dar a São Sebastião joias preciosas, paramentos ricos, castiçais de prata, ofereceu-lhe também a Ordem de Cristo".

68 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, sábado, 10 abr. de 1965, p. 5.

69 *O Malho*, anno XXII, ed. 1089, p. 21, Rio de Janeiro, 28 jul. 1923.

70 Para uns, trata-se de um cognome cunhado pelo historiador Brasil Gérson que "apelidou o novo prédio de 'Gaiola de Ouro', pois o custo de sua construção chegou ao valor de 23 mil contos de réis. A título de comparação, o Theatro Municipal, inaugurado em 1909 – uma obra arquitetônica muito mais extravagante e luxuosa –, havia custado 10 mil contos de réis aos cofres públicos". Extraído de https://vejario.abril.com.br/blog/daniel-sampaio/historia-camara-municipal/. Acesso, pela última vez, em: 13 nov. 2020. O Malho em sua edição 1089, ano 22, de 28 de julho de 1923, à página traz uma imagem da Câmara contemplada por dois cidadãos e um cachorro com os dizeres "Uma 'gaiola de ouro' para guardar o silêncio, que também é de ouro...". Também a revista *D. Quixote*, anno 7, ed. 325, Rio de Janeiro, 1º ago. 1923, traz na capa referência ao edifício com O CARIOCA comentando: "- É nessa gaiola de ouro que está minha soberania"! No sábado, 20 de maio de 1922, à primeira página, com uma foto da obra, o jornal *A Rua*: Semanário Illustrado, informa: "O novo edifício já está pitorescamente cognominado a 'gaiola de ouro', porém o ouro lá não está todo. Por isso, de ouro se podem cognominar também o intendente-vendeiro e seus comparsas nessa formidável delapidação das economias do Município". Com curiosidade, no entanto, vale observar que o mesmo jornal, na quinta-feira, 27 mar. 1919, cerca de três anos antes, referia-se ao Theatro Municipal como a "gaiola de ouro" onde se esgoelam "cucos ou rouxinóis" – pássaros que inclusive dão título ao artigo. A alcunha parece seguir acompanhado a sede do Conselho, prova é que a Careta, edição 2696, de 1960, ainda se refere ao edifício como sendo "Gaiola de Ouro", na página 40.

Fosse a *Gaiola de Ouro* uma igreja, seria lícito dizer que o São Sebastião de mármore está na galilé do edifício. É possível encontrar o padroeiro em mármore logo à entrada, à direita dos que cruzam uma das monumentais portas em arco da entrada.

Ao pé da imagem, uma placa informa que a autoria do mármore é de Enrico Bernucci. Com três flechas douradas, ostenta ainda uma auréola, mas mantém a sobriedade neoclássica dos que inspiram a piedade e não a prostração. Nenhuma referência à Chaves Pinheiro. Nem tampouco à Modestino Kanto.

Estaria a ficha do MHC errada? Ou incorreria em engano a placa da Assembleia Legislativa?

O primeiro passo seria estudar o intervalo entre a confecção do São Sebastião de Chaves Pinheiro (1881) e a inauguração da nova Câmara de Vereadores (1923), sobretudo para definir a relação entre o padroeiro e a cidade, ao longo deste período.

Antes da Proclamação da República, para as repartições públicas eram feriados os chamados "dias santos de guarda".[71] Esta realidade sofre mudança com a lei de 7 de janeiro de 1890[72] – que instaura a separação definitiva entre Igreja e Estado. Como consequência, em 20 janeiro de 1890[73], o dia de São Sebastião não é considerado feriado, nem celebrado como antes.

> Amanhã, dia de S. Sebastião, padroeiro da diocese do Rio de Janeiro, é dia santo para todos os católicos, havendo missa em todas as igrejas. Em consequência do último decreto que separou a Igreja do Estado, não é dia feriado oficial. Entretanto, sabemos que alguns estabelecimentos comerciais e industriais dão folga aos seus empregados. A Praça do Comércio não se abre amanhã.[74]
>
> O dia de S. Sebastião, comemorado sob a monarquia em honra ao padroeiro da capital, data comum, depois da separação da igreja do Estado, é talvez a esta hora olhado com inquietação [...] S. Sebastião, este ano, passará como em

71 De acordo com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ) da Corte da Província do Rio de Janeiro, ano 1854, p. 15: "Nas repartições públicas, só são feriados os domingos e dias santos de guarda e a seguintes dias de festa nacional: 25 de março, 7 de setembro, 2 de dezembro". Além dos feriados e os "dias santos de guarda", como era o caso de 20 de janeiro, quando não funcionavam as repartições públicas, havia também os dias de grande gala e os pequena gala, que marcavam datas geralmente referentes à família imperial, quando, com frequência, havia cortejo no Paço de São Cristóvão.

72 A lei "Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm#:~:text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7% C3% A3o% 20da %20autoridade ,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso, pela última vez, em: 13 nov. 2020.

73 De acordo com *O Paiz*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 20 jan. 1890, p. 2: "Diálogo em uma repartição pública no dia de S. Sebastião/ – Sr. Doutor, morreu-me ontem um tio e eu desejava assistir ao enterro, que é no meio-dia. /– Espere um pouco meu colega, e poderemos ir juntos à corrida no Hipódromo".

74 *Diário do Comércio*, Rio de Janeiro, domingo, 19 jan. 1890, 1ª p.

> 1891, calmo e discreto na obscuridade para que voltou depois da lei de 7 de janeiro; vemos que as luminárias oficiais que outrora precediam de três dias os festejos do padroeiro, estão agora, restritas à fachada dos templos e das instituições religiosas.[75]

O motivo para o *estranhamento* dos cronistas pode ser facilmente compreendido. Antes da lei de 7 de janeiro de 1890, havia muitas celebrações cívico-religiosas na data.

Em 1888, "por ser hoje dia de S. Sebastião, os navios de guerra surtos no porto embandeirarão nos topes e darão as salvas do estilo".[76]

Quatro anos antes, eram anunciados grandes festejos, "promovidos pelo pessoal da Ferro-carril Villa Guarany" cuja antiga estão e cocheira se encontra até hoje à rua Pedro Alves, 210, no Santo Cristo. Para o *pessoal* da Ferro-carril São Sebastião era "Padroeiro do Império" e merecia extenso dia de programações.[77]

O dia de São Sebastião volta a ser feriado em 1896,[78] mas não parece causar o mesmo entusiasmo de antes:

> Ontem, dia de S. Sebastião, padroeiro do Imp... digo desta capital, ex-heróica e ex-leal, por força da separação da igreja do estado, a rua do Ouvidor esteve às moscas. Apesar do espírito religioso do nosso povo, que venera o glorioso mártir, as manifestações limitaram-se a missas pela manhã. [...] Raras senhoras apareceram. Vestuários dignos de nota nenhum. [...] Se pela rua do Ouvidor faltaram toilletes, o mesmo não se deu na região dos morros, onde ainda impera S. Sebastião.[79]

A seguir, o cronista descreve os trajes *populares*, mulheres com pulseiras de miçangas e homens com gravatas de crochê, com frequentadores *aprecia-*

---

75 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 20 jan. 1892, 1ª p.

76 *Idem*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 jan. 1888, 1ª p.

77 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, domingo, 20 de janeiro de 1884, página 4: "A avenida Francisco Eugênio achar-se-á ricamente decorada e iluminada. Na praça Francisco Eugênio haverá um coreto iluminado a giorno e fogos de Bengala, onde uma distinta sociedade de amadores de música presta-se obsequiosamente a abrilhantar a festa, executando as melhores peças de seu variado repertório. No centro da avenida, haverá um arco triunfal e em um tablado apropriado serão executadas diversas danças por um grêmio de distintas amadoras, fantasiadas e acompanhadas por excelente banda de música. Durante a tarde e noite os carros e as estações da Ferro Carril Guarany serão iluminados e as linhas percorridas por uma excelente banda de música, que mais uma vez vem obsequiar a empresa e o pessoal que promove esta festa. Às 10 horas arderá um excelente fogo artificial expressamente feito para esta noite pelo conhecido pirotécnico Manuel Teixeira Campos".

78 "Por ser hoje dia de S. Sebastião, foi considerado feriado para as repartições desta cidade". *O Paiz*, segunda-feira, 20 jan. 1896, p. 2.

79 *Cidade do Rio*, quinta-feira, 21 jan. 1897, p. 2.

dos pelos "barbadinhos que foram de delicadeza extrema para com os seus convidados"[80].

No ano seguinte, a celebração, ainda discretíssima, confunde-se com a memória da monarquia em tempos de república e estado laico: "O sr. Coronel e poly-comendador Malvino Reis oferece hoje, dia de S. Sebastião, um banquete, no hotel do Globo, aos monarquistas brasileiros".[81]

Popular e monarquista, a festa do dia do Padroeiro dissipa-se, perde o brilho, quase se extingue ao longo da década.[82]

Mas, em 1916, na imprensa, registra-se o que parece ser o início de uma nova tradição:

> Hoje, feriado municipal, não haverá expediente na Prefeitura. O Sr. Prefeito Rivadávia Correa, atendendo a um pedido dos empregados municipais, determinou que fosse descoberta hoje, para ficar exposta ao público, a imagem de S. Sebastião, padroeiro da cidade, a qual se encontra à entrada principal do palácio da prefeitura.[83]

Sim, o nosso São Sebastião de gesso foi engalanado por ocasião de seu natalício!

> A imagem de S. Sebastião que se vê à entrada da Prefeitura Municipal, apresenta um aspecto deslumbrante. A pedido dos funcionários católicos, a Inspetoria de Matas fez ornamentar de flores naturais a parte exterior do nicho do padroeiro desta cidade, e assim, de alto a baixo, viam-se lindas flores na parte lateral e vistosos bouquets (sic) também de flores naturais. A romaria àquele local foi muito grande, tanto de funcionários, como de diretores de repartições que, ao contemplar o mártir, respeitosamente se descobriram.[84]

As duas matérias enfatizam que as iniciativas se devem aos funcionários católicos da Câmara, talvez como forma de reforçar a veneração do Santo pelas camadas populares e informar que o ato é realizado por particulares e institucionalmente pela câmara.

Aparentemente, no decorrer da década de 1920, continua a tradição de decorar com flores o nicho de S. Sebastião da Prefeitura às vésperas da comemoração de seu dia, o que se pode ver inclusive em fotos publicadas na Revista *Fon-Fon*, em 1923 e 1927, época do desaparecimento do morro do Castelo, nú-

80 *Ibidem*.

81 *Idem*, quinta-feira, 20 de janeiro de 1898, p. 2.

82 *Revista da Semana*, n. 402, 26 jan. 1908, p. 66.

83 *Gazeta de Notícias*, quinta-feira, 20 janeiro 1916, p. 3.

84 *Idem*, segunda-feira, 20 jan. 1919, p. 3.

cleo mais antigo de fundação definitiva da cidade do Rio de Janeiro. A *Revista Illustrada* comentava, então:

> Do Rio, infelizmente, esses aspectos evocativos desaparecem dia a dia. Nada mais resta da povoação fundada pelos portugueses ao mando dos Sás senão o marco primitivo (...) Agora, as últimas tradições se vão diluídas pelo chamado progresso urbano; dentro em pouco, nada mais restará além da comemoração da data em que foi fundada a cidade, da festividade cívico-religiosa em torno do vulto sagrado do padroeiro carioca, desse martirizado São Sebastião, crivado pelas frechas dos sagitários númidas de Roma"[85].

Em 1927, descobre-se que "O Sr. Prefeito da capital e a exma. Sra. Antônio Prado Júnior figuraram entre as pessoas que no dia do padroeiro da cidade visitaram a imagem de São Sebastião, no edifício da Municipalidade"[86].

Na década de 1930, o culto ao São Sebastião da Câmara parece ganhar força... Talvez porque o cardeal seja D. Sebastião Leme, nascido inclusive no dia do Padroeiro; ou porque em 1931 tenha sido efetuada a "trasladação das cinzas de Estácio de Sá e São Sebastião para o novo templo de S. Sebastião na Tijuca;[87] ou ainda em virtude da era Vargas privilegiar as grandes celebrações cívico-militares.

Ante a revalorização da devoção, o primeiro obstáculo a vencer era um antigo problema que o leitor atento seguramente há de lembrar: o nicho parecia desproporcional ou incondizente com a imagem.

Em 1930, 48 anos após a inauguração do Paço Municipal, o jornal *Diário Carioca* narra como os funcionários da Câmara deram fim ao problema:

> A bela imagem, desde o tempo do Império, ocupava um nicho de madeira envernizada, encravado na parede mestra do edifício, no alto do patamar do primeiro lance de escadas do velho prédio. Todos os anos, o funcionalismo, nos dias 18, 19 e 20 de janeiro, tributa essas homenagens, enchendo o nicho e a escadaria de custosas flores. Do seu escasso vencimento, pago com atraso considerável, o funcionalismo e operariado tiram sempre um pouco para que não passe a data de São Sebastião sem esse tributo de respeito e devoção. Em outubro do ano passado, o sr. Ferreira Torres, oficial maior da diretoria de Assistência, aposentado, que é a alma dessas comemorações, teve a feliz lembrança de promover uma subscrição para substituir o velho nicho de madeira, por

85 Fon-Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfusiante (sic), ano XVII, n. 4, p. 27-28, 27 jan. 1923. De um lado vê-se "A imagem de São Sebastião que figura no alto da escadaria da Municipalidade" e do outro fotos da Missa Campal em honra do glorioso mártir na praça Saenz Pena mostrando "A enorme multidão de fiéis que, piedosa e humilde, assistiu à celebração da missa campal". Para outra missa campal à Conde de Bonfim, ver *Fon-Fon*, ano XVIII, n. 5, p. 54-55, 2 fev. 1924; ano XX, n. 5, p. 28030, 30 jan. 1926.

86 *Idem*, ano XXI, n. 5, p. 10, 29 jan. 1927.

87 *Careta*, ano XXIV, n. 1029, p. 22-23, 22 ago. 1931, vê a cerimônia de trasladação com multidão lotando o novo templo de S. Sebastião na Tijuca com partes ainda sem argamassa e tijolos aparentes.

> outro, todo de mármore de variadas cores. A ideia foi logo louvada por todos. E o funcionalismo chegou mesmo a ampliar a ideia, porque a princípio se pensava apenas em fazer de mármore o nicho. Quando, porém, este ficou pronto, a todos pareceu que ele realçaria muito mais, se toda a parede fronteira à escadaria fosse também revestida de mármore. Essa modificação do orçamento anterior, elevaria consideravelmente a despesa e a parede foi também revestida de mármore de cores, ficando o nicho extremamente belo. O aspecto é tão agradável que não há quem entre no Palácio da Prefeitura que não contemple o novo nicho de São Sebastião, ontem solenemente inaugurado.[88]

Outro artigo informa que o trabalho "de grande efeito" era dirigido pelo "conhecido marmorista arquiteto Sr. Carlos da Silva Rocha"[89]. Vale ainda destacar a menção ao Sr. Ferreira Torres, sobre quem surgirão alguns novos detalhes mais à frente.

O Diário Carioca, em editorial assinado por Campos Medeiros, discute, inclusive, a pertinência cívica do gesto religioso:

> Há quem discorde da existência de imagens em repartições do Estado – porque o Estado se encontra separado da Igreja. Também já pensei assim, nos tempos de minha mocidade. Mas a reflexão, a ponderação e a tolerância que só os anos trazem, modificaram esse ponto de vista. [...] Demais, aquela imagem, mesmo para os acatólicos, que conheçam a história da cidade, representa uma tradição – e tradição tão respeitável que, mesmo nos primeiros dias da República, quando exaltados e apaixonados andaram quebrando as coroas imperiais do gradil do parque da Praça da República, ninguém ousou retirar o Padroeiro do seu modesto nicho da Prefeitura (...) A homenagem tributada ontem pelos funcionários e operários da Prefeitura, em sua maioria, ao Padroeiro da cidade, com o auxílio moral da administração, longe de ferir o princípio de liberdade de opiniões, consagrado na Constituição da República, é, ao contrário, uma afirmação desse princípio. Assim como a maioria do povo tem o direito de escolher os governos e de se insurgir contra imposições que cerceiem esse direito, a maioria dos funcionários de uma repartição tem o direito de realizar uma homenagem religiosa, sem que ela importe em desrespeito à opinião discordante de uma minoria insignificante...[90]

Ao *Diário Carioca* e à *Gazeta de Notícias* fazem coro o *Noticiário*[91] e a *Fon-Fon*, que publica foto do novo nicho de mármore.[92]

---

88 *Diário Carioca*, domingo, 19 jan. 1930, p. 2.

89 *A Gazeta de Notícias*, quarta-feira, 8 jan. 1930, p. 8.

90 *Diário Carioca*, domingo, 19 jan. 1930, p. 6.

91 *Noticiário*, quarta-feira, 8 jan. 1930, p. 5.

92 *Fon-Fon*, ano XXIV, n. 4, p. 33-34, 25 jan. 1930.

Agora, haver-se-ia de enfrentar um novo descompasso: uma refinada parede de mármores e um nicho do mesmo material nobre emoldurando uma imagem de gesso! A quem encomendar a nova tarefa?

De acordo com o *Correio da Manhã*:

> No gabinete do diretor geral da Fazenda Municipal, foi realizado ontem o ato da assinatura do termo de responsabilidade, na importância de 20:000$000, que a prefeitura vai adiantar à comissão dos festejos anuais em honra à São Sebastião. A referida comissão está encarregada de mandar esculpir uma imagem em mármore de Carrara para a substituição da atual, que é de gesso.[93]

Dias antes, o *Diário da Noite* registrava:

> O professor Modestino Kanto, artista laureado com o Prêmio de Viagem da Escola Nacional de Belas Artes, estatuário cuja obra de escultor é vista em diversas capitais e cidades do país [...] ao que soubemos de fonte absolutamente segura, acaba de ser convidado pela Prefeitura do Distrito Federal para talhar em mármore a imagem de São Sebastião. Modestino Kanto será, portanto, o autor do monumento ao Padroeiro da Cidade mandado erguer pela Municipalidade do Rio de Janeiro, e a escolha do seu nome para a realização dessa obra monumento repercute o mais gratamente nos círculos artísticos, ao mesmo tempo que rejubila a população fiel, conhecedora da maestria e inspiração característica de quanto sai do cinzel do mestre moço da escultura patrícia.[94]

Ou seja, como se lê, as fichas do MHC estão corretas. Modestino Kanto executou prontamente a encomenda para inauguração solene no ano seguinte, em 1933, conforme atesta a descrição de A Nação: "Assim foi que, na presença de várias pessoas convidadas, chefes de repartições e de altos funcionários municipais, o Dr. Pedro Ernesto, puxou o cordel do manto que cobria o nicho, aparecendo a linda imagem que foi esculpida pelo artista brasileiro Modestino Kanto".[95]

O *Diário da Noite* ainda registra a participação eclesiástica na solenidade:

> Não sendo esta imagem a mesma que ali estava aos anos anteriores, e sim uma outra, esculpida em mármore pelo artista Modestino Kanto, o interventor Pedro Ernesto providenciou para que este monumento religioso fosse solenemente abençoado. Hoje incumbindo-se dessa cerimônia, frei Eugênio, superior da Ordem dos Capuchinhos [...].[96]

---

93 *Correio da Manhã*, quinta-feira, 12 maio 1932, p. 5.

94 *Diário da Noite*, terça-feira, 10 maio 1932, 1ª p., com foto do escultor.

95 *A Nação*, quinta-feira, 19 jan. 1933, p. 5.

96 *Diário da Noite*, 2 E., sexta-feira, 20 jan. 1933, 1ª p.

A Revista Mensal Ilustrada Excelsior[97] dá destaque à imagem da multidão diante da "linda imagem de S. Sebastião, obra do escultor Modestino Kanto, na prefeitura do Rio de Janeiro".

No ano seguinte, O Malho publica foto da imagem de mármore em seu nicho de mesmo material,[98] informando já que se trata da "milagrosa imagem de São Sebastião que se vê no palácio da Prefeitura desta cidade". Mas silencia sobre a graça alcançada.

A partir desse ano, na agenda das comemorações do 20 de janeiro, figura habitual referência às solenidades realizadas aos pés da imagem da prefeitura. A autoria da cópia em mármore permanece incontestável até, pelo menos, 1944 quando foi, de acordo com manchete do jornal *A Manhã* – "Transladada solenemente a imagem do Padroeiro da Cidade" em matéria que, por minuciosa, merece maior transcrição, sobretudo por dar voz ao escultor:

> A trasladação solene, ontem à tarde (29 de abril) feita da imponente imagem de São Sebastião, do seu nicho, na escadaria do edifício da Prefeitura para o palácio do antigo Conselho Municipal, fez-nos lembrar seu autor, o saudoso mestre da estatuária brasileira, o exímio escultor Chaves Pinheiro (...) pode-se dizer, foi uma figura de artista bem representativa da escultura clássica, mestre de Rodolfo Bernardelli e de uma plêiade de outros artistas que, por sua vez, foram mestres também de mais uma geração de escultores como Correia Lima, Cunha Melo, Antônio de Matos, Magalhães Correia, Moreira Júnior, Honório Peçanha, Modestino Kanto e outros. Sabíamos que o Prof. Modestino Kanto havia trasladado para o mármore a figura original em gesso, do escultor Chaves Pinheiro e fomos ouvi-lo a respeito. Gentilmente nos atendeu no seu atelier, declarando: – Com efeito, a imagem de São Sebastião que estava no nicho do edifício da Prefeitura, que vai ser demolido para dar passagem à Avenida Presidente Vargas, é de minha autoria, esculpida em mármore, segundo o modelo original, em gesso, do saudoso grande mestre da estatuaria nacional que foi Chaves Pinheiro, modelado há cerca de meio século. No ano de 1932 fui convidado pelo então Prefeito Dr. Pedro Ernesto para esculpir no mármore essa imagem do padroeiro da cidade. Procurei aqui um bloco que comportasse a figura com os acessórios em tamanho natural, cerca de dois metros de altura. Não encontrei um bloco de mármore de Carrara com as dimensões exigidas, pelo que tive que ir à São Paulo. Minha ida ao estado bandeirante coincidiu, porém, com a revolução que ali estalou naquele ano, o que dificultou um pouco minha missão. Felizmente, consegui trazer o bloco e nele esculpir, aqui a bela estátua de São Sebastião.
>
> Indagamos, então, que foi feito do original em gesso e o autor do monumento equestre do marechal Deodoro explicou:

97 *Revista Mensal Ilustrada Excelsior*, ano VI, n. 5, p. 17, jun. 1933.

98 *O Malho*, 18 jan. 1934, ano XXXIII, n. 33, p. 12, 18 jan. 1934.

> - Concluído meu trabalho, o original em gesso foi recolhido a uma dependência do Arquivo da Prefeitura, no subsolo do edifício. Com a criação do Museu da Cidade, foi ele levado para uma das salas do mesmo, onde se encontra em exposição. [...]
>
> O cortejo deixou a Praça da República às 14h10 horas, lentamente, ao som da Banda de Música da Polícia Municipal e chegou à Praça Floriano às 15,40 horas.[99]

Fica assim esclarecida, contada e recontada, incluindo o depoimento do próprio escultor, a autoria da imagem em Carrara.

Mas e a falsa atribuição da Câmara?! Quem foi Enrico Bernucci e por que seu nome está associado a S. Sebastião? O fato é que outro santo ao cruzar o caminho de padroeiro, confundiu sua história.

São Jorge (a pé e sem dragão) e a involuntária rasteira em São Sebastião.

Quem entra no atual Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara, não tem dificuldade em encontrar a imagem em mármore de Modestino Kanto, criada a partir do modelo em gesso de Chaves Pinheiro. Ao contemplá-la, no entanto, não encontra nenhuma referência a Chaves Pinheiro, tampouco a Modestino Kanto. Surpreende o fato de, ao pé da imagem, uma modesta plaquinha informe que a autoria da obra é de Enrico Bernucci

Em artigo de 1955, descobre-se que Tito Enrico Bernucci é italiano. "Nasceu em Carrara, na Itália, e aqui se dedicou à escultura. Era filho de um engenheiro e veio ao Brasil mais com intuito de correr o mundo do que para fixar residência. Mas se deu bem, gostou da terra e acabou ficando"[100].

Sabe-se que dividia o ateliê com outro escultor: "Ceschiatti, modernista, trabalha ao lado de Bernucci, clássico. Mas se dão bem".[101]

Bernucci, em pequenos anúncios, oferecia-se para ministrar "Aulas práticas de escultura em mármore, granito e pedra sabão – diariamente"[102] à rua General Polidoro, 246. Realizava amiúde esculturas fúnebres[103].

---

99 *A Manhã*, domingo, 30 abr. 1944, p. 3.

100 *Tribuna da Imprensa*, sexta-feira, 24 jun. 1955, p. 3. Com o título "Martelo e Escalpelo fazem parte de Botafogo", o artigo informa a grande quantidade de ateliês no bairro. Na sua maioria escultores italianos como Bernucci, "Hector Usai, Mario de Murtas, Bruno Giorgi. Ou então filhos de italianos como Alfredo Ceschiatti e Celita Vaccani. O único brasileiro que tem 'atelier' em Botafogo, é o escultor Leão Veloso".

101 *Correio da Manhã*, sábado, 27 mar. 1954, p. 11.

102 *Ibidem*.

103 *O Mundo Ilustrado*, ano I, n. 28, 11 ago. 1953, p. 12: "Hoje, trabalhando na estatuária destinada aos cemitérios, existe no Rio praticamente, um único artista: Tito Bernucci, pois os possíveis restantes – Reinaldo Tavares, Vergílio Malaquias Pinheiro, Valdemero e Jorge Abrantes – abandonaram esta capital, rumo a outras cidades".

A confusão sobre a autoria de São Sebastião iniciou-se, aparentemente, em 1955.

Devido ao seu centésimo aniversário, a Venerável Confraria de São Gonçalo Garcia e São Jorge, em 24 de agosto de 1954, decidiu, com aquiescência de lideranças políticas, entronizar São Jorge na Câmara Municipal.

A encomenda foi feita a Bernucci que esculpiu um São Jorge *diferente*.

Em janeiro de 1955, O Cruzeiro, em edição comemorativa dos 390 anos da cidade, dedica duas páginas à história do padroeiro e publica imagem de São Sebastião de mármore, na legenda da foto informa: "Estátua de autoria do conhecido escultor Tito Bernucci, existente na Câmara do Distrito Federal".[104] Aparentemente, esta legenda da foto é a primeira a realizar a confusão de escultores, mas não a última.

Em março do mesmo ano, ao lado da imagem da escultura pronta (ou quase), o próprio escultor explica a escolha do formato não convencional em "São Jorge sem Dragão na Câmara":

> O nicho para a estátua não comporta o cavalo. Assim a escultura exigia uma solução plástica que encontrei em exemplos da arte religiosa ocidental: numa obra de Donatello, existente na Itália desde 1414. E aqui mesmo, no Rio, na Igreja dos Ingleses (rua Real Grandeza) também há outra assim.[105]

Novamente, se estabelece a busca de adequações entre nicho e estátua. Mas, na mesma matéria, o jornalista informa que "O escultor Bernucci é o autor da imagem de S. Sebastião que se vê na Câmara Municipal, também num nicho"![106]

Passa-se um ano, até a cerimônia de entronização do S. Jorge, em 1956: "Não tendo sido possível a inauguração da imagem na ocasião da proposta, coube à Comissão Diretora, presidida pelo vereador Salomão Filho e secretariada pela vereadora Lígia Lessa Bastos, promover a entronização na tarde de ontem".[107]

A reportagem "São Jorge, a pé, chegou à Câmara" destaca que é a única imagem do santo no país sem o cavalo – (O leitor há de se recordar que um ano antes, em 1955, o mesmo jornal informara, como se lê na entrevista supracitada com o escultor Bernucci, que na cidade havia outra imagem similar, na Igreja dos Ingleses).

---

104 *O Cruzeiro*, ano XXVI, n. 15, p. 83, 22 jan. 1955.

105 *Tribuna da Imprensa*, sexta-feira, 4 mar. 1955, 1ª p.

106 *Ibidem*.

107 *Idem*, segunda-feira, 5 mar. 1956, p. 4.

A descrição da inauguração de 1956 segue: "Através das ruas embandeiradas a procissão chegou à Câmara dos Vereadores, sendo a imagem colocada no alto da escadaria ao som do Hino Nacional e sob aplausos da multidão que assistia o ato (...)".[108] Após muitos discursos e benção de Dom Helder Câmara, "as solenidades foram encerradas com a execução do Hino de São Jorge, pela Banda de Música do Exército, acompanhada pelo coro dos fiéis e devotos presentes. A imagem foi colocada no saguão da Câmara Municipal, onde ficou toda a noite exposta à visitação pública".[109]

A partir daí, o escultor do São Jorge, a pé, dá uma rasteira involuntária no de São Sebastião.

Em 1958, a mesma imprecisão repete-se no jornal a Tribuna da Imprensa. Mas, dessa vez, oferece o benefício da dúvida. Sob a foto da escultura de São Sebastião, lê-se a legenda: "A imagem de São Sebastião, de autoria do escultor Tito Bernucci, está desde sábado exposta à visitação pública". No texto da mesma matéria, no entanto, Domingos D'ângelo, primeiro secretário da Câmara "Adiantou ainda que a imagem é trabalho de Modestino Kanto". Ou seja, dois autores para uma mesma obra em uma única reportagem[110]!

Também em 1958, o *Jornal do Brasil* publica a agenda detalhada das celebrações com o título "Como ocorre há meio século Câmara vai promover festa do Padroeiro da Cidade"[111], destacando que a organização fica a cargo da Comissão de Festejos e da Sociedade Beneficente dos Empregados Municipais cujo presidente, Leodegard Lage Saião, relata, com precisão de detalhes, parte importante da história:

> Há mais de cinquenta anos que a Prefeitura do Distrito Federal faz a Festa do Padroeiro da Cidade. Foi iniciada pelo Oficial Major Torres, da Diretoria de Assistência, que tendo uma filha gravemente enferma, atacada de varíola, fez a seguinte promessa: se a filha se salvasse ele pediria ao Prefeito da Cidade para abrir o nicho de São Sebastião durante três dias consecutivos, numa espécie de tríduo preparatório para a Festa do Santo. E no ano de 1934, os funcionários da Prefeitura pediram ao Sr. Pedro Ernesto, então Prefeito da Cidade, uma verba para que fosse substituída a imagem de gesso por uma de mármore. Para isso foi destinada uma verba de 20 contos de réis e a imagem esculpida pelo artista Modestino Kanto. Na gestão do Sr. Henrique Dodsworth, com a demolição da Prefeitura, foi feita a trasladação da imagem para a Câmara de Vereadores, que se encontrava fechada e era a sede do Governo Municipal

108 *Ibidem*.

109 *Ibidem*.

110 *Idem*, segunda-feira, 20 jan. 1958, p. 2.

111 *Jornal do Brasil*, sábado, 18 jan. 1958, p. 7, Primeiro Caderno.

> no momento. A trasladação foi feita em procissão solene, tomando parte no cortejo religioso as autoridades municipais e o povo em geral.[112]

Aqui aparece a autoria correta do São Sebastião de mármore, o seu valor exato, a data de sua inauguração (com um ano de erro) e, pela primeira vez, a origem milagrosa de sua devoção e do *tríduo* que antecede seus festejos.

Curiosamente, pouco mais de três décadas antes, o mesmo *Jornal do Brasil*, cita o Sr. Torres em duas reportagens, permitindo que conheçamos seu nome completo e testemunhemos o afinco com que se dedica ao Santo Mártir: "Ainda desta vez, o promotor das homenagens especiais a São Sebastião, na Prefeitura, foi o Sr. José Ferreira Torres, Oficial Maior do Departamento de Assistência, que há treze anos, ininterruptamente, vem tendo a prioridade nessas demonstrações de devoção ao Santo Mártir em seu nicho da municipalidade"[113]. Feitas as contas, poder-se-ia argumentar, por esta matéria, que a devoção teve início em 1912.

> José Ferreira Torres, velho funcionário, aposentado no cargo de oficial maior da Diretoria de Assistência Municipal, é o infatigável promotor, todos os anos, do brilho de que se revestem os enfeites e a iluminação profusa do saguão onde se encontra a imagem de São Sebastião no grande edifício da Praça da República. [...] Ontem, lá andava ele, sorridente, a colher de mesa em mesa, a assinatura dos seus antigos colegas de serviço público no requerimento a ser enviado ao Sr. Prefeito pedindo permissão para que as repartições de Arborização e Jardins, de parceria com a de Obras e Viação, procedam à ornamentação com festões e plantas e à distribuição de guirlandas de lâmpadas elétricas em torno do nicho onde se encontra o mármore histórico representando o padroeiro da cidade.[114]

Mármore em 1927?!

Embora não haja outra menção ao milagre de cura da filha de José Ferreira Torres, registra-se, no entanto, o inquestionável testemunho imprenso de, no mínimo, 18 anos de dedicação deste funcionário à São Sebastião, de 1912 a 1930.

Esperemos que este São Sebastião em mármore opere o milagre de corrigir a própria ficha à entrada da Câmara. Ou ainda que a ação seja perpetrada pelos funcionários da Câmara que tanto devem ao exemplo de Ferreira Torres.

---

112 *Ibidem*.

113 *Jornal do Brasil*, terça-feira, 20 jan. 1925, p. 7.

114 *Idem*, sexta-feira, 14 jan.1927, p. 6.

São Sebastião em Granito

A ideia do monumento ao IV Centenário, baseada na imagem de Chaves Pinheiro, surge na imprensa em 1960, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro (IHGRJ)[115]:

> Seria interessante que se erguesse, na Esplanada do Castelo, uma estátua de São Sebastião, padroeiro da cidade, como uma das comemorações do IV centenário da fundação da mesma, conforme proposta já aprovada no Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro. Nada mais justo que se aproveitasse para isso o trabalho desse grande escultor carioca, ampliando-se a estátua de sua autoria que, por longos anos, foi cultuada no antigo palácio da Municipalidade.[116]

Com o título de "Chaves Pinheiro, escultor notável", depois de detalhamento da biografia e da obra do artista, a proposta vem assinada por N. C. – iniciais que provavelmente referem-se a Nelson Costa, professor, integrante do IHGRJ e entusiasta da ideia, como se pode ler em artigo posterior também publicado no Correio da Manhã:

> Coube ao Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro a iniciativa de erigir esse monumento quando das comemorações do IV Centenário, conforme proposta feita ao mesmo pelo historiador Nelson Costa, em reunião da Diretoria daquela entidade e, pela mesma, unanimemente aprovada.[117]

A 20 de janeiro de 1962, foi instalada, sob a presidência do Cardeal D. Jayme Câmara, no consistório da Igreja Nossa Senhora do Rosário, onde o IHGRJ tinha sua sede, a Comissão Executiva encarregada de erigir a estátua de S. Sebastião.[118] O secretário geral da comissão Executiva era Nylton Lago Ilhas Fontes que em suas, já citadas, "Lembranças do Rio de Janeiro", registra importantes detalhes e fotos do monumento (FONTES, 2001).[119]

No mês seguinte, tiveram início os trabalhos da Comissão Financeira, presidida por Nelson Mufarrej.[120] Foram necessárias mais três semanas para a escolha do emblema da Comissão Executiva criado pelo professor Alberto Lima.[121]

---

115 *Correio da Manhã*, quarta-feira, 20 jan. 1960. Terceiro Caderno, p. 3 – Suplemento Especial, Dia do Padroeiro da Cidade. Ver: "O Instituto Histórico da Cidade e Suas Atividades no Ano Findo".

116 *Idem*, domingo, 4 set. 1960, segundo caderno, p. 2.

117 *Idem*, terça-feira, 15 dez. 1964, p. 8.

118 *Idem*, domingo, 21 jan. 1962, p. 11.

119 Não há menção a uma editora, mas em "explicação indispensável", encarte avulso menciona-se a FTT Studio Gráfico.

120 *Correio da Manhã*, terça-feira, 20 fev. 1962, p. 10.

121 *Idem*, domingo, 11 mar. 1962, p. 2.

O *Correio da Manhã* destaca-se na assiduidade de publicações sobre o monumento e o IHGRJ por uma razão que cabe mencionar: Manuel Paulo Teles de Matos Filho ou, simplesmente, M. Paulo Filho, diretor do Jornal, era o presidente do Instituto. Outro periódico a fornecer preciosos detalhes é *O Jornal* do Rio de Janeiro.

Seguramente, desde o início, o maior obstáculo a vencer era o valor do monumento, a princípio estimado em 15 milhões de cruzeiros[122] (ou 17[123] ou ainda 20 milhões[124]), mas cujo custo final atingiu a cifra de Cr$ 40 milhões.[125]

As iniciativas para arrecadar verba foram as mais variadas e criativas: livros de ouro, coleta de donativos, venda de plásticos com desenho da imagem e mensagens alusivas ao IV Centenário, reciclagem de papéis, jornais e revistas velhas[126], o leilão de 75 moedas antigas de prata e de uma bolsa portuguesa, também de prata,[127] um estande para exibição da maquete do monumento na feira "Uma Rua Chamada Noel",[128] realizada na igreja de Santa Terezinha e até a venda de um par de alianças oferecidas por casal devoto.[129]

A campanha divulgada pela imprensa conclamava: "São Sebastião ajudou a fundar a cidade! Ajude-se a erigir a sua estátua". E, em letras diminutas, abaixo: "Conta nº 43.856 no Banco do Estado da Guanabara S. A."

Logo de início, o projeto contou com dois substanciais aportes financeiros viabilizados pelo então deputado federal marechal Ângelo Mendes de Morais, prefeito do Distrito Federal de 1947 a 1951.

A primeira foi uma dotação de 5 milhões de cruzeiros da Câmara Federal através de projeto apresentado por ele.[130] A segunda previa o resgate de vultosa soma de liras italianas,[131] "Depositadas em Roma, em 1949, pelo então Prefeito Mendes de Morais, para o preparo, ali, de uma estátua que não chegou a ser concluída".

122 *O Jornal* do Rio de Janeiro, quarta-feira, 4 dez. 1963, p. 8.

123 *Idem*, sexta-feira, 11 jan. 1963, p. 10.

124 *Jornal do Brasil*, sábado, 12 maio 1962, p. 8.

125 *Idem*, quarta-feira, 18 nov. 1964, p. 9.

126 *Correio da Manhã*, sábado, 21 nov. 1964, p. 8.

127 *Idem*, domingo, 22 de novembro de 1964, página16.

128 *Idem*, quinta-feira, 3 dez. 1964, p. 8.

129 *Idem*, sexta-feira, 8 jan. 1965, p. 3.

130 *Jornal do Brasil*, sábado, 12 maio 1962, p. 8.

131 *Ibidem*. O número citado na reportagem é incompreensível: 7 049 22 liras italianas!

Em uma trajetória com tantas reviravoltas, a nota acima instigava um novo *flashback*: houve, então, uma tentativa de concretizar homenagem à São Sebastião em 1949? Nova pesquisa na Hemeroteca!

A notícia aparece, em 1948, do seguinte modo no jornal A Manhã:

> Divulgávamos, há tempos, que o prefeito Mendes de Morais incumbira o embaixador Morais Barros, em Roma, de contratar os trabalhos de um escultor sacro para que fizesse um modelo para um monumento a ser erguido na cidade, em homenagem a São Sebastião, padroeiro da metrópole, e que seria inaugurado numa de suas praças. [...] Incumbido dos estudos para o monumento, o professor Antônio Berti, de Florença, vem remeter quatro projetos que, na tarde de ontem, no Guanabara, foram objeto de observações por parte de D. Jayme Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. (...) O monumento escolhido tem caráter ornamental, sendo de rara beleza. Terá uma coluna em granito nacional, do Rio Grande do Sul, com 8 metros de altura, tendo ao alto, sobre a cabeça da imagem, o símbolo da glória com uma coroa de louros. A estátua de São Sebastião terá 4 metros de altura, sendo construída em bronze dourado. Em seu pedestal terá a seguinte legenda: – 'Fitando o céu, mereceu a palma do martírio'.[132]

E, dois anos depois, lê-se no mesmo jornal: "A estátua de São Sebastião, que será erigida nesta capital, possivelmente na Glória, está sendo fundida e bem adiantada, já tendo a Prefeitura pago a primeira prestação.[133]

Este *flashback* deixa patentes três conclusões:

Antecedendo em mais de 10 anos a proposta do IHGRJ, apresentada por Nelson Costa, a ideia do monumento já perseguia pelo menos dois outros participantes ativos da homenagem a S. Sebastião no IV Centenário: o cardeal D. Jayme e o prefeito Mendes de Morais;

Tanto o local – Glória – quanto o formato geral do monumento – imagem do Santo sobre o pedestal – aparecem predelineados na proposta anterior;

As tais liras italianas do **Prefeito** Mendes de Morais, se convertidas, seriam equivalentes a 12 mil dólares[134] ou 16 milhões de cruzeiros[135]. Assim, somados aos 5 mil dotados pelo **deputado** Mendes de Morais, o montante arrecado já equivalia a 21 milhões cruzeiros, valor superior ao custo total do monumento estipulado inicialmente.

---

132 *A Manhã*, quinta-feira, 26 ago. 1948, p. 8.

133 *Idem*, sábado, 28 jan. 1950, p. 2.

134 *Correio da Manhã*, sábado, 9 fev. 1963, p. 2.

135 *Última Hora*, segunda-feira, 12 abr. 1965, p. 3.

Para reaver a verba, foi necessária a intervenção junto às autoridades italianas do embaixador Hugo Gouthier (FONTES, 201), também responsável pela aquisição do Palazzo Pamphili para sede da embaixada brasileira em Roma. Mas o caminho de volta do dinheiro não foi tão simples... e o montante ainda foi *mordido* pelo governador Carlos Lacerda:

> A propaganda das 'obras' do governador chegou à estátua de São Sebastião, em montagem na Praça Baden Powell, Glória. Um grande cartaz anuncia uma verba de Cr$ 12 milhões como tendo sido doada pelo Palácio Guanabara. Ocorre que já no tempo do Prefeito Mendes de Morais depositou-se num banco, em Roma, uma verba a ser paga a determinado escultor, pelo projeto da estátua, que fora encomendada. O artista morreu[136] e como o trabalho não havia sido feito, o dinheiro ficou lá no banco rendendo juros, até chegar a Cr$ 16 milhões. A verba ressurge agora, para o mesmo fim, como 'doação' do atual Governo.[137]

Apesar da placa no local e da nota acima da Última Hora, o *Correio da Manhã*, dois dias antes, informa que o valor do Estado ainda não tinha sido *cobrado*: "A obra está orçada em 40 milhões de cruzeiros, e os fundos procedem de particulares e firmas, que já doaram quase 20 milhões. O Estado prometeu uma contribuição de 12 milhões que ainda não foi cobrada".[138]

Cobrada ou não a contribuição do Estado, a nota acima inclui ainda muitas, muitas imprecisões no cálculo. "Quase 20 milhões"?!

A publicação supracitada é de 12 abril de 1965... E, no entanto, em novembro de 1964, de acordo com o mesmo *Correio da Manhã*: "São necessários cerca de Cr$ 40.000.000,00 e já atingiu, a arrecadação, a Cr$ 20.000.000,00".[139] Ou seja, de novembro a abril nada foi arrecado?! Não é o que informa a imprensa.

Em setembro de 1964, o Diário Carioca contabilizava: "Estrangeiros do Rio dão 15 milhões para a estátua do Padroeiro".[140] Com os 5 milhões iniciais e os 15 milhões dos estrangeiros, a estátua teria os 20 milhões, certo? E para que os 20 milhões permanecessem os mesmos, seria preciso que, de setembro de 1964 até abril de 1965, nada mais fosse arrecadado.

Mas, em fevereiro de 1965, depois, portanto, da primeira data estipulada para a inauguração, apareceram mais 2 milhões de cruzeiros[141] e, no mês se-

136 A proposta italiana não se concretizou, mas o escultor Antonio Berti, de acordo com o *Wikipedia*, nascera em 1904 e morrera somente em 1990.

137 *Última Hora*, segunda-feira, 12 abr. 1965, p. 3.

138 *Correio da Manhã*, sábado, 10 abr. 1965, p. 5.

139 *Idem*, quinta-feira, 19 nov. 1964, p. 11.

140 *Diário Carioca*, sábado, 19 set. 1964, p. 2.

141 *Correio da Manhã*, sexta-feira, 5 fev. 1965, p. 5.

guinte, mais 10 milhões de cruzeiros[142], da Volkswagen, ambos noticiados pelo próprio *Correio da Manhã*.

Assim, em abril de 1965, mesmo sem computar a verba governamental e todas as demais doações particulares, fixando-se apenas nos aportes de maior vulto, registra-se:

5 milhões (governo); 15 milhões (estrangeiros); 12 milhões (de fevereiro e março de 1965), totalizando 32 milhões. Isso, se assumirmos que o valor do governo ainda não fosse "cobrado". Do contrário, mesmo com a "mordida", se computados os 12 milhões oriundos da Itália, o total – apenas destas 5 contribuições noticiadas pela imprensa – alcança 44 milhões de cruzeiros!

Em conclusão, a única certeza que se tem sobre este tema é que os cálculos não fecham. Mas as alianças, as moedas de prata, os donativos de Natal, a venda de plástico são comoventes exemplos do compromisso da população com a *vaquinha* para São Sebastião!

Em favor das contas sempre dilatadas, há também que se mencionar a necessidade de urbanização da área. Os fundamentos da estátua (primeiro a cargo da SURSAN e, em seguida, assumidos pela ENGEFUSA) e o ajardinamento de todo o entorno, já que a praça era, de acordo com alguns, um "cemitério de carros velhos" (FONTES, 2001, p. 52).

Em algumas matérias menciona-se que o valor excedente seria destinado "ao Monumento de Anchieta e à construção da Catedral de São Sebastião".[143] Mas a imagem de Anchieta é como a lógica matemática da arrecadação: um mistério!

Além de todas as aporias financeiras, o monumento enfrentou também uma calorosa polêmica sobre sua localização – (em que pese que a ideia inicial, de 1948, era instalá-la na Glória). Esta outra disputa parece ter rendido, igualmente, considerável desgaste.

Em seu primeiro artigo, Nelson Costa propôs, como se viu, que o monumento fosse erguido na Esplanada do Castelo. Em seguida, é mencionado o Aterro do Flamengo, na foz do Rio Carioca,[144] "onde se travaram duas memoráveis batalhas contra os invasores franceses, após Estácio de Sá ter fundado a cidade".[145]

---

142 *Idem*, domingo, 14 mar. 1965, p. 18.

143 *Diário Carioca*, terça-feira, 25 dez. 1962, p. 5.

144 *Correio da Manhã*, domingo, 21 janeiro 1962, p. 11.

145 *O Jornal* do Rio de Janeiro, domingo, 25 mar. 1962, p. 10.

Mas muitos criticavam os locais. No *Correio da Manhã* estampou-se a manifestação de Lota Macedo Soares, a assessora do governador que comandava o projeto do parque do aterro do Flamengo, taxativa ao assegurar que "a gigantesca e medonha estátua de São Sebastião não será colocada na área do aterro".[146]

No *Diário de Notícias*, o comentário crítico não era mais generoso: "Dante Croce esculpiu um gigantesco São Sebastião de 6 metros de altura, a ser colocado, segundo afirmam, no Aterro. Aterrador".[147]

O secretário geral da comissão executiva, Nylton Fontes, em suas memórias da cidade, conta que:

> O governador Carlos Lacerda, sem dúvida alguma, um dos maiores administradores que passaram pelo Rio de Janeiro, declarou-nos que era a favor de abertura de vias públicas, de escolas, de abastecimento de água (fez a Adutora do Guandu, considerada a obra do século), mas era contrário aos monumentos, incluindo o do Padroeiro. Mesmo com interferência de S. Ema. o Cardeal, deu-nos as opções de Ilha do Governador ou de Campo Grande. A muito custo, pela insistência permitiu-nos o Russel, que na ocasião era 'cemitério' de veículos velhos [...]. Assim mesmo, tivemos que retirá-los e ele obrigou-nos a diminuir o pedestal em quatro metros, tendo ido ao atelier, do Sr. Zani, na rua Capiberibe, na Gamboa, verificar o trabalho (FONTES, 2001, p. 52).[148]

O *Correio da Manhã* ainda nuança a polêmica sobre a localização em outro artigo:

> Não se deve abrir debate para se saber onde se há de fixar a estátua-altar de São Sebastião. O tempo urge e a sua colocação, uma das solenidades mais expressivas a preceder as grandes comemorações do 4º Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, terá de ser no dia em que se celebra a glória do Padroeiro. [...] O ato depende do governador do Estado. É prerrogativa sua. Pronto o monumento a 30 de dezembro deste ano, como tudo indica, concluído o pedestal, que se espera graças à oferta da SURSAN, a escolha do local, onde o conjunto se perpetuará, é o que se afigura de mais simples, tanto mais quanto as autoridades estaduais são as primeiras animadoras dessa iniciativa cívico-religiosa. Se se discutir o assunto dilatando-o, atrasa-se o trabalho, criando-se o desânimo. [...] Não sendo possível o monumento no Campo do Russel, que se lhe dê outro lugar. Eles não faltam para uma solução ao pé do elemento histórico. O essencial é ganhar-se tempo, às vezes, o mais ingrato

146 *Correio da Manhã*, domingo, 20 jan. 1963, p. 2.

147 *Diário de Notícias*, sábado, 14 set. 1963, segunda seção, p. 3.

148 À página 51, o autor informa que a Zani Fundição Artística e Metalúrgica Ltda, localizava-se à Rua Capeberibe, número 27 – Gamboa.

> inimigo de realizações com grandeza". O artigo, assinado por João Paraguassu, mostra que o tema permanecia incerto em agosto de 1964.[149]

Assim, antes mesmo de construído, o São Sebastião parece ter sido empurrado para diferentes locais como carrocinha de pipoca.

Mas, enquanto alguns afastavam São Sebastião, outros o queriam bem perto, como atesta esta curiosa notícia publicada em *O Jornal*, em 1961, destacando, inclusive, a disputa política entorno da imagem:

> Com a entronização de uma nova imagem de São Sebastião na entrada do Palácio Tiradentes, terminou ontem a briga que havia entre a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Constituinte pela posse do padroeiro da Cidade. Alguns constituintes, no entanto, não ficaram conformados com a solução, dizendo que a imagem doada pela igreja de São Sebastião é muito pequena, com seu meio metro de altura, quando mede dois metros a da Câmara dos Vereadores, por eles reivindicada [...] Na Câmara dos Vereadores, a situação era calma[(...] Dez 'corbeilles', em cestas de vime, rodeavam o altar de São Sebastião. A maioria delas trazia faixas vermelhas onde se liam nomes de repartições estaduais, como 'Agentes Fiscais de Renda Imobiliária', 'Caixa de Renda Mercantil', 'Caixa Controladora de Impostos', entre outras.[150]

Eram tempos em que a devoção dos fiscais de renda e da caixa controladora de impostos deixava *a situação calma*.

Vencidos estes dois principais obstáculos, o da verba e o da localização, a execução do monumento transcorreu com relativa regularidade.

A comissão financeira elaborou orçamento e selecionou o Ateliê Zani que deu início à confecção do modelo aumentado da escultura de Chaves Pinheiro em argila. Nenhuma reportagem menciona se os escultores foram visitar a imagem no Museu Histórico da Cidade ou se basearam-se em foto. Nylton Fontes recorda que: "A primeira fase propriamente dita constitui-se da armação de madeira – que recebeu o gesso das mãos do escultor, no caso de São Sebastião, o consagrado artista italiano Dante Croce" (FONTES, 2001, p. 51).

Segundo a Última Hora, Dante Croce era, no entanto, paulista[151], tendo desenvolvido sua carreira no Rio, onde se tornou professor de escultora da Escola de Belas Artes Fluminense.

149 *Correio da Manhã*, quinta-feira, 6 ago. 1964, p. 6.

150 *O Jornal* do Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 jan. 1961, 1ª p. e p. 10.

151 *Última Hora*, segunda-feira, 23 ago. 1965, p. 7.

O jornal A Noite menciona a conclusão de uma primeira etapa da obra: "Causou excelente impressão o trabalho de ampliação, executado em barro pelo laureado artista escultor Dante Croce"[152]. Gesso ou barro?

Nova pesquisa, aponta que ambas as matérias foram usadas: primeiro a argila e, em seguida, o gesso. Fica possível então determinar, as etapas da produção do monumento: argila, gesso e, finalmente, granito.

O *Correio da Manhã* noticiou que a imagem aumentada foi modelada por Dante Croce, "auxiliado pelo seu colega Curzio Zani, em cujo atelier a obra está sendo trabalhada. Essa primeira parte levou cinco meses na ampliação da imagem de Chaves Pinheiro, consumido seis toneladas de argila branca. A cabeça da imagem tem 60 centímetros "do queixo à testa. Agora, a monumental estátua será modelada em gesso e, finalmente, em granito".[153]

Dante Croce foi ajudado por seu filho Dante Moacir Croce para realização da escultura em argila, conforme registrava *A Notícia*.[154] A confecção da estátua em gesso, de acordo com o Jornal do Brasil, demorou quatorze meses de trabalho.[155]

Segundo Nylton Fontes, em 6 de junho de 1964, representantes da comissão executiva foram à Pedreira Santo Amaro, na Barra de Tijuca, onde adquiriram dois blocos em granito "azul" do Maciço Carioca (FONTES, 2001, p. 51), conduzidas ao atelier de Cantaria em São Cristóvão, na Rua General Argolo, 118 sob a supervisão de Arnaldo Valilo[156]. Para o Correio da Manhã o tipo de granito era o "ouro-velho da Tijuca".[157]

Em resumo, a primeira etapa, da modelagem em argila e gesso, ocorreu na Gamboa, sob a supervisão de Cursio Zani e a segunda fase, em São Cristóvão, com a colaboração de Arnaldo Valilo. Mas não apenas ele.

Outra reportagem do *Correio da Manhã* informa os nomes de dois retocadores do granito que atuaram na expressão do Santo: "Para dar a serenidade necessária ao rosto de São Sebastião, os retocadores Ítalo Brasilino Toldo e Serafim Moutinho vêm trabalhando com todo o cuidado no monumento, na Marmoraria N. Sra. De Fátima".[158]

---

152 *A Noite*, segunda-feira, 14 jan. 1963, p. 3.

153 *Correio da Manhã*, domingo, 20 jan. 1963, p. 3.

154 *O Jornal* do Rio de Janeiro, sexta-feira, 11 jan. 1963, p. 9.

155 *Jornal do Brasil*, terça-feira, 21 jul. 1964, p. 8.

156 *Ibidem*.

157 *Correio da Manhã*, sábado, 21 nov. 1964, p. 8.

158 *Idem*, quinta-feira, 14 jan. 1965, p. 7.

Segundo a *Última Hora*, o trabalho em granito envolveu a participação de 15 escultores.[159]

O *Correio da Manhã* destacava que a imagem fora dividida em cinco segmentos de modo a facilitar o deslocamento do conjunto com peso total de 50 toneladas.[160] E a *Última Hora* detalhava os segmentos do seguinte modo: sobre o pedestal foram assentadas as pernas até a altura do panejamento; um segundo bloco com o dorso da imagem, a cabeça e os braços; por último, o tronco da árvore, no lado posterior da imagem foi dividido em três partes.[161]

As divisões provocaram manchetes curiosas na impressa: "Pernas de São Sebastião esperam pelo tronco para a inauguração da estátua";[162] "Tronco de São Sebastião será ligado hoje às pernas que já estão no pedestal; "Santo já tem um terço no Russel".[163]

O *Correio da Manhã* colheu depoimento do próprio escultor, detalhando sua intenção: "Para maior realce – explicou sr. Dante Croce – toda a parte nua da imagem (acima da cintura) será polida, ficando o planejamento (sic) e o tronco em que foi amarrado São Sebastião, assim como o pedestal, em granito lavrado".[164] A informação é importante, mas imprecisa.

Em verdade, toda a parte nua da estátua, incluindo as pernas, é polida. O panejamento e o tronco da árvore revelam o granito um pouco menos trabalhado e mais áspero, opção estética que confere ao corpo e, por extensão, à dimensão humana da personagem, um destaque ainda maior.

Cada uma das três flechas, confeccionados em aço inoxidável, mede 45 cm[165]. A imagem tem 6 metros e 30 centímetros (ou 6 metros e oitenta, conforme informam outros[166]) e se faz assentar sobre um pedestal de 4 metros e 60[167]. Na concepção original, o pedestal seria muito maior: "A primeira maqueta previa uma estátua de 17,60 m de altura, pesando mais de 70 toneladas. O Governador vetou o projeto e o escultor Dante Croce reduziu-o então para 11,90"[168]. Segundo o Correio da Manhã: "A altura excede total excede a 12

159 *Última Hora*, quarta-feira, 20 jan. 1965, p. 3.

160 *Correio da Manhã*, terça-feira, 6 abr. 1965, p. 7.

161 *Última Hora*, segunda-feira, 12 abr. 1965, p. 2.

162 *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 7 abril 1965, 2º caderno, p. 5.

163 *Correio da Manhã*, sexta-feira, 9 abr. 1965, p. 10.

164 *Idem*, domingo, 20 jan. 1963, p. 3.

165 *Ibidem*.

166 *O Jornal* do Rio de Janeiro, sábado, 10 abr. 1965, 1ª p.

167 *Última Hora*, quarta-feira, 20 jan. 1965, p. 3

168 *Ibidem*.

metros (um terço da estátua do Cristo Redentor)".[169] A despeito inexatidão da altura, este monumento-altar representa, vale lembrar, a maior escultura em granito da Cidade.

Mas no ano do IV Centenário, São Sebastião enfrentaria ainda um *novo martírio* como classificaria um jornal[170] da época: três tentativas de inauguração!

Três Tentativas de Inauguração

A primeira inauguração estava prevista para realizar-se no dia do padroeiro, no ano do IV Centenário, 20 de janeiro de 1965.

A 8 de janeiro, o *Correio de Manhã* notificou que a Comissão recebera uma "carta do escultor Zani, à qual se achava anexada outra do marmorista Valillo, informando ambos que a 20 deste mês a estátua não estaria em perfeitas condições de ser inaugurada".[171] Os dois culpavam a pedreira Santo Amaro e o fato de as fundações terem ficado prontas muito tardiamente.

A 10 de janeiro, no entanto, o *Correio da Manhã*, registrou um severo puxão de orelha em toda a equipe: "O escultor Zani, e seus prepostos, notadamente a Marmoraria N. Sra de Fátima, sob a responsabilidade do sr. Vallilo, e a pedreira do sr. Branquinho, têm retardado nos serviços. O escultor Zani, porém, é quem tem contrato com o Instituto, sob multa no caso de inadimplemento".[172]

A 20 de janeiro de 1965, a imagem não estava concluída, como era de se esperar. Mas novamente a culpa maior foi devido ao atraso na construção da base do pedestal como se lê no *Correio da Manhã*: "SURSAN Prejudica a Festa do Padroeiro".[173]

Na data, houve a procissão do "São Sebastião de Quatro Palmos", desde a igreja dos Capuchinhos, na Haddock Lobo até o Russel. Para receber a pequena imagem trazida por Estácio de Sá, estava a imagem em gesso ampliada da escultura de Chaves Pinheiro, numa inauguração *simbólica* (e frustrante) do monumento. De qualquer modo, a cerimônia contou com imensa participação popular que atingiu um número considerável (e muito controverso) de pessoas, como se lê em três manchetes, que atestam a imprecisão contábil da imprensa da época: "Cem Mil Pessoas Louvam Padroeiro"[174] – de acordo com o Correio da Manhã; "200 mil cariocas festejaram ontem o dia do Padroeiro"[175]

169 *Correio da Manhã,* quinta-feira, 15 abril de 1965, p. 9.

170 *O Jornal* do Rio de Janeiro, sábado, 10 abr. 1965, p. 1- 3.

171 *Correio da Manhã*, sexta-feira, 8 jan. 1965.

172 *Idem*, domingo, 10 jan. 1965, p. 16.

173 *Idem*, quarta-feira, 20 jan. 1965, p. 11.

174 *Idem*, quinta-feira, 21 jan. 1965, p. 2.

175 *O Jornal* do Rio de Janeiro, quinta-feira, 21 jan. 1965, p. 8.

– registrava *O Jornal*; "Trezentas mil pessoas aplaudiram S. Sebastião no Rússel (sic)"[176] – garantia o *Jornal do Brasil*.

A inauguração do monumento foi adiada para 21 de abril: "5º aniversário do Estado da Guanabara, no mesmo dia em que a Capital da República instalava-se em Brasília, no planalto goiano".[177] Na legenda da bela foto publicada no *Correio da Manhã* constava: "A Estátua de São Sebastião já está totalmente montada no altar-monumento da praia do Russel para inauguração solene e festiva no próximo dia 21".[178]

No entanto, três dias depois da matéria acima, *O Jornal* informava:

> A comissão desse Instituto encarregada da obra cancelou a data marcada e está estudando a possibilidade de ser o monumento inaugurado no dia 27 de maio – Ascenção do Senhor – ou 17 de junho – Corpo de Deus. Por outro lado, o Governador da Guanabara está disposto a inaugurar a obra, de qualquer maneira, quarta-feira próxima".[179]

O governador queria, mas parte da comissão era contrária. Quando os representantes do poder temporal se digladiam cabe a esperança da conciliação (e da decisão final) ao poder espiritual: "D. Jaime é contra inauguração do altar a SS antes de pronto", garantia *O Jornal*.[180] O texto a seguir, ainda que contenha algumas palavras ilegíveis, merece menção justamente por ser o único que detalha as divergências dentre os integrantes IHGRJ: "A decisão do Cardeal [ilegível, talvez: procedeu ou atendeu] a desentendimentos entre os membros da Comissão porque enquanto a maioria concordou com o adiamento da inauguração, prevista anteriormente para o dia 20 (Dia do Padroeiro da Cidade) quatro diretores do Instituto Histórico da Cidade [dissentiram ou discordaram] da mesma. Na época, o Cardeal também se manifestara contrário à inauguração pelo mesmo motivo: não conclusão do monumento e não urbanização da área".[181]

Para dar conhecimento da decisão do Cardeal:

> A comissão avistou-se com o marechal Mendes de Morais, mas não pode falar ao sr. M. Paulo Filho, que se encontra em Petrópolis. O general Jonas [possivelmente Correia] secretário-geral do Instituto, ao tomar conhecimento da decisão do Cardeal, desobrigou-a da missão de transmiti-la a M. Paulo Filho, em virtude de protestos formulados pelo Luiz Di Pauli, contra atos abusivos

176 *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 21 jan. 1965, p. 3.

177 *Correio da Manhã*, quinta-feira, 15 abr. 1965, p. 9.

178 *Ibidem*.

179 O *Jornal* do Rio de Janeiro, domingo, 18 abr. 1965, 1ª p..

180 *Idem*, terça-feira, 20 abr. 1965, p. 10.

181 *Ibidem*.

> de alguns membros da Comissão Executiva, fatos que foram narrados ao Cardeal".[182]

Como se vê, a briga parece ter ido muito além de simples desentendimento. Além de *O Jornal*, a *Última Hora* cita, igualmente, o desentendimento ainda que de forma mais sucinta.[183]

É o que também comprova o próprio *Correio da Manhã*, não por palavras, mas pela ausência delas. Se antes era loquaz (com publicações sobre o tema nos dias 6, 9, 10, 11 e 15 de abril), de repente, silencia! – nada noticiando no dia 21 de abril, nem tampouco nos dias subsequentes. Depois disso, o Correio da Manhã registra apenas um chiste no dia 6 de maio: "...um guia improvisador e gozador que dizia a um bando de turistas platinos: 'Aquele lá, junto ao mar, é o monumento ao soldado desconhecido. Este aqui é monumento ao carioca desconhecido".[184]

A próxima referência a São Sebastião no Correio da Manhã ocorre apenas para anunciar a primeira missa campal a se realizar em janeiro de 1966. Isso mesmo! A primeira missa campal do monumento-altar não foi realizada no dia da inauguração do monumento em 21 de agosto 1965 devido à chuva, que implicou no cancelamento de diversos eventos planejados para a solenidade.

De todo modo, vencendo silêncios e *atos abusivos*, é possível acompanhar os eventos da terceira e efetiva inauguração através de outros veículos de imprensa:

> A cerimônia teve início às 10 horas com bênção da estátua do padroeiro pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, seguindo-se a leitura do telegrama enviado pelo Papa Paulo VI e da ata do Instituto Histórico e Geográfico alusiva à inauguração. Em nome desta entidade, discursou, logo após, o professor Antenor Nascentes, recordando as lutas entre os franceses e portugueses pela posse da cidade. Também falou sobre o mesmo tema o marechal Mendes de Moraes, integrante do Comissão Executiva do altar-monumento.[185]

> ... muitas pessoas não puderam comparecer ao local por causa da chuva, que provocou o adiamento da missa programada. Também a chuva de pétalas não chegou a ser provocada, nem compareceram as duas mil crianças de escolas públicas e católicas que iriam cantar ali o Hino da Cidade.[186]

---

182 *Ibidem*.

183 *Última Hora*, terça-feira, 20 abr. 1965, p. 7. De forma mais sucinta também noticia: "Monumento: Cardeal Pelo Adiamento".

184 *Correio da Manhã*, quinta-feira 6 maio 1965, p. 3.

185 *Tribuna da Imprensa*, segunda-feira, 23 ago. 1965, p. 6

186 *Última Hora*, segunda-feira, 23 ago. 1965, p. 7.

Três fatos devem ser destacados na terceira e efetiva inauguração:

1. Também pensou-se adiá-la, o que foi vetado pelo cardeal D. Jaime que estava com viagem marcada;
2. Não há menção ao, antes onipresente, M. Paulo Filho;
3. Recebeu destaque a relíquia de Anchieta:

> Foi entregue ao cardeal na ocasião, o fêmur do Padre Anchieta, que se encontrava na Itália, desde 1611, quando o seu corpo foi exumado em Vitória, Espírito Santo. O fêmur foi levado em cortejo desde o Palácio São Joaquim e entregue a Dom Jaime pelo Padre-jesuíta Gentil, acompanhado do embaixador da Espanha. O osso está acondicionado numa caixa de metal com tampa de vidro grosso; será levado, a partir de amanhã, a diversos hospitais [...] para que os doentes a ele dirijam as suas súplicas, pois a beatificação do Padre Anchieta, cujo processo de canonização está *em* andamento há mais de 350 anos, ainda depende da última etapa, isto é, a indicação da realização de milagres".[187]

Aqui registra-se o reencontro de S. Sebastião, cuja legendária participação bélica nas águas da cidade deveu-se aos jesuítas, com um dos cronistas mais importantes da Batalha das Canoas. Cabe destacar a determinação e a vocação dos inacianos em construir narrativas – o que é atestado pela emissão da relíquia ao Vaticano em 1611 e seu retorno às terras brasileiras 354 anos depois.

A despeito de todas os esforços, calúnias, conflitos e testemunhos de devoção e, mesmo tendo sido um movimento liderado por historiadores, a dimensão divina sempre acompanhou toda esta narrativa. E assim como a canonização de um santo depende de três milagres, aqui também, vale registrar *intervenções* deste São Sebastião no cotidiano dos homens, nem que seja para atestar a aura sagrada do monumento cívico e sua *influência celeste*.

Influência celeste

O primeiro exemplo em torno da crença miraculosa da ainda nem inaugurada imagem na praça do Russel foi registrado pelo *Jornal do Brasil* a 8 de abril de 1965:

> O proprietário do caminhão que está transportando as peças [de granito] Sr. Alcindo Pereira Machado, disse que 'sente muito prazer em executar a tarefa, mesmo sabendo que seu veículo está sofrendo grande desgaste com o peso das peças, que variam entre quatro e seis toneladas', mas espera 'que o santo ajude', como deve ter feito com o seu amigo, eletricista, que ganhou Cr$50

187 *Ibidem*.

> milhões na loteria, com um bilhete que tinha o mesmo número do caminhão: 60-35-91"[188].

Os mais céticos poderão atribuir o milagre ao caminhão, mas os homens de fé, como o motorista, dão o crédito ao santo padroeiro.

A população carioca iria muito além em sua devoção.

Se a memória do santo protetor da cidade parecia maltratada pelas disputas em torno do monumento-altar, o pouco caso da administração com o padroeiro ganhou ainda contornos mais severos com o cancelamento do feriado dedicado a São Sebastião.

Em 1966, o presidente Castelo Branco limitou a quatro os feriados municipais, em cumprimento da determinação federal, o governador Negrão de Lima cancelou justamente o feriado de São Sebastião nos anos de1966 e 1967.

Exatamente nesses anos as chuvas de janeiro atingiram níveis catastróficos com mais de 450 mortos e milhares de desabrigados. Em 1967, inclusive, houve o soterramento de uma casa e dois edifícios. A catástrofe foi prontamente associada à suspensão do feriado no dia consagrado ao padroeiro.

Segundo José Carlos Oliveira, em crônica no *Jornal do Brasil*:

> O povo, atualmente, contempla o Governo com uma espécie de hostilidade mística. 'Novas desgraças virão', afirmou um chofer de táxi, 'porque eles proibiram a procissão do santinho que saía há 400 anos. Não precisava ser feriado, mas também não era necessário impedir que a procissão saísse'. Como centenas de outras pessoas, esse homem estava disposto a perder um dia de trabalho a fim de acompanhar a imagem de São Sebastião. Até esse direito elementar lhe é agora negado, pelas autoridades de um país ocidental cristão. Ao reduzir os feriados, o Marechal Castelo Branco se rendeu ao mito de que o brasileiro é um tipo preguiçoso, que não gosta de trabalhar. A redução dos feriados tem o sentido iniludível de punição. Somos alunos desobedientes, burros, indolentes, de ilustres varões. Mas o Governador Negrão de Lima não precisava liquidar com a procissão de São Sebastião, padroeiro da Cidade. Esta é pelo menos a queixa do povo, cuja voz diziam ser a voz de Deus.[189]

Nestor de Holanda, no Diário de Notícias, acrescentou:

> Importante, porém, é que meia dúzia de exploradores da credulidade pública não continue inventando que as catástrofes verificadas aqui, em janeiro do ano passado e em janeiro deste ano, foram em virtude de ter sido revogado o decreto que determinava o feriado dedicado a São Sebastião. Porque isso

188 *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 8 de abril de 1965, página 5.

189 *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 26 de janeiro de 1967, caderno B página 3.

> é golpe torpe, dos mais ignóbeis. [...] Além do mais, que santo seria esse, tão mau, tão desumano, que provocaria catástrofes imensas para vingar-se, apenas, de um governador que não tivesse mandado fechar o comércio no dia que lhe é consagrado? Um monstro, porventura? Um Hitler?... Além do mais, ambos os desastres foram motivados pelas chuvas. E o chefe da seção de chuvas é São Pedro; e não São Sebastião...[190]

Atestado de superstição ou fé, o fato é que em 1968, o *Jornal do Brasil* destacava que o governador Negrão de Lima "trocou o feriado do dia 8 de dezembro – dia de N. S. da Conceição – pelo dia 20 de janeiro".[191] Por sua vez, o *Diário de Notícias* comentou:

> O governador Negrão de Lima, ao decretar finalmente o feriado de São Sebastião, depois de suas hesitações costumeiras, já se sentia satisfeito consigo mesmo, pensando que a medida solucionaria o problema das inundações permanentes do Rio. Mas a par da influência celeste do guerreiro, é necessário também um pouco de trabalho técnico (...).[192]

Com ou sem trabalho técnico, o ano de 1968 não registrou inundação, enchente nem desabamento. E 20 de janeiro voltou a ser feriado.

Por tudo o que se expôs, nota-se a força de reinvenção de um símbolo. Imagem ora apropriada pela religião, ora ressignificada pela política, São Sebastião parece estar sempre, muito ligado, à busca pela origem, pelo que a cidade tem de legítimo e mais seu, à gema do *carioca da gema*.

Uma história, plena de rupturas, mas com surpreendentes gestos de continuidades que se estende desde 1881 até 1965 – e, até os nossos dias, através da devoção de muitos.

Atravessa o tempo e as matérias, idealizando-se em gesso, valorizando-se em mármore até conquistar a praça em granito.

Referências bibliográficas

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

FONTES, Nylton Lago Ilhas. *Lembranças do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s/ed., 2001.

MORAIS, Frederico de. *Monumentos urbanos: obras de arte da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Prêmio Editorial, 1999

190 *Diário de Notícias*, terça-feira, 20 jun. 1967, p. 15.

191 *Jornal do Brasil*, quarta-feira, 17 jan. 1968, 1ª p.

192 *Diário de Notícias*, 13 jul. 1967, p. 17.

LODI, Cristina (coord.). *Guia do patrimônio Cultural carioca* – Bens Tombados 2008. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.

AINBINDER, Roberto (org.). *Arte ambiente* – Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UITI, Projeto Editorial Mariana Várzea. 2010.

PAMPLONA, Patrícia (org.) *Ao amor ao público: monumentos, esculturas, chafarizes e fontes do Rio de Janeiro*; fotografias Pepe Schettino. Rio de Janeiro: ID Cultural, 2015.

BUENO, Alexei; DIAS, Vera. *Os monumentos do Rio de Janeiro* – Inventário 2015; Fotografias Jaime Acioli. Rio de Janeiro: Nau das Letras, 2015.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.

Fontes

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Periódicos

A Folha Nova (1883).

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) da Corte da Província do Rio de Janeiro (1854).

A Manhã (1944, 1948, 1950).

A Nação (1933).

A Noite (1963).

A Revista dos Melhores Escritores (1960).

A Rua: Semanário Illustrado (1919).

Brazil (1884).

Brazil Illustrado: Archivo de Conhecimento Úteis (1887).

Careta (1931, 1960).

Cidade do Rio (1898).

Correio da Manhã (1932, 1954, 1960, 1962, 1963, 1964, 1965).

Diário Carioca (1930, 1960, 1962, 1964).

Diário da Noite (1932, 1933).

Diário de Notícias (1892, 1960, 1963, 1964, 1967).

Diário do Comércio (1890).

Diário do Rio de Janeiro (1877).

Diário Fluminense (1884).

D. Quixote (1923).

Fon-Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfusiante (1923, 1924, 1926, 1927, 1930).

Gazeta da Tarde (1880, 1881, 1884).

Gazeta de Notícias (1882, 1884, 1888, 1916, 1919, 1930).

Gazetinha (1882).

Jornal do Brasil (1925, 1927, 1958, 1962, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1972).

Jornal do Commercio (1881, 1882, 1883, 1884).

Noticiário (1930).

O Cruzeiro (1955).

O Globo (1877).

O Jornal (1960, 1961, 1962, 1963, 1965).

O Malho (1923,1934).

O Mundo Ilustrado (1953).

O Paiz (1890, 1896).

Revista da Semana (1908).

Revista Illustrada (1882).

Revista Mensal Ilustrada Excelsior (1933).

Tribuna da Imprensa (1955, 1956, 1958, 1965).

Última Hora (1955, 1962, 1965, 1966).

Recebido em: 09/04/2021
Aprovado em: 17/10/2021

SANTO ANTONIO DO RELENTO

Magaly Oberlaender[1]

Resumo

Uma das maiores singularidades da religiosidade popular é a relação íntima com os santos, seu trato concreto, de igual para igual, sem o distanciamento espiritual e respeitoso pregado pelo cristianismo. A partir da originalidade devocional do insigne Santo Antonio, existe uma que se destaca – Santo Antonio do Relento. É um exemplo de devoção que, apesar de transitar entre reis e plebeus, ricos e pobres, mantém seu cerne popular – a apropriação do santo pelo povo.

Palavras-chave: Religiosidade popular; Convento de Santo Antonio do RJ; Santo Antonio do Relento; Iconografia.

Abstract

One of the greatest singularities of popular religiosity is the intimate relationship with the saints, their concrete treatment, as equals, without the spiritual and respectful distance preached by Christianity. From the devotional originality of the renowned Santo Antonio, there is one that stands out – Santo Antonio do Relento. It is an example of devotion that, despite moving between kings and commoners, rich and poor, preserves its popular core – the appropriation of the saint by the people.

Keywords: Popular religiosity; Convento de Santo Antonio do RJ; Santo Antonio do Relento; Iconography.

Muitos dos que circulam pelo Largo da Carioca desconhecem a história que cerca a imagem de terracota, colocada no frontispício do Convento de Santo Antonio. Altaneira e sempre iluminada, ela olha em direção ao mar que tempos atrás podia ser visto em sua plenitude, sem que nada interferisse na função que lhe foi confiada, de guardiã e defensora da cidade do Rio de Janeiro. Sim, é a imagem de Santo Antônio do Relento, também chamado Santo Antônio da Garoa que, segundo a lenda sustentada pela crença popular, defendeu a cidade da invasão francesa de Jean-François Duclerc, nos idos de 1710.

Diversas narrativas de cunho popular semelhantes a essa, com o mesmo personagem, ocorreram em grande parte do país. Trazidas pelos portugueses, atravessaram fronteiras no Velho Continente. É um típico exemplo de religiosidade popular que, apesar das culturas diferenciadas, consegue se reunir em torno de um denominador comum – a fé.

A nossa "*mui leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*", sabidamente, tem como padroeiro São Sebastião. Porém concorre, páreo a páreo,

1 Mestre pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

com outro santo muito querido, Santo Antônio de Pádua, também conhecido por Santo Antônio de Lisboa. É o mesmo Santo Antônio do Relento, ou Santo Antônio da Garoa, ou ainda de Santo Antônio Militar, e outros nomes mais que o povo resolve lhe aferir. E, assim, vai agradando e sendo querido por todos que o invocam. Mas, antes de se entrar especificamente nesse seu aspecto peculiar de herói, vamos conhecer um pouco as outras facetas que o compõem, cuja fama, até hoje, leva milhares de pessoas às suas igrejas.

Santo Antonio de Pádua – o intercessor do povo

A maioria dos autores concorda que o conceito de santidade é muito vasto e dependerá da forma de aplicá-lo. O reconhecimento da santidade de alguém receberá a influência cultural e política de sua época como, também, de sua região, independentemente de seu caráter religioso. As mutações sofridas pelas sociedades atuam, em longo prazo, nos sentimentos religiosos dos indivíduos e, consequentemente, nas crenças dos seus santos. A própria história da Igreja Católica demonstra que, de acordo com as necessidades da época, surgem novas devoções para desaparecerem tempos depois e ressurgirem novamente. Às vezes demorando dezenas de anos e até séculos. Mas alguns santos conseguem manter sua devoção intocável e contínua desde o tempo que viveram.

Santo Antonio, juntamente com S. Francisco de Assis, exemplificam bem essa questão. Lideram principalmente na devoção popular, só ficam atrás de Maria. A religiosidade popular é concreta, é obreira. E, a partir daí, se dá a identificação com esses dois santos, pois seus conceitos de vida os fazem próximos dos que sofrem, levando-os a buscar uma concretude, inclusive, espiritual. A palavra se perde, a obra fica. A palavra e o raciocínio não têm importância nesse mundo de sofrimento para os desvalidos. Em Portugal, uma antiga e conhecida trova já exemplificava isso:

> Santo Antonio faz sermões
> Mas ninguém os quer ouvir
> Todos ostentam razões
> E desemprego a subir.

Imagem de terracota do século XVII denominada *Santo Antonio dos Pobres*, representando o santo com a sacola de pães. Foto do acervo pessoal.

Enorme fé é dedicada, em todas as partes do mundo, a esse santo taumaturgo. Frei de Santa Maria Jaboatão nos conta que, no Brasil Colônia, quando não o tinham como orago, certamente, sua imagem fazia parte do altar-mor ou lhe era dedicado um altar lateral; enquanto, nas casas, era comum cada um dos familiares possuir sua própria imagem. É um santo que atende a todos, sem distinção. Continua sendo invocado como "Doutor Evangélico", da mesma forma que o é como "consolo dos pobres". Atendendo, assim, a teólogos como aos mais desvalidos.

Na época colonial, principalmente, os grupos mais humildes e apartados da sociedade eram seus devotos, tornando-o, inclusive, parte de seu cotidiano e de suas privações. Sobressaíam nesse meio em especial as mulheres que o tratavam com total intimidade, de igual para igual e de forma irreverente, tudo envolto em certa pureza e ingenuidade. A maioria das prostitutas eram suas

devotas, talvez por sua fama secular de santo casamenteiro, como nos relata Taunay em sua obra, "Visitantes do Brasil Colonial – séculos XVII-XVIII", ao citar um fato deveras interessante: ao receberem seus clientes em seus quartos, em respeito, fechavam os oratórios onde ficava a imagem do santo. A fama de santo arranjador de marido ainda é bem forte no país, principalmente no nordeste e interior. A criatividade da religiosidade popular sempre envolveu a crença no santo em torno da intimidade, por senti-lo próximo tratando-o de igual para igual, pela fé, ao confiar em sua proteção, e pela ingenuidade. E, podemos observar toda essa criatividade e intimidade com o santo em comportamentos bem singulares, como por exemplo, quando as moças, e também as não tão moças, ao pretenderem conseguir seu intento casamenteiro, imprimem castigos vexatórios ao santo até alcançarem sua graça. Os mais comuns eram colocá-lo de cabeça para baixo num balde ou em qualquer outro recipiente com água. Outro castigo que é muito comum, porém menos extremado, era virá-lo de cara para a parede ou roubar-lhe o Menino Jesus dos braços, que só seria devolvido ao pobre santo quando atendesse seu pedido. Entretanto não é privilégio do Brasil esse interessante aspecto da religiosidade popular. É relatado sobretudo no Chile e em Portugal. Essa fama de arranjador de namorado, noivo ou marido vem desde o século XIII, época em que viveu e se refere a um milagre recebido por uma moça pobre que, ao invocar o santo, ele a atendeu providenciando o dote necessário para seu casamento. Numerosas trovas invocativas são encontradas no cancioneiro popular mundial. Vejamos:

Literatura de cordel representando um dos castigos impostos ao santo pela moça casadoira.

Santo Antonio de Lisboa,
Casamenteiro das moças
Que casadas deixas muitas
E solteiras deixas poucas.
Santo Antonio milagroso

Atende este meu pedido
Prepara meu namorado
Para ser meu marido.

Entretanto, outras já colocaram em dúvida o poder do santo casamenteiro, preterindo-o e levando mais fé em s. Valentim.

Santo Antonio é solteiro
Nunca vai casar ninguém
Peça ao santo padroeiro
Valentino é do bem.

Foto representando um dos castigos impostos a Santo Antonio.

O santo é tratado de igual para igual, imputando-lhe erros, sentimentos e outras qualidades ou defeitos humanos, como qualquer simples mortal, levando em conta as necessidades de cada um. Invocam-no como pai, devido a sua proteção e firmeza. Mas, também, como mãe, por ser sua figura amorosa e acolhedora. O folclore da América Latina provenientes do Chile, Colômbia, Venezuela, Argentina, México, Cuba, Uruguai, Paraguai e Equador tem magníficos exemplos da intimidade com o santo, como nos relata o estudo de frei Maximiliano Salinas, OFM. Santo Antonio absorveu culturalmente várias manifestações

populares, sedimentando-as. A partir daí, ao longo dos séculos, foram surgindo diferentes invocações que lhe são dirigidas oriundas da Europa e da América Latina – todas através da tradição oral. Tais como.

Encontrar objetos perdidos ou até mesmo pessoas:

> Para achar coisas perdidas,
> Peças caras, coisa à toa,
> Pessoas que são queridas,
> Peça ao santo de Lisboa.

Como padrinho:

> Santo Antonio de Lisboa,
> Meu padrinho e protetor,
> Seja meu advogado
> Aos pés de Nosso Senhor.

Para inconvenientes da vida diária, como acalmar um burro bravo:

> Santo Antonio Pequenino
> "Mansador" de burro bravo
> Amansa esse burro
> Que está levado do diabo.

Mas, também, usavam fazer um apanhado das diversas invocações para garantir a presença do santo em momentos importantes da vida:

> Santo Antonio foi soldado
> De cabo foi a sargento
> E vai ser o meu padrinho
> No dia do meu casamento.

Santo Antonio do Relento - defensor da cidade do Rio de Janeiro

Santo Antonio do Relento do Convento de Santo Antonio do RJ.
Foto do acervo do convento.

A história da imagem de Santo Antônio do Relento, também chamada de Santo Antônio da Garoa, posicionada no frontispício do convento no Largo da Carioca, começa bem antes de ter recebido essa titularidade dada pelo povo. Frei Basílio Rower nos relata em seu livro "Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro" que a mais antiga procissão desse santo com a referida imagem foi na época da colocação da pedra fundamental do convento, em 1608, onde o tinham como orago, citando, então, o testemunho de Frei Estevão dos Anjos. "Em 4 de junho de 1608, véspera de "Corpus Christi", se lançou a pedra na igreja desta Casa de Sto. Antonio do Rio de Janeiro... Levaram em uma charola a pedra, e Santo Antonio em cima em solene procissão e acompanhamento do povo..."

Uma ocorrência pitoresca, envolvendo o imaginário popular, cerca essa escultura de terracota segundo nos é relatado por Monsenhor Pizarro, em "Memórias Históricas do Rio de Janeiro". Em 1621, segundo documentos, a referida imagem, inicialmente realizada para a capela mor, teve seu corpo feito pelo frade porteiro e a cabeça por uma pessoa acolhida pelos frades para jantar. Porém a criatividade popular imediatamente tomou para si a história de seu in-

tercessor, reinventando-a. Talvez para santificá-lo mais que já o era. Para o povo, então, a história passou a ser outra, como segue. Os frades já estavam desolados após várias tentativas, sem sucesso, na realização da cabeça do santo, sem que nenhuma se adaptasse ao corpo, ora ficava grande ora pequena. Numa noite, bateram no convento e, ao abrir, o irmão porteiro se deparou com uma cabeça deixada na porta que, coincidentemente, ficou perfeita no santo, "como obra fabricada por mãos sobrenaturais". A partir daí, tornou-se milagrosa. *Se non è vero, è molto ben trovato.* Iconograficamente, esta imagem de Santo Antonio do Relento foi realizada para portar somente um livro, como pode ser constatado pela postura do menino em relação ao santo, mesmo sendo levado em consideração o porte hirto da imagem e a parecença na elaboração das duas cabeças. E, assim sendo, indica ser sua mais antiga representação iconográfica: o livro significando a palavra de Deus e, também, representando algumas virtudes como a justiça e a prudência. Outros atributos como o Menino Jesus, o lírio ou açucena, apesar de estarem sempre presentes, vieram posteriormente. Somente a partir do Concílio de Trento é que será introduzida a cruz em suas imagens, significando o Cristo e, também, a ligação entre o céu e a Terra através das linhas vertical e horizontal.

Santo Antonio do Relento do Convento de Santo Antonio do RJ.
Foto do acervo do convento.

Mas, posto isso, voltemos para a grande façanha desse santo pertencente ao convento que leva seu nome. Pela ocasião da invasão francesa de 1710 chefiada por Jean François Duclerc, sua imagem foi colocada na muralha do convento empunhando um bastão outrora pertencente ao General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, governador à época da Colônia do Sacramento, que bravamente defendeu a colônia com número infinitamente inferior de portugueses de um cerco dos espanhóis que a atacaram, por mais de seis meses, por terra e mar. Apesar de não sair vitorioso do sítio imposto, também não se rendeu. E essa façanha atribuiu ao santo e entregou seu bastão de comando no dito convento ao se mudar para o Rio de Janeiro em 1705, como gratidão pela proteção recebida. O governador de então, Francisco de Castro Morais, também devoto do santo, o nomeia Capitão de Infantaria, inclusive com direito a soldo igualado aos outros da mesma patente, e o coloca com o referido bastão na muralha do convento para defender a cidade. Sendo que, somente em 1779 quando da construção da portaria, a colocaram no lugar atual, iluminando-a dia e noite. E, assim, como já ocorria em outros estados e países, o santo começa a ter uma carreira militar também no Rio de Janeiro.

Santo Antonio protegendo os espanhóis em Oran.
Gravura do livro Antonius Von Padua, Frei Beda Kleinschmidt OFM.

O Santo Antonio Militar é produto do imaginário da religiosidade popular. Como é um santo que atende aos mais diferentes tipos de aflições do povo, por que não o socorrer na defesa de seu país? A crença na sua ação militar se originou diante de seu forte histórico no combate às heresias, de sua vida missionária e de permanentes e infatigáveis lutas defendendo a justiça social. A partir daí, conferiram-lhe esse direito e deu-se início a sua triunfante carreira militar. Ocupou várias patentes, principalmente no Exército, seja no Brasil como em outros países, com direito a soldo e tudo mais que lhe era devido de acordo com a posição exercida. Para todos sua presença era real e concreta. Era tido como herói ao defender, não somente aqueles que lhe eram fiéis, mas todo país. Frei Francisco van der Poel nos traz do Museu de Lisboa (antigo Museu Antoniano), essa estrofe popular inscrita num prato de porcelana de seu acervo.

> Santo Antonio assentou praça
>
> Foi El-Rei que assim mandou
>
> É soldado como a gente
>
> Com a gente na guerra andou.

No Brasil a carreira a carreira militar de Santo Antonio teve início pouco tempo depois do descobrimento, pelos idos de 1595. Conta-nos a lenda que os hereges luteranos franceses ao passar por Arguin, costa africana, para atacar a Bahia, trataram com violência seus habitantes e ultrajaram a imagem do santo no local. E, ao perseverarem no intuito de atacar a Bahia, o santo veio bravamente em defesa do território baiano. Como resultado desse feito, Santo Antonio, além de se tornar o primeiro padroeiro da cidade, ganhou também soldo de praça de soldado *intertenido* na Fortaleza de Santo Antonio da Barra.

Sua carreira militar, partindo da Bahia, espalhou-se por quase todo o território nacional, agraciando-o com insígnias militares. Em 1685, em Pernambuco, foi convocado para defender os portugueses na conquista do Quilombo dos Palmares, apesar de ser uma situação não muito digna de um santo, assentaram-lhe praça passando, logo depois, a tenente. Ao continuar esse bravo militar a atuar em constantes defesas do Brasil, mais especificamente na Bahia, em 1705, Governador Dom Rodrigo da Costa pede o assentamento de praça como Capitão com seus soldos entregues ao Convento de São Francisco na Bahia. Apesar de a Carta Régia confirmar, El-Rei faz uma repreensão. Cabe aqui a transcrição de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, em seu *Novo Orbe Serafico Brasilico*, da decisão do rei**,** seguida da reprimenda real:

> Officiaes da camara da Cidade da Bahia. Eu El-Rey Vos envio muito saudar. Havendo visto o que me escrevestes, e o assento que tomastes para se dar ao Glorioso Santo Antonio Sito em o convento de São Francisco, desta Cidade o soldo de capitão Internido do Forte de Santo Antonio da Barra, assentando-se-

> -lhe delle praça, e o que se me representou em nome do mesmo Santo para effeito de se continuar com ella: Fuy servido resolver se continue com a dita praça, como se assentou nesse Senado; com declaração porém, que a importancia desses soldos se aplicarão, ou à festa em que se celebra o mesmo Santo, ou para ornato da sua mesma Capella. De que me parece avisar-vos para terdes entendido a resolução que fui servido tomar nessa materia, advertindo--vos quenão deveis fazer semelhantes despezas pela vossa authoridade, sem primeiro me dares conta, pois os effeitos, que administráes são da Fazenda Real, que não podeis distribuir sem permissão minha. Escripta em Lisboa a sette de Abril de mil e sette centos e sete. Rey

Já em Goiás, no ano de 1750, foi capitão. Porém foi em São Paulo, em 1771, que obteve o posto mais alto, chegando a ser coronel em suas tropas. Mas nem tudo foi honra e glória para o nosso estimado santo. No Espírito Santo e na Paraíba sua situação foi a de um simples praça de início de carreira, sendo que nesta última capitania ainda teve que dividir seu soldo e posto com São Francisco Xavier e São Bento. Os três foram soldados rasos.

Mas tanta proteção às capitanias, acabou por despertar ciúmes em Minas, sentindo-se preterida. E, diante de tal situação, encaminhou a seguinte petição a Dona Maria I: "não hé esta Capital de Minas de menos merecimento, antes que se lhe deve reputar vantagem e mais necessidade e Proteção, e de um Braço Superior que a defenda pêlo pequeno número de seus habitantes."

E, em 1799, através de Carta Régia, era alçado ao posto de Capitão de Cavalaria o Santo Antonio da Matriz do Pilar de Vila Rica.

E a história não parou aí. D. João, seu fiel devoto, em agradecimento por haver salvo a monarquia da crise que atravessava e, também, pedindo-lhe interceder para sua inteira restauração, concede-lhe em 1810 a patente de sargento-mor, ou major de infantaria. Logo após, quando já havia se tornado Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, o Decreto de 26 de junho de 1814 novamente lhe outorga outra promoção, elevando Santo Antonio a tenente-coronel, em reconhecimento à ajuda do santo na paz instaurada na monarquia portuguesa. E, ainda no mesmo ano, em 13 de agosto, conferiu-lhe, também, a Grã-Cruz de Cristo.

Um dos inúmeros fatos pitorescos cercando a longeva carreira militar de Santo Antonio no Brasil nos é contado por Frei Basílio Röwer. O soldo pago ao santo era inicialmente administrado pelo Provedor da Fazenda Real que decidia sobre os gastos e a maneira que seriam aplicados nas festividades e nos atos litúrgicos. Os frades por pertencerem a uma Ordem mendicante, ficavam muito incomodados com o luxo e coisas desnecessárias selecionadas pelo provedor em detrimento do essencial e do simples, não fazendo jus aos votos da Ordem que pertenciam. Além desse desconforto, os desmandos do provedor em as-

suntos estritamente de ordem interna, somado aos atrasos dos pagamentos resolveram, naquele momento, se fazerem representar a El-Rei de Portugal pedindo sua intervenção nessa situação insustentável. Dom José, sensibilizado pelo pedido, atende e passa a administração total dos recursos provenientes do soldo do santo, recebidos em três parcelas anuais, para o guardião do convento para aplicá-lo à maneira que lhe prouvesse.

Com o advento da República e o consequente término do padroado no Brasil pela Constituição de 1891, com a separação da Igreja do Estado, a brilhante carreira militar do santo começou a sofrer abalo com fortes contestações. Entretanto, o marechal Floriano Peixoto, sensibilizado pelas rogativas do Frei João do Amor Divino Costa, encontrou um meio termo prorrogando a continuidade do pagamento do soldo ao valoroso santo até a invalidação do decreto de 26 de junho de 1814. E, assim foi feito até 1911, quando foi suspenso, apesar do decreto não ter sido anulado. Na mesma data, o ministro da Justiça executou o sequestro do convento com todos seus bens. Com a destituição de sua patente secular, chega ao seu final a longeva carreira militar de Santo Antônio no Brasil, para infortúnio dos frades franciscanos.

Mas não foi só o Brasil o detentor dessa originalidade. Seus feitos como defensor sempre correram mundo. Seu nascedouro, como era de se esperar, foi Portugal, sua terra natal, no período da União Ibérica (1580-1640) quando da luta do país para se libertar do domínio espanhol. A partir de então, Santo Antonio militar ganhará o resto da Península Ibérica, suas colônias, estendendo-se para o resto da Europa. Ao ser introduzido na Índia, sua profissão será transformada em militar acionista de sociedades anônimas em Goa. E, os dividendos recebidos pela nova profissão eram encaminhados aos pobres. Na Espanha, em 1731, retorna sua carreira militar e toma posse como Almirante de Espanha, quando o rei Felipe V conquista Oran de forma inédita. Em *Antonius Von Padua*, Frei Beda Kleinschmidt OFM, relata o inusitado dessa conquista. O Almirante da esquadra coloca na imagem do santo seu bastão de comando, suas insígnias, sua espada e chapéu e modestamente pede sua proteção: "Sois vós, ó Santo Antonio quem deverá conquistar Oran, eu não tenho forças para isso... Daqui por diante, ó Santo Antonio, sereis vós o Almirante, e eu vosso soldado."

O feito do santo continua a se disseminar, atravessando fronteiras e entrará na Baviera, onde é retratado num convento franciscano em Hammelburg, comprovando sua passagem no local e, em outra cidade, Partenkirchen, onde ganhará as insígnias de oficial. Enquanto na Áustria, em Rietz no Tirol, segundo frei Beda, essa devoção torna-se bem forte entre os camponeses, atravessando séculos. Em todas as festas de *Corpus Christi* e do Sagrado Coração de Jesus, eles passaram a substituir o Menino Jesus e o lírio do Santo Antonio do altar por uma faixa atravessada em seu corpo, um bastão de comando, uma espada

e um chapéu de plumas. E, daí, pomposamente, o carregam em procissão, escoltado por atiradores tipicamente trajados.

Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua, como o chamar? Até os dias de hoje Portugal, sua terra natal, disputa sua devoção com a Itália, onde vivenciou mais sua vida religiosa. A multiplicidade de seus devotos compostos de reis e plebeus, burgueses e proletários, beatas e prostitutas, ricos e pobres tomaram as nações do Velho e do Novo Mundo através da força da religiosidade popular. E aqui, podemos fechar a questão citando Leão XIII que o chamou de "santo de todo mundo".

Santo Antonio de Lisboa com as insígnias militares.

Religiosidade popular

Ao nos determos um pouco na origem da religiosidade popular, uma explicação para sua força tão grande de penetração pode ser encontrada. Seu nascedouro foi junto com o cristianismo, colaborando, sobretudo, para sua rápida expansão. Apesar de não ser muito bem explicado esse fato, já que existiam sérios impedimentos financeiros e de deslocamentos, alguns autores atribuem aos martírios e à evangelização. Hoonaert discorda dessa postura, afirmando que, apesar de muitos terem sido submetidos às situações humilhantes, os mártires não foram tantos e as perseguições não foram por longos períodos. Devendo-se, sim, essa expansão à religiosidade popular.

Quase todos os escritos sobre a origem do cristianismo se detêm sobre a história da classe dirigente, sem falar sobre a religião cotidiana do povo. Assim o fizeram Aristóteles, Sêneca, Plotino, Platão e outros. Foi através da arqueologia realizada em sítios habitados pelos primeiros cristãos que a questão se esclareceu definitivamente mostrando como se deu a passagem do culto politeísta ao deus monoteísta cristão. Cristo tomou o lugar de Asclépio e Maria o de Ísis. Asclépio era o único deus que se envolvia com os sofrimentos humanos e o povo buscava sua intervenção divina nos problemas cotidianos, principalmente àqueles concernentes à má administração romana da saúde pública. E durante os três séculos que sucederam o cristianismo foi, aos poucos, sendo substituído pela figura do Cristo impresso nas pedras das catacumbas. E assim foi até Teodósio. Do mesmo modo, Isis sentada no trono com seu filho Horus nos braços, simbolizando a "rainha do céu", o amor e proteção materna será substituída por Maria e em seus templos ergueram-se rústicas igrejas.

Essa substituição dos deuses pagãos por Cristo e Maria ocorreu devido o cristianismo ter se mostrado mais próximo ao sofrimento do pobre, tomando-o para si de forma mais eficaz. Não foi o combate aos deuses que o tornou vencedor. Mas, sim, atendendo às necessidades do povo. Ocorria do seguinte modo: uma caixa comunitária era mantida para atender aos casos de urgência; alimentos eram oferecidos no dia pós jejum; abrigos eram criados para viúvas, órfãos e outros necessitados nas comunidades; constantes visitas eram feitas aos enfermos, presos e pessoas carentes de conforto emocional e espiritual; e, finalmente, serviços fúnebres eram fornecidos para atender, não somente à comunidade cristã, mas quem deles precisasse.

E, com essa prática, se dirigiu, essencialmente, às classes menos favorecidas, o retorno veio de imediato na forma da religiosidade popular. O povo se apropria, então, de Cristo e Maria. Não como a Igreja os vê e quer, mas, sim, com uma proximidade que ela condenava. Devido a isso, a Igreja como instituição oferecerá grande resistência em aceitar a força dessa religiosidade. Somente entre os séculos IV e V que entenderá esse poder. Grandes discussões foram realizadas em torno de como apresentar as imagens do Cristo e de Maria, teologicamente, para ter aceitação pela fé popular. E, finalmente, chegaram à conclusão que dependem dessa fé popular para sobreviver, mesmo indo contra os cânones prescritos em todos os concílios.

Ao se fazer um corte para o Brasil, temos um país formado por brancos, negros, índios, mulatos e mestiços e, com isso, um catolicismo totalmente vivenciado dentro da singularidade própria da religiosidade popular, com misticismo e exteriorização manifestos através dos cultos e da teatralidade. Vida e fé são amalgamadas no cotidiano do povo. Isso ocorreu que, para fugir das tradicionais ortodoxias impostas pela Igreja Católica visando a manutenção do

controle sobre seus adeptos e, consequente não reconhecimento de suas necessidades, buscando apenas um encontro com o divino, num puro sentimento de comunhão, o povo partiu para manifestações diretas e imediatas com o sagrado, sem a total ou pouca mediação institucional. Enquanto a hierarquia católica impõe seus ritos, a religiosidade popular expressa crenças pessoais que respaldam a necessidade de segurança para suas vidas incertas, incluindo uma visão de si próprio e da concretude do mundo em que vivem. A religiosidade tem um perfil utilitário ao buscar graças e milagres e os santos deixam de ser abstratos, para se tornarem palpáveis, vivenciando os problemas, dores e quereres do povo.

Duas devoções vindas de Portugal formaram a base da religiosidade popular no Brasil: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Utilizadas na catequese, sua expansão se dará através das ordens religiosas.

No século XVI ocorreu um acelerado crescimento para as Irmandades dos Pretos em Portugal. Uma possível explicação para o ocorrido seria por elas atenderem suas necessidades espirituais, além de contarem com uma sala para reunião, assistência social durante a vida e, depois, o local para serem enterrados, além da promoção de suas festas, garantindo, assim, uma relativa independência cultural. É importante lembrar que a escravidão, desde a época da colonização da Guiné pelos portugueses, contava com o beneplácito da Igreja. O tráfico de escravos de Cabo Verde e Guiné inicia-se em 1450 e, logo a seguir, recebe a chancela eclesiástica do Papa Nicolau V, conforme a bula papal emitida e dirigida ao rei Afonso V de Portugal:

> ... nós lhe outorgamos, pelos presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades [...] e reduzir essas pessoas à escravidão perpétua". (*Dum Diversitas* de 16/06/1452).

A devoção a Nossa Senhora do Rosário foi a primeira a ser apresentada ao negro que, em sua maioria, já a conhecia da África através das irmandades, já a vendo como protetora, o que facilitou a catequese. A explicação apresentada para essa devoção cerca-se de grande criatividade. A lenda refere-se ao cristianismo banto. Relata que certa vez os brancos, donos de escravos, após pelejarem muito na remoção de uma imagem da Virgem, a mesma foi removida facilmente por um negro. A partir desse feito, principiou a crença que Nossa Senhora do Rosário havia feito sua escolha. E era pelos negros. Aceitando-os integralmente, com sua pobreza, sofrimento, reinados e tambores. Muitos atribuem a origem do congado a esta lenda. Porém, o mais provável é que a cul-

tura africana associou Maria à Iemanjá, uma de suas divindades, que igualmente acalanta os filhos e os protege das dificuldades deste mundo, representa a grande mãe. A dor e a provação passadas por Maria foram transformadas em graça e são elementos identificadores do negro com a Virgem, esperando que seus sofrimentos também sejam convertidos. A História se repete trazendo o mesmo sentido que citamos anteriormente ao nos referirmos aos primeiros tempos do cristianismo: pobreza e busca de proteção. Apesar da Maria transmitida pela evangelização não ser a mesma assimilada e cultuada pelos negros devido a seus fortes traços culturais, Nossa Senhora do Rosário, uma das titularidades de Maria, conseguiu criar um grande elo entre os religiosos e o negro. Frei Odulfo van der Vat OFM aponta a existência de uma confraria do Rosário para os escravos da Guiné, anterior a 1552, na Capitania de Pernambuco. O rei de Portugal reconhecendo a importância dessa devoção, na década de 1570, decreta que os dízimos coletados das igrejas dos negros fossem dirigidos para suas próprias igrejas e irmandades e, em 1586, é enviado ao Brasil, um jesuíta para oficializar a criação das irmandades para índios e negros. E, a partir daí, são fundadas várias irmandades do Rosário entre escravos dos engenhos.

Devido a sua história e a disseminação da devoção pelos franciscanos, o negro se identificou, de imediato, com São Benedito. Filho de escravos e de cor negra exerceu, humildemente, o trabalho de cozinheiro e guardião em convento franciscano. Sua fama espalhou-se rapidamente pelo Mediterrâneo, principalmente na Espanha e em Portugal, com a criação da primeira Irmandade de São Benedito em Lisboa, em 1619, por mouros e negros. Ao ser levado para África, acabou por se juntar com a devoção de Nossa Senhora do Rosário, daí partiram, sempre juntas, para a América portuguesa. Benedito foi pobre, negro, analfabeto e filho de escravos, e Maria, a mãe que acolhe e protege – as devoções perfeitas para os escravos. Para eles, a situação social e a cor de São Benedito e a proteção incondicional e simbólica de Maria, foram imagens importantes para produzir uma identificação inicial para, em seguida, serem fundadas as confrarias. A realidade, porém, se mostrou outra. A evangelização do negro não se deu de modo pleno, foi superficial. Mesmo após ter se convertido ao cristianismo, continuou vinculado a sua religião. A forte espiritualidade trazida da África, culturalmente já bem sedimentada, o levou a usar de alguns estratagemas para conseguir manter viva sua cultura milenar, como o uso dos santos católicos para escamotear as invocações de suas divindades para, com esse mecanismo, praticarem e serem sustentados pela fé no seu exílio. Somado a isso, as festas que, para os brancos eram simples folguedos e demonstração de fé aos santos católicos, para o negro era uma homenagem a seus antepassados, que lhes eram tão caros. Esses subterfúgios serviram para vivenciar quase plenamente a cultura de seus antepassados, fortalecendo sua fé e vivificando, a seu modo, suas crenças e costumes, além de haurir forças para dar continui-

dade a sua miserável vida. O negro podia até admitir a escravidão do corpo, mas não de sua alma. O trabalho realizado pelas irmandades pode ser considerado a primeira forma de inculturação ao reinterpretar as religiões do negro para um catolicismo diferente. As manifestações culturais eram permitidas em parte, já que cerceadas pelo acolhimento da doutrina católica e da disciplina. E pode ser confirmado por uma das festas mais populares no Brasil – a congada – cujos patronos são Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. O congado e as irmandades desses protetores têm suas conhecidas origens no campo da fé, da beleza e da criatividade, porém, estas mascaram aquela que é sua principal: a necessidade da sobrevivência. A fé o guardou, também, dos maus tratos, tornando-o mais dócil, calmo e resignado com sua situação. Essa modificação era produto dos ensinamentos recebidos pela evangelização, que o colocava como imitadores de Cristo, pois também ele havia passado por injustiças e sofrimentos morais e físicos. Por outro lado, os senhores de engenho acatavam as manifestações de fé do negro como recurso para mantê-lo passivo e, naturalmente sob controle. Joaquim Nabuco já dizia que "o limite da crueldade do senhor está, pois, na passividade do escravo".

As irmandades e todos seus costumes que as caracterizaram começaram a perder força com o fim do padroado. Eliminaram os tambores nas igrejas e consideraram desrespeitosos e de extremo mau gosto os reinados de Nossa Senhora do Rosário. O negro, então, para se tornar cristão deveria negar toda a cultura de seus antepassados. Com isso a raiz de nossa religiosidade popular sofreu um forte golpe, e só irá se recuperar um pouco, juntamente com a inculturação, a partir do Concílio do Vaticano II que voltou seu foco para a pobreza do povo e sua invulgar cultura, principalmente aquele da América Latina.

Talvez uma das maiores referências da singularidade da fé popular esteja bem retratada na obra de Ariano Suassuna, o *Auto da Compadecida,* onde conseguiu captar a essência da igreja católica no Brasil Colônia. Mostrando que se situava dentro de um imaginário da cristandade, tornando um só corpo com a sociedade da época. A religião era vivenciada de forma própria e singular por negros, mulatos e mestiços. Era permeada pela mística e exteriorização e acabará por cunhar o catolicismo brasileiro que, em consequência, irá se manifestar através dos cultos e da teatralidade. Essa peça teatral em forma de auto é um memorável clássico de nossa literatura representando um misto do universo escatológico cristão com a religiosidade popular do sertão nordestino. Mostra a relação do homem com o sagrado de forma mais direta e espontânea. Destaca o gosto pelas procissões, nivelando no mesmo patamar o sagrado e o profano e, ao mesmo tempo, apontando a substituição das práticas sacramentais pelos atos religiosos. As claras referências medievais, tanto formais e temáticas, não se cingem apenas por se tratar de um auto, com produção alegórica

e, também, satírica de perfil místico e moralizante, mas aponta, principalmente, para a própria formação do nordeste até aproximadamente o final do primeiro quartel do século XX. Ao retratar o Cristo negro, Suassuna valoriza a cultura de cada povo e, principalmente, critica o racismo advindo da europeização do catolicismo brasileiro, por ocasião da romanização iniciada no século XIX, fazendo com que congregações e ordens religiosas rejeitassem candidatos negros, mulatos e, também, brasileiros, já que eram mestiços.

> São Francisco é meu pai
> Santo Antonio é meu irmão
> Os anjos são meus parentes
> Oh, que bela geração!

A formação histórica do povo brasileiro explica um traço especial, ainda que não exclusivo, da atual cultura no Brasil: – a sua forte tendência para o sincretismo. O 'brasileirismo' pode caracterizar-se através de uma capacidade particular pela arte combinatória, por uma arguta capacidade de misturar, de mesclar tudo, de articular o um e o múltiplo, de trabalhar com a lógica da inclusão, enfim, de privilegiar a diversidade, a variedade e a complementaridade.

Conclusão

A religiosidade popular busca sempre a proteção no contato direto com o sagrado, sacralizando o seu dia-a-dia simbolicamente. O acesso a Cristo é direto, imediato, ele está perto do fiel, convivendo com ele diariamente. Mostra uma total intimidade com Deus e seus santos ou com um ser superior e entidades que lhe assessorem.

A religiosidade popular desde o seu nascedouro, quando da substituição de Asclépio por Cristo e Ísis por Maria, até os dias de hoje e acentuadamente a partir do período medieval, terá algumas características. O sagrado e o profano se confundem, podendo ser citada a prática da simonia, bem característica do catolicismo colonial; o gosto pelas procissões, festas e tudo mais que externe sua religiosidade de forma eloquente e dramática, quando o relacionamento entre o homem e o sagrado é mais direto, espontâneo e criativo, dispensando, inclusive, a mediação sacramental e doutrinal da Igreja, a proteção vem de um contato direto com o sagrado, com total intimidade com Deus e os santos; a religião é sentida de forma simples e agradável, não como algo penoso e formal; a busca é de solução imediata para situações como a fome, desejos, caprichos e outras; e, por final, a luta maniqueísta entre o bem e o mal presente em todas religiões adeptas do cristianismo.

No Brasil, a fé e a preservação, mesmo relativizada, de sua história e cultura contribuíram sobejamente para a sobrevivência do negro. Pode-se aferir esse

processo de inculturação à devoção gemelar de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, dando origem à religiosidade popular no Brasil. Sua riqueza vem da diversidade conforme apontam inúmeros e aprofundados estudos a respeito. Sob seus mais diferentes aspectos suas devoções são abrangidas. Santo Antonio de Pádua, que pode ser chamado como Santo Antonio de Lisboa ou, simplesmente Santo Antonio, é uma delas. Ele é multifacetado. Solicitado por prostitutas em busca de proteção ou por virgens casadoiras, pessoas em busca de objetos perdidos também o procuram e até monarcas, generais e outros altos representantes da sociedade creram e apelaram para o santo para a defesa de seus países. É um santo totalmente democrata e que não faz distinção entre classes. Além de arranjar tempo para distribuir pão aos pobres, amansar burros e ajudar os religiosos em seus escritos e pregações. Isso prova que a religiosidade popular, com sua concretude, não está afeta somente ao povo. A influência devocional de Santo Antonio ultrapassa barreiras sociais e intelectuais, fronteiras e continentes. Isso o faz capitanear nossa cultura religiosa popular com todo mérito, apropriando-se desse santo, enxergando nele o defensor das causas dos pobres, marginalizados e desprotegidos, quer sejam ricos ou pobres.

A rica paisagem histórico-cultural do Rio de Janeiro compõe-se de histórias como essa, partindo de uma simples imagem no alto de um convento, da riqueza apreendida nos pequenos detalhes arquitetônicos da cidade, dos lugares e fatos pitorescos muito das vezes despercebidos. E assim vai se delineando a identidade do carioca e de seu inigualável patrimônio.

Referência bibliográfica

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações.* São Paulo: EDUSP, 1971,v. 2.

BEOZZO, José Oscar (coord). *História Geral da Igreja na América Latina*. História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

CAROLI, Ernesto (org.). *Dicionário Franciscano.* Petrópolis: Vozes, 1993.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1972.

COSTA, Joaquim José da. *Breve Notícia da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedicto dos Homens Pretos do Rio- Capital do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typogr. Polytechnica, 1886.

DELUMEUAU, Jean. *O pecado e o medo – a culpabilização do Ocidente – séculos XIII a XVIII*. Bauru: EDUSC, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. *A memória do povo cristão.* Petrópolis: Vozes, 1986.

____. *Formação do catolicismo brasileiro -1550/1800*. Petrópolis: Vozes, 1991.

HORTA, Luiz Paulo (coord.). *Sagrado e profano* – XI retratos de um Brasil fim de século**.** Rio de Janeiro: Agir, 1994.

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasilico*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1859.

KLEINSCHMIDT OFM, Beda. *Antonius Von Padua.* Düsseldoff: Druck und Verlag Von L. Schwann, 1931.

MAMEDE FILHO OFM, João (org.) *Antonio, homem evangélico na América Latina.* Compilação das conferencias apresentadas no 1º Congresso Antoniano Latino--Americano. Santo André. São Paulo: O mensageiro de Santo Antonio, 1996.

NOGUEIRA, Maria Aparecida. *O cabreiro tremalhado. Ariano Suassuna e a universalidade da cultura*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

OBERLAENDER, Magaly. Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: a sobrevivência do negro no Brasil. *Revista Grande Sinal*. Petrópolis, RJ: Vozes, novembro--dezembro de 2012.

____. A religiosidade popular e seu santo preferido. *Revista Grande Sinal*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, junho 2015.

RÖWER, Basílio. *Santo Antonio – vida, milagre e culto.* Petrópolis: Vozes, 2007.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antonio de Lisboa – militar no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida.* Rio de Janeiro: Agir, 2005.

VASSALO, Lígia**.** *O sertão medieval. Origens europeias do teatro de Ariano Suassuna.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Recebido em 24/10/2021
Aprovado em: 15/11/2021

ESBOÇO TEMÁTICO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

CARLOS CHAGAS NÃO RECEBEU O PRÊMIO NOBEL

Naftale Katz[1]

Resumo

Carlos Chagas nasceu em Minas Gerais em 9 de julho de 1879 e faleceu no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1934. Carlos Chagas pode ser considerado um dos mais brilhantes cientistas brasileiros de todos os tempos. O feito de um mesmo cientista ter descoberto o agente etiológico, o inseto vetor, os animais reservatórios e a doença, parece ter sido inédito na história da medicina. Assim, não deve ser surpresa que Chagas tenha sido indicado por duas vezes para o Prêmio Nobel, infelizmente, de cada vez (1913 e 1921) por um único nomeador brasileiro. Baseados na informação de Sierra Iglesias (1990), pesquisadores brasileiros defendem a ideia de que Chagas não foi agraciado com o Prêmio Nobel devido às críticas feitas por seus colegas da Academia Nacional de Medicina. Fundamentado em dados recentemente liberados pela Fundação Nobel, este fato está sendo discutido. Uma melhor explicação para a não concessão do prêmio a Carlos Chagas talvez possa ser encontrada na credibilidade e respeito entre pesquisadores de países centrais em relação aos dos países periféricos.

Palavras-chave: Carlos Chagas; Prêmio Nobel; História da Medicina; Academia Nacional de Medicina.

Abstract

Carlos Chagas can be considered one of the brasilians scientists of the times. The fact that the same scientect discovered the etiologie agent. The vector, the animals reservoirs and disease seems to have been enprecedented in the histry of medicine. So it should come as no surprise that Chagas was nominneted twice for the Nobel Prize, infortunately, each time (1913-1921) a single brasilien nominator from Sierra Iglesias (1990). Brasilian rechearchers defend the idea that Chagas was not awardid the Nobel prize dise to criticisms made by his colleagnes at the National Academy of Medicine . Based on date recently, released by the Nobel Foundation, this fact a being discussed. A better explication for the nom awarding of the prize to Carlos Chagas can perhaps be found in the credibility and respect among reseachers from the central in relation to the peripheral countries.

Keywords: Carlos Chagas; Nobel Prize; History of Medicine; Academia Nacional de Medicina.

Na história da Medicina o feito de um mesmo cientista ter descoberto o agente causador, o inseto transmissor, animais reservatórios e a descrição anatomopatológico e o quadro clínico de uma doença parece ter sido apenas uma vez alcançada, quando da descoberta da tripanossomíase americana, realizada e denominada por Carlos Chagas (1909 a, b, c, 1910, 1922). Por estas descobertas mereceria todos e quaisquer prêmios que na época (e mesmo depois) pudessem ser concedidos em reconhecimento a uma grande descoberta. A doença de Chagas, como passaria a ser conhecida por batismo do grande clínico Miguel Couto em 1910, foi posteriormente identificada desde o sul do continente americano até o sul dos Estados Unidos em suas diferentes formas

1 Membro da Academia Mineira de Medicina; do Instituto Mineiro de História da Medicina e do Centro de Pesquisas René Rachou/FIOCRUZ, Belo Horizonte/MG, Brasil.

clínicas, sendo causa não apenas de morbidade, mas de mortalidade importante especialmente na fase em que o homem é mais produtivo.

Este trabalho discute e traz contribuições a um problema específico cuja discussão iniciou-se no Brasil no fim dos anos 1990, a respeito das razões pelas quais Carlos Chagas não foi agraciado com o prêmio Nobel de 1921.

Tudo começa com uma citação no livro de Sierra Iglesias (1990) sobre a vida e obra do pesquisador argentino Salvador Mazza, que muito contribuiu para o reconhecimento da importância da doença de Chagas na Argentina. Neste livro, na página 225, pode-se ler:

> En 1921 era propuesto para Chagas el Premio Nobel de Medicina, y cuando todo presumía que le sería otorgado, inconfesables influencias se interpusieron. El Instituto sueco se había dirigido a organismos científicos del Brasil recabando datos sobre su personalidad, sobre su obra, pero algunos de sus próprios compatriotas (increíblemente, entre ellos algunos no médicos, por lo tanto primariamente inhabilitados para juzgar el descubrimiento de la tripanosomiasis), lo desaconsejaron, siendo este año declarado desierto este codiciado lauro mundial (IGLESIAS, 1990, p. 225).

Baseados nessa informação, Coutinho (1999) e Dias (1999) iniciam uma série de artigos onde defendem como ideia altamente plausível que foi por atitudes de colegas de Chagas, especialmente os da Academia Nacional de Medicina (ANM), que a ele foi negado o prêmio Nobel (Coutinho et al, 1999). Posteriormente, fica-se sabendo que a informação contida neste parágrafo fundador foi transmitida pelo Prof. Rodolf Talice, pesquisador uruguaio, a Sierra Iglesias, o qual relatou este fato a João Carlos Pinto Dias e a José Rodrigues Coura. Como Talice havia falecido há alguns meses não foi possível ampliar esta informação (DIAS *et al.* 2009).

Várias publicações aparecem inicialmente em 1999 denominado, "Ano de Carlos Chagas" pela Organização Mundial da Saúde e por outras instituições mundiais em comemoração aos 90 anos decorridos desde a descoberta da tripanossomíase americana (Lewinsohn, 2003). A Academia Mineira de Medicina associou-se a estas comemorações com várias atividades sendo uma delas a publicação de um livro sobre Carlos Chagas onde existe uma coletânea de artigos a respeito da sua vida e obra (AMM, 1999).

Posteriormente, Lewinsohn (2003), em seu livro "Três Epidemias: Lições do Passado", no qual a doença de Chagas é uma delas, apresenta um capítulo sobre o assunto "Carlos Chagas e o Prêmio Nobel" (p. 257- 262).

É necessário registrar que estes artigos seguem sempre a mesma linha de argumentação e o que seria inicialmente evidências, com o tempo vão se transformando em afirmações, fazendo a versão virar história.

Recentemente, a Fundação Nobel publicou em seu *site* informações sobre os prêmios Nobel concebidos de 1901 a 1951. Destaque-se que por 50 anos todas as informações a respeito da escolha dos candidatos ao prêmio, nomeadores e nomeados eram mantidas em sigilo. Agora, com os dados tornados públicos, é possível aventar hipóteses diferentes para tentar entender por que Carlos Chagas não recebeu o prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia em 1921. Deve-se inicialmente salientar que houve uma intensa polêmica na Academia Nacional de Medicina iniciada em novembro de 1922, indo até o ano seguinte, quando o relatório final apresentado na reunião extraordinária de seis de dezembro de 1923 foi favorável a Carlos Chagas. Se a Fundação Nobel (ou Instituto Karolinska, responsável pela indicação dos membros que julgam o prêmio, escolhido pelo próprio Nobel para esta finalidade) tivesse enviado pedido de esclarecimento, este deveria ter sido encaminhado em 1921. Consultadas as atas da ANM daquele ano nada se encontra referente a isto. Por outro lado, a consulta à Academia, se feita, deveria ter sido encaminhada ao presidente da mesma, que na ocasião era Miguel Couto, grande admirador de Carlos Chagas. É verdade, que especialmente três membros da ANM, Afrânio Peixoto, Figueiredo de Vasconcellos e Parreiras Horta, estavam em forte disputa com Chagas, seja negando a importância da doença ou mesmo a autoria única da descoberta. Contudo, a Academia reconheceu que Chagas estava certo e que era o único descobridor da tripanossomíase americana. Assim não há nem na ANM, nem na minuciosa descrição de Carlos Chagas Filho sobre a vida de seu pai nenhuma menção a esta consulta do instituto sueco (CHAGAS FILHO, 1993, p. 293).

Afirmam os autores citados que embora não houvesse outros indicados, e Chagas ter sido o único indicado, devido à polêmica (ou melhor, às opiniões contrárias) não houve a concessão do prêmio naquele ano. Consultando as informações contidas no *site* da Fundação Nobel referentes ao ano de 1921, pode ser visto que foram 82 os que indicaram *nominator* e 42 os indicados (nominee). Carlos Chagas foi o 46º nesta lista, tendo sido indicado apenas uma vez, por Hilário de Gouvêa um oftalmologista mineiro, exercendo sua profissão no Rio de Janeiro. Na ficha da Fundação Nobel consta como otorrinolaringologista, pois na época as duas especialidades eram colocadas juntas na Sociedade de Otorrinolaringologia. Hilário de Gouvêa foi convidado pela Fundação Nobel para indicação de candidato. Neste mesmo ano, o cirurgião brasileiro C. S. de Magalhães, também nomeador oficial, indicou Patrick Manson para receber o prêmio. Dos 42 indicados havia nomes expressivos como Gley (11 indicações),

Roux (10 vezes), Sherrington (7 vezes), Duret (7vezes) e mais 24 nomeados com uma única indicação, assim como Chagas. Todavia, a comissão do Prêmio Nobel de Medicina resolveu não conceder o prêmio naquele ano. Deve-se adicionar que não foi apenas em 1921 que o prêmio não foi concedido na categoria Medicina, este fato se repetiu em 1915, 1916, 1917, 1918, 1925, 1940, 1941 e 1942 por razões desconhecidas.

A pergunta importante a ser feita é por que Chagas não foi indicado por mais ninguém em 1921?

Sabe-se que houve a indicação de seu nome em 1913 por Pirajá da Silva, o descobridor da esquistossomose mansoni no Brasil, ano em que Charles Richet foi o ganhador do prêmio pelos trabalhos em anafilaxia. Nesse ano foram indicados 63 candidatos por 118 nomeadores, e também nesta época Carlos Chagas teve uma única indicação. Para Lewinsohn (2003), a candidatura de 1913 não estava ainda madura. Esta afirmação parece não coadunar com o reconhecimento prestado a Carlos Chagas, ao receber em 1912, o Prêmio Schaudinn na Alemanha. Este era prêmio concedido a cada quatro anos pelo Instituto de Moléstias Tropicais de Hamburgo a um cientista de qualquer nacionalidade, autor da mais importante descoberta científica no campo da protozoologia. Entre as várias personalidades que compunham a comissão do prêmio estavam Koch, Von Hertwig, Büetschli, Manson, Ross, Blanchard, Roux, Metchnikoff e Oswaldo Cruz, para citar apenas alguns dos representantes dos pesquisadores da Alemanha, França, Inglaterra, Japão, Itália, Austrália, Portugal, Rússia, Estados Unidos e Brasil (CARNEIRO, 1963, p. 91).

Para Pitella (2009) que, como nós, utilizou os dados dos arquivos da Nobel Foundation disponibilizados na internet, as ligações dos membros do Instituto Karolinska e do Comitê Nobel com a comunidade científica internacional, principalmente com cientistas norte-americanos e europeus, explicam como são selecionados os nomeadores, nomeados e os premiados. De fato, para os Estados Unidos da América foram, de 1901 a 1951, selecionados 732 nomeadores, indicados 1132 e premiados 14; para a Alemanha 763, 914 e 9, respectivamente e com números semelhantes para a Inglaterra, 256, 464 e 9 premiados (Pitella, 2009). Foram, portanto, duas as indicações de Carlos Chagas feitas por dois brasileiros com oito anos de intervalo entre elas. A título de informação Robert Koch foi indicado 45 vezes, desde 1901 até receber o prêmio em 1905; Metchnikoff 56 vezes e Ehrlich 58 vezes, para citar apenas alguns exemplos. Por outro lado, registre-se que a escolha do Prêmio Nobel não é baseada na contagem de votos que os indicados recebem, embora isto deva ter importância. Outros indicados, por exemplo, receberam o prêmio com apenas um voto (Carrel) ou dois ou três (Banting, Macleod e Meyerhof). Baseado nos dados por nós coletados, concordamos com a afirmação de Pitella que a responsabilização da

polêmica sobre a doença de Chagas e a culpabilização dos médicos brasileiros pela não indicação de Chagas parece ser puramente especulativa, sem nenhuma prova concreta. (PITELLA, 2009, p. 42).

De fato, a não concessão do prêmio Nobel a Carlos Chagas, um dos nossos maiores cientistas de todos os tempos, é muito mais pela não indicação de seu nome pelas dezenas dos omeadores em todo o mundo do que por culpa dos médicos brasileiros que questionaram a sua descoberta. Aliás, a falta de reconhecimento das contribuições científicas importantes feitas por brasileiros pelos colegas de outras nacionalidades, especialmente pelos países ditos do primeiro mundo, é um fato a ser discutido. Tal aconteceu, por exemplo, com Pirajá da Silva, o descobridor da esquistossomose no Brasil (KATZ, 2008, p. 108). As relações de credibilidade e respeito entre os pesquisadores dos países centrais e os dos periféricos, merecem ser mais bem estudadas. Talvez aí residam explicações esclarecedoras.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, M.. *História da Doença de Chaga.* Curitiba, 1963.

CHAGAS C. *Nova espécie mórbida do homem, produzida por um trypanozoma (Trypanozoma cruzi)*, 1909.

CHAGAS C. *"Nova tripanozomiase humana. Estudos sobre a morfologia e o ciclo evolutivo do Schizotrypanum cruzi, n. gen., n. sp. ajente etiológico de nova entidade mórbida do homem". Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, 1909, p.159-218.

CHAGAS C. Über eine trypanossoma. *Arch. Schiffs u Tropen Hyg,* 13, 1909, p. 120-122.

CHAGAS C. "Nova entidade mórbida do homem". *Brazil Médico,* 43, 1910, p. 24; 44, p. 23-428; 45, p. 433-437.

CHAGAS, C. 1922. "Descoberta do *Trypanosoma cruzi* e verificação da tripanozomiase americana". *Retrospecto histórico.* Mem. Inst. Oswaldo Cruz, 15, p. 67-76 (número comemorativo da Independência do Brasil).

CHAGAS Filho C. Meu Pai. *Casa de Oswaldo Curz/Fiocruz,* Rio de Janeiro, 1993.

DIAS JCP. Carlos Chagas: prêmio Nobel em 1921. In: Carlos Chagas: *Coletânea de textos publicados sobre sua vida e obra.* Belo Horizonte: ACADEMIA MINEIRA DE MEDICINA, 1999, p. 212-214.

DIAS, JCP, Coura JR. & Coutinho M. *Carlos Chagas e a indicação ao prêmio Nobel,* 2009.

www.fiocruz.br/chagas. Acesso em: 13 nov. 2008.

KATZ N. The Discovery of Schistosomiasis mansoni in Brazil. *Acta Trop,* 2008, p.108: 69-71.

LEWINSOHN. R. *Três epidemias: lições do passado*. Campinas: UNICAMP, 2003.

PITELLA JEH. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.*, 2009, p. 67-72.

SIERRA, Iglesias JP. *Salvador Mazza – su Vida y su Obra – Redescubridor de la Enfermedad de Chagas*, San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 1990.

Fonte

Academia Mineira de Medicina 1999. Carlos Chagas: Coletânea de textos publicados sobre sua vida e obra. Gráfica Real Ltda., Belo Horizonte, MG, 247 p.

Recebido em 20/03/2021
Aprovado em: 20/05/2021

RIO SÃO JOÃO E O LINDO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU

Miridan Britto Falci[1]

Resumo

O artigo estuda a importância do rio São João, e da sua bacia hidrográfica, na formação e desenvolvimento da Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Procura enfocar o povoamento no século XVIII e XIX, através dos historiadores da região, observando a exploração da madeira, além de descrever as características geográficas e humanas na ocupação atual do território como áreas de fazendas de gado bovino e de búfalo. Assinala aspectos singulares da região como o morro de São João, antigo vulcão extinto há 59 milhões de anos. Por fim, ressalta a importância do litoral da região devido à bacia de Campos, a maior bacia petrolífera do Brasil, assim como relata o maravilhoso fenômeno do encontro do rio com o oceano atlântico em forma de pororoca.

Palavras-chave: Região dos Lagos; rio São João; desenvolvimento regional; historiografia; Paulo Pardal.

Abstract

The article studies the importance of the São João River, and its hydrographic basin, in the formation and development of the Lagos Region, in the state of Rio de Janeiro. It seeks to focus the population in the 18th and 19th centuries, through the historians of the region, observing the exploitation of wood, in addition to describing the geographical and human characteristics in the current occupation of the territory as areas of cattle and buffalo farms. It points out singular aspects of the region, such as the São João hill, an ancient volcano extinctic 59 million years ago. Finally, it highlights the importance of the region's coastline due to the Campos basin, the largest oil basin in Brazil, as well as reporting the wonderful phenomenon of the encounter of the river with the Atlantic Ocean in the form of pororoca.

Keywords: Region dos Lagos; hydrographic basin of the São João River; regional development; historiography; regional development; Paulo Pardal.

A região

Este artigo tem o objetivo de estudar a importância de um rio e sua bacia hidrográfica na formação e desenvolvimento de uma região. Desde as montanhas de Friburgo (faixa da Serra do Mar) até o oceano atlântico, há uma bonita região, de serras, planaltos, planícies, maciços isolados, restingas, rios e lagoas que constituem um ecossistema com uma área de 2.160 km^2.[2]

1 Professora doutora da UFRJ. Pós-doutora pela /EHESC. Paris. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)..

2 Em 1974, a Lei nº. 35 de 12 de outubro, assinada por Celio Sarzedas, estabeleceu *As normas de preservação Paisagístico-Ambiental*, junto com a *Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do INEPAC*, com o objetivo de preservar o conjunto urbano da antiga Barra de São João.

A referida região foi analisada geofisicamente pelo Comité da *Bacia LAGOS São João* e pela Superintendência Estadual de Rios e Lagos, transformada nominalmente na "área de Proteção Ambiental Federal do Rio São João/Mico Leão Dourado" pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado do Rio e demais órgãos, dentre os quais (SERLA, Feema, Ongs, Câmaras Técnicas, Associação de Pescadores da Foz do rio São João, Concessionária PROLAGOS e Concessionária Águas de Juturnaíba). O estudo resultou em três tomos (2006), com o acesso www.lagossaojoao.org.br, recebendo, também, sua edição impressa.

Hoje, nesse ecossistema, alinham-se doze pequenos municípios, que correspondem a subdivisões que foram sendo estabelecidas pelo governo com vistas às benesses dos *royalties* do petróleo litorâneo.

Na referida Bacia ou Ecossistema há muitos recursos econômicos e turísticos: as florestas, que sobem pelas montanhas, onde existia muito pau-brasil e outras chamadas de madeira de lei, embora já muito dilapidadas pela ocorrência de desmatamento para venda de madeira no Rio de Janeiro. Muitos rios, cachoeiras, lagoas, riachos e córregos perenes e intermitentes, como os rios São João, Bacaxá e Capivari, fornecem água e possibilidades de ocupação em fazendas destinadas à criação de gado bovino, de búfalos e finalmente a agricultura e a pesca. A região possui, também, muitas áreas de lazer, além de pequenas cidades e o espetacular vulcão extinto, conhecido como Morro de São João.

Fazem parte dessa bacia os seguintes municípios: Cabo Frio, (404 km, datado de 1615), Cachoeiras de Macacu, (958 km, datado de 1679), Silva Jardim, (940 km de1841), Rio Bonito, (463, km de 1841), Casemiro de Abreu (462 km de 1846), Araruama, (635 km de 1859), São Pedro da Aldeia, (358 km de 1890), Saquarema, (356 km de 1841), Rio das Ostras, (230 km de 1992), Arraial do Cabo, (158 km de 1895), Armação dos Búzios, (69 km de 1997) e Iguaba Grande, (36 km de 1997) (SERLA, 2006, P. 33).

A história municipal da região é marcada por um contínuo processo de desdobramento. De Cabo Frio e Cachoeiras de Macacu, que datavam do século XVII (1615 e 1679), por exemplo, surgiram seis municípios. Foram destacados de Macaé, no século XIX, os municípios de Casemiro de Abreu, Saquarema, enquanto, no século XX, surgiu o de São Pedro da Aldeia, destacado de Cabo Frio.

Nosso foco, neste artigo, porém, não está dirigido para o total dos municípios da região, mas para o pequeno município de Casimiro de Abreu, de 460 km (SERLA, 2006, P. 33), antigo município de Barra de São João, localizado no referido ecossistema. Nesse sentido, o trabalho discute, principalmente, a importância do Rio São João, sua beleza e sua história.

A História

A região foi ocupada pelos jesuítas no século XVII e era habitada pela tribo Saraçu, ramo dos índios Goitacás, que foram sendo exterminados. O mais antigo documento por mim encontrado é a "Memoria Historica e Documentada das aldeias de índios na Provincia do Rio de Janeiro" de Joaquim Norberto de Souza e Silva, publicada na *Revista do IHGB,* v.17 de 1854.

A região e o rio que lhe deu o nome, o rio São João, teve estudos históricos realizados por nosso ex-consórcio, Paulo Pardal, que atuou tanto no IHGB quanto no IHGRJ, engenheiro formado pela antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ, falecido em 1987.

Paulo Pardal lutou pela busca da cartografia antiga disposta tanto na mapoteca do IHGB quando no Itamaraty, e pela preservação de ruas e casarios antigos na região da Barra do Rio São João e sua preservação arquitetural. Hoje constitui um conjunto de umas 10 casas tombadas na rua chamada Beira Rio, no distrito Barra de São João, dentro do município de Casimiro de Abreu. É o trecho mais importante e bonito desse rio, próximo à sua chegada ao mar.

Além do estudo ambiental e histórico usamos trabalhos do jornalista Maurício Rocha e de Ricardo Martins de Aguiar.

O Rio São João pode ser chamado de *rio colonizador*, por ser o eixo de colonização do território que constitui os vários municípios anteriormente citados. Por sua extensão e facilidade de penetração, o rio servia de escoadouro de produtos agrícolas da região (madeira, principalmente o pau-brasil, e produtos como toucinho, cana e mandioca), que eram enviados para o Rio de Janeiro. Havia, também, o comércio de escravos que chegavam nas sumacas até o trapiche perto do rio.

O rio nasce nas Serras do Sambê a 800 m de altitude, tem um comprimento de 120 km, e a barragem de Juturnaiba, que fornece água a vários municípios da região. Teve o seu leito já retificado em alguns trechos deixando braços de meandros abandonados.

Imagens ©2021 Maxar Technologies, Maxar Technologies, Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Google, Imagens ©2021 5 km
TerraMetrics, Dados do mapa ©2021 Google

Curso do rio São João.

Além da beleza do local, devido à diversidade geográfica, o rio passa por várias paisagens e desagua no mar, na Barra de São João. Ali se situa a antiga Igreja de São João, no alto de um promontório junto à foz, de extrema beleza pela construção barroca típica do século XVIII.

A Barra de São João na Cartografia Antiga

Como nos dizem os autores pesquisados, a encantadora região do Rio de São João e todo o litoral da Capitania do Rio de Janeiro aparecem, desde o século XVI, desenhados em mapas e roteiros de diversas nacionalidades[3].

A *Memória* é o documento mais antigo a mostrar o primitivo núcleo da região. Por ela verificamos que a aldeia mais importante, no início do século XVIII, ficava longe da foz do rio. Instalara-se no interior, junto às montanhas, "na raiz das montanhas orientais dos aimorés", o aldeamento de índios criado pelo Frei jesuíta Tali. Essa aldeia recebeu, posteriormente, a denominação de Aldeia Velha de Campos Novos e coube ao padre Serafim Leite falar do itinerário dos jesuítas que iam do Colégio do Rio de Janeiro ao de Campos, visitando todas as aldeias e lugarejos.

Toda a região constitui um paraíso de calma, silêncio e bem-estar.

Importância e conhecimento de Casimiro de Abreu

Na cidade de Casimiro de Abreu nasceu e morou o poeta Casimiro de Abreu e seu pai, José Joaquim Marques de Abreu, comerciante português, fazendeiro rico e comerciante de madeiras, escravos e produtos agrícolas.

Como dissemos acima, foi na foz do rio que se estabeleceram os colonos vindos da sesmaria jesuítica de Campos Novos[4].

Em 1761, essa aldeia foi promovida a sede da freguesia de Sacra Família de Ipuca ou Sagrada Família do rio São João, que pertencia ao distrito de Cabo Frio.

Em fins do século XVIII, a população da Freguesia da Sagrada Família de Ipuca alcançava 1500 habitantes, havendo no porto grandes sumacas. A capela na foz, concluída em 1748, passou a ser o principal templo filial da freguesia.

No século XIX, por volta de 1801, estava arruinada a primitiva capela da Sagrada Família por estar o lugar sujeito a muitas epidemias. Assim sendo, a sede da freguesia foi transferida para a barra do rio, servindo de matriz a capela de São João, erguida pelos jesuítas.

Com a chegada do príncipe D. João ao Brasil, vários trechos de nosso país foram visitados oficialmente. Já em 1818, Saint Hilaire assinalou que, nos arre-

3 Ver Carta da costa do Brasil desde a Barra de Marambaia até Cabo Frio, p. 24 do livro de Ricardo Aguiar.

4 ver foto in Ricardo Martins de Aguiar, p. 29.

dores da aldeia nova, havia alguns engenhos de açúcar. Também o príncipe Maximilien informou sobre a fertilidade das terras a montante do rio, onde muito se plantava mandioca e arroz.

Na *Revista IHGB* nº. 28, de 1846, o denominado "Itinerário da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente", o desembargador Luiz Thomaz de Navarro declarava:

> ... do rio das Ostras segui por praias e campos até o rio de S. João onde há uma povoação da parte do norte e tem um registro militar. O rio é navegável por sumacas e por ele se exportam madeiras, açúcar e mantimentos e precisa de barca para a passagem de um lado a outro e dista do rio das Ostras 6 leguas e tem a passagem arrematada pela Real Fazenda.

Após os primeiros colonos, vindos da sesmaria de Campos Novos, terem navegado até a foz do rio de São João e desembarcarem à suas margens, iniciaram a criação do arraial de Barra de São João, destacando-se na paisagem o morro de São João.

Alguns anos depois, o arraial fundou a Capela de São João, bem na entrada do rio, sobre um promontório ladeado pelas águas do rio e do mar. Alguns engenhos e novas casas típicas já transformavam o cenário, alterando os traçados das ruas da então Vila de São João.

A história mais recente aponta que o município de Casemiro de Abreu surgiu em 1922, datando de 1937 o Museu no antigo trapiche e casa do pai de Casemiro, que foi reformado e doado a prefeitura. O primeiro prefeito eleito foi Antenor Jacoub.

Não há nenhum registro, até 1925, da história política e social do município, pois no incêndio do Fórum Municipal, em 1988, foram perdidos os registros que abrangiam o período de 1927 a 1950. O primeiro livro das Atas da Câmara data do ano de 1951.

O Antigo vulcão do morro de São João.

Dominando a região do Rio São João, Maurício Rocha nos fala que se encontra, no morro de mesmo nome do rio, um vestígio de vulcão, extinto há 59 milhões de anos. Diz ele:

> Enquanto a placa sulamericana afastava-se da placa africana, o território atual do estado do Rio de Janeiro esteve sobre um ponto fixo muito quente localizado a grandes profundidades da terra. Eram os hotspots os quais originaram uma série de vulcões alinhados, com idades diferentes à medida que as placas se movimentavam sobre eles. Trabalhos desenvolvidos para pesquisas de petróleo confirma a existência de vulcões no fundo do mar.

E completa mais adiante: "Os vestígios de materiais vulcânicos despejados sobre o continente e soterrados estão sendo explorados pelos poços de petróleo, na Bacia de Campos".

Sobre o aspecto do morro, diz Maurício, "a sua dimensão e sua localização desperta a atenção não só de navegantes, longe, do mar, como de outros locais terrestres como de Búzios, São Pedro da Aldeia, e Estrada Serramar."

O morro desperta um fascínio e estimula a imaginação, pois moradores próximos a ele afirmam terem ouvido ruídos surdos das profundezas, bem como tremores, e declaram até terem visto OVNIS na região.

Rio São João e o Morro São João
Fotografia de Miridan Britto Falci, 1º de abril 2021.

Imagens ©2021 Maxar Technologies, TerraMetrics, Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Imagens ©2021 CNES / Airbus, Landsat 500 m / Copernicus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2021

Localização do extinto vulcão

O rio e suas riquezas: peixes

O rio que deu o nome à região tinha uma enorme riqueza em peixes, como as corvinas, robalos, cavalos, anchovas, namorados, tainhas, camarões, ostras, espécies de golfinho, muitos agora em extinção. Hoje, pelo assoreamento da foz não entram mais os grandes barcos e sumacas. O porto foi deslocado para outro ponto, hoje município de Cabo Frio.

Barra do Rio São João (a esquerda existe um pantanal)
Fonte: GUERRA, Antonio Teixeira, 1924-1968;
Jablonsky/ Tibor, 1958, IBGE.

A foz, as marés e o diário do movimento do rio

Durante várias horas o rio corre tranquilo, com seus peixes, lontras, barcos de pesca, barcos de lazer, *jet-skis*, siris e caranguejos escondidos nas margens, além de garças sobrevoando.

Mas o que é mais encantador, no trecho de cerca de 1 km perto da sua foz, é a luta que o rio faz com o mar. Nas quatro marés que ocorrem em um dia, mais ou menos às 6 da manhã, as 12, as 18 e às 24 horas dá-se um fenômeno maravilhoso. Por volta de 6 horas de intervalo, o rio começa a brigar com o mar. É a hora da maré alta.

O rio quer sair e o mar quer entrar. O rio esgueira-se, se aperta, se divide em vários canais e o mar, às vezes furioso, se agita e transborda pelas margens. Lembra até o fenômeno da pororoca, ou a entrada do Rio Negro no Rio Solimões. As águas, já agora misturadas, sobem e ultrapassam a construção de pedra nas margens. Passada essa disputa do mar com o rio, ele segue o seu destino: o de desaguar suas águas no oceano.

E nessa paz, que volta depois de cinco a seis horas, os pescadores amadores podem lançar suas redes e seus anzóis, os robalos podem aparecer, os siris e toda a natureza que ficou aguardando e esperando fenômeno passar se apresentam.

A tranquilidade do rio
Fonte: foto de Miridan Britto Falci,
1º de abril de 2021.

As atividades econômicas principais nas áreas costeiras são o turismo, veraneio, exploração do petróleo em alto mar e a pesca... Já no interior, destaca-se a agropecuária, bem como a produção de cana de açúcar, arroz, mandioca, banana, coco, feijão, inhame, mamão, maracujá e milho, além das gramíneas e forrageiras plantadas. A irrigação se faz presente na bacia do rio, tanto a montante quanto a jusante da represa de Juturnaíba. Há também a extração de sal em Araruama.

A região do litoral

Poucos locais da costa evocam tanto a história do Brasil como o Cabo Frio, o mais célebre acidente geográfico da região, com quinze pontas, cinco praias, costões rochosos, morros e a cidade de Arraial do Cabo.

O oceano, ao redor da região, tem uma importância vital para a população. É utilizado para o turismo, a recreação, a pesca, o transporte e extração de petróleo e gás e muitas outras atividades. No leito submarino encontra-se a bacia de campos responsável por mais de 60% da produção de óleo no Brasil onde estão os principais campos de petróleo do Brasil.

Ou seja, também o litoral reúne ecossistemas tendo um total de 66 praias.

Conclusão

Área extremamente importante do estado do Rio, a região analisada destaca-se por sua história, beleza e atividades econômicas. E é isso que esse artigo pretende mostrar, principalmente como certos rios brasileiros – como o rio São

João – foram eixos de irradiação para o interior e fator de fixação de populações.

Referências bibliográficas

Comitê da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos e do Rio São João. 3 tomos, 2006. Governo do Estado do Rio, Serla, FEEMA. Ed. Himalaia Comunicações. www.himalaia.com.

PARDAL, Paulo. "Rio São João. Núcleo do Município de Casimiro de Abreu". *Revista do Instituto Geográfico do Rio de Janeiro*, número especial do 30º aniversário. ERCA Editora e Gráfica Ltda., 1987.

AGUIAR, Ricardo Martins. *Barra de São João & Casimiro de Abreu*. 1ª ed. Noticias Históricas da Terra do Poeta / Ricardo.- RJ, Gráfica e Editora Poema, 2009.

ROCHA, Maurício. Casimiro de Abreu. *Do Poeta e o Município*. il. Fotos tiradas pelo autor por drones. mauríciorocha06@yahoo.br.facebook, 2006.

ROCHA, Maurício. *Morro São João*. Vulcão Extinto e Monumento Geológico. Rio das Ostras, 2003.

Recebido em: 13/05/2021
Aprovado em: 07/03/2021

RESENHAS DE LIVROS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

MARIA GRAHAM: UMA INGLESA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Miridan Britto Falci[1]

PORTO, Denise. *Maria Graham:* Uma inglesa na independência do Brasil. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: CRV, 2020.

Fazer uma resenha é um ato de amor. De crença, de prazer.

É ler um trabalho ou um livro e jogar seus sonhos para um monte de sentimentos, de imagens, boas e ruins.

É imaginar-se em um outro local.

E essa crença me acompanha no trabalho de Denise G. Porto quando nele descreve a inglesa que aqui viveu na cidade colonial, observando e sentindo as ruas com o cotidiano da cidade, conhecendo ricos e pobres, vivendo na floresta ou vivendo no palácio da Quinta da Boa Vista. Um prazer também quando tomamos conhecimento quanto aos documentos oficiais sobre a Guerra da independência no Nordeste, principalmente na Bahia e Maranhão.

Este trabalho revela uma pesquisa primorosa de documentos inéditos sobre as atividades da conhecida escritora e estrangeira MARIA GRAHAM na "construção de uma narrativa historiográfica sobre o Brasil Oitocentista – 1821-1825".

E nos dá oportunidade, também, de conhecer essa figura de pesquisadora ímpar, a Denise Maria Couto Gomes Porto, mestre e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil, sob a orientação de Mary Del Priore, na Universidade Salgado de Oliveira. Extremamente dedicada, envolvida a fundo naquilo que faz e de uma extrema seriedade. E não será fácil mostrar ao leitor, que se debruça sobre este trabalho, a importância da obra e os aspectos mais interessantes. Tentaremos fazer aqui uma síntese do que Denise nos revelou.

Apresentado como dissertação de mestrado do Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira a professora trouxe uma contri-

1 Professora doutora da UFRJ. Pós-doutora pela /EHESC. Paris. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)..

buição importantíssima aos estudos sobre o Rio de Janeiro, a voz da mulher e o Brasil Oitocentista, escravidão, as crises políticas e a vida palaciana no Brasil recém-independente. O mestrado em História da UNIVERSO tem tido a oportunidade de revelar diversos estudos das formas de viver (escrava e livre) além de preocupar-se, também com a história regional. Mas os mestrandos da USO, liderados pela figura magnífica da doutora Mary Del Priore, levantam acervos existentes em seus municípios, criam diálogos e constroem reflexões sobre mulheres na escrita de si, e na subjetividade de suas vidas. O trabalho de Denise constituiu-se em um profundo resgate histórico de documentação específica, usando as fontes primarias e estudos sobre Graham (intelectual do século XIX) e sua vida no Brasil de 1821 a 1825.

O importante testemunho das desigualdades sociais como motivo do atraso econômico e cultural do Brasil ali estão estudados e refletidos. Fala da época em relação a costumes, psicologia da vida política no Brasil, e à vida na corte.

Graham nos mostra a mentalidade iluminista e liberal da vanguarda intelectual feminina Oitocentista europeia. As narrativas da escritora refletem as influências ideológicas que a inspiraram. Mas o que mais nos fascina nessa dissertação – tese é a percepção do que é a escrita de si de um diário e principalmente de uma mulher.

Muitas vezes nos apaixonamos lendo as descrições da alma feminina por Denise, através da percepção de um Michel Foucault, de Mary Del Priore e Natal Wachtel. Ela conseguiu compor um texto redacional muito interessante.

O estudo alarga fronteiras, acrescenta novas informações e desnuda questões específicas relativas a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro em suas crises nos primeiros anos dos Oitocentos.

A autora divide seu trabalho em três partes bem distintas: na primeira parte, interpreta a crise nas províncias de Pernambuco, Bahia e no próprio Rio; na segunda faz a conexão entre a voz subjetiva do seu universo privado e do olhar político sobre a vida pública. É uma parte EXCELENTE. Na terceira parte, também magnífica!!!! interpreta os diálogos diplomáticos e intrigas palacianas, as tensões e rupturas na sua vida.

Denise interpreta e escreve sobre os arranjos políticos e sobre a Confederação do Equador. E aí está uma nova análise.

Usando também Evaldo Cabral de Mello Denise percebeu o pensamento de Cochrane sobre a contestação pernambucana com os quais Graham concordava e declarava: "nada me será mais agradável do que assumir o papel de mediador para impedir as perseguições, a efusão de sangue e a destruição" (MELLO, *R.IHGB*, 221, p. 17).

Mas quem era Maria Graham?

A sua obra *Little Arthur's History of England* (London, John Murray, 1835) foi o maior sucesso da autora, alcançando mais de 70 edições, com edição atualizada em 1937, com mais de 800 mil cópias.

Publicado em diversas línguas teve somente uma edição em português, graças à tradução e publicação do punho do acadêmico piauiense Bugyja Britto, em 1941/1943, com o título *História da Inglaterra do pequeno Rei Arthur* (BRITTO, 1989). Ela havia feito essa História da Inglaterra pensando em como ensinar a D. Maria da Glória, a futura aluna, filha de D. Pedro I, a história do seu país.

Graham nascera de um pai erudito inglês, estudou literatura, arte, desenho, filosofia e história natural, adepta das ideias do liberalismo político tipicamente britânico.

Denise mostra que, quando a escritora chegou ao Brasil, em 1821, a bordo da fragata inglesa Doris, já era conhecida na Inglaterra por ter publicado com sucesso três diários de viagem e um livro de memórias[2].

Foi o tempo em que a observação "do mundo natural, o registro das cenas cotidianas e as experiências testemunhadas *in situ* seduziram gerações de escritoras e viajantes homens e mulheres".

O corpus documental se compõe dos textos de Graham e os livros de outros autores que a conheceram e com ela conviveram.

Utiliza Lacombe em seu *Correspondência de Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*, (B. Horizonte, 1997), e de autoria de Maria Graham, *O Diário de uma viagem ao Brasil*, (B. Horizonte, 1990) e algo do *Diário de mi residência em Chile* (Madri, 1964).

Seria difícil tentar valorizar o que Denise escreveu sobre Graham. Mas a sua segunda parte é apaixonante.

Denise recompõe o Diário pela análise da sua escrita. Denise sente em Graham a mulher, a política, a escritora. Denise percebe a mulher intelectual do Oitocentos e cito o belíssimo trecho:

> Ninguém diga que está muito infeliz para receber qualquer consolo. Eu por exemplo, estou sozinha, viúva, em terra estranha, minha saúde está fraca e meus nervos irritados, não tenho riqueza nem posição, sou forçada a receber

2 Ao longo de sua vida publicou o total de dezessete obras, entre livros de viagem, História, arte, botânica e infantil. O *Journal of a Voyage to Brasil and Residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, publicado em London, por John Murray, 1824 é um dos livros de viagem e memórias descrevendo os países que esteve com o marido almirante Thomas Graham, como o livro sobre o Chile, "Journal of a Residence in Chile during the year 1822, editado em 1824 e 1825, Voyage of H.M.SBlonde to the Sandwichn Islands e ainda, Espanha, França, Índia. Esse livro sobre a viagem ao Brasil só foi traduzido em 1990 pela Editora Itatiaia.

> favores dolorosos e chocantes com os meus hábitos e preconceitos antigos e topo muitas vezes com a impertinência dos que pretendem aproveitar-se de minha situação solitária... (*Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 363, citado por Denise à p. 103).

Ao citar as transformações urbanas do Rio, Denise usa com carinho *Cotidiano, Permanências e Rupturas no Rio de Janeiro*, de Mary Del Priore.

Em seu livro Denise mostra a extrema crueldade da vida de Graham no Rio, mas seus infortúnios são diminuídos pela sua fala: "Agradeço a Deus que me deu um temperamento que sente estranhamente os agravos, mas, ao mesmo tempo, dotou-me com igual capacidade para a alegria" (p. 103).

Outra característica do texto de Denise é saber utilizar a fala de Graham cotejando-a com os estudos de Rodolfo Garcia, Marc Ferrez, Gustavo Barroso, dentre outros.

Além da construção de um belíssimo texto Denise mostra que Graham nos brinda com figuras. São aquarelas, desenhos, esboços, que enriquecem a narrativa.

Denise usa, esquadrinha, reflete, recompõe várias obras, além do *Diário de uma viagem ao Brasil, o Escorço biográfico de Dom Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro*, encontrados nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio (1938).

Estamos a Universidade Salgado de Oliveira, através do seu Programa de Mestrado, e todos os professores de História que trabalham com essa época e, também, com a escravidão, presenteados pela significativa contribuição que esta dissertação vem nos fornecer.

Recebido em: 01/07/2021

O BRASIL RESILIENTE: ESTÍMULOS CRIATIVOS PARA SUA RECONSTRUÇÃO

Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade[1]

MIRANDA NETO, Manoel José de. *O Brasil resiliente: estímulos criativos para sua reconstrução*. Rio de Janeiro: PoD editora, 2021.

Manoel José de Miranda Neto – membro do Instituto Histórico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Academia Paraense de Letras e da Academia Paraense de Jornalismo, participante ativo de Congressos e Seminários sobre "Globalização, Cidadania e Qualidade de Vida" e autor de renomados livros de pesquisa histórica, como por exemplo, o conceituado *A Utopia Possível: Missões Jesuíticas e seu suporte econômico-ecológico*, publicado em Brasília, pela Funag, em 2012 – traz à luz neste ano de 2021 seu último trabalho de fôlego: *O Brasil Resiliente. Estímulos criativos para sua reconstrução.*

A obra em tela possui 332 páginas, dividida em três partes temáticas: I – *Colonização* Séculos XVI e XVII; II – *Consolidação* Séculos XVIII e XIX; III – *Globalização* Séculos XX e XXI. As seções temáticas são desenvolvidas em treze capítulos cronologicamente contextualizados e enriquecidos com notas explicativas que remetem às referências bibliográficas completas. O autor apresenta, também, os Créditos das Ilustrações e as instituições basilares da documentação pesquisada – Arquivos, Fundações, Institutos Históricos – abrindo caminho epistemológico para futuras pesquisas e orientações para outros pesquisadores.

No campo teórico-metodológico da micro-história, o historiador encara o desafio de resgatar, expor e analisar atores sociais e circunstâncias, diretrizes político-econômicas e "projetos" culturais para a reconstrução e ressignificação de um Brasil Novo, como alternativas de um Brasil Resiliente.

Do potencial informativo de episódios e biografias que a obra apresenta em todos os capítulos, destacamos:

1 Sócia efetiva do instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. .

Na Parte I, Capítulo 4 – *Fazenda Santa Cruz, Potência Jesuítica* – Origem e consolidação, a produção e o abastecimento como "prova da eficiente administração jesuítica". A singular administração da produção e a organização da comunidade social, baseadas na gestão do capital, da tecnologia e do profissionalismo, são apresentadas em quatro postulados essenciais: 1. Recursos humanos: eficiente gestão da mão de obra, família nuclear consanguínea e espiritual como ponto fundamental da comunidade escrava; 2. Recursos agrícolas: conservação do campo com a autossuficiência e diversificação produtiva; 3. Recursos pecuários: escolha das matrizes para reprodução do gado; 4. Recursos hídricos: manutenção dos canais para irrigação da lavoura e para o gado. A pesquisa assentada em farto material documental: relatórios, certidões, recibos, alvarás, contratos, sentenças e inventários, revela o funcionamento do complexo produtivo jesuítico.

Na Parte II – chamamos à atenção para o Capítulo 6 – *A Construção da Economia Liberal* – O Conde de Linhares, o Bispo Azeredo Coutinho e o Visconde de Cairu são personagens retratados como pioneiros do "movimento a favor da implantação da economia liberal e da abertura dos portos". De Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, destaca as seguintes contribuições ao desenvolvimento nacional no âmbito da economia financeira: abertura dos portos; extinção do monopólio do sal; incentivo ao desenvolvimento da indústria; expansão da infraestrutura viária, dentre outras ações empreendedoras. Do bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, além de suas atribuições do bispado, elenca suas inúmeras atividades: fundador do Seminário de Olinda; governador interino de Pernambuco; presidente da Junta da Fazenda Real, onde duplicou as rendas da alfândega; Diretor Geral dos Estudos, cargo que teve todo seu empenho para a reorganização do ensino público. A figura de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, se notabiliza, no campo político-cultural, como introdutor da disciplina Economia Política nos cursos universitários no Rio de Janeiro; defensor da liberdade de comércio, da abolição da escravidão e do incentivo à imigração estrangeira; como Ouvidor da Capitania de Ilheus, deputado pela Bahia, membro do conselho de assessoramento de D. João VI e Desembargador do Paço trabalhou sempre pela implantação do comércio franco contra o monopólio e pela força de trabalho especializada contra o escravismo.

Na Parte III – assinalamos a relevância do Capítulo 12 – *O Saneamento Urbanístico de Pereira Passos* – para a atualidade da discussão da questão proposta. Ao analisar a Reforma Urbana do Rio de Janeiro, no primeiro decênio de do século XX, o autor discorre sobre o programa de revitalização do cenário da capital federal do presidente Rodrigues Alves: "O Rio Civiliza-se". Para a grande mudança do quadro situacional da saúde e saneamento básico da cidade, foram convocados o prefeito Francisco Pereira Passos, o ministro da Viação e

Obras Públicas engenheiro Paulo de Frontin e o sanitarista Oswaldo Cruz da Diretoria Geral de Saúde Pública, que responderam ao desafio das questões cruciais da conjuntura histórica: reforma urbana, saneamento básico e modernização do cais da cidade. A narrativa documentada identifica, em depoimentos e na imprensa da época, o legado urbanístico da maior reforma urbana do Rio de Janeiro, que confrontou os dilemas da "ordem X desordem" e da "higiene X poluição", problemáticas ainda atuais.

A obra é recomendada para historiadores, geógrafos, engenheiros e economistas, pelo potencial de informações "passado-presente-futuro". A *Globalização do Conhecimento*, a *Globalização Tecnológica* e a questão da *Cidadania* são analisadas como elementos vitais para o desenvolvimento político, econômico e social – transformação das instituições, das empresas, do mundo do trabalho – e preservação dos ecossistemas do planeta.

Recebido em: 12/08/2021

PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO: NEGÓCIOS, TRAJETÓRIAS E CENOGRAFIAS URBANAS

Paulo Knauss[1]

MENEZES, Lená Medeiros de. *Portugueses no Rio de Janeiro*: negócios, trajetórias e cenografias urbanas. Rio de Janeiro: Ayran, 2021. 344p.

É certo que a história da imigração no Brasil passa pelo porto do Rio de Janeiro. Tanto na época da Grande Imigração quanto do Pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, o Rio de Janeiro foi o palco da chegada de milhares de imigrantes de várias partes do mundo a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. Esse processo mudou o cotidiano carioca e definiu uma época da cidade, em que o Rio de Janeiro se caracterizou como território de convivência de múltiplas identidades nacionais e étnicas. Em grande medida, pode-se dizer, que essa presença dos imigrantes reforçou a vocação cosmopolita da cidade. Para os habitantes mais velhos do Rio de Janeiro, certamente, a lembrança a presença dos imigrantes na vida urbana deve ser bem viva.

A história do Rio de Janeiro dos imigrantes encontrou agora uma obra de referência obrigatória no livro *Portugueses no Rio de Janeiro: negócios, trajetórias e cenografias urbanas*, de Lená Medeiros de Menezes. Professora emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e atual presidente do Instituto Histórico do Rio de Janeiro (IHGRJ), a autora é conhecida especialista no campo da história da imigração e dos imigrantes no Brasil com vários trabalhos publicados. Seu livro *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade* há muito marca os estudos da história da imigração no Brasil, contornando de modo original e provocativo o mito de que a sociedade brasileira foi sempre receptiva aos estrangeiros. O novo livro oferece um panorama abrangente da presença da comunidade de origem portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. A relevância da pesquisa empreendida reside no fato de abordar a mais importante das comunidades de imigrantes do Rio de Janeiro e com influência decisiva na história da cidade. A pesquisa tem como marca a dedicação à pesquisa documental para valorizar a descrição de trajetórias de indivíduos, explorando

1 Professor da Universidade Federal Fluminense e sócio efetivo do Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

vivências pessoais. Ao acompanhar os itinerários de vida de vários imigrantes, que passam a ser tratados pelo nome, o argumento geral aproxima muito de perto o conhecimento do processo social da experiência histórica, oferecendo ao leitor um quadro vivo e sensível da história.

De um modo geral, pode-se dizer que o mais importante do livro é destacar que os imigrantes portugueses no Rio de Janeiro se tornaram agentes decisivos da modernização da vida urbana. A análise enfatiza que a marca portuguesa da cidade do Rio de Janeiro não se explica exclusivamente pelo legado histórico da colonização da América portuguesa. A rigor, é possível indicar que ocorreu uma renovação do papel dos portugueses na cidade que decorre da progressiva substituição da concepção do português como colonizador pela ideia do português como colono. Nesse sentido, demonstrar o laço entre os portugueses imigrados e a modernidade carioca singulariza uma época histórica da cidade. Se a historiografia urbana insistiu muito até hoje no afrancesamento da cidade que perseguia um ideal de modernidade, Lená Medeiros de Menezes apresenta com muita clareza que a construção da vida moderna no Rio de Janeiro teve muito de portuguesa e que não seria demasiada a equiparação com a imagem dominante que os imigrantes italianos têm para o desenvolvimento de São Paulo.

O livro se divide em quatro partes com vários capítulos. A primeira parte fornece elementos gerais de base para a análise desenvolvida nas outras partes do livro. A partir de dados quantitativos, são caracterizados os processos e as dinâmicas migratórias de Portugal para o Brasil, identificando as conjunturas de fluxos e fatores motivadores da migração. O quadro geral evidencia uma constante da diáspora portuguesa para o Brasil, que se acentua a partir da década de 1870 até 1930, para se reforçar a partir de 1950. Em relação ao Rio de Janeiro, os números demonstram o predomínio da imigração portuguesa, sendo a proporção tamanha que de acordo com a autora se produziu a *invisibilidade pela naturalização da presença*. Assim, além da tradição, de tão presentes os portugueses se definiram como parte da identidade da sociedade urbana. Talvez, por isso se possa dizer que o bolinho de bacalhau é tão carioca, mesmo todos sabendo que sua origem está do outro lado do Atlântico.

A leitura da segunda e terceira partes é a mais saborosa do livro, e pode-se dizer que reúne os capítulos que constituem o coração da pesquisa empreendida. Nessas duas partes, a análise se baseia essencialmente no estudo da trajetória de grandes empresários bem-sucedidos que lideraram negócios que originaram empresas que marcaram a vida urbana do Rio de Janeiro. A cidade aparece como um espaço de grandes oportunidades para o empreendedorismo empresarial no comércio e na indústria. No tempo da Grande Imigração, a atividade econômica de empresários portugueses despontou com sucesso

no comércio de joias e roupas, cafés e confeitarias, assim como na indústria têxtil, do fumo, do gelo, da farmácia, de alimentos, além de bancos, sem falar do controle de grandes veículos da imprensa. No Pós-Segunda Guerra, porém, a pesquisa apresenta como os empresários portugueses revolucionaram o segmento do varejo de alimentos pela implantação de redes de supermercados. Ainda que a maioria das trajetórias de empreendedorismo investigadas seja de homens, cabe ressaltar que um dos capítulos ressalta a participação feminina de portuguesas no mundo dos negócios urbanos, o que demonstra a atenção da autora com a questão da história de gênero. Diante do quadro histórico apresentado, fica claro que nada além do preconceito justifica continuar sustentando a imagem do português conformado com o modelo antiquado da mercearia. Na cidade do Rio de Janeiro, muitos empresários visionários portugueses criaram as condições para a modernização da vida urbana. Interessa chamar atenção para o fato de que a análise serve para contestar a representação do português como agente do atraso e do imobilismo, por contraste com as representações positivas dominantes relativas a outros grupos europeus.

A quarta parte surpreende o leitor pelo tom pessoal que a pesquisa assume, criando uma cumplicidade de quem lê com quem escreveu o livro. De um lado, o relato valoriza os bastidores da investigação, fazendo com que o leitor acompanhe de perto a experiência da descoberta das fontes de época. Contudo, é sobretudo o fato da autora tomar como objeto de estudo a própria trajetória familiar a partir do avô paterno que se cria um laço de intimidade entre os leitores e a escritora. O avô era de origem açoriana, nascido em vila da Ilha Terceira, no ano de 1867, tendo emigrado, ainda garoto, com os pais e irmãos da terra natal para o Rio de Janeiro, onde já havia parentes estabelecidos. Os motivos da emigração não são claros, mas sabe-se que, na década de 1870, os Açores viviam um quadro de crise da agricultura, base da economia regional. O fato é que já adulto a personagem central viveu no antigo bairro de Santana, área urbana nos arredores do Centro do Rio de Janeiro, conhecida pela presença de portugueses, situada nas proximidades da Praça XI, região que era conhecida pela convivência de vários grupos de imigrantes, assim como de afrodescendentes. A pesquisa genealógica vai conduzir a pesquisa a demonstrar como os casamentos no interior da comunidade de imigrantes portugueses misturavam famílias e negócios. Acompanhando os bastidores da pesquisa realizada, o leitor termina por saber que o avô da autora e seu cunhado tinham participação no "alto comércio" do Rio de Janeiro. O avô era proprietário das Sapatarias e Chapelarias Colosso, com duas lojas no Centro do Rio de Janeiro. Ao acompanhar o desenvolvimento da empresa, a autora demonstra as dificuldades da gestão do negócio e descobre que, no ano de 1916, a empresa havia passado por uma concordata preventiva e que, finalmente, foi atingida pela falência, em 1929. No primeiro caso, a autora encontra evidência de que as dificuldades finan-

ceiras do negócio se relacionavam a uma conjuntura que atingiu o comércio amplamente. O mesmo é de se supor igualmente para a época da falência, que coincide com uma crise internacional e que resultará numa crise econômica no Brasil. O fato é que a falência do negócio do avô definiu a distância econômica entre os dois ramos da mesma família portuguesa estabelecidos no Rio de Janeiro. Essa parte conclusiva da pesquisa permite uma aproximação com a vivência do processo de integração dos imigrantes na sociedade urbana local. Além disso, contrasta com as outras partes centrais do livro, ao indicar que nem tudo na experiência econômica do imigrante era sucesso. Os desafios eram grandes e os riscos marcaram muitas trajetórias individuais e familiares.

Fundamentalmente, cabe sublinhar que o livro participa da tendência recente da pesquisa histórica que define a imigração como uma experiência diversificada. Ressalta, porém, que no caso do Rio de Janeiro, os portugueses fizeram a diferença.

Recebido em: 30/10/2021

DISCURSOS E SAUDAÇÕES

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

SAUDAÇÃO À SÓCIA EFETIVA ELISABETH SORIANO PLETSCH

Olínio Gomes Paschoal Coelho[1]

Excelentíssima Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Doutora Lená Medeiros de Menezes

Ilustríssima Vice-presidente, doutora Neusa Fernandes

Ilustres membros da Diretoria: doutoras Vera Lúcia Cabana de Queirós Andrade, Lúcia Silva e Fânia Fridman

Prezadas confreiras e confrades.

Prezadas senhoras e senhores

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, fundado, em 6 de dezembro de 1957, por seleto grupo de Historiadores e intelectuais nessa cidade do Rio de Janeiro, tem a subida honra de receber, hoje, a excelentíssima senhora professora Elisabeth Soriano Pletsch em seus quadros, como sócia-efetiva.

Nossa nova confreira passa a ocupar a cadeira número 26, que tem como patrono o escritor e historiador brasileiro, Joaquim Norberto de Souza e Silva (1920-1991), sucedendo os historiadores Jonas Correia Filho e Herculano Gomes Mathias, e a poeta e escritora Stella Leonardo.

Sinto-me honrado em ter sido escolhido pela presidente para saudar, nessa sessão solene, a professora Elisabeth Pletsch; professora que tive o prazer de conhecer quando, convidado por Neusa Fernandes, ingressei no Instituto Histórico de Vassouras, instituição de cuja constituição faz parte nossa nova confreira.

Carioca de nascimento, vai cedo para Vassouras, onde passa sua infância, sendo aluna do tradicional Colégio Santos Anjos.

Tem graduação plena em História, obtida em 1987, em curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras, mantido pela Fundação Educacional Severino Sombra, hoje Universidade de Vassouras. Nessa mesma instituição, realiza um curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil.

1 Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Sua experiência profissional registra o magistério pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, desde 1987, obtido por concurso público. Em 1988, é aprovada em outro concurso público para o estado fluminense. Entre 1988 e 2000 exerce o magistério na Universidade Severino Sombra. Assume a chefiado Departamento de História das Faculdades Integradas, dessa universidade, de 1996 a 1997. Na Universidade severino Sombra exerce ainda a Coordenação de pesquisa da sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, em 1989.

Sua participação em congressos, seminários e cursos é assinalada em diversos eventos, como: Seminário "Perspectivas da História", Universidade de São Paulo, 1988; "Primeira Semana de Filosofia", Universidade Severino Sombra, 1986; "Curso de Arqueologia Brasileira", Fundação Severino Sombra, 1987; "IX Simpósio de História do Vale do Paraíba", Universidade Católica de Petrópolis, 1988; Curso "O negro no Brasil", Fundação Educacional Severino Sombra, 1988; "Segunda Semana de Filosofia", Universidade Severino Sombra, 1988; Curso "Repensando a República", Fundação Educacional Severino Sombra, 1989; "Segundo Encontro de Reflexão Pedagógica, Universidade Severino Sombra, 1991; Primeiro Congresso Nacional do Brasil Império, Fundação Severino Sombra, 1995; Curso "As mulheres e suas grafias: entre mitos, ideologias e utopias", também na Faculdade Severino Sombra, 1996; "XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba", 1996; "Encontro Nacional de Universidades – Políticas de ações da infância e adolescência", Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999; "III Conferência pelo equilíbrio do mundo", Havana/Cuba, 2012; "Viagem Cultural – 6º aniversário do Museu da História da Inquisição", Belo Horizonte, 2018; Curso de Extensão "Mulheres em foco: novos olhares sobre a História e a História do Rio de Janeiro", Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2018; Seminário "Biografias: uma nova perspectiva da História do Brasil", Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2019.

A Professora Elisabeth Soriano Pletsch participou, ainda, como estagiária, na disciplina História Moderna, na Fundação Educacional Severino Sombra, 1987, e do Arquivo Público de Vassouras, CDH, 1987.

É coautora do primeiro *Catálogo de fontes historiográficas para a História da escravidão em Vassouras*, também pelas Faculdades Integradas Severino Sombra, 1988. Participou, também, da elaboração do *Dicionário da História do Vale do Paraíba Fluminense*, publicado pelo Instituto Histórico de Vassouras, 2016.

Em 2001, integrando grupo de historiadores e pesquisadores de Vassouras, conduzido pela professora Neusa Fernandes, participa da fundação do instituto Histórico de Vassouras, onde exerce sua primeira Presidência.

Senhoras e senhores, é com imenso prazer e alegria que, em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, saúdo nossa nova confreira,

a professora Elisabeth Soriano de Melo Pletsch que, certamente, dará grande contribuição para esta Casa, que tem como objetivo a pesquisa, o estudo e a difusão da História e da Geografia da cidade e do estado do Rio de Janeiro, defendendo e promovendo seu patrimônio cultural e natural, assim integrando os 92 municípios fluminenses, com a participação de suas importantes personalidades em nosso convívio.

Com a suavidade do seu falar e a convicção de suas decisões, a nova confreira dará início à sua brilhante trajetória, para o engrandecimento de nosso instituto.

Cara professora, venha ocupar a cadeira patromínica de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Traga para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiroa história de nossa querida Vassouras e de todo o vale do Paraíba fluminense. Venha, professora, seja bem-vinda! Essa Cassa também é sua.

Muito obrigado!

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021

DISCURSO DE POSSE DA SÓCIA EFETIVA ELISABETH SORIANO PLETSCH

Elizabeth Soriano Pletchs[1]

Ilustríssima Dra. Lená Medeiros de Menezes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro,

Ilustríssima Dra. Neusa Fernandes, Vice-presidente do IHGRJ,

Iustríssimo Dr. Olínio Coelho, Primeiro Secretário do IHGRJ,

Ilustríssima Dra. Vera Cabana de Queiroz Andrade, Segunda Secretária do IHGRJ.

Ilustríssimos Confrades e Confreiras presentes

Senhoras, Senhores...

Amigos e Familiares,

É com imenso prazer e satisfação que assumo, neste dia, a cadeira de nº 26, neste seleto Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, IHGRJ. Sou grata e tenho imenso orgulho por estar tendo a oportunidade de fazer parte de uma Instituição composta por grandes nomes da nossa História, da nossa cultura. Nomes que muito me incentivaram, servindo-me como referência por toda a minha trajetória acadêmica, sempre em busca constante pelo conhecimento. Instituto que, desde a sua criação, contribuiu e contribui para o fortalecimento do conhecimento histórico e geográfico do Rio de Janeiro.

Mesmo diante de tempos difíceis, como o atual, o IHGRJ continua a desenvolver suas atividades com dinamismo, utilizando-se dos recursos disponíveis e assim, de forma hercúlea, dando continuidade às propostas e objetivos já estabelecidos, deixando claro, que, por mais adversa que seja a realidade, por mais perverso que possa nos parecer o atual cenário político e social, a busca incessante pelo saber e a sua consequente disseminação avança a passos largos, como o deve ser! E, em tempos de negacionismo nada como o frescor e a força do conhecimento sendo disseminado....

1 Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Assim, imbuída no espírito de agradecimento e júbilo, saúdo o historiador, Joaquim Norberto de Souza, Patrono desta cadeira. Escritor e historiador, nasceu em seis de julho de 1820, no Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entidade que presidiu de 1886 a 1891, ano de sua morte. Autodidata, transitava magistralmente por diferentes áreas, entre elas, da Poesia, do Teatro, e romance, destacando-se, porém, no campo da História, como grande e incansável pesquisador.

Sua produção, embora considerada por muitos, como "insignificante" alcançou credibilidade perante os seus, em especial, suas pesquisas relacionadas às origens literárias brasileiras e memórias históricas, que em muito contribuiu, para a preservação das produções dos autores coloniais, cujas obras, em muitos casos, encontravam-se soltas, e assim, difíceis de serem localizadas.

Importante salientar o seu trabalho sobre a Conjuração Mineira, onde fez prevalecer a visão do historiador no movimento ocorrido nas Minas Gerais do século XVIII, exposto em sua obra "Historia da Conjuração Mineira" (1878) e, em trabalhos posteriores sobre o mesmo tema, passando a ser considerado, um dos precursores da História literária do Brasil.

Destacou-se no IHGB, colaborando na sessão de "Biografias de indivíduos ilustres que bem servem o Brasil", inovando e surpreendendo, em especial, ao introduzir a biografia de mulheres brasileiras, presentes em sua obra "Mulheres celebres". O seu trabalho para o reconhecimento do papel feminino para a História e para a cultura o levou a propor o ingresso das mesmas na Instituição (IHGB), sem sucesso.

Sem dúvida, Joaquim Norberto fez História, ao apresentar em 1850 um trabalho na sessão do IHGB, em que questionava a intencionalidade do Descobrimento do Brasil, intitulado "O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve alguns indícios para isso?" (*Revista do IHGB*, primeiro trimestre de1852, p.125-204) Claro, polêmica criada.

Com a sua obra, suscitou além da polêmica, a intencionalidade do achado. Foi imediatamente questionado pelo sócio efetivo da Instituição, Antônio Gonçalves Dias, que ao defender a tese do acaso, apoiava sua defesa enfática, em um trecho da Carta em que Dom Manoel comunicou o descobrimento como um "feito milagroso". O debate caloroso alastrou-se por várias reuniões desse Instituto.

Hoje a maioria dos estudiosos inclina-se em favor da intencionalidade do Descobrimento, baseando-se em dois fatores principais:

1. Desde 1351 figurava-se o "Brasil" em algumas cartas geográficas, embora com localização imprecisa, fato, porém, que lá estava o "diminuto" território para ser descoberto;

2. Na reação de Portugal ao não aceitar a Bula *Inter Coetera*, que dividia o mundo entre Portugal e Espanha, marcando uma linha imaginária que passava a 100 léguas das Ilhas de Cabo Verde e aceitar a que passava a 370 léguas das ditas Ilhas, porque pegava o Brasil. Tal fato foi determinante para provar que o Reino conhecia a terra e já brigava por ela.

Discussão tão relevante coloca Joaquim Norberto como um grande historiador e, assim, merece ser reconhecido. Acrescento ainda, o fato de Joaquim Norberto ter sido o avô da avó da minha antecessora, Stela Leonardos, a quem, peço permissão aos confrades, para também homenagear.

Nascida em 01 de agosto de 1923, na cidade do Rio de Janeiro desde muito jovem, dedicou-se a magia das letras, em especial, a poesia!

Aos 18 anos publicou sua primeira obra: Passos na areia (1941).

Durante o período de 1943 a 1945, participou ativamente de um grupo de teatro amador, representando as peças Guizos e Clarins, Muiraquitã e Festa da Vitória nos Teatros Municipais do Rio de Janeiro RJ e de São Paulo SP. Sua peça Palmares foi encenada em 1945, pelo grupo "Teatro do Estudante", de Paschoal Carlos Magno, na inauguração do Teatro Experimental do Negro.

A partir de então, suas obras seguiram encantando e atravessando as fronteiras do Brasil, muitas sendo traduzidas para diversos idiomas, entre eles, o húngaro, inglês, espanhol.

Em 1945, Stella casou-se com o porto-riquenho Alejandro Jose Cabassa, indo morar no exterior. Alejandro, homem de grande cultura, e grande incentivador, a estimulou para o aprendizado de novas línguas, e para o conhecimento de novas culturas, fatores que contribuíram para o enriquecimento de suas obras. Além da poesia, sua obra incluiu romance e literatura infanto juvenil. Estudou letras neolatinas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como frequentou curso de extensão universitária em Línguas neolatinas na universidade do México

Sua extensa obra poética filia-se à terceira geração do Modernismo e, ao longo de seus 96 anos produziu inúmeras e diversificadas obras, cerca de duzentos títulos em línguas diversas.

Considerada por unanimidade uma grande "criadora" em todas as áreas da literatura, durante o período de 1948 a 1961, publicou os romances "Quando os Cafezais Florescem" e "Estátua de Sal".

Em 1957, recebeu o Prêmio Olavo Bilac de Poesia pelo livro "Poesia em três tempos", concedido pela Academia Brasileira de Letras. Nos anos seguintes produziu literatura infantil em prosa e verso, além de peças teatrais infantis. Entre 1942 e 1971, traduziu obras do catalão, espanhol, francês, inglês, italiano e provençal.

São os nomes que tenho a honra de suceder.

Agradeço a oportunidade e humildemente me coloco à disposição para o árduo e prazeroso trabalho que neste Instituto é desenvolvido.

Obrigada.

Vassouras, 13 de maio de 2021[2]

2 A sessão solene foi realizada em meio virtual, em virtude do isolamento social ocorrido em virtude da pandemia de COVID-19.

DISCURSO DE RECEPÇÃO À SÓCIA CORRESPONDENTE MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Paulo Knauss[1]

Ilma. Senhora Presidente do IHGRJ, Profa. Dra. Lena Medeiros de Menezes

Ilmos. membros da diretoria do IHGRJ,

Ilmas. e Ilmos. confreiras e confrades do IHGRJ

Senhoras e Senhores, amigos e amigas da história da cidade e do estado do Rio de Janeiro

Nessa ocasião, tenho a honrosa tarefa de saudar o ingresso como sócia-correspondente no quadro social de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) da estimada profa. dra. Maria Izilda Santos de Matos que passaremos a tratar respeitosamente de confreira, sublinhando nossos votos de boas-vindas.

Como é próprio dessa casa, somos reunidos pela dedicação às letras e às ideias sobre a história, sendo a sociabilidade acadêmica o que sustenta nossa agremiação sempre revigorada com a participação de novos associados. Assim, é com alegria que recebemos nessa casa uma companheira de várias jornadas de trabalho de alguns dos nossos confrades e confreiras, compartilhando temas de estudo e a experiência na pesquisa histórica. Nesse mesmo circuito social da pesquisa, tive a satisfação de conhecer nossa nova sócia-correspondente e guardo a boa lembrança de encontros sempre amáveis decorrentes de atividades acadêmicas. Certamente são os amigos em comum que favoreceram a cordialidade dessa aproximação. Se o encontro pessoal é valioso, preciso registrar, porém, que foi a leitura de sua produção historiográfica que fortaleceu minha admiração e respeito pela pesquisadora profissional da história.

A nova sócia-correspondente do IHGRJ possui um largo e frutífero percurso na docência do ensino superior, que a levou à posição de professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde tem participação na gestão universitária, tendo sido coordenadora de Programa de Pós-graduação *latu senso* em História (2001-2003), vice-coordenadora de Programa de Estudos Pós-Graduados em História (2009-2011), quando combinou também

1 Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

a tarefa de coordenar o curso de Doutorado Interinstitucional da PUC-SP com a Universidade Federal do Pará (Ufpa). Na mesma instituição paulistana continua exercendo a coordenação do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), um dos grupos de pesquisa de história de gênero pioneiros do país, existente ao menos desde 1991. Sua dedicação à docência se traduz na orientação concluída de 83 dissertações de mestrado, 43 teses de doutorado e 12 supervisões de pós-doutorado, ao que se junta ainda a orientação de várias monografias de especialização, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pesquisas de iniciação científica.

Cabe ressaltar, ainda, que sua posição de Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no mais alto nível (1A) e o respectivo reconhecimento de pesquisadores de história a conduziu a contribuir para a gestão da política de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, especialmente no que se refere ao campo das Ciências Humanas e da História, pelo exercício de mandatos como membro do Comité da Área de História do CNPq (2003-2005 e 2008-2010) e ainda como membro da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico (209-2010) do mesmo órgão.

Essa carreira de conquistas profissionais e participação na vida de instituições tem como base uma contribuição historiográfica numerosa. São ao menos 60 livros publicados ou organizados, 166 artigos completos publicados em periódicos e 132 capítulos de livros, além de várias outras publicações como prefácios ou posfácios e apresentações de livros, bem como mais de 300 participações em eventos acadêmicos de vários tipos por todos os lados do Brasil e em vários outros países. Nesse universo numeroso, é a profundidade e a originalidade de suas pesquisas que distinguem sua marca autoral.

Maria Izilda Santos de Matos completou seus estudos de graduação em História na Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1978, portanto, numa época em que a vida social e as instituições da sociedade viviam subordinadas à ordem do autoritarismo que tinha como pilares a censura e a violência de estado, o que se combinou com o pressuposto de que defender a economia nacional significava favorecer interesses empresariais. De outro lado, foi a época da repercussão das teorias sociais abrangentes e do predomínio do pensamento sociológico, que tinha São Paulo como o mais importante centro nacional. A historiografia mais original daquele tempo perseguiu grandes quadros explicativos da *formação social*, para usar um conceito corrente da teoria social que caiu em desuso em tempos recentes. Naquela altura, a história econômica ocupava lugar central no pensamento histórico brasileiro para explicar a construção da sociedade e os seus mecanismos correspondentes de dominação. No quadro geral, porém, à política era vista sob a ótica das instituições formais de governo e à cultura cabia um lugar secundário na interpretação da socieda-

de. Esse ponto de vista procurou ser ultrapassado pela produção historiográfica a partir da década de 1980 reconhecendo a complexidade multidimensional das tramas do poder, salientando que a produção cultural se define como terreno de disputas sociais e do poder simbólico, colocando no centra da reflexão histórica o tema da construção das subjetividades. Não há dúvida de que ao renovar o pensamento histórico e a interpretação social pela ótica das múltiplas formas de exercício do poder, a escrita da história do Brasil participou do processo de afirmação da democracia e do fortalecimento da cidadania no país.

Desse modo, vale apontar que a contribuição inovadora da nova sócia do IHGRJ representa e traduz o melhor de sua geração universitária, que, na passagem dos anos de 1980 e 1990, buscou relacionar o estudo da dinâmica das estruturas sociais com os processos de construção de subjetividades. Outra marca dessa geração da pesquisa histórica foi o empenho na erudição documental, não apenas ampliando o levantamento documental, sustentando pesquisas em larga base de dados, para o quê a informática contribuiu muito, mas sobretudo por renovar o conceito de fontes históricas, diversificando as abordagens da história, dando visibilidade a outras expressões da vida em sociedade. É possível dizer que essa perspectiva corresponde ao momento em que a formação de pós-graduação se institucionalizou e consolidou no Brasil, promovendo o desenvolvimento da pesquisa histórica.

Assim, nossa nova confreira ingressou em 1986 na pós-graduação em História Econômica, sob orientação do prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, e obteve seu título de doutorado em 1991, com a tese intitulada *Trama e poder um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café 1888-1934* e que ganhou uma versão revista em livro publicado em 2003. Essa pesquisa dedicada ao estudo da história empresarial e da indústria lhe rendeu, em 1994, o prêmio de teses universitárias SESI/CNI, ou seja, da Confederação Nacional da Indústria.

No entanto, gostaria de destacar que, no ano de obtenção de seu doutorado, liderou a construção do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), organizado na PUC-SP. Indicava, então, um redirecionamento do enfoque histórico de suas pesquisas que avançam em termos de recorte cronológico para o século XX e desloca o foco das instituições corporativas e das estruturas sociais para o terreno da interrogação sobre os processos de construção de subjetividades. Diria que seu livro mais recente, *Por uma possível história do sorriso*, publicado em 2018, fruto de sua pesquisa de livre docência, defendida em 2016, confirma esse redirecionamento historiográfico indicado, centrando-se na história das práticas de cuidar dos dentes e de higiene bucal, a institucionalização do saber odontológico e as representações do sorriso e seus usos sociais pela publicidade comercial e pela propaganda política. Assim, a leitura do livro demonstra

como o presidente Getúlio Vargas se construiu como "Presidente Sorriso" traduzindo uma dimensão do processo de construção de seu poder político.

De todo modo, destaco que no campo da história de gênero sua contribuição original é incontornável para os estudos de história do Brasil. Nessa linha de trabalho, têm a originalidade de não se restringir à história das mulheres, o que domina o mundo da pesquisa sobre a história de gênero, mas dedica-se igualmente a pensar a história da subjetividade masculina, sublinhando justamente como as identidades de gênero se relacionam e se entrecruzam. Foi com a leitura de *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*, publicado em 1999, que descobri as pesquisas de Maria Izilda S. de Matos. É verdade, que reconheci um pouco da história de gênero com a leitura, mas sou obrigado a confessar que buscava mesmo era desvendar porque os versos e as melodias lupicianas me povoam. Com a leitura do livro, me convenci que pertenço a um tipo de homem de determinada época e que Lupicínio Rodrigues marca essa construção de identidade pessoal. Mais não direi! - afinal, o que importa nesse momento é valorizar a produção historiográfica original de nossa nova sócia-correspondente e ainda não disse porque cabe tão bem integrá-la aos quadros nosso IHGRJ.

Como se vê, a história de gênero conduziu sua pesquisa histórica à valorização do universo da boêmia e da música popular como objeto de investigação. Suponho que seu estágio pós-doutoral na França, realizado entre 1995 e 1997, tenha sido importante nesse recorte de estudo sobre a história da cultura e cotidiano urbano a partir da experiência boêmia. Passou, então, a enfocar em suas pesquisas a história do samba-canção, de seus cantores e cantoras. Há coisa mais carioca? Quando o Rio se fez moderno e nacional, ou o nacional se confundiu com o carioca, o que faz com que a história local seja um pouco história nacional. Isso faz compreender porque uma paulista possa tratar com tanta propriedade a história da cidade do Rio de Janeiro. Não há como escapar da afirmação de que é nesse marco que realiza seu encontro definitivo com a história carioca. Claro que poderia mencionar seus vários estudos sobre história dos migrantes europeus, especialmente os portugueses no Brasil. Nesse universo, seu livro *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco*, de 2017, certamente demonstra como o enfoque da história de gênero é rico para pensar a história. Como um dos centros da imigração portuguesa no século XX, evidentemente, que o Rio de Janeiro se inscreve no programa de pesquisa sobre a história das comunidades de migrantes no Brasil. Perdoem os confrades dedicados à história dos imigrantes no Rio de Janeiro, mas há algo mais carioca que o botequim? Pois nossa Maria Izilda dedicou a essa instituição popular um livro forte, publicado em 2002, intitulado *Meu lar é o botequim, alcoolismo e masculinidade*, em que a tragédia social supera o lado lúdico do folclore ur-

bano. Esse livro interessante que faz a gente pensar sobre o drama da vida da cidade é publicado no mesmo ano de *Dolores Duran, experiências boêmias em Copacabana nos anos 50*. Digo, com ênfase, que nesse livro a autora revela seu desejo de ser carioca, mas não a carioca da Bossa Nova, dos apartamentos de classe média, mas a carioca da noite na rua - do "dois prá cá e dois prá lá", por assim dizer. Essa alma existe em todos, todas e todes, para usar o vocabulário da democracia de identidades dos dias de hoje. Não há vida sem o amor, é o que se aprende com os livros de Maria Izilda S. de Matos, e por que não dizer, em sintonia com a historiografia contemporânea, mesmo sublinhando que esse amor nem sempre é lírico e com final feliz. Mesmo assim, afianço que diante da paisagem do Rio de Janeiro tudo fica mais bem emoldurado e inspirador, além de dar história, como sabemos.

Querida Izilda, me dirijo a você com um verso de Dolores Duran: "Ah, como este bem demorou a chegar".

Seja bem-vinda e se sinta acolhida no seio de nosso Instituto carioca e fluminense.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021

PALAVRAS DE MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO SÓCIA-CORRESPONDENTE

Maria Izilda Santos de Matos[1]

Boa tarde a todos e a todas!

Ilustríssima senhora Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Dra Lená Medeiros de Menezes, cumprimento, na sua pessoa, a todos os membros da diretoria e a todos os confrades e confreiras do IHGRJ.

Queria deixar meu agradecimento, muito emocionado, à apresentação tão carinhosa que foi feita pelo professor Paulo Knauss, a quem declaro minha admiração.

Eu manifesto minha alegria de poder participar desse notório Instituto. Agradeço a possibilidade que eu tenho da frequência e do diálogo e, sem dúvida, é uma oportunidade a mais de aproximação com, digamos, esta cidade, este estado, esses interlocutores, aqui do Rio de Janeiro, a minha paixão pelo Rio, a minha imersão no tema de Copacabana, das noites de Copacabana..., as práticas efetivas, em termos de uma integração com o objeto de trabalho, em parte dessa trajetória.

Creio que vou poder contar para todos um pouco desse trabalho sobre as experiências boêmias em Copacabana, na palestra que fui incumbida de proferir nesse dia solene.[2]

Agradeço a todos!

São Paulo, 13 de maio de 2021[3]

1 Sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

2 Palestra disponibilizada no canal Youtube do IHGRJ.

3 O discurso e a palestra foram proferidos por via remota, em virtude da pandemia de COVID-19.

O INSTITUTO MÊS A MÊS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

O INSTITUTO MÊS A MÊS NO ANO DE 2021

8 de janeiro:

Sessão extraordinária (virtual, devido à pandemia da COVID-19).
Revista do IHGRJ, com vistas à escolha de novos editores para a revista, em virtude da entrega de carta encaminhada pelos antigos editores à diretoria, com a manifestação de que, após dois anos de atividades, não mais continuariam na função.
Assembleia Geral
Reajuste de anuidade e sócios inadimplentes.

11 de março:

Sessão ordinária (virtual)
Palestra: "*Aliança Francesa: diplomacia cultural no Rio oitocentista*" – Dra Mônica Leite Lessa, Vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, Professora Adjunta do Departamento e membro do Quadro Permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da referida universidade.
Momento cultural pelo confrade Marco Santos.

8 de abril:

Sessão ordinária (virtual)
Palestra: "*A Sociedade dos artistas nacionais: fragmentos de memória*" – museóloga Maria de Fátima Castro Neves, Mestre pelo Curso de Memória Social e Documento, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Apresentação de livros publicados por sócios.

27 de maio:

Projeto "*Encontro com os sócios do IHGRJ* (virtual)
Depoimento da Sócia Efetiva Dra Miridan Britto Falci (disponível no canal youtube do IHGRJ).

13 de maio:

Sessão ordinária (virtual) - Cerimônia de Posse
Posse, como sócia efetiva, de Elizabeth Soriano Pletsch, recepcionada pelo confrade Olínio Coelho (disponível no canal youtube do IHGRJ).
Posse, como sócia correspondente, de Maria Izilda Santos de Matos, recepcionada pelo confrade Paulo Knaus (disponível no canal youtube do IHGRJ).
Palestra: "*As experiências boêmias em Copacabana dos anos 1960*" – Dra Maria Izilda Santos de Matos, Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

27 de maio:

Projeto "*Encontro com os sócios do IHGRJ*" (virtual)
Depoimento da Sócia Efetiva Dra Lúcia Maria Paschoal Guimarães (disponível no canal youtube do IHGRJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

4 de junho:

Projeto "*Encontro com os sócios do IHGRJ*" (virtual)
Depoimento do Sócio Efetivo Dr. Paulo Knauss (disponível no canal youtube do IHGRJ).

11 de junho

Sessão ordinária (virtual)
Palestra: "Patrimônio cultural e Turismo sustentável: Arquitetura e cemiterial no Rio de Janeiro", Dr. William Bittar, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

14 de junho

Ciclo de Palestras (virtual) – "*Escritores que perpetuaram a memória do Rio*". João do Rio – Palestra ministrada pelo Prof. L. D. Antonio Edmilson Rodrigues, da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

15 de junho

Ciclo de Palestras (virtual) – "*Escritores que perpetuaram a memória do Rio* " Machado de Assis – Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Pinha, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

16 de junho

Ciclo de Palestras (virtual) – "*Escritores que perpetuaram a memória do Rio*" Luís Edmundo – Palestra ministrada pela Profa Dra e Presidente do IHGRJ, Lená Medeiros de Menezes, Professora Emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

17 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Escritores que perpetuaram a memória do Rio*" Lima Barreto – Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Ricardo Leitão, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

18 de junho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Escritores que perpetuaram a memória do Rio*" Nelson Rodrigues – Palestra ministrada pelo Ms. Marco Santos, Sócio efetivo do IHGRJ (disponível no canal youtube do IHGRJ).

8 de julho

Sessão ordinária (virtual)
Palestra: "*História da imigração galega no Rio de Janeiro: presença e invisibilidades*" – Dra Érica Sarmiento, Profa Adjunta do Departamento de História da UERJ, autora do livro Galegos nos Trópicos.
Apresentação do livro Oliveira Lima e a longa história da Independência, de autoria da confreira Dra Lucia Maria Paschoal, Dra Lucia Maria Bastos Pereira das Neves e o embaixador André Heráclio do Rego, pelas duas autoras.

12 de julho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Arquitetos do Rio*"
Francisco H. Mario dos Guaranys – Palestra ministrada pelo Dr. Francisco Veríssimo, professor do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

14 de julho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Arquitetos do Rio*"
Luiz Paulo Conde – Palestra ministrada pelo Dr. Raphael David dos Santos Filho (disponível no canal youtube do IHGRJ).

19 de julho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Arquitetos do Rio*"
Arthur Lício Pontual – Palestra ministrada pelo Dr. Alex Nicolaeff, Sócio efetivo do IHGRJ (disponível no canal youtube do IHGRJ).

21 de julho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Arquitetos do Rio*"
Luiz Eduardo Indio da Costa – Palestra ministrada pelo Dra Maria Clara Amado Martins, professora do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

23 de julho

Ciclo de palestras (virtual) – "*Arquitetos do Rio*"
Ulysses Burlamaqui – Palestra ministrada pelo Dr. William Bittar, professor do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (disponível no canal youtube do IHGRJ).

12 de agosto

Sessão ordinária (virtual, devido à pandemia da COVID-19).
Palestra: "*O Rio de Janeiro de Julião Machado: sopros da modernidade no traço e no humor* (1895-1920) –Dra Ana Maria Rabelo, Dra em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora aposentada da Universidade Estácio de Sá.
Apresentação dos livros *Cantos e Encantos do Rio e Biografias*, pela confreira Neusa Fernandes e por ela organizados.

27 de setembro

Sessão ordinária (realizada, extraordinariamente, em uma sexta-feira. Sessão virtual)
Homenagem ao sócio Olínio Coelho, falecido em 11 de setembro.

14 de outubro

Sessão ordinária (virtual)
Palestra: "*Graciliano Ramos no Rio de Janeiro: realidade e ficção*" –Dra Eliana Bueno Ribeiro, editora da revista Passages de Paris.
Apresentação do livro *Portugueses no Rio de Janeiro*: negócios, trajetórias e cenografias urbanas, pela autora e Presidente do IHGRJ, Dra Lená Medeiros de Menezes.

11 de novembro

Sessão ordinária (virtual)
Palestra: "*Por uma história social da região portuária do Rio de Janeiro*" –Dr. César Honorato, Professor Titular de História, da Universidade Federal Fluminense.
Apresentação de livros

15 de dezembro

Assembleia Geral (virtual):
Eleições para a diretoria do biênio 2022-2023.
Sessão Magna (virtual)
Palestra: "O mundo fluminense e a Independência do Brasil: diante do bicentenário", Dr. Paulo Knauss.
Momento cultural - Marco Santos.

QUADRO SOCIAL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 27 • Número 27 • 2020

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Fundado em 6 de dezembro de 1957

QUADRO SOCIAL

31 de Dezembro de 2021

FUNDADORES

Afonso Várzea
Antônio Carneiro Leão
Ariosto Berna
Augusto Maurício Queirós Ferreira
Douglas Sidney Amora Levier
Eduardo Tourinho
Henrique Foreis Domingues (Almirante)
João Batista de Matos
Manuel Paulo Teles de Matos Filho
Mario da Veiga Cabral
Nelson Costa
Odorico Pires Pinto
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Silvio Salema Garção Ribeiro

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Américo Jacobina Lacombe (†)
Antônio Pimentel Winz (†)
Arno Wheling
Carlos Wehrs (†)
Cybelle de Ipanema
Francisco de Paula e Azevedo Pondé (†)
Jonas de Morais Correia Filho (†)
José de Azeredo Perdigão (†)
Lafayette Pereira Guimarães (†)
Mario Antônio Barata (†)
Miridan Britto Falci
Vicente Costa Santos Tapajós (†)
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

SÓCIOS EFETIVOS
Cadeiras, patronos e ocupantes

1. **JULIO AFRÂNIO PEIXOTO**
   BRUNO FERREIRA GOMES
   Vera Lucia Bottrel Tostes

2. **ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO**
   DONATO MELO JÚNIOR
   Victorino Coutinho Chermont de Miranda

3. **MANUEL TOMÁS ALVES NOGUEIRA**
   FRANCISCO GOMES MACIEL PINHEIRO
   MARIA CECÍLIA RIBAS CARNEIRO
   ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
   Julio Bandeira

4. **PE. JOSÉ DE ANCHIETA**
   DOM HELDER PASSOS CÂMARA
   MARCIO WERNECK DA CRUZ
   ARY VASCONCELOS
   Ana Maria da Silva Moura

5. **MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE** (BARÃO DE SANTO ÂNGELO)
   MARIO ANTÔNIO BARATA
   PAULO WERNECK DA CRUZ
   AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS
   Paulo Knauss de Mendonça

6. **ARIOSTO ESPINHEIRA**
   SILVIO SALEMA GARÇÃO RIBEIRO
   Neusa Fernandes

7. **BALTHASAR DA SILVA LISBOA**
   JOÃO GUIMARÃES
   PAULO BERGER
   PAULO CARNEIRO DA CUNHA
   JOSÉ ANTÔNIO NONATO DUQUE ESTRADA DE BARROS
   José de Miranda Neto

8. **JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS** (BARÃO DO RIO BRANCO)
   RODRIGO OTÁVIO LANGGARD DE MENEZES FILHO
   FERNANDO MONTEIRO
   DINO WILLY COZZA
   Surama Sá Pinto Conde

9. **JOÃO BARBOSA RODRIGUES**
   OSWALDO ORICO
   ARISTIDES PINTO COELHO
   Roberto Guião de Souza Lima

10. **BASÍLIO DE MAGALHÃES**
    MANUEL VIRIATO CORREIA PAIVA FILHO
    JORACY CAMARGO
    MARCELLO DE IPANEMA
    Rogéria de Ipanema

11. **BATISTA CAETANO DE ALMEIDA NOGUEIRA**
    ALBERTO LIMA
    JOSÉ FORTUNA ANDRÉA DOS SANTOS
    Ney Oscar Souza Ribeiro de Carvalho

12. **ARIOSTO BENEVENUTO BERNA**
    RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO
    JOSÉ INALDO ALVES ALONSO
    Ângela Ancora da Luz

13. **JOÃO CAPISTRANO DE ABREU**
    LUCAS MAYHOFFER
    Cláudio Moreira Bento

14. **JOÃO DA COSTA FERREIRA**
    FREDERICO TROTA
    JOSÉ DE OLIVEIRA REIS
    Eliana Rezende Furtado de Mendonça

15. **D. PEDRO II**
    PEDRO CALMON MONIZ BITTENCOURT
    ANA ELISA LISBOA GREGORI
    JÚLIO CÉSAR MACHADO DA SILVA
    EDMO RODRIGUES LUTTERBACH
    Cínara Maria Bastos Jorge

16. **LUÍS GASTÃO D'ESCRAGNOLE DÓRIA**
    JOÃO BATISTA DE MATOS
    ADAÍLTON SAMPAIO
    Rachel Esther Figner Sisson

17. **EVERARDO BACKHEUSER**
    SILVIO FRÓES DE ABREU
    Ondemar Ferreira Dias Júnior

18. AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA
DOUGLAS SIDNEY AMORA LEVIER
HELOÍSA HELENA SANTA CLARA DE CASTRO
CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA
Fernando Tasso Fragoso Pires

19. FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE
ORESTES BARBOSA
CARLOS SATOUR
NILO GARCIA
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
Fania Fridman

20. FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO
ADIR GUIMARÃES
MÁRIO FERREIRA FRANÇA
Guilherme Andréa Frota

21. FREI VICENTE DO SALVADOR (VICENTE RODRIGUES PALHA)
LUÍS EDMUNDO PEREIRA DA COSTA
FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ
LUCINDA COUTINHO DE MELO COELHO
Jaime Antunes da Silva

22. FREDERICO HERMETO PEREIRA LIMA
ANTENOR NASCENTES
THALITA DE OLIVEIRA CASADEI
FERNANDO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES
Lucia Helena Pereira da Silva

23. CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS
DELSO RENAUT
CARLOS WEHRS
Alex Nicolaeff

24. JOÃO BATISTA RIBEIRO DE ANDRADE
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
LUÍS DE CASTRO SOUZA
Lúcia Maria Paschoal Guimarães

25. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO
ODORICO PIRES PINTO
LAFAYETTE GUIMARÃES
PAULO JOSÉ PARDAL
Mary Lucy Murray Del Priore

26. JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA
JONAS CORREIA FILHO
HERCULANO GOMES MATHIAS
STELLA LEONARDOS
Elizabeth Soriano Pletsch

27. JOSÉ CÂNDIDO GUILHOBEL
SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
TEREZINHA MARIA LAMEGO DE MORAES SARMENTO
Margareth de Silva Pereira

28. LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS
BRASIL GERSON
FRANCISCO RUAS SANTOS
Roberto Schmidt de Almeida

29. ARMANDO MAGALHÃES CORREIA
AUGUSTO MAURÍCIO QUEIROZ FERREIRA
FRIEDA WOLFF
STÉLIO EMMANUEL DE ALENCAR ROXO
João Carlos Nara Júnior

30. MAX FLEUISS
HENRIQUE FLEUISS
MONSENHOR GUILHERME SCHUBERT
Maria de Lourdes Viana Lyra

31. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (PAI)
JOSÉ ANTÔNIO LIMA GUIMARÃES
ODYLO COSTA FILHO
DAHAS CHADE ZARUR
Beatriz Kushnir

32. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (FILHO)
GUSTAVO DODT BARROSO
AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA LACOMBE
EGON WOLFF
GABRIEL AUGUSTO DE MELLO BITTENCOURT
OLÍNIO GOMES PASCHOAL COELHO

33. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
PAULO FERREIRA SANTOS
GERALDO DE MENEZES
RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO
Marcos Cotrim de Barcellos

34. MONS. JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO
EDUARDO TOURINHO
RAIMUNDO ESTRELA
HUMBERTO FRANCESCHI
Roselene de Cassia Coelho Martins

35. MANUEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO
ROBERTO MOTTA MACEDO
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
ARNALDO MACHADO
Marcus Antônio Monteiro Nogueira

36. ALFREDO MOREIRA PINTO
MARIO DA VEIGA CABRAL
JORGE DOSWORTH MARTINS
PAULO BRAGA DE MENEZES
UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
JOSÉ HENRIQUE MILLAN
Marco Aurélio Martins Santos

37. PADRE MANUEL DA NÓBREGA
LOURENÇO LUIS LACOMBE
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
LEVY SCAVARDA
CHRISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JÚNIOR

38. FRANCISCO ANGENOR DE NORONHA SANTOS
HENRIQUE DOMINGUES (O ALMIRANTE)
DALMO FREIRE BARRETO
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Nelson de Castro Senra

39. OLAVO FREIRE
JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
SALVADOR MATTA E SILVA
João Eurípedes Franklin Leal

40. MANUEL DE OLIVEIRA LIMA
PLINIO DOYLE
CARLOS DELGADO DE CARVALHO
FRANCISCO SILVA NOBRE
Marieta Moraes Ferreira

41. OTELO DE SOUZA REIS
JÚLIO RÉGIS BITTENCOURT
JOÃO DO PRADO MAIA
ELYSIO CUSTÓDIO GONÇALVES DE OLIVEIRA BELCHIOR
Lená Medeiros de Menezes

42. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS
ANTÔNIO ALVES CÂMARA
LUCIANO LOPES
ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO
Maria de Fátima Da Matta Argon

43. BENJAMIM FRANKLIN DE RAMIZ GALVÃO (BR. DE RAMIZ)
YVOLINO DE VASCONCELLOS
LYGIA DA FONSECA FERNANDES DA CUNHA
Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade

44. JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO
MANUEL PAULO FILHO
NELSON FREIRE LAVARNIÈRE-WANDERLEY
ANTÔNIO BUGYA DE SOUZA BRITTO
FRANCISCO DE VASCONCELLOS
Marietinha Leão de Aquino

45. RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA
RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
MIRIDAN BRITTO KNOX FALCI
Esther Caldas Bertoletti

46. EDGAR ROQUETTE PINTO
GASTÃO CRUZ
VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
PAULO TAPAJÓS GOMES
SIDNEY GOMES DOS SANTOS
MARIA AUGUSTA MACHADO DA SILVA
Hildete Pereira de Melo

47. TEODORO FERNANDES SAMPAIO
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES
MARCOS RIBEIRO CORRÊA
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

48. FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO
DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS
ALÍPIO MENDES
Arno Wehling

49. JOSÉ VIEIRA FAZENDA
NELSON NUNES COSTA
João Maurício Wanderley de Araújo Pinho

50. VIRGÍLIO DOS REIS VÁRZEA
AFONSO VÁRZEA
AFONSO CELSO VILELA DE CARVALHO
Ismênia de Lima Martins

SÓCIOS CORRESPONDENTES

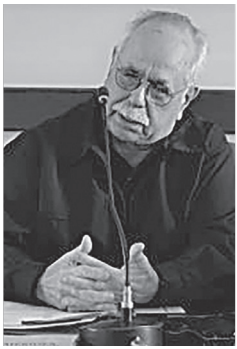
Giulio Sanmartini – **Itália**
Maria Izilda Santos de Matos – **São Paulo**
Marcelo Guimarães – **Minas Gerais**

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
por unidade da Federação

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGHL)
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA)
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo (IHGES)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)
Instituto Histórico e Geográfico d Rondônia (IHGRO)
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

NOTA DE FALECIMENTO

No ano de 2021, registramos, com pesar, o falecimento dos queridos confrades Carlos Werhs, historiador e escritor, em 2 de maio; Olínio Coelho, arquiteto, professor e restaurador, em 11 de setembro; Christóvão Dias de Ávila Pires Júnior, estudioso e incentivador dos estudos de genealogia e heráldica. Cada qual, em sua especialidade, engrandeceu o nome do IHGRJ, e, com sua perda, a instituição se vestiu de luto.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

AUTORES

Antonio Edmilson M. Rodrigues
Carlos Augusto Nobre
Elizabeth Soriano Pletchs
Lená Medeiros de Menezes
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Luís Reznik
Luiz Ricardo Leitão
Magaly Oberlaender
Marco Santos
Maria de Fátima Castro Neves
Maria Izilda Santos de Matos
Miridan Britto Falci
Naftale Katz
Nelson de Castro Senra
Neusa Fernandes
Olínio Gomes Paschoal Coelho
Paulo Knauss
Roselene de Cássia Coelho Martins
Rui Aniceto Fernandes
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

Eescaneie o QR Code
para fazer uma
doação ao IHGRJ.